

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**ENSAIOS SOBRE GRUPOS DE INTERESSE E POLÍTICA
COMERCIAL ENDÓGENA**

GERALDO EDMUNDO SILVA JUNIOR

PORTO ALEGRE – 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**ENSAIOS SOBRE GRUPOS DE INTERESSE E POLÍTICA
COMERCIAL ENDÓGENA**

GERALDO EDMUNDO SILVA JUNIOR

ORIENTADOR: Prof. Dr. FERNANDO FERRARI FILHO

CO-ORIENTADOR: Prof. Dr. EDUARDO PONTUAL RIBEIRO

*Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS como requisito parcial para a obtenção do Grau
de Doutor em Economia.*

PORTO ALEGRE - 2004

À Luciana, minha esposa!!!

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Senhor Deus Todo Poderoso pelas Suas Muitas Misericórdias e por Sua Fidelidade.

Um agradecimento especial ao meu orientador, o Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho o qual, apesar de divergências teóricas, não deixou de expressar a presteza e o profissionalismo exercendo papel ímpar em minha formação acadêmica, moral e profissional.

Ao Professor Eduardo Pontual Ribeiro, meu co-orientador, pela solicitude, profissionalismo e academicismo revelado nestes anos.

Gostaria, também, de agradecer à Prof.^a e amiga Rosa Fontes, pelas sugestões e direcionamentos durante a defesa. Ao Prof. Sérgio Eraldo da Silva pelas importantes questões levantadas e, certamente, atendidas. Da mesma forma, ao Prof. Divanildo Triches em quem gostaria que muitos profissionais se espelhassem.

À CAPES e à Universidade Federal de Viçosa pelo suporte financeiro.

À Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Viçosa, Professora Aristéia de Azevedo e a Margarida, pelo profissionalismo e empenho no aconselhamento e direcionamento necessário ao longo dos anos.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Externo, da mesma forma, minha gratidão aos meus grandes amigos André, Augusto, Jorge e Patrícia que muitas vezes me ajudaram. Aos demais colegas de curso pela compreensão e coleguismo.

Às secretárias do Curso, Cláudia, Iara, Lourdes e Raquel, pelo carinho e presteza.

Às bibliotecárias pelo profissionalismo e compreensão.

Aos professores e funcionários do Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa, pelo apoio e companheirismo.

À Gracinha, secretária do curso de Economia da UFV pelo envio das correspondências e pelas mensagens.

Agradeço à minha família que sempre me incentivou, em especial aos meus pais (Geraldo e Jacira) e ao meu irmão Riva e sua esposa Rose, que me exortaram muitas vezes à concentração e dedicação ao trabalho. Aos meus sobrinhos Eduardo(Dudu) e Larissa(Lari) pelo terno afeto. Às minhas irmãs Márcia, Isa e Zene, bem como ao meu cunhado Luís, pela solicitude e amor.

Aos irmãos da Assembléia de Deus – Ministério de Petrópolis pelo incentivo e por serem um instrumento nas mãos de Deus.

Lembro-me de tantos outros irmãos que não têm o seu nome destacado, todavia os guardo no coração, onde o tempo jamais os apagará.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 16 |
| ENSAIO I A ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE INTERESSE NO MERCOSUL..... | 20 |
| 1.1 Acordos Regionais de Comércio: O Caso do Mercosul..... | 25 |
| 1.2 Resultados Importantes e Genéricos sobre Grupos de Interesse..... | 35 |
| 1.3 Identificação de Grupos de Interesse: A Metodologia do <i>Clipping</i> e a Ausência de Regulamentação | 44 |
| 1.4 Atuação dos Grupos no Período de 1994-2001..... | 47 |
| 1.4.1 Os Grupos de Pressão no Paraguai e no Uruguai..... | 47 |
| 1.4.2 Os Grupos de Pressão na Argentina..... | 60 |
| 1.4.3 Os Grupos de Pressão no Brasil..... | 73 |
| 1.5 Considerações Conclusivas..... | 83 |
| ENSAIO 2 A POLÍTICA COMERCIAL ESTRATÉGICA E A ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE INTERESSE..... | 86 |
| 2.1 Fundamentação Teórica para a Formalização da Atuação de Grupos de Interesse na Política Comercial..... | 89 |
| 2.1.1 Abordagem da Função de Formação da Tarifa..... | 98 |
| 2.1.2 Abordagem da Função de Suporte Político..... | 103 |
| 2.1.3 Abordagem do Eleitor Mediano..... | 112 |
| 2.1.4 Abordagem das Contribuições de Campanha..... | 114 |
| 2.1.5 Abordagem das Contribuições Políticas..... | 117 |
| 2.2 Formulação de um Jogo Teórico para a Avaliação da Política Comercial entre a Argentina e o Brasil no Âmbito do Mercosul..... | 124 |
| 2.2.1 O Problema da Barganha..... | 125 |
| 2.2.2 Características Importantes de um Modelo para a Argentina e o Brasil..... | 127 |
| 2.2.3 Importantes Limitações de <i>Protection for Sale</i> | 130 |
| 2.2.4 O Modelo Formal..... | 131 |
| 2.2.4.1 Os Estágios do Jogo..... | 134 |
| 2.2.4.2 O Caso da Cooperação Bilateral..... | 144 |
| 2.3 - Considerações Conclusivas..... | 147 |

| | |
|---|-----|
| ENSAIO 3 RESULTADOS EMPÍRICOS PARA A TEORIA DA POLÍTICA COMERCIAL ENDÓGENA: EVIDÊNCIAS PARA O BRASIL..... | 149 |
| 3.1 Resultados Empíricos com Modelos de Política Comercial Endógena..... | 151 |
| 3.1.1 Os Modelos <i>ad hoc</i> | 152 |
| 3.1.2 O Marco Paradigmático de <i>Protection for Sale</i> | 155 |
| 3.2 Dificuldades Teóricas da Análise de <i>Protection for Sale</i> | 163 |
| 3.3 Metodologia..... | 164 |
| 3.3.1 Informações Estatísticas..... | 165 |
| 3.3.2 O Modelo Econométrico: O Método de Dados de Painel..... | 169 |
| 3.3.3 Os Modelos Empíricos Testáveis..... | 173 |
| 3.3.4 Variáveis Utilizadas nas Estimativas..... | 177 |
| 3.4 Resultados e Discussões..... | 178 |
| 3.5 Considerações Conclusivas..... | 183 |
| CONCLUSÕES..... | 185 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 188 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 2.1 Pirâmide de Interação entre Agentes e Grupos..... | 91 |
| Figura 2.2 Mercado de Proteção..... | 95 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 Lista de Adequação à TEC em 1995 | 31 |
| Quadro 2 Síntese das Informações do Clipping da Gazeta Mercantil | 45 |

LISTA DE TABELAS

ENSAIO 1

| | |
|---|----|
| Tabela 1 Relação dos Presidentes dos Países-Membros do Mercosul: 1994-2001..... | 26 |
| Tabela 2a Eleições Presidenciais e Legislativas no Brasil (1994)..... | 27 |
| Tabela 2b Eleições Presidenciais e Legislativas no Brasil (1998)..... | 27 |
| Tabela 3a Eleições Presidenciais e Legislativas no Uruguai (1994)..... | 28 |
| Tabela 3b Eleições Presidenciais e Legislativas no Uruguai (1999)..... | 28 |
| Tabela 4a Eleições Presidenciais e Legislativas no Paraguai (1993)..... | 29 |
| Tabela 4b Eleições Presidenciais e Legislativas no Paraguai (1998)..... | 29 |
| Tabela 5a Eleições Presidenciais e Legislativas na Argentina (1995-1989)..... | 30 |
| Tabela 5b Eleições Presidenciais e Legislativas na Argentina (1999)..... | 30 |
| Tabela 6 Principais Indicadores Macroeconômicos dos Países-Membros..... | 34 |
| Tabela 7 Variações Percentuais das Exportações e Importações dos Países do Bloco...48 | |
| Tabela 8 Mapeamento dos Grupos de Interesse no Paraguai (1994-2001)..... | 50 |
| Tabela 9 Exportações e Importações Paraguaias: 1994-2001..... | 51 |
| Tabela 10 Pauta de Exportações do Paraguai | 52 |
| Tabela 11 Pauta de Importações do Paraguai | 53 |
| Tabela 12 Exportações e Importações Paraguaias para o Bloco..... | 54 |
| Tabela 13 Mapeamento dos Grupos de Interesse no Uruguai (1994-2001)..... | 56 |
| Tabela 14 Exportações e Importações Uruguaias para o Bloco..... | 57 |
| Tabela 15 Pauta de Exportações do Uruguai..... | 59 |
| Tabela 16 Pauta de Importações do Uruguai..... | 60 |
| Tabela 17 Mapeamento dos Grupos de Interesse na Argentina (1994-1997)..... | 62 |
| Tabela 18 Mapeamento dos Grupos de Interesse na Argentina (1998-2001)..... | 64 |
| Tabela 19 Exportações e Importações Argentinas: 1994-2001..... | 68 |
| Tabela 20 Exportações e Importações Argentinas para o Bloco..... | 70 |
| Tabela 21 Pauta de Exportações da Argentina..... | 71 |
| Tabela 22 Pauta de Importações da Argentina..... | 72 |
| Tabela 23 Mapeamento dos Grupos de Interesse no Brasil (1994-1997)..... | 74 |
| Tabela 24 Mapeamento dos Grupos de Interesse no Brasil (1998-2001)..... | 76 |
| Tabela 25 Exportações e Importações Brasileiras para o Bloco..... | 79 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 26 Exportações e Importações Brasileiras | 80 |
| Tabela 27 Pauta de Exportações do Brasil..... | 81 |
| Tabela 28 Pauta de Importações do Brasil..... | 82 |
| ENSAIO 3 | |
| Tabela 1 Resultados Empíricos para o Modelo <i>Protection for Sale</i> | 156 |
| Tabela 2 Setores da Indústria Brasileira..... | 165 |
| Tabela 3 Elasticidade-Preço da Demanda por Importações..... | 167 |
| Tabela 4 Resultados da Variável Indicadora de Organização em Grupo de Interesse..... | 176 |
| Tabela 5 Variáveis dos Dados em Pannel..... | 177 |
| Tabela 6 Sinais Esperados pela Teoria..... | 178 |
| Tabela 7 Resultados Básicos para as Elasticidades Proposta e de Zini..... | 179 |
| Tabela 8 Resultados do Modelo Original para a Elasticidade de Armington..... | 179 |
| Tabela 9 Parâmetros Estruturais do Modelo de Grossman e Helpman..... | 180 |
| Tabela 10 Resultados Básicos do Modelo <i>ad hoc</i> | 181 |
| Tabela 11 Representação do Modelo <i>ad hoc</i> para a Elasticidade de Armington..... | 182 |

SÍMBOLOS, ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------------|---|
| AAPP | Associação Argentina de Produtores de Porcos |
| AAPT | Associação Argentina de Produtores de Trigo |
| ABECITRUS | Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos |
| ABICALÇADOS | Associação Brasileira dos Fabricantes de Calçados |
| ABIQUIF | Associação Brasileira de Química Fina |
| ABIQUIM | Associação Brasileira de Química |
| ABITRIGO | Associação Brasileira das Indústrias do Trigo |
| ABRARROZ | Associação Brasileira da Cadeia Produtiva do Arroz |
| ADEFA | Associação das Fábricas de Automotores da Argentina |
| AEN | Aliança de Encontro Nacional |
| AFAC | Associação dos Fabricantes Argentinos de Componentes |
| ALADI | Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração |
| ALCO | Associação das Indústrias Brasileiras de Álcool |
| ANFAVEA | Associação dos Fabricantes de Veículos Automotores |
| BNT | Barreiras Não-Tarifárias |
| CAC | Centro Açucareiro Argentino |
| CAN | Conselho Nacional de Abastecimento |
| CAPIA | Câmara Argentina de Produtores Avícolas |
| CCM | Comissão de Comércio do Mercosul |
| CEPA | Câmara de Empresas Processadoras Avícolas |
| CIC | Câmara das Indústrias de Calçados |
| CIP | Centro de Importadores do Paraguai |
| CMC | Conselho de Mercado Comum |
| CPC | Comissão Parlamentar Conjunta |
| FADIT | Federação das Indústrias Têxteis da Argentina |
| FCES | Foro Consultivo Econômico e Social |
| FIEMG | Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais |
| FIERGS | Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul |
| FIERJ | Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro |
| FIESP | Federação das Indústrias do Estado de São Paulo |
| GATT | Acordo Geral de Tarifas e Comércio |
| GMC | Grupo de Mercado Comum |
| IBS | Instituto Brasileiro de Siderurgia |
| ICMS | Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços |
| MERCOSUL | Mercado Comum do Cone Sul |
| NCM | Nomenclatura Comum do Mercosul |
| NMF | Nação Mais Favorecida |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| PFTA | Political Free Trade Agreements |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PLRA | Partido Liberal Autêntico Radical |
| PROEX | Programa de Exportação |
| PS | Protection for Sale |
| SAM | Secretaria Administrativa do Mercosul |

| | |
|------------|---------------------------------------|
| SINDIPEÇAS | Sindicato das Indústrias de Autopeças |
| SINDIPLAST | Sindicato das Indústrias de Plástico |
| SRA | Sociedade Rural Argentina |
| SRB | Sociedade Rural Brasileira |
| TEC | Tarifa Externa Comum |
| TWTT | Trade Wars and Trade Talks |
| UCR | União Cívica Radical |
| UIA | União Industrial Argentina |
| UIPA | União Industrial do Paraguai |
| UVIBRA | União Brasileira de Viticultura |
| VER | Voluntary Export Restraints |
| WTO | Organização Mundial do Comércio |
| α | Alfa |
| β | Beta |
| γ | Gama |
| δ | Delta |
| ϵ | Epsilon |
| ζ | Dzéta |
| η | Eta |
| θ | Teta |
| ι | Iota |
| κ | Capa |
| λ | Lambda |
| μ | Mü |
| ν | Nü |
| ξ | Ksi |
| \omicron | Omicron |
| π | Pi |
| ρ | Rô |
| σ | Sigma |
| τ | Tau |
| υ | Upsilon |
| ϕ | Fi |
| χ | Qui |
| ψ | Psi |
| ω | Omega |
| Γ | Gama maiúsculo |
| Δ | Delta maiúsculo |
| Θ | Teta maiúsculo |
| Ω | Ômega maiúsculo |

RESUMO

O presente trabalho estuda um dos principais temas recentes da literatura de Economia Internacional, a saber: a teoria da proteção endógena.

A importância do tema pode ser evidenciada pela interface que o mesmo apresenta entre os vários ramos da ciência. De um lado os cientistas políticos se inclinam para a análise do interesse privado na forma da atuação dos grupos de interesse. Do outro, os economistas preocupados com o estudo do efeito da atuação de tais grupos na determinação da estrutura de proteção tarifária.

Para apresentar a visão dos economistas, o presente trabalho é dividido em três ensaios auto-contidos e, ao mesmo tempo, interdependentes. No primeiro, são identificadas as situações conflituosas no âmbito do Mercosul. Ainda, são resenhados os principais trabalhos que dão suporte ao estudo de grupos de interesse.

No segundo ensaio são apresentados os principais modelos de proteção endógena, bem como é formulado um jogo para se avaliar a atuação de grupos de interesse no Mercosul, especificamente aqueles que atuam na economia brasileira. O modelo elaborado apresenta um contribuição ao modelo original de Grossman e Helpman(1994) ao incorporar na análise a variável emprego setorial, a qual pode ser objetivada pelo governo.

No último ensaio são apresentadas as principais estruturas empíricas de análise e, baseando-se no instrumental de dados de painel, são apresentados os principais resultados que corroboram a hipótese da proteção endógena, recentemente publicados.

Conclui-se, finalmente, que a política comercial é, na verdade, o resultado da atuação de grupos de interesse e a perspectiva sugerida pelos teóricos do livre comércio não têm encontrado espaço para a sua justificação.

ABSTRACT

This study is based on a recent and productive theme in international trade namely “endogenous protection”. It is made up of three essays.

In the first essay shows major conflicts over sales of products from the part of Mercosur’s political authorities. Such conflicts justify modeling the theme for Argentina and Brazil.

The most important contribution to the endogenous protection and international trade literature are on the second essay. A model is presented to extend the Grossman-Helpman (1994) framework

In the last essay present empirical tests are in line with Grossman and Helpman’s case.

Such empirical results suggest that sector participation is key to determine the protection structure of the Brazilian economy.

INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta anos, a literatura econômica tem destacado o papel dos grupos de agentes na determinação das políticas econômicas. Este fato originou-se na Ciência Política com a contribuição original de Mancur Olson, no ano de 1965. A preocupação daquele autor era analisar os efeitos das ações coletivas sobre a qualidade dos regimes democráticos. Em seguida, foram verificadas as contribuições de cientistas políticos importantes como Buchanan, Tollison, Tullock, entre outros, que resgataram os trabalhos originais de Schattschneider e Bentley.

A partir da formulação da teoria da regulação, com as contribuições de Barro, Peltzman, Posner e Stigler, entre outros, foi possibilitada uma abordagem distinta da marginalista e convencional para a teoria econômica. Tal abordagem permitiu a criação de uma linha de pesquisa comum entre economistas e cientistas políticos. Entretanto, os trabalhos dos economistas, talvez em função da sua formalização, são pouco conhecidos e difundidos entre os cientistas políticos.

Os trabalhos de Gary Becker, nos anos oitenta, sintetizaram o que se convencionou chamar de modelo de equilíbrio geral para o interesse político. Em vista daquelas contribuições surgiram trabalhos empíricos que confirmaram fatos estilizados referentes à atuação de grupos de interesse na alocação dos recursos públicos.

A literatura de Comércio Internacional parece ser área da Economia adequada para o estudo de grupos de interesse, principalmente pela divergência entre a prescrição e a prática de políticas comerciais entre os principais países e blocos mundiais.

Mesmo os acordos comerciais, aparentemente uma ruptura com o protecionismo global, são apresentados como uma das formas mais perversas de barreiras ao livre comércio, uma vez que as regras e a legislação, permitidas pela OMC, não apontam para uma ruptura das barreiras, mesmo no longo prazo.

Logo, do ponto de vista metodológico, a abordagem de grupos de interesse começou a ser utilizada no estudo da determinação da estrutura de proteção endógena, sendo básicos os dois procedimentos seguintes: o primeiro deles, o analítico, é representando por equações que representam o comportamento dos grupos de interesse, e como estes atuam na determinação das alíquotas de importação. As equações, ainda, fazem parte de um sistema que explica as relações entre os grupos e diversos agentes que compõem o sistema econômico.

O outro, surgido em meados dos anos setenta, é representado pelos trabalhos de Pincus (1975) e Caves (1976). Aqueles autores procuraram identificar a estrutura de proteção dos Estados Unidos e do Canadá, respectivamente, baseando-se em modelos *ad hoc* para a identificação das variáveis relevantes para o tema. Naquela mesma direção, surgiu o trabalho essencial de Trefler em 1993 que identificou o grau de penetração das importações como a variável-chave no estudo da proteção endógena.

Finalmente, no ano de 1994, em uma série de trabalhos analíticos baseados no instrumental de teoria dos jogos, Grossman e Helpman estabeleceram uma estrutura parcimoniosa que tem permitido testes empíricos rigorosos.

O resultado daquela contribuição tem sido difundido na literatura de comércio internacional como um marco paradigmático em função dos resultados empíricos favoráveis em favor da hipótese de proteção endógena.

Inicialmente aqueles trabalhos foram aplicados à economia norte-americana. A metodologia de estimação, em geral, foi baseada no método de mínimos quadrados ordinários em dois ou mais estágios, para dados *cross-section*. Em seguida, foram verificadas aplicações à Argentina, Austrália, Brasil, Paraguai, Turquia e Uruguai. Os resultados, expressivos em sua maioria, atestam a qualidade da contribuição de Grossman e Helpman (1994).

Especificamente para o Brasil, dois trabalhos têm confirmado a hipótese de proteção endógena. O primeiro deles, devido a Calfat *et al.* (2000), mostra que o modelo de Grossman e Helpman é aplicado à economia brasileira. Os autores utilizaram o Método de Mínimos Quadrados em Três Estágios (MQ3E) aplicado a uma estrutura *cross-section* do ano de 1996.

O segundo trabalho, apresentado por Ferreira (2001), embora não baseado no modelo desenvolvido por Grossman e Helpman, utilizou o método de dados de painel e sugeriu que os setores que experimentaram redução da proteção, após o início dos anos noventa, apresentaram crescimento na produtividade. Foi verificado, também, que os setores protegidos não apresentaram crescimento na produtividade.

Observa-se uma lacuna entre a contribuição de Calfat *et al.* (2000) e Ferreira (2001). Enquanto o primeiro apresenta a estrutura de Grossman e Helpman, o trabalho empírico foi limitado ao ano de 1996 com a apresentação de resultados parciais. Logo, havendo a ocorrência de fatores importantes, como o início do Mercosul, a interpretação dos resultados pode ser comprometida. O outro, por sua vez, utiliza um conjunto de variáveis mais amplo, todavia, a análise não foi baseada no modelo desenvolvido por Grossman e Helpman.

Ainda, o arcabouço desenvolvido por Grossman e Helpman possibilita a inclusão de variáveis importantes tais como: a presença de grupos de interesse estrangeiros, insumos importados, entre outras. Nesta perspectiva, foram incluídas variáveis que expressam o caráter intervencionista dos governos locais no que tange ao estabelecimento de metas no emprego setorial. Os resultados obtidos sugerem a relevância da hipótese de proteção endógena para a economia brasileira.

Portanto, o presente trabalho, buscando contemporizar o tema, foi estruturado sob a forma de três Ensaio, os quais abordam o tema sob três diferentes perspectivas. Os Ensaio são autocontidos, isto é, podem ser lidos e considerados separadamente, e são inter-relacionados, agregando-se sob na forma da contribuição pretensa.

A estratégia do trabalho consiste em identificar os principais grupos de interesse. Em seguida, comparar os resultados obtidos com as principais teorias sobre a atuação de grupos de interesse na formulação da política comercial. Finalmente, são feitos testes empíricos rigorosos, baseados na estrutura de dados de painel com o uso de variáveis instrumentais para a eliminação do viés de endogeneidade, para a identificação do modelo de Grossman e Helpman, bem como o teste de modelos alternativos, um *ad hoc* e outro proposto.

Portanto, o presente trabalho, buscando contemporizar o tema, foi estruturado sob a forma de três Ensaio, os quais abordam o tema sob três perspectivas diferentes. São eles:

- (i) o Ensaio 1, intitulado “A Atuação dos Grupos de Interesse no Mercosul”, procura aproximar alguns aspectos teóricos, derivados da ciência política, com observações referentes ao contencioso do Acordo nos períodos de 1994-2001. É ressaltado o papel exercido pelas associações, confederações e sindicatos no âmbito do acordo. O resultado da atuação de tais grupos pode, ainda, ser evidenciado pelas listas de exceção à Tarifa Externa Comum (TEC) e pelos regimes de convergência à TEC;
- (ii) no Ensaio 2, intitulado “A Política Comercial Estratégica e a Atuação dos Grupos de Interesse”, são evidenciadas as principais contribuições analíticas, agrupadas de acordo com a proposta de Rodrik (1995). Foi identificada a importância seminal do trabalho de Grossman e Helpman (1994) e, ainda, foi proposto um modelo alternativo que incorpora o emprego setorial como uma variável de intervenção do governo, isto é, a determinação do nível de emprego. O modelo, designado como

“modificado”, faz considerações acerca do papel relevante que o governo possui e, ainda, torna evidente o papel que setores intensivos em trabalho têm na determinação da estrutura de proteção. É possível que a modificação venha suplantando o hiato deixado pelo modelo original em não explicar o porque setores como o calçadista, o têxtil, o setor siderúrgico nos Estados Unidos, a agricultura nos Estados Unidos e na Europa gozam de proteção tarifária; e

- (iii) o Ensaio 3, intitulado “Resultados Empíricos para a Teoria da Política Comercial Endógena: Evidências para o Brasil”, propõe resultados do conjunto de informações estatísticas organizadas sob a forma de dados de painel. Os resultados corroboram a importância dos trabalhos originais de Calfat *et al.*(2000) e Ferreira (2001) para o Brasil. Todavia, os resultados obtidos permitem a identificação dos parâmetros estruturais do modelo original, a saber: a parcela da população votante representada por um grupo de interesse e a ponderação que o governo incumbente atribui à função de bem-estar social.

A conclusão que se extrai do conjunto de ensaios é que a identificação da proteção endógena revela que o caráter da política comercial não é estritamente econômico, mas vinculado à atuação de grupos de interesse que afetam o bem-estar econômico do País.

Ainda, a perspectiva apontada pela literatura de que o mecanismo de voto é um substituto próximo do mecanismo de mercado é vislumbrado, principalmente nos modelos estruturados o arcabouço da teoria dos jogos, nos quais o processo de escolha permite a análise do conflito entre os agentes econômicos.

ENSAIO 1

***A ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE INTERESSE NO
MERCOSUL***

ENSAIO 1 A ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE INTERESSE NO MERCOSUL

A teoria tradicional do comércio internacional¹ é concebida e analisada como uma extensão das relações de trocas domésticas, excluindo os aspectos políticos e institucionais da imposição, por parte dos governos locais, de barreiras ao livre comércio. Tal abordagem não contempla a verificação e a análise empírica de importantes pressupostos e resultados derivados da análise de equilíbrio dos modelos, bem como as relações entre os principais agentes envolvidos nos processos de barganha bilateral e multilateral.

Na verificação do padrão de comércio, enquanto resultado das vantagens comparativas de produção, duas abordagens foram estabelecidas e distinguidas em função da abundância relativa dos fatores e da especialização. A primeira delas se refere ao modelo ricardiano, onde a especialização completa explica a importância do comércio entre países. Os resultados do modelo permitem uma análise de estática comparativa dos efeitos de bem-estar do comércio. Ainda, atribui-se ao modelo a identificação da origem das vantagens comparativas que possibilitam a verificação de diferenças tecnológicas, diferenças de gostos e preferências ou de economias de escala, como constituintes da origem das vantagens comparativas, sem que seja necessária a caracterização dos problemas de bem-estar derivados do comércio.

A segunda abordagem, alternativa à primeira, que foi desenvolvida por Heckscher-Ohlin, e ampliada por Samuelson e Vanek, na década de 1950, permite a inclusão de muitos fatores, países e bens, nos testes empíricos, e têm na abundância relativa de fatores a explicação para o padrão de comércio. A sua estrutura analítica é baseada em um modelo de equilíbrio geral estático que descreve uma economia produtora de um determinado número de bens, sob concorrência perfeita nos mercados de fatores e de produtos.

À luz das contribuições teóricas de ambas as abordagens, foram estabelecidos três teoremas básicos em teoria do comércio, são eles: (i) Teorema de Stolper-Samuelson; (ii) Teorema de Rybczynsky; e (iii) Teorema de Equalização dos Preços dos Fatores.

O aspecto a ser observado é que aqueles modelos baseiam-se em um ambiente de concorrência perfeita, com a possibilidade de mobilidade dos fatores. A consideração de

¹ Dentre os livros-textos tradicionais destacam-se Caves e Jones (1977), Dixit e Norman (1989), Bowen *et.al.* (1998), Krugman e Obstfeld (1999).

concorrência imperfeita, bem como a realização de testes empíricos, revelaram uma série de problemas relativos ao livre comércio, principalmente aqueles que se referem aos efeitos de bem-estar do comércio internacional e à formulação de uma política estratégica de comércio. Os problemas, derivados da abordagem de equilíbrio geral, em fins dos anos cinquenta e, principalmente na década de 1970, passaram a destacar a origem das distorções de comércio, conforme mostram Dixit e Norman (1989).

Apesar do surgimento de um corpo teórico não-robusto, alavancado pela introdução de elementos de organização industrial na teoria do comércio internacional, conhecido como Nova Teoria do Comércio Internacional², as inferências sobre os efeitos de bem-estar se tornaram mais difíceis de serem observadas empiricamente.

Em face das dificuldades empíricas de análise, um grupo considerável de teóricos do comércio internacional tem importado da Ciência Política a abordagem da atuação de grupos de interesse na determinação das alíquotas de importação/exportação e na realização do comércio bilateral e multilateral. Assim, as distorções, outrora consideradas resultados da imperfeição dos mercados domésticos, são analisadas no âmbito dos acordos regionais de comércio (ver, por exemplo, Grossman e Helpman, 1995b).

Este tipo de análise foi disseminado em meados dos anos 70 pelos esforços conjuntos de William Brock, Stephen Magee e Leslie Young, cujos resultados foram sintetizados no livro clássico de política endógena, intitulado “*Black Hole Tariffs and Endogenous Policy Theory: Political Economy in General Equilibrium*”, Magee *et al.* (1992).

O presente Ensaio pretende: - apresentar uma breve revisão das regras do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) que dão margem à atuação de grupos de interesse em nível local; apresentar uma breve resenha dos principais trabalhos que norteiam o estudo de grupos de interesse tanto na Ciência Política, como na Economia; sugerir como metodologia de análise o uso de um *Clipping* da Gazeta Mercantil; apresentar os principais grupos de interesse a partir do contencioso do Mercosul e do fluxo de comércio -(exportações e importações) estruturadas nos Capítulos do Sistema Harmonizado do Mercosul. Para isto, na seção 1, é feita uma breve análise do histórico do Mercosul, destacando-se os principais fatos que nortearam o andamento do acordo. Na seção seguinte, são apresentadas algumas das principais contribuições teóricas sobre a atuação de grupos de interesse na Teoria Econômica. Na seção 3, é proposta uma metodologia de mapeamento dos grupos de interesse.

² Ver Baldwin (1992), Burtless (1995), Bowen *et al.* (1998) e Helpman e Krugman (1999).

Subseqüentemente, os resultados são apresentados para os países do Mercosul. Finalmente, na seção 5 são feitas considerações sobre a identificação e a análise da atuação dos principais grupos de interesse, através da verificação dos saldos do comércio intra e inter-regional, bem como a verificação das pautas de importação/exportação, que atuam no acordo regional de comércio.

Dentre os principais artigos que regulam o comércio internacional, sujeitando os signatários do General Agreement on Tariff and Trade (GATT) às suas diretivas, identificam-se sete deles que permitem a atuação de grupos de interesse, elencados como:

- (i) O Artigo I: versa sobre o conceito de Nação Mais Favorecida (NMF). O artigo impõe a condição de que os signatários do acordo devem estender as vantagens comerciais concedidas a um país aos demais signatários. Este é um dos pilares do acordo e foi violado com a inclusão do Artigo XXIV;
- (ii) O Artigo III: estabelece princípios para o Tratamento Nacional e Regulação e Taxação Interna aos produtos comercializados no âmbito internacional. É considerado um complemento ao Artigo I; enquanto aquele visa à extensão das concessões tarifárias, este objetiva a não criação de empecilhos ao fluxo de mercadorias, via tarifas e regulação dos mercados domésticos;
- (iii) O Artigo XIII: estipula a Administração Não-Discriminatória de Restrições Quantitativas. É, também, considerado uma extensão do conceito de NMF;
- (iv) O Artigo XIV: estabelece exceções à Regra de Não-Discriminação do Artigo XIII;
- (v) O Artigo XVIII: determina os princípios da Assistência Governamental para Países em Desenvolvimento, principalmente os aspectos relativos à imposição de alíquotas e quotas de importação para a “indústria infante”;
- (vi) O Artigo XIX: regula as Ações Emergenciais para a Importação de Produtos Particulares; e
- (vii) O Artigo XXIV: arbitra as Uniões Aduaneiras e as Áreas de Livre Comércio. O artigo viola o conceito de NMF (ver, para tanto, Olarreaga e Soloaga, 1999 e WTO, 1999).

O Artigo XXIV do GATT, que estabeleceu os princípios que regem as Áreas de Livre Comércio e Uniões Aduaneiras, estipula as condições, sob as quais, em um Acordo Regional

de Comércio, suas partes contratantes devem se apoiar para a expansão do livre comércio, não objetivando a manutenção, ou até mesmo a expansão, de barreiras ao livre comércio³. Deve-se frisar que tais condições foram impostas ao acordo pela pressão exercida pela Comunidade Européia que, na ocasião do acordo, entre 1986 e 1994, discutia os princípios regimentais para a União Européia.

Não obstante a união aduaneira ou área de livre comércio, a literatura econômica sobre a matéria tem apresentado uma série de discussões sobre o tema, em face da formalização de inúmeros acordos regionais de comércio (Sampson, 1996).

Uma das principais preocupações com o tema está na dificuldade de implementação de políticas comerciais quando os preços domésticos são distorcivos. Portanto, segundo Krueger (1984), a proteção ou o subsídio à produção pode ser uma forma eficiente de promoção da indústria mesmo quando os efeitos das externalidades do comércio estão presentes.

Outro problema está na discussão da possibilidade de o regionalismo se tornar uma barreira ao livre comércio no longo prazo. O centro da discussão está na dificuldade de interpretação do Artigo XXIV do GATT. Segundo Bhagwati e Panagariya (1996) existem duas fases de evolução dos acordos regionais de comércio e das uniões aduaneiras, nas quais o interesse político no tempo é destacável. São elas:

(a) Análise Estática: os conceitos de “*trade creation*” e “*trade diversion*” são importantes contribuições teóricas. Com a eliminação de tarifas preferenciais de comércio o efeito de criação de comércio tende a superar o efeito de eliminação de comércio. Um aspecto, também, relevante está na redistribuição da receita tarifária do comércio extrabloco que é fundamental para a distribuição dos ganhos de comércio. Na mesma perspectiva, observa-se que a união aduaneira deve necessariamente melhorar o bem-estar, pelo “*teorema de possibilidade*” de Kemp-Wan. Finalmente, nessa forma de análise a união aduaneira deve minimizar o custo da industrialização, que é um dos pilares do Mercosul; e

(b) Análise Dinâmica: o problema da dinâmica temporal do bloco econômico é a questão fundamental na análise. Externaliza-se a preocupação dos economistas quanto ao resultado possível dos acordos regionais de comércio, se estes favorecem ou não o livre comércio no longo prazo, conforme mostram Levy e Srinivasan (1996). Duas

³ Ver Artigo XXIV do GATT que versa sobre Uniões Aduaneiras e Áreas de Livre Comércio, parágrafos 1 a 6 e adendos (www.wto.org/develop/gatwto11.doc).

correntes de pensamento são caracterizadas: a primeira acredita que os acordos regionais são um passo para acordos multilaterais; a outra, crê que os acordos regionais acabam impossibilitando os acordos multilaterais em virtude das restrições impostas ao comércio e do gravame dos acordos distribuído entre os países excludentes. Outro ponto importante para os autores está na natureza da trajetória temporal, isto é, se a mesma é exógena ou endogenamente determinada. Este ponto é, em geral, analisado como estratégias de barganha seqüenciais.

1.1 OS ACORDOS REGIONAIS DE COMÉRCIO: O CASO DO MERCOSUL

O Mercosul, cujos antecedentes históricos remontam ao *TRATADO DE MONTEVIDÉU*, datado de 1980, teve como fundamento o cenário internacional caracterizado pela regionalização da Europa Ocidental, baseada na necessidade de ampliação dos mercados domésticos dos países integrantes do acordo, bem como as características econômicas inerentes à região.

No dia 26 de março de 1991 foi estabelecido o *TRATADO DE ASSUNÇÃO* o qual estipulava a constituição do mercado regional para a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, a partir de 31 de dezembro de 1994, com a denominação de “Mercado Comum do Sul” (Mercosul). O acordo deveria implicar os seguintes pontos fundamentais:

- (i) estabelecimento da livre circulação de bens e serviços, e dos fatores produtivos, através da eliminação dos direitos alfandegários e das restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e serviços;
- (ii) estipular uma Tarifa Externa Comum (TEC);
- (iii) adoção de uma política comercial comum em relação aos países não-signatários do acordo; e
- (iv) reciprocidade de direitos e obrigações na região.

Sua estrutura institucional, normatizada pelo *PROTOCOLO DE OURO PRETO*, protocolo adicional ao *TRATADO DE ASSUNÇÃO*, estabeleceu a criação dos seguintes órgãos⁴:

- (a) Conselho de Mercado Comum(CMC): órgão supremo do Mercado responsável pela condução política do acordo;
- (b) Grupo de Mercado Comum(GMC): órgão executivo do Mercosul que zela pelo

⁴ Os três primeiros órgãos possuem capacidades decisória e intergovernamental.

cumprimento do acordo;

(c) Comissão de Comércio do Mercosul(CCM): órgão encarregado de assistir ao GMC, visando à aplicação dos instrumentos de política acordados pelos países signatários do acordo com vistas ao funcionamento da união aduaneira;

(d) Comissão Parlamentar Conjunta(CPC): órgão representativo dos países-membros;

(e) Foro Consultivo Econômico e Social (FCES): órgão de representação dos setores econômicos e sociais manifestando-se mediante recomendações ao GMC;

(f) Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM): órgão operacional do Mercosul, responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos.

Fundado na estrutura supracitada, a ocorrência de um conjunto de fatores políticos e econômicos nortearam a execução do acordo a partir do início de 1994, mediante a apresentação da lista de preferências na Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (ALADI). Durante aquele ano, os países apresentaram suas listas de exceções à TEC, bem como suas listas de adequação.

Dentre os fatores políticos destaca-se, conforme a Tabela 1, que apenas no Brasil e no Uruguai o processo político caminhou em seu transcurso normal, entre os anos de 1994-2001. No Brasil, por exemplo, as eleições de 1998 mantiveram o presidente Fernando Henrique Cardoso, significando com isso a manutenção das diretrizes quanto ao acordo. No Uruguai, da mesma forma, as eleições de 1995 levaram ao poder o Presidente Julio María Sanguinetti com um discurso protecionista. Em 2000, aquele presidente foi substituído por Jorge Luis Battle.

Tabela 1 – Relação dos Presidentes dos Países-Membros do Mercosul:1994-2001

| | 1994 | 1995-1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 |
|------------|-----------------|----------------------------------|---|---|---|---|
| ARG | C.S. Menem | C.S. Menem | C.S.Menem | C.S.Menem ¹ F. De La Rua | F. De La Rua | F. De La Rua ² R. Puerta A.R. Saa E. Camaño |
| BRA | F.H.Cardoso | F.H.Cardoso | F.H.Cardoso ³ | F.H.Cardoso | F.H.Cardoso | F.H.Cardoso |
| PAR | J.C. Wasmosy | J.C. Wasmosy | J.C. Wasmosy ⁴ R.Cubas Grau | R. Cubas Grau ⁵ L.A.G. Macchi | L.A.G. Macchi | L.A.G. Macchi |
| URU | L.A. Lacalle | J.M. Sanguinetti ⁶ | J.M. Sanguinetti | J.M. Sanguinetti | J.M. Sanguinetti ⁷ J.L.Battle | J.L. Battle |

¹ Sucessão do Presidente Carlos S. Menem.; ² Renúncia do Presidente Fernando De La Rúa e o início da conturbação política na Argentina;

³ Recondução do Presidente Fernando Henrique Cardoso no Brasil; ⁴ Sucessão do Presidente Juan Carlos Wasmosy; ⁵ Renúncia do Presidente Raul Cubas Grau em virtude da morte do seu vice, Luis María Argaña; ⁶ Sucessão do Presidente Luis Alberto Lacalle e

⁷ Sucessão do Presidente Julio María Sanguinetti.

Fonte: Pesquisa do Autor.

Em ambos os países, conforme observa-se nas Tabelas 2a e 2b, para o Brasil, e 3a e 3b, para o Uruguai, a composição das legislaturas revela que os arranjos políticos eram factíveis, isto é, haveria a necessidade de composição para que as políticas econômicas e sociais e demais interesses políticos fossem atendidos.

Tabela 2a Eleições Presidenciais e Legislativas no Brasil (1994)

| PARTIDOS | EXECUTIVO | LEGISLATIVO | |
|----------|----------------------------------|--|---|
| | ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS (% VOTOS) | NÚMERO DE CADEIRAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS | NÚMERO DE CADEIRAS NO SENADO FEDERAL ¹ |
| PMDB | 04,38 | 107 | 14 |
| PSDB | 52,28 | 062 | 09 |
| PFL | Coligação (PSDB) | 089 | 11 |
| PT | 27,04 | 049 | 04 |
| Outros | 06,92 | 206 | 16 |

¹ Renovação de 2/3 do Senado Federal conforme o Art.46 da Constituição Federal(1999).

Fonte: Base de Datos Políticos de las Américas (Georgetown University y Organización de Estados Americanos)

Tabela 2b Eleições Presidenciais e Legislativas no Brasil (1998)

| PARTIDOS | EXECUTIVO | LEGISLATIVO | |
|----------|------------------------|--|---|
| | ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS | NÚMERO DE CADEIRAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS | NÚMERO DE CADEIRAS NO SENADO FEDERAL ¹ |
| PFL | Coligação (PSDB) | 105 | 05 |
| PSDB | 53,06 | 099 | 04 |
| PMDB | Coligação (PSDB) | 083 | 12 |
| PRONA | 02,14 | 060 | 02 |
| PPS | 10,97 | -NA- | -NA- |
| PT | 31,71 | -NA- | -NA- |
| Outros | 02,12 | 166 | 04 |

¹ Renovação de 1/3 do Senado Federal conforme o Art.46 da Constituição Federal(1999).

Fonte: Base de Datos Políticos de las Américas (Georgetown University y Organización de Estados Americanos).

Tabela 3a Eleições Presidenciais e Legislativas no Uruguai (1994)

| PARTIDOS | EXECUTIVO | LEGISLATIVO | |
|-------------------------------|-----------|--|--------------------------------------|
| | (% VOTOS) | NÚMERO DE CADEIRAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS | NÚMERO DE CADEIRAS NO SENADO FEDERAL |
| Partido Colorado | 31,40 | 32 | 11 |
| PB/Nacional ¹ | 30,20 | 31 | 10 |
| Frente Ampla/PEP ² | 30,02 | 31 | 09 |
| Novo Setor | 05,04 | 05 | 01 |

¹ Partido Blanco² Partido de Encontro Progressista**Fonte:** Base de Datos Políticos de las Américas (Georgetown University y Organización de Estados Americanos)**Tabela 3b Eleições Presidenciais no Uruguai (1999)**

| PARTIDOS | (% VOTOS) |
|-----------------------|-----------|
| Partido Colorado | 51,59 |
| Encontro Progressista | 44,07 |

Fonte: Base de Datos Políticos de las Américas (Georgetown University y Organización de Estados Americanos).

Os outros dois parceiros comerciais, a Argentina e o Paraguai, apresentaram um cenário político conturbado, ou pelas sucessivas e intermitentes tentativas de golpe no Paraguai, ou pelas dificuldades impostas pela conjuntura econômica argentina. Em 1998, no Paraguai, foi eleito Raul Cúbas Grau, em substituição a Juan Carlos Wasmosy que permaneceu no cargo de agosto de 1993 a agosto de 1998. O então Presidente Paraguaio, Raul Cubas, renunciou e foi substituído pelo Presidente do Senado Luis Ángel González Macchi. Naquele país, as eleições, ver Tabelas 4a e 4b, mostram que, tanto no ano de 1993 quanto em 1998, a Associação Nacional Republicana (ANR), obteve a vitória no ramo executivo. No legislativo, a maioria das cadeiras obtidas pela ANR fez com que a aprovação de leis pela maioria absoluta⁵ dependesse de composição com o Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) e/ou com a Aliança de Encontro Nacional (AEN). Ainda, o Artigo 145 da Constituição daquele País prevê a criação de uma ordem jurídica supranacional que visa ao desenvolvimento e a integração econômica.

⁵ Entenda-se por maioria absoluta 2/3 mais um.

Tabela 4a Eleições Presidenciais e Legislativas no Paraguai (1993)

| | EXECUTIVO | LEGISLATIVO |
|-------------------|-----------|--------------------------------------|
| PARTIDOS | (% VOTOS) | NÚMERO DE CADEIRAS NO SENADO FEDERAL |
| ANR ¹ | 39,91 | 20 |
| PLRA ² | 32,13 | 17 |
| AEN ³ | 23,14 | 08 |
| Outros | 04,82 | |

¹ Associação Nacional Republicana.

² Partido Liberal Radical Autêntico.

³ Aliança de Encontro Nacional.

Fonte: Base de Datos Políticos de las Américas (Georgetown University y Organización de Estados Americanos)

Tabela 4b Eleições Presidenciais e Legislativas no Paraguai (1998)

| | EXECUTIVO | LEGISLATIVO | |
|----------|------------------|---|--------------------------------------|
| PARTIDOS | (% VOTOS) | NÚMERO DE CADEIRAS NA CÂMARA DE DEPUTADOS | NÚMERO DE CADEIRAS NO SENADO FEDERAL |
| ANR | 55,4 | 45 | 24 |
| PLRA-EM | 43,9 | 27 | 13 |
| EN | Coligação (PLRA) | 08 | 07 |
| PB | | -NA- | 01 |

Fonte: Base de Datos Políticos de las Américas (Georgetown University y Organización de Estados Americanos).

Na Argentina, através do pleito de 1995, conforme a Tabela 5a, a Câmara e o Senado foram compostos pelo radicalismo do Partido Peronista, detentor da maioria simples⁶ em ambas as casas nas eleições de 1989, e da União Cívica Radical (UCR), conforme mostra Manzetti (1993). Já no pleito de 1999, ver Tabela 5b, que renovou o executivo e a Câmara dos Deputados, a composição tanto para a eleição do Presidente Fernando de La Rúa, quanto da renovação de parte da legislatura na Câmara dos Deputados, foi estruturada no ideário peronista disseminado em um conjunto amplo de combinações com a UCR e outros movimentos democráticos, fazendo com que a aprovação de leis naquele País dependesse de custosos arranjos políticos.

⁶ Entenda-se por maioria simples a metade mais um.

Tabela 5a Eleições Presidenciais e Legislativas na Argentina (1995-1989)

| EXECUTIVO | | LEGISLATIVO (1989) | | |
|---|----------------|-----------------------|-----------------------------|----------------------------------|
| PARTIDOS E COLIGAÇÕES | (% VOTOS) 1995 | PARTIDOS E COLIGAÇÕES | Nº DE CADEIRAS NA CÂMARA EM | Nº DE CADEIRAS NO SENADO FEDERAL |
| Partido Peronista Frepaso ¹ | 47,49 | Peronistas + Aliados | 128 | 21 |
| União Cívica Radical Modín ² | 27,83 | UCR + Aliados | 093 | 14 |
| | 16,16 | Centro | 018 | 00 |
| | 01,69 | Esquerda | 002 | 00 |
| Outros | 06,83 | Local | 013 | 07 |

¹ Frepaso(Frente para um País Solidário); ² Modín(Movimento pela Dignidade e Independência)

Fonte: Base de Datos Políticos de las Américas (Georgetown University y Organización de Estados Americanos)

Tabela 5b Eleições Presidenciais e Legislativas na Argentina (1999)

| EXECUTIVO | | LEGISLATIVO | |
|----------------------------------|-----------|----------------------------|---------------|
| PARTIDOS E COLIGAÇÕES | (% VOTOS) | CÂMARA DOS DEPUTADOS | (Nº CADEIRAS) |
| ALIANZA ¹ | 48,50 | ALIANZA | 53 |
| AlConcejust + UCeDe ² | 38,09 | PJ (Partido Justicialista) | 45 |
| AlAc-Rep + UCeDe-SF ³ | 10,09 | AlAc-Rep | 07 |
| Outros | 03,32 | Al-UCR-FREPASO | 04 |
| | | Outros | 07 |

¹ Aliança Trabalho, Justiça e Educação; ² Aliança da Correção Justicialista pela Mudança + União de Centro Democrática.

³ Aliança Ação pela República + União de Centro Democrática - Santa Fé.

Fonte: Ministério do Interior: Secretaria de Assuntos Institucionais, República da Argentina:

Base de Datos Políticos de las Américas (Georgetown University y Organización de Estados Americano)

O cenário argentino se revelou conturbado no ano de 2001, quando da renúncia do presidente De La Rúa e a sua substituição por Ramón Puerta, em seguida por Adolfo Rodríguez Saa e, no ano de 2001, por Eduardo Camaño.

As alternâncias de poder apresentam dois aspectos ambíguos. O primeiro deles é que nos processos eleitorais a pressão dos grupos de interesse é concentrada, principalmente nos financiamentos das campanhas, conduzindo a um compromisso entre as partes contratantes. Ambiguamente, a mudança no cenário político torna o compromisso entre o governo e os grupos de pressão não crível.

Esse direito de representatividade, através da pressão e dos compromissos políticos e econômicos, é contrastado com os aspectos conjunturais e estruturais que têm norteado o

processo de integração no período estudado.

Até a criação do Plano Real, por exemplo, a Argentina apresentava restrições ao comércio bilateral com o Brasil, em virtude de aquele País possuir regime cambial fixo enquanto o Brasil apresentava um processo hiperinflacionário que encarecia os produtos exportados pela Argentina e barateava os produtos brasileiros. Este ponto dificultou o início do acordo evidenciando a preocupação das duas principais organizações argentinas: a União Industrial Argentina (UIA) e a Sociedade Rural Argentina (SRA).

O processo de dolarização da economia argentina dificultou o comércio bilateral com o Brasil até a criação do Plano Real em meados de 1994. Da mesma forma, a manutenção da paridade unitária na Argentina, em detrimento das mudanças ocorridas na conduta do regime cambial brasileiro, *vis-à-vis* a sua flexibilização no início de 1999, se apresentou como forte empecilho ao processo de integração.

O registro da lista de preferências tarifárias na ALADI, ao lado da apresentação das listas de exceções à TEC, no início de 1994, foi o passo inicial para o processo de integração. De início visava-se o desconto de 82% nas tarifas de importação para os sócios e, em meados de 1994, um desconto de 89%. Finalmente, o dia 1º de janeiro de 1995 marcou o início da união aduaneira com o desconto de 100% nas listas de preferências, com a redução de 20% nas listas de exceção, e a entrada em vigor das medidas referentes ao regime de origem, restrições não-tarifárias, regimes aduaneiros especiais e regime de salvaguarda, dentre outras.

Um mecanismo de transição importante no mercado foi o regime de adequação, criado em 1994. O regime permitiu aos países-membros a elaboração de listas de produtos que só apresentariam tarifa zero no comércio intrazona *à posteriori*. No começo de 1995, a composição inicial das mesmas era a seguinte:

Quadro 1 - Lista de Adequação à TEC em 1995

| País | Composição |
|-------------|-------------------|
| Argentina | 221 produtos |
| Brasil | 29 produtos |
| Paraguai | 427 produtos |
| Uruguai | 950 produtos |

Fonte: Gazeta Mercantil - 05 de janeiro de 1995.

O objetivo da lista de adequação era o de proteger os setores estratégicos de cada país para que se adequassem à concorrência intrazona. As listas para a Argentina e o Brasil expiraram em janeiro de 1998, e para o Paraguai e o Uruguai, em janeiro de 1999.

Outro regime importante no Mercosul foi o regime de exceção à TEC no qual uma lista de produtos provenientes de outros países foi apresentada com vistas à proteção de setores importantes da indústria doméstica. Da mesma maneira, uma lista próxima foi a chamada *lista Dallari* que visava à manutenção de estoques reguladores de produtos no mercado doméstico para a contenção da inflação.

O regime de exceção passou a vigorar em fins de 1994, com vigência prevista até o final de julho de 1997. Em 31 de julho de 1997 o prazo foi adiado para 31 de outubro do mesmo ano. A segunda prorrogação ampliou o prazo para 28 de fevereiro de 1998. A terceira prorrogação ampliou o seu prazo, vigorando por mais quatro meses.

Esses regimes, tanto o referente à lista de adequação quanto o de exceção à TEC, apresentaram fortes entraves ao processo de negociação. Naqueles regimes, também, observa-se a capacidade organizacional dos grupos de interesse que compõem alguns setores-chave das economias integrantes.

A criação de um regime de origem apropriado não reduziu as disparidades dos parques industriais dos países-membros. O Brasil e a Argentina, por exemplo, apesar de serem os membros mais industrializados, apresentam grande disparidade permitindo, com isso, a atuação de grupos de interesse em ambos os países. Nos casos do Paraguai e do Uruguai, o regime impediu a possibilidade de criação das “*indústrias de maquilagem*”, no caso do primeiro, e dificultou o desenvolvimento industrial do último, em virtude das propostas de criação de zonas de processamento de exportações, por parte da Argentina. Em sua proposta inicial houve uma controvérsia entre Argentina, Brasil e Paraguai. O primeiro país considerava 60% de conteúdo local como indicador de origem, o segundo 70%, e o último apenas 30%. A proposta vencedora foi a de 60% de conteúdo local, em virtude da forte atuação da indústria automobilística argentina na negociação do acordo.

A Decisão CMC N.º05/96 estabeleceu tanto o regime de origem quando o de “*drawback*” ao comércio intrabloco. Embora tenha sido prorrogado em 1998, a Decisão CMC N.º 21/98 determinou que a partir do dia 31 de dezembro de 2000 o regime não mais poderia ser aplicado no comércio intrazona. O objetivo era o de impedir que algumas economias locais estabelecessem um processo de *beggar the neighbour* através de sucessivos

déficits nas balanças comerciais dos parceiros, dificultando o processo de desenvolvimento sustentável pela restrição externa ao crescimento. Esse expediente foi amplamente pleiteado pelos países integrantes.

O regime⁷ se constitui em um incentivo fiscal à exportação, concedido tanto às empresas industriais quanto comerciais, e é utilizado para a importação de insumos, isentos do pagamento de impostos de importação, após serem submetidos ao beneficiamento, transformação e/ou integração industrial, que devem gerar um produto final o qual, obrigatoriamente, deve ser exportado.

Motivado pelas disputas comerciais, inerentes a qualquer mercado, o mecanismo de salvaguardas, baseado no Artigo XIX do GATT de 1994, constitui-se em um instrumento de defesa comercial mediante a aplicação de medidas temporárias e seletivas, tais como tarifas ou restrições quantitativas (quotas), destinadas a regular a entrada de produtos importados que estejam ameaçando a produção nacional de bens similares. No contexto do Mercosul o regulamento foi proposto em 1996 e, somente em outubro de 2001⁸, foi estabelecido um regime de salvaguardas bilateral entre o Brasil e a Argentina, mediante a aprovação dos demais membros.

Observa-se que a implantação da união aduaneira foi marcada por extensa e intensiva atuação de grupos de interesse. Além do que, a própria natureza das regras que norteiam os acordos comerciais, tanto nos âmbitos regional quanto multilateral, deixam uma prerrogativa para a influência de tais grupos. Faz-se necessário, portanto, a identificação dos grupos atuantes, bem como dos procedimentos adotados por aqueles grupos para que se verifique a sua relevância.

Os aspectos relacionados às conjunturais econômicas dos países-membros foram sintetizadas na Tabela 6. Os principais indicadores revelam que a Argentina, o Brasil e o Uruguai apresentaram fortes restrições fiscais ao processo de integração. Logo, a concessão de incentivos fiscais, os quais dependeriam da abstenção de receita fiscal, seria amplamente dificultada. Ainda, a receita de impostos de importação deveria ser levada em conta nas rodadas de negociação (ver item 1.1 da Tabela).

⁷ Ver <http://www.mdic.gov.br/comext/secex/drawback.html>.

⁸ Ver Gazeta Mercantil, 10 de outubro de 2001.

Tabela 6 Principais Indicadores Macroeconômicos dos Países -Membros.

| | ARGENTINA | | | | | BRASIL | | | | |
|---|-----------|-------|-------|-------|------|---------|------|------|------|------|
| | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 |
| 1. SETOR FISCAL | | | | | | | | | | |
| 1.1. DÉFICIT FISCAL / PIB - % | 1.5 | 1.4 | 1.7 | 2.4 | 3.2 | 6.1 | 8 | 10.3 | 4.6 | 6.2 |
| 1.2. DÍVIDA PÚBLICA BRUTA (INTERNA + EXTERNA) / PIB - % | 34.8 | 37.7 | 43.1 | 44.3 | 54.0 | 52.1 | 60.9 | 68.1 | 66.8 | 71.6 |
| 2. SETOR EXTERNO | | | | | | | | | | |
| 2.1. DÉFICIT EN CONTA CORRENTE / PIB - % | 4.1 | 4.8 | 4.3 | 3.3 | 1.6 | 3.8 | 4.3 | 4.8 | 4.1 | 4.6 |
| 2.2. RESERVAS INT. DO BANCO CENTRAL / BASE MONETÁRIA | 1 | 1 | 1 | 1 | 1.2 | 1.8 | 1.4 | 1.3 | 1.4 | 6.2 |
| 3 SETOR REAL E PREÇOS | | | | | | | | | | |
| 3.1. TAXA DE VAR. % ANUAL DOS PREÇOS AO CONSUMIDOR | 0.3 | 0.7 | -1.8 | -0,7 | -1.5 | 4.3 | 2.5 | 8.4 | 5.3 | 9.4 |
| 3.2. TAXA DE DESEMPREGO - % | 14.9 | 12.8 | 14.2 | 15.1 | 17.3 | 5.7 | 7.6 | 7.56 | 7.14 | 6.23 |
| 3.3. TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB - % | 8.1 | 3.9 | -3 | -0.5 | -0.5 | 3.27 | 0.13 | 0.81 | 4.36 | 1.51 |
| | PARAGUAI | | | | | URUGUAI | | | | |
| | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 |
| 1. SETOR FISCAL | | | | | | | | | | |
| 1.1. DÉFICIT FISCAL / PIB - % | -1.44 | -0.97 | -3.58 | -4.5 | -NA | -NA | -NA | 4.0 | 4.1 | 4.3 |
| 1.2. DÍVIDA PÚBLICA BRUTA (INTERNA + EXTERNA) / PIB - % | 28.5 | 31.6 | 41.4 | 39.71 | -NA | -NA | -NA | 40.8 | 45.5 | 54 |
| 2. SETOR EXTERNO | | | | | | | | | | |
| 2.1. DÉFICIT EN CONTA CORRENTE / PIB - % | 6.8 | 1.9 | 1.1 | 4.2 | -NA | -NA | -NA | 2.4 | 2.9 | 2.7 |
| 2.2. RESERVAS INT. DO BANCO CENTRAL / BASE MONETÁRIA | 1.1 | 1.3 | 1.6 | 1.3 | 1,5 | -NA | -NA | -NA | -NA | 4.8 |
| 3 SETOR REAL E PREÇOS | | | | | | | | | | |
| 3.1. TAXA DE VAR. % ANUAL DOS PREÇOS AO CONSUMIDOR | 6.2 | 14.6 | 5.4 | 8.6 | 6,7 | -NA | -NA | 4.2 | 5.1 | 3.59 |
| 3.2. TAXA DE DESEMPREGO - % | 7.1 | 14.3 | 16 | -NA | -NA | -NA | -NA | 11.3 | 13.6 | 14.9 |
| 3.3. TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB - % | 2.6 | -0.4 | 0.5 | -0.4 | -NA | -NA | -NA | -3.2 | -1.3 | -3.1 |

Fonte: Elaborado pela Comissão de Indicadores Macroeconômicos com base nas estatísticas fornecidas pelos órgãos oficiais dos países-membros.

Conforme o item 3.1 da Tabela 6, a estabilização do nível de preços, em virtude da política cambial adotada pela Argentina e Brasil, resultou em um quadro recessivo, principalmente em fins dos anos noventa, ver item 3.3 da Tabela. Ainda, as elevadas taxas de desemprego, identificadas no item 3.2 da Tabela 6, se constituíram em importante instrumento de barganha por parte de setores trabalho-intensivo, bem como em um impedimento à ampliação do programa de integração.

Da mesma maneira, a necessidade de saldos comerciais elevados, para a sustentação das cotações da moeda estrangeira no regime de taxa de câmbio vigente nos países-membros, afetou o comércio intrabloco, que passou a considerar os resultados agregados do acordo, viabilizando, para tal, arranjos que corrigissem déficits, mesmo que temporários.

Atendo-se aos itens 2.1 e 2.2 da Tabela 6, constata-se que as relações déficit em conta-corrente em proporção do PIB e reservas internacionais em proporção da base monetária apresentaram resultados satisfatórios em fins dos anos 1990 e início do novo milênio. Isso, talvez, justifique a demora no processo de integração.

Alguns aspectos importantes no acordo devem ser enfatizados, a saber:

- (i) setores com elevado efeito-encadeamento são negociados à parte. Como exemplo, cita-se a indústria automotiva;
- (ii) setores tradicionais como a pecuária, sucroalcooeiro e agricultura, são protegidos;
- (iii) setores que apresentam pouca influência no balanço comercial, mas detêm um elevado coeficiente de resposta às políticas macroeconômicas, são negociados à parte. Considera-se como exemplo as indústrias têxteis e calçadistas que são setores trabalho-intensivo, isto é, empregam quantidade relevante de mão-de-obra; e
- (iv) setores de indústrias químicas e de alta tecnologia são considerados estratégicos.

A literatura econômica tem formalizado a atuação de tais grupos ao evidenciar a sua capacidade de negociação nos âmbitos executivo, judiciário e legislativo. Este foco, denominado de abordagem de Economia Política, tem motivado o estudo de alguns aspectos importantes da política macroeconômica como, por exemplo, eleições presidenciais e legislativas e, ainda, os processos de negociação comercial, bilateral e multilateral.

1.2 RESULTADOS IMPORTANTES E GENÉRICOS SOBRE GRUPOS DE INTERESSE

A discussão sobre grupos de interesse tem sido fomentada pela Ciência Política tendo como proposta a verificação da qualidade dos regimes democráticos sob sua influência e, como principal cenário, os Estados Unidos. A preocupação com a influência dos grupos em uma democracia, bem como o incentivo e o controle dos grupos pelas instituições governamentais, fizeram com que muitos autores se preocupassem com a formalização de modelos teóricos que explicitassem o comportamento de tais grupos.

Na Economia o interesse pelo tema tem sido ampliado pelos resultados e inconsistências dos modelos concorrenciais de barganha por benefícios políticos. Essa ramificação da literatura tem permitido a verificação de duas abordagens distintas e coexistentes na ciência, como o faz Mitchell e Munger (1991). São elas:

(a) a abordagem dos cientistas políticos: baseia-se na teoria dedutiva e não tem fornecido as hipóteses necessárias para questões e resultados importantes do tema como, por exemplo, a origem e os mecanismos de exercício de influência. O conhecimento dos mecanismos de influência dos grupos tem sido fundamental para a explicação de muitos resultados, principalmente daqueles que se relacionam com a política comercial endógena (ver, como exemplo, Grossman e Helpman, 1995a, b); e

(b) a abordagem dos economistas: é mais abstrata e analítica e o trabalho é desconhecido na Ciência Política. A interface entre as abordagens dos economistas e dos cientistas políticos tem se constituído em importante área de pesquisa, tanto na Ciência Política quanto na Economia. Os resultados empíricos têm sido baseados em estruturas econométricas estimadas pelo Método de Mínimos Quadrados Generalizados, que incluem o grau de penetração das importações como variável explicativa.

Para Potters e Sloof (1996) o processo político norte-americano tem-se constituído em importante fonte de atuação de grupos de interesse. Segundo os referidos autores, desde as contribuições de Bentley e Schattschneider, a preocupação com o tema tem sido a da análise do impacto negativo da atuação de tais grupos no cenário político e nos indicadores econômicos e sociais.

O caráter distrital dos pleitos, bem como a legislação que regula as contribuições de campanha, têm-se constituído em importante base para o tratamento empírico e estudo de alguns cenários políticos e de alguns fatos estilizados.

Sendo esta a principal fonte de variáveis empíricas para a produção científica, além das atividades de *lobbying* no executivo, no legislativo e no judiciário, a estrutura de atuação dos grupos fez com que Kollman (1998) caracterizasse a expansão do conflito entre os grupos como uma forma de sinalização para os políticos. Assim, portanto, a atuação dos grupos deveria ser dividida em duas partes distintas, o *inside lobbying*, que é a abordagem padrão, e o *outside lobbying*, que ocorre através da atuação de agentes externos ao grupo, seja ela via

pressão dos sindicatos ou das organizações não-governamentais.

Na literatura econômica, o procedimento analítico usual é baseado nos conceitos de maximização da utilidade, onde o sistema político representa a base para a interação entre os grupos e os agentes governamentais, e as funções de pressão política substituem as funções clássicas de demanda e oferta. Segundo Mitchell e Munger (1991), na Economia a literatura sobre o tema remonta à contribuição seminal de Mancur Olson⁹. O problema de Olson (1995) era explicar como os indivíduos, ao perseguirem seus próprios interesses em um grupo, estrangulariam o sistema, restringindo o menu de possibilidades de escolha de todos.

Sua grande dificuldade foi, então, tratar o fenômeno do *rent-seeking*¹⁰ como um fenômeno puramente de demanda, deixando para o governo o papel decisório. Essa falha na estrutura teórica de Olson fez com que muitos teóricos analisassem o problema a partir da oferta.

As contribuições de economistas como Barro, Peltzman, Posner e Stigler, fundadas em suas teorias de regulação, estabelecem que o governo é apenas o ofertante de serviços regulatórios, isto é, relega ao governo um papel inferior ao suposto por Olson. O conjunto das contribuições daqueles autores firmou o que se denomina na literatura econômica de modelo de Chicago para a teoria da regulação. Naquela teoria, o governo oferta serviços através da fixação de preços, da restrição à entrada de firmas em mercados, da concessão de subsídios, da supressão de bens substitutos, e do estabelecimento de quotas de importação, dentre outras.

Apesar de atrativa, a teoria não solucionou alguns problemas como o de prever quais indústrias que deveriam ser reguladas, assim como não foi capaz de explicar a desregulação existente em alguns mercados.

Uma outra vertente, liderada por Buchanan, Tollison e Tullock, conhecida como “virginianos”, concebe que o processo de barganha legislativa faz com que o sistema político estabeleça um quase-mercado para a eliminação das transferências de riqueza e para se extorquir renda de grupos menos organizados em favor dos mais organizados.

As questões colocadas pelos autores contrapõem-se àquelas estipuladas por Olson, isto

⁹ *The Logic of Collective Action*, Harvard University Press, 1965.

¹⁰ Define-se *rent-seeking* a partir das seminais contribuições de Tullock, Krueger e Posner, in: Buchanan *et al.* (1980). Segundo Buchanan *et al.* (1980) e Tullock (1993), o *rent-seeking* pode ser definido como o uso de recursos para se obter, através de um processo político, privilégios especiais nos quais o prejuízo para os outros indivíduos é maior que o ganho para os agentes que obtêm renda. Drazen (2000) afirma que a atividade de *rent-seeking* é ligeiramente conectada com a atividade de *lobbying*, mas a ênfase não é no processo de *lobbying*, mas nas implicações para ampliação ou dissipação de recursos.

é, há uma interação entre a demanda e a oferta. O procedimento do modelo consiste na maximização de um modelo de votação e o resultado explica os problemas propostos pelos ofertantes.

No início dos anos 80 Gary S. Becker, economista da escola de Chicago, apresentou um modelo¹¹ de competição entre grupos de interesse por influência política. No modelo, Becker (1983) estabeleceu uma aproximação entre o *Teorema de Coase*¹² e o pensamento de Stigler/Peltzman sobre a regulação dos mercados, que atribui um papel limitado para a ação do governo. O autor, utilizando-se do instrumental de equilíbrio geral, derivou proposições em cima do tamanho ótimo dos grupos, sobre o ganho esperado para os grupos vencedores em relação aos possíveis ganhos de um cartel perfeito. Ainda, obteve resultados satisfatórios para o *rent-seeking*.

Formalmente o modelo pode ser estruturado como um jogo *Cournot-Nash* tornando-se mais restrito ao se supor que o *rent-seeking* é conduzido como um jogo de soma-zero. Estas são baseadas na transferência de renda entre os agentes e na simetria de informações e similaridade da função de utilidade dos agentes.

O trabalho de Becker (1983) afirma que o equilíbrio político depende da eficiência de cada grupo em produzir pressão política¹³. O modelo divide dois grupos: o primeiro é o de subsidiados, e o segundo, é o de contribuintes¹⁴. A generalidade do trabalho pode ser estendida para a análise de temas como a estrutura de equilíbrio das tarifas, subsídios, quotas, e diversos outros favores políticos, que é a preocupação da literatura de política comercial endógena.

A preocupação do autor era a de estabelecer uma função de influência política que servisse de restrição para a atuação de grupos de interesse. Portanto, em seu primeiro trabalho, o autor não se preocupava com a determinação do tamanho ótimo dos grupos de

¹¹ A Theory of Competition among Pressure Groups for Political Influence, *Quarterly Journal of Economics*, v.98, p.371-400, August 1983.

¹² Segundo Mas-Colell *et al.*(1995, p.357), [... If trade of the externality can occur, then bargaining will lead to an efficient outcome no matter how property rights are allocated.]

¹³ A proposta de Coughlin *et al.*(1990) é análoga à de Becker. Os autores especificam e analisam a competição eleitoral com grupos de interesse. Em seu modelo eles examinam a correlação de forças entre os grupos de interesse e a natureza das políticas governamentais, concluindo que cada equilíbrio é Pareto ótimo.

¹⁴ A idéia baseia-se na determinação da *deadweight costs* que representa as distorções no uso dos recursos públicos, criadas pelas taxas e subsídios, apresenta maior efeito na competição por influência.

pressão; em sua versão menos formalizada, e com resultados mais amplos, Becker apresentou uma abordagem onde a capacidade dos grupos de interesse em influenciar os resultados políticos, quando eles competem pela obtenção do poder, é evidenciada pela homogeneidade dos agentes.

Em termos algébricos o modelo original de Becker (1983) foi estruturado como um problema de equilíbrio geral, análogo ao mercado para um bem de consumo qualquer, com uma firma ofertante de um produto homogêneo com consumo excludente entre os agentes, e com dois agentes concorrendo entre si, apresentando para isso uma função de utilidade a ser maximizada e uma restrição representada por uma dotação de recursos.

As regras para o dispêndio com a pressão, e o exercício da influência política, determinam o acesso aos recursos políticos representados pelos níveis de subsídios e tributação estabelecidos pelo governo. Essa restrição do governo quanto à concessão de subsídios e à arrecadação de impostos são determinadas com base em um orçamento equilibrado, isto é, o que um grupo ganha é igual ao que o outro perde; logo, um jogo de soma-zero.

A utilidade de cada indivíduo, ou grupo, é mensurada pela função de renda real total, podendo ser agregada para mensurar a renda agregada da economia ou o produto agregado.

Os grupos, apresentando estruturas homogêneas, são agregados com base nas variáveis s e t , as quais representam os subsídios e os impostos. As variáveis Y_s^0 (beneficiários) e Y_t^0 (contribuintes) representam os níveis de renda de cada grupo antes da realização do jogo, ou seja, antes da redistribuição do governo. As variáveis correlatas Y_s e Y_t representam os níveis de renda após a redistribuição.

Os resultados baseados nas transferências são expressos pelas seguintes relações:

$$T_s = Y_s - Y_s^0 \quad e \quad T_t = Y_t - Y_t^0 \quad (1)$$

Em equilíbrio o montante T_s é igual ao montante T_t e o montante de renda transferida dos contribuintes para os beneficiários dos subsídios, é representado pelo nível de tributação estipulado pelo governo e pode ser escrito como:

$$S = n_t F(T_t) \quad (2)$$

em que:

n_t = número de membros de t , isto é, o número de agentes que compõe o grupo de interesse;

T_t = tributos pagos por cada membro;

$F(T_t)$ = receita tributária de T_t e incorpora a *deadweight costs* que resulta do efeito distorção das taxas.

As condições de ótimo da expressão (2) são as seguintes:

$$F(T_t) \leq T_b, F' \leq 1 \text{ e } F'' \leq 0 \quad (3a)$$

$$F(T_t) = T_b, F' = 1 \text{ e } F'' = 0 \quad (3b)$$

(ausência de distorções) - uso de impostos *lump sum*.

O equilíbrio entre arrecadação e transferência é representado por:

$$n_s G(T_s) = S = n_t F(T_t) \quad (4)$$

As condições de ótimo para o comportamento do outro grupo são dadas por:

$$G(T_s) \geq T_s, G' \geq 1 \text{ e } G'' \geq 0. \quad (5)$$

O volume de impostos arrecadado é determinado pela função de influência política, a qual depende da pressão (p) exercida por s (beneficiários) e t (contribuintes) e outras variáveis (x), consideradas relevantes. Estas outras variáveis podem ser, por exemplo, aspectos conjunturais relevantes e pleitos. Logo, a função de influência política é a que segue:

$$n_t F(T_t) = -I^t(p_s, p_b, x) \quad (6)$$

Analogamente, o montante de subsídios concedido é representado por:

$$n_s G(T_s) = I^s(p_s, p_b, x) \quad (7)$$

A condição que caracteriza o equilíbrio orçamentário do governo, bem como estrutura

a relação como um jogo de soma-zero pela seguinte condição, a saber:

$$I^s + I^t \equiv 0 \quad (8)$$

As condições de ótimo para a identidade (8) são representadas pela expressão (9), a qual mostra a condição de influência ótima e restringe os gastos com contribuições de campanha e outras formas de despesas por parte dos grupos de pressão:

$$\frac{\partial I^s}{\partial y} \equiv I_y^s \equiv - \frac{\partial I^t}{\partial y} \equiv -I_y^t \quad (9)$$

Por sua vez, a variável pressão política é estruturada com base no volume de recursos disponibilizados por cada um dos membros do grupo, o qual é determinado exogenamente, isto é:

$$p = p(m, n), \text{ sendo } m = an \quad (10)$$

tal que:

a = montante de recursos gastos por membro em manter um *lobby*;
 n = número de integrantes do grupo; e
 m = volume de despesas do grupo.

A expressão (10) apresenta um importante elemento da teoria dos grupos de interesse, que é a identificação do problema de *free-rider*. Observa-se que o volume de despesas do grupo depende do número de integrantes do mesmo; logo, quanto maior o número de integrantes, menor deve ser os recursos per capita do grupo. Assim, o *free-riding* é aqui caracterizado com uma restrição na pressão exercida pelo grupo e a sua estrutura foi analisada, posteriormente, por Pecorino(1998) e Magee(2002).

Tomando-se as restrições para cada um dos grupos, pode-se reescrever a expressão (1) como:

$$Y_s = Y_s^0 + T_s - a_s, \text{ e } Y_t = Y_t^0 + T_t - a_t \quad (11)$$

A renda para cada um dos membros é maximizada quando as contribuições marginais individuais se igualam ao benefício marginal, análogo ao problema de mercado para uma firma em concorrência perfeita, isto é, quando o custo marginal é igualado à receita marginal. Algebricamente, portanto, a relação é estipulada como:

$$\frac{dT_s}{da_s} = 1; \frac{dT_t}{da_t} = -1 \quad (12)$$

Observa-se que o problema pode ser estruturado como um problema de *menu costs* em uma estrutura de problema de agência, como o fizeram Bernheim e Whinston(1986a, b). Entretanto, com base na formalização do autor, são obtidas algumas proposições quanto ao comportamento e resultados apresentadas como:

- (i) um grupo que se torna mais eficiente em produzir pressão local é capaz de reduzir suas taxas e elevar os seus subsídios;
- (ii) um aumento na *deadweight cost* reduz o subsídio de equilíbrio. Logo, uma elevação nos custos reduz os níveis de contribuições e, portanto, a pressão exercida pelo grupo;
- (iii) grupos politicamente bem-sucedidos tendem a ser pequenos em relação ao tamanho dos grupos taxados para pagar seus subsídios. O tamanho do grupo pode apresentar uma relação inversa com o volume de contribuições, caracterizando o fenômeno do *free-riding* como um problema inerente a grandes grupos de pressão; e
- (iv) a competição entre grupos de pressão favorece métodos mais eficientes de taxaço. Aqui, o ponto fundamental é que os grupos revelam suas preferências quanto aos níveis de gastos e subsídios, eliminando o problema de assimetria de informações, fazendo com que o governo tenha conhecimento da capacidade de pagamento e da demanda dos diversos grupos.

O caso pode ser ampliado para muitos grupos de pressão não invalidando, contudo, os resultados originais para os dois grupos. A abordagem do autor se afasta da tradição de jogos cooperativos por não modelar explicitamente a formação da coalizão, ao reduzir a estrutura às suposições não-realistas de que as preferências dos eleitores são fixas. Este problema, apesar de não ter sido contemplado por Bernheim e Whinston(1987) e Bernheim *et al.*(1987),

não invalida a relevância de sua contribuição.

Hoyt e Toma(1989) aplicaram o modelo de Becker e verificaram que uma de suas implicações é que o *lobby* político em nível local ocorre devido aos seus efeitos indiretos no resultado da distribuição dos recursos estaduais. A mesma estrutura foi ampliada por Kristov *et al.*(1992), quando os autores apresentam uma estrutura em que os agentes são heterogêneos e agrupam-se com o intuito de elevar sua influência política.

O que corrobora as hipóteses de similaridade das funções de pressão política, atribuídas às abordagens de Becker(1983, 1985), foram os resultados empíricos obtidos por Kau e Rubin(1979). Os autores observaram que, durante os períodos de votação do orçamento pelos congressistas, o número de membros de um Estado no *lobby* daquela agremiação é elevado. Ainda, para Nownes e Freeman(1998) as técnicas de atuação não diferem muito entre os grupos de interesse, deixando uma margem para que as funções de pressão sejam análogas. Isso torna a abordagem de *inside/outside lobbying*, devida a Kollman(1998), pouco significativa.

No trabalho de Hoyt e Toma(1993) foi analisada a influência do governo estadual na alocação municipal dos recursos destinados à educação primária e secundária. No processo, a forma de atuação do governo estadual, em uma esfera mais elevada, acabaria influenciando as decisões municipais sobre a alocação dos recursos públicos.

Transferindo o problema para a análise das implicações de bem-estar da teoria do comércio internacional, como a literatura de comércio internacional o tem feito, observa-se que o problema torna-se mais complexo em virtude da diversidade de agentes. Aqui o poder de barganha de cada grupo leva em conta um conjunto de variáveis bem distintos e o problema de transferência de recursos é ampliado para o cenário internacional.

Dixit e Norman(1989) afirmam que o resultado importante é que a tributação externa deve exercer papel importante na redistribuição doméstica, principalmente quando o conjunto completo de tributação de bens domésticos não pode ser implementado, ou seja, o gravame da tributação é transferido para não-residentes.

1.3 IDENTIFICAÇÃO DE GRUPOS DE INTERESSE: A METODOLOGIA DO CLIPPING E A AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO

Segundo Potters e Sloff(1996) a identificação de algumas das atividades dos grupos de interesse é, em geral, baseada no registro da contribuições de campanha. Sendo os pleitos intercalados entre quatro, cinco ou mais anos, dependendo do pleito ser para a legislatura ou para o executivo dos governos, não há como se basear nesta informação para a identificação dos grupos.

A solução indicada por aqueles autores é tentar relacionar as variáveis de políticas públicas às características estruturais dos grupos de interesse. Neste tipo de abordagem, o sucesso político dos grupos dependeria de três grupos de variáveis: (i) tamanho político do grupo; (ii) presença de grupos opositores ou coalizão; e (iii) pressão eleitoral na política.

Este tipo de identificação não pode ser ampliado para o interstício das eleições, isto é, aquele período em que o executivo e a legislatura criam e executam medidas que afetam o interesse dos grupos. Logo, a legislação sobre a atividade dos grupos seria a base para uma fonte ímpar de informações sobre os mesmos.

O trabalho realizado por Lopes (1996), direcionado para a história dos grupos de interesse na agricultura e política agrícola norte-americana, atesta a importância de uma legislação que regule os grupos de interesse. Aquele trabalho consistiu em um levantamento histórico e biográfico dos principais grupos de interesse nos Estados Unidos, dentre os quais destaca-se o *FARM BUREAU* e sua atuação política ao longo da história norte-americana.

É importante confirmar a ausência de legislação sobre a atuação de grupos de interesse na Argentina e no Brasil, que são os principais integrantes do bloco. Deve-se, entretanto, ressaltar que na Argentina, a Câmara dos Deputados criou um Projeto de Lei¹⁵, identificado como 1152-D-02, o qual procura estabelecer a criação dos registros de grupos lobistas no âmbito dos poderes executivo e legislativo. No caso do Brasil, a legislação dos grupos está no Projeto de Resolução N° 203 de 2001 que estabelece a disciplina e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados na Câmara dos Deputados.

No Brasil, a ausência de uma legislação consolidada como a norte-americana, a qual firma princípios e limites para a atuação de tais grupos, bem como estipula os valores limites

¹⁵ Ver site (<http://www.hcdn.gov.ar>) e procurar EXP-DIP: 1152-D-02.

das contribuições de campanha, torna a identificação de tais grupos uma tarefa difícil. No caso norte-americano, a simples identificação das contribuições, bem como a legislação política daquele País, faz com que o mapeamento dos grupos e a identificação dos valores contribuídos forneçam uma base estatística para trabalhos empíricos em muitas áreas como a educação, a saúde, a política de comércio exterior e outras políticas públicas¹⁶.

Nesse sentido, viu-se, portanto, a necessidade de se recorrer à base de dados da Gazeta Mercantil através do *clipping do Mercosul*¹⁷. A metodologia do *clipping* consiste na coleta e análise das informações veiculadas na imprensa escrita, basicamente as publicadas pelo jornal Gazeta Mercantil, durante os anos de 1994-2001. O Quadro 2 apresenta uma síntese do volume de informações consultadas no período analisado.

Quadro 2 – Síntese das Informações do *Clipping* da Gazeta Mercantil

| Ano | Volume de Notícias |
|------------|---------------------------|
| 1994 | 107 |
| 1995 | 88 |
| 1996 | 100 |
| 1997 | 71 |
| 1998 | 56 |
| 1999 | 128 |
| 2000 | 118 |
| 2001 | 96 |

Fonte: Informações organizadas pelo autor.

A partir do *clipping* foram identificadas as principais notícias baseadas sempre na menção das sugestões, reclamações, medidas propostas e adotadas para produtos e grupos vinculados com um produto, firma ou indústria da economia dos países integrantes do bloco. Ressalva-se que, em seu conjunto, as notícias quase que exclusivamente se circunscreveram às questões relacionadas à Argentina e ao Brasil, relegando aos demais parceiros comerciais um papel secundário e de pouca expressão.

Com base nos trabalhos de Bouzas e Avogrado (2002) e Veiga (2002) o entendimento

¹⁶ Dixit e Londregan(1996) se constitui em um exemplo de tal afirmação, pois os autores se utilizam de um modelo de votação da maioria bipartidário para a determinação do sucesso de grupos em políticas de redistribuição.

¹⁷ Ver site (<http://www.gazetamercantil.com.br>).

da atuação dos grupos pode ser sugerido, como nos casos da Argentina e do Brasil. Para o caso da Argentina, Bouzas e Avogrado (2002) revelam que as associações econômicas são quase que as únicas organizações do setor privado com algum tipo de inserção no processo de formulação da política econômica daquele País. O setor privado é, porém, fragmentado, pobremente organizado, e pessimamente equipado para a discussão de questões técnicas relevantes.

O fato de as organizações do setor público serem fracas, e o processo político bastante difuso, faz com que a intervenção no processo seja através dos *lobbies*, de emendas ou de intervenções *ad hoc*. Aliado a este fato, é ressaltado que o cenário político argentino mostrou-se conturbado a partir da sucessão do Presidente Menem.

No caso do Mercosul, para aqueles autores, o trâmite de medidas deve-se ao papel exercido pela legislatura e pelo poder executivo. A legislatura, com base na Constituição Argentina, confere ao Congresso a autoridade de fixar as taxas e tarifas comerciais, bem como legislar sobre matéria aduaneira. Em ambas as casas, Câmara e Senado, três conjuntos de comitês têm a responsabilidade para o comércio exterior e questões correlatas. São eles: o Comitê de Relações Exteriores e os Comitês de Trabalho, os Comitês de Comércio e os Comitês do Mercosul. No poder executivo, apenas dois ministérios estão envolvidos nos trabalhos: o Ministério da Economia e os Ministérios das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

Os autores concluem que, do ponto de vista organizacional, o setor privado argentino é tão fragmentado quanto o setor público, o que dificultaria as contribuições para a formulação da política comercial, deixando, assim, oportunidades para o clientelismo lobista. Logo, a possibilidade de coalizão parece ser diminuta.

No caso do Brasil, o aspecto organizacional é exemplar. Em virtude do passado de industrialização protecionista, segundo Veiga (2002), o País criou uma estrutura muito favorável para processos de coalizão e negociações em bloco. O governo organiza encontros com representantes empresariais para o conhecimento de suas demandas, após definir diretivas quanto às regras e os níveis de liberalização, bem como os objetivos das negociações de acordos comerciais. As lideranças privadas, sempre influenciadas pelos interesses setoriais, estabelecem um processo de barganha, podendo se sujeitar às metas que o governo venha estipular.

A identificação dos grupos, como mencionado, baseia-se na identificação direta e

indireta de sua atuação por meio da verificação dos principais produtos negociados no acordo e submetidos aos diversos procedimentos, regime de adequação, regime de exceção, salvaguarda e outros. A construção de tabelas identificando os produtos de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) auxilia o mapeamento dos grupos ao relacioná-los por setores de atividade.

Além disso, são considerados os resultados que foram organizados na Tabela 7 os quais apresentam os balanços comerciais dos países, estruturados nas seções do Sistema Harmonizado, bem como as variações percentuais em relação ao ano anterior. Completa o conjunto de informações a referência sobre o destino dos fluxos comerciais, com as suas respectivas variações percentuais em relação ao ano anterior.

1.4 A ATUAÇÃO DOS GRUPOS NO PERÍODO DE 1994-2001

Nesta seção são apresentados os principais resultados que permitem a identificação dos grupos de interesse no Mercosul, quer seja através da relação dos contenciosos, quer seja através da verificação das transações comerciais intra e extrabloco, sejam as seções ou o sistema de 4 dígitos do Sistema Harmonizado.

1.4.1 Os Grupos de Pressão no Paraguai e no Uruguai

No Paraguai, a atuação da União Industrial do Paraguai (UIP) se resumiu no pedido de reciprocidade na eliminação das alíquotas por parte da Argentina e do Brasil em 1994. No ano de 2001 questionaram a imposição de barreiras não-tarifárias para vagalhões de aço por parte do Brasil.

O Centro de Importadores do Paraguai (CIP) identificou a elevação da TEC como o principal motivo do processo inflacionário daquele País. A TEC encareceu a importação de alguns produtos, os quais eram importados de outros países a preços menores do que os praticados pelos parceiros comerciais.

Deve-se, ainda, frisar que a ausência de um parque industrial automotivo consolidado fez com que a adesão daquele País ao Regime Automotivo do bloco ocorresse apenas em 2001, com uma adesão para apenas três anos.

Tabela 7 (Continuação)

| Seções | PARAGUAI | | | | | | | | | | URUGUAI | | | | | | | | | |
|--------|----------|--------|--------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | 1995 | | 1996 | | 1997 | | 1998 | | 1999 | | 1995 | | 1996 | | 1997 | | 1998 | | 1999 | |
| | IMP | EXP | IMP | EXP | IMP | EXP | IMP | EXP | IMP | EXP | IMP | EXP | IMP | EXP | IMP | EXP | IMP | EXP | IMP | EXP |
| I | - 0 - | -24.10 | -37.06 | 17.01 | -23.69 | 27.68 | -46.15 | 18.97 | -72.72 | -49.21 | -20.15 | 36.82 | 30.71 | 1.51 | 26.12 | -0.93 | 17.23 | -11.35 | -31.88 | 1.77 |
| II | -35.77 | -3.42 | 77.03 | 44.64 | -35.39 | 54.84 | 28.95 | -11.95 | -18.13 | -31.34 | 10.55 | 21.83 | 19.38 | 25.28 | 60.78 | -1.26 | -19.68 | 18.97 | -17.17 | -26.95 |
| III | 79.06 | -12.06 | -55.78 | 39.90 | 198.39 | -16.50 | 61.86 | 15.91 | -65.69 | -31.53 | 27.09 | 36.75 | 25.97 | -9.85 | 34.93 | 15.57 | 22.24 | 25.13 | -54.61 | -14.71 |
| IV | 72.74 | -1.82 | 16.69 | 50.60 | 11.30 | 20.58 | -6.09 | -28.93 | -50.10 | -3.74 | -1.36 | 20.40 | -6.52 | 45.17 | 15.77 | 0.48 | 2.22 | -10.19 | -5.29 | -3.21 |
| V | 13.67 | -71.88 | 59.94 | 638.54 | 0.08 | -68.27 | -39.36 | -76.93 | 3.04 | 128.72 | 29.93 | 31.53 | 4.50 | 42.03 | 2.11 | 0.97 | -5.14 | -12.35 | -18.66 | 20.03 |
| VI | 2.77 | -29.50 | 20.00 | 52.05 | 10.96 | -1.71 | -11.23 | -9.27 | -25.52 | -11.37 | 17.01 | 32.38 | 22.88 | 1.41 | 7.93 | 11.28 | 2.64 | 24.18 | -5.21 | 0.35 |
| VII | 2.81 | 853.42 | 1.23 | 955.96 | 15.80 | -65.44 | -15.99 | -26.14 | -42.96 | 18.66 | 17.80 | 1687.75 | 15.61 | -90.00 | 26.74 | -5.51 | -2.20 | 22.14 | -17.37 | -4.27 |
| VIII | 35.17 | -46.20 | -24.63 | 25.08 | 73.36 | -0.23 | -18.60 | -9.37 | -44.01 | -5.90 | -1.38 | 16.54 | 57.34 | -3.63 | 18.03 | 3.97 | 21.32 | -17.11 | 2.16 | -6.53 |
| IX | 8.69 | -19.15 | 64.89 | 48.32 | -4.68 | 6.54 | -37.31 | -30.64 | -18.19 | -15.64 | -17.13 | 70.26 | 15.89 | 22.12 | 30.77 | 4.25 | 17.18 | -17.76 | -15.88 | -17.03 |
| X | 40.92 | -64.93 | -1.04 | 274.38 | 20.34 | -18.14 | -8.21 | 1.74 | -38.10 | 3.10 | 28.89 | 104.45 | 4.15 | -8.67 | 21.39 | 0.25 | 11.84 | 7.72 | -11.92 | -15.76 |
| XI | 10.48 | 56.11 | -16.23 | -13.38 | 17.00 | -51.70 | -26.40 | -4.57 | -21.85 | -21.69 | -15.07 | 77.09 | 23.80 | -3.10 | 21.90 | -16.01 | 4.61 | -20.71 | -16.70 | -14.10 |
| XII | 58.80 | -92.67 | -15.24 | 73.91 | -0.59 | 247.50 | -51.21 | -16.98 | -36.22 | 98.61 | -22.05 | 26.93 | 9.86 | -32.52 | 33.15 | 24.72 | 10.35 | -25.69 | -11.61 | -47.14 |
| XIII | 24.28 | -90.58 | -2.29 | 732.65 | 19.19 | 0.74 | -27.55 | 45.50 | -37.34 | -77.76 | -8.25 | 54.83 | 22.38 | -2.82 | 26.34 | 3.37 | 7.75 | 3.09 | -13.45 | -15.86 |
| XIV | 43.15 | - X - | -55.35 | - X - | 202.29 | -99.99 | -26.79 | - X - | -68.27 | - X - | -5.15 | -90.81 | -49.39 | -78.66 | 1.23 | -25.22 | 51.24 | 701.73 | 4.30 | 281.94 |
| XV | 11.56 | 37.50 | -4.02 | 89.60 | 29.88 | 25.89 | -28.67 | -31.40 | -34.98 | -69.85 | 5.65 | 59.82 | 8.05 | -1.96 | 40.04 | 8.22 | -1.44 | -4.16 | -20.20 | -12.80 |
| XVI | 30.46 | 110.50 | -13.43 | 64.19 | -8.26 | -12.38 | -19.57 | 134.38 | -24.23 | -47.96 | -12.96 | 13.42 | 16.53 | -2.16 | 31.55 | 15.17 | 3.11 | 0.20 | -20.58 | -5.15 |
| XVII | 30.99 | -95.55 | -7.32 | 203.83 | 48.11 | 78.34 | -34.81 | -46.52 | -26.76 | -45.42 | -35.47 | 42.43 | 40.29 | 25.54 | 43.96 | 55.77 | 12.03 | 21.31 | -31.48 | -43.55 |
| XVIII | 13.70 | -3.57 | -2.20 | 300.00 | 4.88 | 45.83 | -4.83 | 102.54 | 24.83 | 40.28 | -14.93 | 276.56 | 17.55 | -80.12 | 22.60 | 32.88 | 0.04 | 8.31 | -9.67 | -3.39 |
| XIX | -26.28 | - X - | -1.07 | - X - | -33.27 | - X - | -51.44 | 75.00 | -34.83 | -96.95 | -29.80 | -32.92 | 25.64 | 7.95 | 25.16 | -19.57 | 4.23 | -11.32 | -24.03 | 12.29 |
| XX | 63.36 | -93.76 | -10.26 | 4797.22 | 14.43 | 71.36 | -7.68 | -35.92 | -40.57 | -27.22 | -6.98 | 148.20 | 17.05 | 33.96 | 17.21 | 4.46 | 0.43 | 9.44 | -10.61 | 13.92 |
| XXI | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - |

¹ Verificar discriminação das tabelas do anexo. **Fonte:** Resultados obtidos com as informações das Tabelas , do anexo.

Tabela 8 Mapeamento dos Grupos de Interesse no Paraguai (1994-2001)

| | Discriminação/Ano | 1994 | 1996 |
|------|---|----------------------|----------|
| II | PRODUTOS DO REINO VEGETAL Hortaliças Tomate Soja | ARG: (1) ARG: (1) | BRA: (2) |
| VIII | PELES, COUROS, PELETERIA; ARTIGOS DIVERSOS Peles, exceto e peleteria, e couros | | ARG: (3) |
| XI | MATÉRIAS TÊXTEIS E SUAS OBRAS Algodão | | BRA: (2) |

(1) - Taxa de estatística argentina como uma barreira não-tarifária

(2) - Fim das restrições ao financiamento das exportações

(3) - A Argentina cobra imposto de 15% na importação.

Fonte: *Clipping* da Gazeta Mercantil sobre o MERCOSUL; Gazeta Mercantil diversos números. Informações organizadas pelo autor.

Semelhantemente, conforme a Tabela 8, os produtos que impeliram os grupos a intervirem junto aos órgãos do governo daquele País foram as hortaliças em geral e tomate, com a verificação de que a taxa de estatística argentina¹⁸ era uma barreira não-tarifária¹⁹. Constata-se que a presença de restrições por parte do governo brasileiro ao financiamento das exportações afetou diretamente as exportações de algodão daquele País, no início do acordo até o ano de 1996, quando o governo brasileiro decidiu finalizar as restrições.

A incidência de um imposto de 15% na importação, por parte do governo argentino, afetou diretamente as exportações de couro e peles daquele País. O objetivo dos argentinos era o de evitar a livre entrada dos concorrentes paraguaios.

Baseando-se na Tabela 7, observa-se que os setores tradicionalmente exportadores do Paraguai são os setores representados nas seções I, II, III, VIII, IX e XI. Assim, os grupos atuantes naquele País são predominantemente exportadores, pois, de acordo com a Tabela 8, as reclamações do grupos relacionam-se com os setores exportadores.

¹⁸ A taxa de estatística argentina = 3% fazia parte da política de reintegros se equivale aos créditos prêmios que o Brasil adotou no passado. Para o GATT, a regra para os reintegros permite a equivalência com o montante de impostos pagos diretamente. Isto é, os exportadores recebem de volta o montante que pagaram de impostos diretos quando o produto foi exportado.

¹⁹ Deardorff e Stern(1997), citados por Anderson(2001, p.15), relacionam as maiores categorias de BNT's, a saber: a) restrições quantitativas e limitações específicas: quotas de importação limite às exportações; licenças e restrições voluntárias às exportações, entre outros; b) encargos não-tarifários e políticas relacionadas que afetam as importações; requerimento de depósito antecipado; imposto *antidumping*; imposto anti-subsídio; c) participação do governo no comércio, práticas restritivas e políticas governamentais em geral: subsídios e outras ajudas; compras do governo, monopólio do governo e franquias exclusivas; política industrial e medidas de desenvolvimento regional; d) procedimentos alfandegários e práticas administrativas; procedimentos de valoração, classificação e desembaraço aduaneiros; e e) barreiras técnicas ao comércio: regulamentações sanitárias e de padrões de qualidade, de segurança e industrial; e regulamentação de embalagem, etiqueta, inclusive registro de marca. Ver, também, Kume *et al.*(2001), que identificam as principais barreiras ao comércio no Mercosul.

Tabela 9 Exportações e Importações Paraguaias: 1994-2001

| EXPORTAÇÕES | | | | | | |
|--------------------|------------------|---------------|----------------|-----------------|-------------------------------|--------------------|
| ANO | ARGENTINA | BRASIL | URUGUAI | MERCOSUL | EXPORTAÇÕES TOTAIS | MERCOSUL(%) |
| 1994 | 69.2 | 298.9 | 9.2 | 377.3 | 816.2 | 46.23% |
| 1995 | 83.2 | 410.7 | 34 | 527.9 | 819.6 | 64.41% |
| 1996 | 90 | 516.7 | 48.7 | 655.4 | 1043.5 | 62.81% |
| 1997 | 101.3 | 460.9 | 22.2 | 584.4 | 1142.8 | 51.14% |
| 1998 | 155.7 | 347.6 | 20.8 | 524.1 | 1014.1 | 51.68% |
| 1999 | 53.1 | 235 | 19.1 | 307.2 | 740.8 | 41.47% |
| 2000 | 93.6 | 336.6 | 123 | 553.2 | -NA- | -NA- |
| 2001 | 60.8 | 277.8 | 180 | 518.6 | -NA- | -NA- |

| IMPORTAÇÕES | | | | | | |
|--------------------|------------------|---------------|----------------|-----------------|-------------------------------|--------------------|
| ANO | ARGENTINA | BRASIL | URUGUAI | MERCOSUL | IMPORTAÇÕES TOTAIS | MERCOSUL(%) |
| 1994 | 308 | 555 | 28.6 | 891.6 | 2137.8 | 41.71% |
| 1995 | 491.2 | 644.8 | 33.9 | 1169.9 | 2796.3 | 41.84% |
| 1996 | 386.6 | 847.7 | 52.2 | 1286.5 | 2850 | 45.14% |
| 1997 | 641 | 961.5 | 62.6 | 1665.1 | 3098.5 | 53.74% |
| 1998 | 460.5 | 785.6 | 77.2 | 1323.3 | 2470.2 | 53.57% |
| 1999 | 312 | 493.4 | 69.8 | 875.2 | 1724.4 | 50.75% |
| 2000 | 512.6 | 503.5 | 75 | 1091.1 | -NA- | -NA- |
| 2001 | 478.7 | 563.4 | 69.3 | 1111.4 | -NA- | -NA- |

Fonte: Banco Central do Paraguai.

Os demais setores, representados pelas seções V, VI, VII, X, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX são deficitários, isto é, predominantemente importadores. Na verdade, a economia daquele país é voltada para o mercado externo, sendo que o mercado interno é bem restrito e pouco dinâmico.

Destaca-se, ainda, que no biênio 1995-1996 houve uma elevação das exportações paraguaias, contrastado com uma forte contração das importações no período 1997-1999, conforme mostra a Tabela 7.

Nota-se, com base na Tabela 9, que as exportações paraguaias para o Mercosul apresentaram elevação significativa entre os anos de 1994-1996. Entretanto, a partir de 1997 houve uma redução da parcela das exportações para o Mercosul sobre as exportações totais. As importações seguiram um curso diferente, apresentando uma tendência crescente até o ano de 1998 e, em seguida, redução no ano de 1999.

Tabela 10 Pauta de Exportações do Paraguai

| Principais Produtos | | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|---------------------|-----------------------------------|---------|----------|----------|----------|----------|
| 102 | Animais vivos (bovinos): | -54.05% | 41.18% | 124.34% | -30.81% | -59.61% |
| 201 | Carne bovina, frescas ou refrig.. | -1.39% | 8.43% | -20.76% | 159.18% | -63.24% |
| 202 | Carne bovina, congelada: | 0.38% | -22.96% | -40.83% | 4.24% | -61.12% |
| 901 | Café, .. | -66.77% | 11.30% | 144.24% | -89.69% | -100.00% |
| 1001 | Trigo e mixde trigo com centeio: | 31.62% | -63.63% | 216.62% | -37.47% | -99.45% |
| 1005 | Milho: | 254.30% | -41.86% | -35.31% | 57.08% | -20.95% |
| 1201 | Soya beans, ... | 195.11% | 72.51% | 7.10% | -15.07% | -34.13% |
| 1507 | Óleo de soja ... | 22.48% | 28.50% | -19.08% | 23.11% | -66.55% |
| 1513 | --Outros | -93.72% | 895.28% | -55.54% | 56.41% | -17.86% |
| 2101 | Extratos conc. café,/chá/mate | -84.19% | 119.14% | -1.85% | -4.61% | -83.21% |
| 2710 | Óleos de petróleo não-bruto | -75.83% | 1355.30% | -89.69% | -87.22% | 1140.00% |
| 3004 | Medicamentos ... | -67.81% | 121.89% | -11.51% | 21.33% | -9.93% |
| 3301 | Óleos essenciais... | -48.82% | 14.27% | -8.68% | -19.38% | 39.49% |
| 4104 | Couros e peles, ... | -50.56% | 197.86% | 1.03% | -20.22% | -0.18% |
| 4407 | --Dark Red Meranti, ... | -38.98% | 91.24% | 5.33% | -17.56% | -54.65% |
| 4408 | -De coníferas | -30.13% | 68.73% | -35.01% | -11.37% | -26.26% |
| 4409 | -De coníferas | -71.55% | 273.68% | 8.81% | -16.91% | -66.50% |
| 4412 | Madeira contraplacada ... | 149.72% | -49.01% | -3.83% | -34.05% | -58.31% |
| 5201 | Cotton, not carded or combed. | 65.29% | 4.66% | -56.62% | 6.57% | -21.47% |
| 5205 | -Single yarn, of uncombed fibres | 3.18% | 144.09% | -44.00% | -8.51% | -67.98% |
| 5207 | Fios de algodão .. | -84.66% | -100.00% | - NA - | - NA - | 172.73% |
| 5209 | Tecidos de algodão... | 107.09% | -17.27% | 35.78% | -65.62% | -59.91% |
| 7214 | Barras ferro/aço não ligado..., | -71.19% | 218.36% | 7.79% | -8.09% | -92.79% |
| 8703 | Automóveis de passageiros | -97.82% | -1.30% | -100.00% | - NA - | -100.00% |
| 8704 | Autos p/transp.merc. | -92.80% | 28.81% | -86.84% | -100.00% | - NA - |
| | Total | 37.62% | 24.28% | -16.02% | -4.99% | -43.08% |

Fonte: Sistema de Informações de Comércio Exterior DATAINTAL.

Tabela 11 Pauta de Importações do Paraguai

| Principais Produtos | | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|---------------------|--------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 1029 | Não Definida | 100.00% | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - |
| 1905 | -Pão de especiarias | 65.80% | 8.90% | 4.89% | -18.45% | -56.40% |
| 2402 | Charutos e cigarros, de tabaco | 358.27% | 71.01% | 16.34% | 6.50% | -60.05% |
| 2513 | Pedra-pomes; esmeril; ... | -98.91% | -53.62% | 3.13% | -75.76% | -75.00% |
| 2709 | Óleos brutos de petróleo ... | 19.07% | 43.28% | -18.11% | -33.93% | 15.75% |
| 2710 | Óleos de petróleo brutos | 59.29% | 29.28% | 39.27% | -42.09% | 11.02% |
| 2711 | -Liquefied : | 34.44% | 12.04% | 23.14% | -16.77% | -30.11% |
| 3004 | Medicamentos ... | 22.42% | 26.06% | 10.91% | -4.17% | -27.52% |
| 3105 | Aubos (fertilizantes) ... | 36.53% | 88.13% | 2.01% | -5.45% | -3.49% |
| 3204 | Matérias corantes org... | -82.12% | -28.80% | 4.59% | -33.75% | -7.03% |
| 3808 | -Insecticidas | 12.20% | 34.80% | 17.33% | -1.65% | -28.43% |
| 3901 | Polímeros de etileno, ... | 24.41% | -8.25% | 4.66% | -43.39% | -42.30% |
| 4011 | --Com banda de rodagem .. | -6.74% | 15.14% | 23.57% | -3.39% | -53.23% |
| 4022 | Não Definida | 100.00% | - NA - | - NA - | - NA - | - NA - |
| 4802 | Papel e cartão, .. | 34.96% | -23.52% | 29.39% | -37.74% | -62.47% |
| 5209 | Tecidos de algodão ... | -11.87% | -1.73% | -28.28% | -5.67% | -16.68% |
| 7210 | -Plated or coated with tin : | 37.30% | -5.01% | 11.94% | 7.84% | -39.03% |
| 8418 | Refrig., (freezers) e outros | -1.73% | 64.50% | -6.25% | -30.87% | -27.49% |
| 8429 | Bulldozers, angledozers, ... | 109.20% | -36.98% | 22.83% | -70.21% | 24.16% |
| 8433 | Máq. e apar. p/ colheita ... | -16.07% | 92.47% | 15.79% | -17.13% | -44.03% |
| 8701 | Tratores... | -0.87% | 19.87% | -10.02% | -46.93% | -39.49% |
| 8702 | Autos p/transp. pessoas ... | -24.75% | 18.09% | 60.32% | -54.02% | -32.78% |
| 8703 | Autos passageiros | 34.75% | -5.24% | 68.23% | -26.22% | -44.13% |
| 8704 | Autos p/ transp. merc.... | 22.36% | -15.21% | 57.03% | -20.80% | -54.36% |
| 8708 | --Embraiagens e suas partes: | 31.89% | 11.76% | 3.83% | -24.42% | -41.10% |
| | Total | 30.13% | 31.65% | 22.03% | -19.01% | -35.05% |

Fonte: Sistema de Informações de Comércio Exterior DATAINTAL

Tabela 12 Exportações e Importações Paraguias para o Bloco

| Seções | Exportações | | | | | Importações | | | | |
|--------|-------------|----------|----------|---------|---------|-------------|---------|---------|---------|----------|
| | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
| I | -26.14% | 10.98% | 31.41% | 26.44% | -60.93% | - NA - | -39.00% | -23.23% | -47.13% | -75.23% |
| II | 129.34% | 30.69% | 15.20% | -14.62% | -39.04% | -40.21% | 84.90% | -44.40% | 51.83% | -20.30% |
| III | 15.58% | 44.27% | -10.08% | 5.34% | -58.86% | -24.49% | 10.12% | 227.82% | 65.14% | -66.66% |
| IV | 190.03% | 196.06% | -87.09% | 517.56% | -46.89% | 134.05% | 53.11% | 16.99% | 3.24% | -54.35% |
| V | -71.88% | 638.54% | -68.04% | -77.14% | 129.10% | 39.36% | 71.16% | -1.95% | -39.16% | 5.98% |
| VI | -45.25% | 119.09% | 2.69% | -8.53% | -11.52% | 14.44% | 36.59% | 15.24% | -11.85% | -29.48% |
| VII | 951.15% | 962.16% | -65.65% | -28.62% | 16.56% | -6.77% | 11.09% | 13.88% | -19.76% | -51.56% |
| VIII | -57.59% | 178.87% | 0.77% | -19.86% | 2.75% | -57.26% | -17.51% | 218.44% | -36.08% | -58.55% |
| IX | -15.11% | 35.40% | 2.88% | -18.16% | -53.50% | 5.99% | 115.17% | -13.27% | -45.82% | -21.01% |
| X | -62.62% | 280.23% | -15.82% | 5.49% | 2.43% | 145.96% | -28.78% | 16.63% | -2.58% | -38.74% |
| XI | 54.52% | 16.41% | -47.82% | -4.35% | -27.60% | -8.39% | 2.84% | 6.55% | -0.17% | -10.05% |
| XII | -87.37% | 1208.33% | -40.13% | 494.68% | 16.64% | 95.21% | -19.02% | -28.58% | -17.85% | -1.21% |
| XIII | -90.28% | 730.61% | 0.98% | 42.58% | -82.94% | 13.05% | 4.73% | 17.02% | -25.50% | -45.50% |
| XIV | - NA - | - NA - | -100.00% | - NA - | - NA - | 94.44% | -41.22% | 65.28% | -31.09% | -3.66% |
| XV | 30.70% | 95.18% | 0.17% | -32.37% | -79.06% | 12.20% | 2.00% | 16.67% | -19.83% | -37.88% |
| XVI | 1877.67% | -86.32% | -10.53% | 85.81% | -46.62% | 0.34% | 54.08% | -5.56% | -21.93% | -26.10% |
| XVII | -95.51% | 146.65% | 89.77% | -92.97% | -36.89% | 13.11% | -2.69% | 39.57% | -35.47% | -47.27% |
| XVIII | 157.14% | -68.52% | 623.53% | 310.57% | -14.85% | -12.35% | 1.59% | 1.43% | -2.99% | -39.98% |
| XIX | - NA -- | - NA - | - NA -- | - NA - | - NA -- | 1225.29% | 3.78% | -23.70% | -59.00% | -47.25% |
| XX | -91.91% | 1586.11% | 283.03% | -44.00% | -56.99% | 15.69% | 47.54% | 17.84% | -2.37% | -45.48% |
| XXI | -100.00% | - NA - | - NA -- | - NA - | - NA -- | -100.00% | - NA - | - NA - | -96.98% | -100.00% |
| Total | 42.75% | 35.98% | -19.73% | 0.17% | -42.07% | 35.17% | 29.02% | 7.55% | -16.80% | -35.76% |

Fonte: Sistema de Informações de Comércio Exterior DATAINTAL

Já as exportações e importações desagregadas, conforme mostram as Tabelas 10, 11 e 12, revelaram que:

- (i) as exportações para o bloco apresentaram aumento no ano de 1995, em relação ao ano anterior (Tabela 12), sabendo-se que foram especificamente nos setores de plástico (seção VII) e máquinas e aparelhos (seção XVI). Por sua vez, o ano de 1996 manteve a tendência ascendente das exportações paraguaias destacando-se os setores de produtos minerais (seção V), plástico (seção VII), calçados (seção XII), obras de pedra, gesso e cimento (seção XIII) e mercadorias e produtos diversos (seção XX). Nos anos de 1998 e 1999 houve forte retração das exportações para o bloco, ocorrida principalmente nos setores de animais vivos (seção I), obras de pedra, cimento e gesso (seção XIII) e metais comuns (seção XV);
- (ii) dentre os principais produtos que compõem a pauta de exportações do Paraguai, conforme relacionado na Tabela 10, os anos de 1995 e 1996 foram marcados por expressivas taxas de elevação das exportações. Na fase contracionista, compreendida pelo biênio 1998-1999, especificamente no ano de 1999, ao menos a metade dos vinte e cinco produtos que a compõem apresentaram retração superior aos cinquenta pontos percentuais;
- (iii) o crescimento das importações, oriundas do bloco, não foi expressivo no biênio 1995-1996. Entretanto, observa-se que os setores de produtos da indústria alimentícia (seção IV), papel e celulose (seção X) e armas e munições (seção XIX) apresentaram taxas de crescimento positivas e expressivas. No ano de 1999, a retração foi verificada em praticamente todos os setores, conforme é ilustrado pela Tabela 12; e
- (iv) a pauta de importações apresentou resultado similar ao das importações do bloco sendo que, no tocante ao biênio 1995-1996, houve uma elevação das importações de charutos, óleo de petróleo bruto, papel e cartão, *bulldozers*, automóveis de passageiros, adubos (fertilizantes) e refrigeradores e similares, máquinas e aparelhos para colheita. Em 1999, a contração foi verificada em mais que a metade da pauta, conforme se observa na Tabela 11.

No Uruguai, semelhantemente, apenas alguns produtos foram incluídos no contencioso, são eles: o filé de merluza, para o qual foi questionada a incidência de ICMS no Brasil; o vinho, tendo os produtores uruguaios reclamado do rigor das quotas de importação brasileiras; os produtores de algodão que pleitearam isenção do pagamento à vista e, assim como no Brasil e no Paraguai, os exportadores de couros e peles reclamaram da incidência de imposto de importação de 15% na Argentina no ano de 1996.

Tomando-se como referência a Tabela 7, constata-se que os setores tradicionalmente exportadores do Uruguai são os agregados nas seções I-V e VIII; os setores de Matérias Têxteis e Suas Obras (seção XI - Sistema Harmonizado) apresentaram superávit no biênio 1995-1996 e os de Pérolas Naturais ou Cultivadas, nos anos de 1994, 1998 e 1999; os setores de Armas e Munições (seção XIX) apresentaram superávit no biênio 1998-1999.

Deve-se reiterar que o contencioso uruguaio, conforme mostra a Tabela 13, esteve atrelado ao fomento das exportações, isto é, setores que disputam o mercado do bloco. As importações e, conseqüentemente, os déficits na balança comercial são comuns nos demais capítulos do Sistema Harmonizado.

No que se refere ao comportamento de tais setores ao longo do tempo, observa-se que, no período de 1994-1997, houve uma elevação tanto das exportações quanto das importações uruguaias, o que permite a inferência de que o bloco econômico ampliou o fluxo comercial daquele País sem uma suposta substituição de transações extrabloco, por transações intrabloco.

Tabela 13 Mapeamento dos Grupos de Interesse no Uruguai (1994-2001)

| | Discriminação/Ano | 1995 | 1996 | 1997 |
|------|---|-------------|-------------|-------------|
| I | ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DO REINO ANIMAL Peixes e crustáceos, moluscos e os outros invert. aquáticos | | | BRA: (3) |
| IV | PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES Vinho | | | BRA: (4) |
| VIII | PELES, COUROS, PELETERIA; ARTIGOS DIVERSOS Peles, exceto e peleteria, e couros | | ARG: (2) | |
| XI | MATÉRIAS TÊXTEIS E SUAS OBRAS | BRA:(1) | | |

(1) - Isenção do pagamento à vista;

(2) - Imposto de 15%;

(3) - Cobrança de ICMS;

(4) - Quotas brasileiras rigorosas;

Fonte: Clipping da Gazeta Mercantil sobre o Mercosul; Gazeta Mercantil diversos números. Informações organizadas pelo autor.

Tabela 14 Exportações e Importações Uruguaias para o Bloco

| Seções | Exportações | | | | | Importações | | | | |
|--------|-------------|---------|----------|---------|----------|-------------|--------|----------|---------|---------|
| | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
| I | 44.63% | 3.32% | 7.45% | 28.43% | -48.81% | -5.37% | 25.62% | 32.29% | 1.18% | 20.87% |
| II | 17.92% | 55.44% | 11.20% | 0.48% | -42.75% | -12.89% | 10.36% | -9.13% | 11.87% | -19.50% |
| III | -28.81% | 64.01% | 1.31% | 19.93% | -22.13% | -3.55% | 6.84% | 0.78% | 9.34% | -10.88% |
| IV | 88.95% | 45.80% | 43.31% | 44.53% | -16.83% | 18.88% | 36.80% | 11.35% | 14.61% | -5.57% |
| V | 421.83% | 17.12% | 8.65% | -1.47% | -4.27% | -21.67% | -3.57% | -4.56% | -57.52% | 122.66% |
| VI | 12.98% | 0.44% | 27.38% | 4.05% | -26.60% | 19.40% | 20.82% | 20.69% | 7.51% | -4.18% |
| VII | 18.90% | 13.92% | 5.75% | 8.67% | -10.09% | 13.83% | 7.19% | 9.27% | -5.35% | -3.29% |
| VIII | 4.90% | 9.20% | 9.73% | -42.34% | -7.92% | 10.14% | 52.84% | -21.68% | 8.67% | -21.93% |
| IX | -34.33% | 5.83% | -7.35% | 83.81% | -7.25% | 2.27% | 10.50% | 32.00% | 17.81% | -18.34% |
| X | 22.08% | 43.91% | 32.81% | 9.40% | -9.06% | 45.59% | 7.99% | 23.89% | 12.15% | -10.95% |
| XI | 29.53% | 7.76% | 24.09% | -13.68% | -35.09% | 36.44% | -7.51% | -2.56% | -5.76% | -21.22% |
| XII | -21.72% | 51.39% | -13.79% | -25.04% | -16.24% | -18.50% | 31.49% | 4.85% | 6.13% | -2.17% |
| XIII | -3.11% | 22.20% | 9.65% | -22.06% | -99.93% | 17.20% | -5.35% | 21.78% | 9.64% | -6.20% |
| XIV | 76.74% | -36.84% | 25.00% | -40.00% | -75.00% | 26.92% | 24.05% | -15.27% | 53.33% | -8.11% |
| XV | 39.31% | 24.11% | 30.17% | -8.71% | -39.58% | 9.95% | 8.17% | 6.62% | 8.27% | -23.80% |
| XVI | -99.89% | 91856% | 175.09% | -20.90% | -38.05% | -5.28% | 29.88% | 13.04% | -5.50% | -5.44% |
| XVII | -52.56% | -21.69% | 10.20% | 121.37% | -27.95% | -22.48% | -4.86% | 26.48% | 21.59% | -51.00% |
| XVIII | 26.48% | 107.32% | -28.00% | 3.37% | -20.96% | -17.05% | 13.85% | 58.95% | -9.03% | -14.16% |
| XIX | -100.00% | - NA - | -100.00% | - NA - | - NA - | -21.35% | -9.95% | 16.58% | -6.18% | -13.78% |
| XX | 90.22% | -4.76% | 7.59% | -9.09% | -41.68% | -11.88% | 1.60% | 16.01% | 22.04% | 17.87% |
| XXI | - NA - | - NA - | 1633.33% | -28.37% | -100.00% | -100.00% | - NA - | -100.00% | - NA - | - NA - |
| Total | 9.11% | 18.79% | 17.79% | 12.36% | -34.59% | -0.44% | 10.68% | 10.59% | 2.04% | -11.37% |

Fonte: Sistema de Informações de Comércio Exterior DATAINTAL

O contexto uruguaio, ainda, apresentou os seguintes resultados descritos como:

(i) as exportações para o bloco tiveram um aumento pouco expressivo no biênio 1995-1996, com destaque para os setores de produtos alimentícios (seção IV), produtos minerais (seção V) e mercadorias e serviços diversos (seção XX). Em 1999, a contração foi estendida para a maioria dos setores da economia, conforme evidencia a Tabela 7;

(ii) a Tabela 15 revela que a pauta de exportações uruguaias apresentou crescimento nos anos de 1996-1997 para os principais produtos que a compõem. Destaque deve ser dado aos animais vivos (bovinos), carnes frescas e congeladas, couros e peles, arroz, queijos e requeijão, malte, policetais, papel e cartão, tecidos de lã e blusas. No mesmo período indicado, houve redução nos itens relacionados à indústria automotiva. Já no ano de 1999, ocorreram reduções drásticas nos principais itens da pauta sendo importante relatar as expansões nos itens couros e peles, papel cartão e automóveis de passageiros;

(iii) as importações do bloco, conforme mostra a Tabela 7, revelam que nos anos de 1995 e 1996, ocorreu expansão nos setores de produtos alimentícios (seção IV), peles, couros e artigos diversos (seção VIII) e madeira e carvão (seção IX). No último período analisado são destacados as contrações nos setores de produtos do reino vegetal (seção II), peles e couros (seção VIII), madeira e carvão (seção IX), materiais têxteis (seção XI), metais comuns e suas obras (seção XV) e material de transporte (seção XVII). Nota-se, especificamente, expansões em animais vivos e produtos do reino animal (seção I), produtos minerais (seção V) e mercadorias e produtos diversos (seção XX); e

(iv) a pauta de importações, conforme a Tabela 16, mostra que no biênio 1995-1996 foram ampliadas as importações dos seguintes itens: preparados alimentícios, lã não-cardada, tratores, veículos automotivos para o transporte de mercadorias, aparelhos para telefonia e telegrafia, açúcares de cana e medicamentos. No mesmo período são observadas contrações nos itens: milho, bananas, óleos de petróleo não-brutos, e veículos automotores para o transporte de passageiros. Em 1999, foram evidenciadas as contrações nas importações da maioria dos itens, sendo que ocorreram expansões nas importações de óleos de petróleo não-bruto, preparados alimentícios, aparelhos para telefonia e telegrafia e refrigeradores e *freezers*.

Tabela 15 Pauta de Exportações do Uruguai

| Principais Produtos | | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|---------------------|----------------------------------|---------|---------|------------|---------|---------|
| 102 | Animais vivos (bovinos).. | 159.02% | -71.98% | 3.31% | 43.40% | -70.84% |
| 201 | Carne bovina, frescas ou refrig. | 33.56% | 102.14% | 90.00% | 18.02% | -63.96% |
| 202 | Carne bovina, congeladas: | 10.99% | -1.40% | -0.32% | 6.98% | -66.66% |
| 204 | Carne ovina ou caprina, | 32.72% | 17.40% | 9.98% | 25.64% | -33.78% |
| 401 | Leite e nata, .. | 9.94% | 54.72% | 30.82% | 30.03% | -42.82% |
| 402 | Leite e nata, .. | 15.58% | 20.82% | -19.60% | 63.29% | -21.03% |
| 405 | Manteiga e outras ... | -25.53% | 30.77% | -51.62% | 87.16% | -30.21% |
| 406 | Queijos e requeijão: | 13.69% | 55.42% | -41.65% | -8.28% | 0.78% |
| 1006 | Arroz: | -8.23% | 60.69% | 8.56% | 21.37% | -51.25% |
| 1107 | Malte, mesmo torrado: | 64.33% | 19.59% | -0.86% | -19.95% | -18.87% |
| 1502 | Fats of bovine animals,... | -39.88% | 53.31% | -12.56% | 81.83% | -20.58% |
| 3907 | Poliacetais,... | 45.45% | 4.62% | -38.34% | -13.05% | -81.15% |
| 4005 | Borracha misturada, ... | 5.87% | 13.14% | 33.05% | 7.00% | 5.38% |
| 4011 | --Com banda de.. | 12.30% | 2.47% | 1.14% | -27.35% | -48.91% |
| 4104 | Couros e peles, ... | -6.93% | 36.07% | 29.93% | -49.03% | 36.54% |
| 4802 | Papel e cartão, ... | 29.38% | 28.30% | -40.67% | -37.71% | 27.81% |
| 5112 | Tecidos de lã .. | 25.87% | 14.37% | 42.10% | -25.81% | -17.13% |
| 6201 | -Overcoats, raincoats, ... | 1.97% | -15.84% | 11.67% | -10.02% | -23.57% |
| 6202 | Casacos compridos, .. | 7.30% | -11.68% | 51.64% | 7.44% | -30.81% |
| 6203 | --De fibras sintéticas | -1.45% | 25.83% | 14.84% | -3.85% | -47.16% |
| 6204 | -Suits : | 79.56% | 32.58% | 33.75% | -0.90% | -30.76% |
| 7010 | -Rolhas, tampas e outros | -0.36% | 15.42% | 22.30% | -35.01% | -57.35% |
| 8511 | -Velas de ignição | -58.66% | -99.58% | 187493.75% | -26.97% | -66.31% |
| 8703 | Autos de passageiros.. | -59.24% | -36.58% | -40.71% | 5.19% | 161.60% |
| 8708 | --Embraiagens e suas partes: | -23.13% | 19.17% | -7.24% | 94.85% | -47.65% |
| | Total | -1.75% | 10.75% | 10.07% | 12.19% | -35.93% |

Fonte: Sistema de Informações de Comércio Exterior DATAINTAL

Tabela 16 Pauta de Importações do Uruguai

| Principais Produtos | | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|---------------------|----------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 803 | Bananas, including plantains, | -64.66% | -20.61% | 59.58% | 16.20% | 3.83% |
| 903 | Maté. | 19.10% | 1.33% | -7.81% | -1.38% | -10.11% |
| 1005 | Milho: | -34.60% | 3.20% | -24.92% | -8.06% | -27.48% |
| 1512 | Óleos de girassol, ... | -19.08% | -3.97% | -5.29% | -3.54% | -13.14% |
| 1701 | Açúcares de cana .. | -12.81% | 53.02% | -11.14% | 23.46% | -27.80% |
| 2106 | Prep. aliment.... | 80.98% | 16.20% | 12.24% | 5.79% | -5.16% |
| 2710 | Óleos de petróleo não-bruto | -68.27% | 28.78% | 30.92% | -72.49% | 213.90% |
| 2711 | -Liquefied : | -18.05% | 46.96% | -35.14% | -56.47% | 193.32% |
| 3004 | Medicamentos ... | 15.31% | 20.64% | 33.31% | 5.34% | 0.94% |
| 3901 | Polímeros de etileno, ... | 14.92% | 4.05% | 16.32% | -21.73% | -8.09% |
| 3923 | Artigos de transporte.. | 17.19% | 11.84% | 9.33% | 9.68% | 15.70% |
| 4011 | --Com banda de rodagem.. | 7.29% | 7.06% | 11.17% | 11.82% | -18.57% |
| 4104 | Couros e peles,.. | 10.91% | 60.69% | -26.83% | 11.04% | -22.90% |
| 4407 | --Dark Red Meranti, .. | -10.77% | 7.86% | 51.08% | 12.97% | -20.82% |
| 4819 | -Outros sacos; .. | 20.24% | 8.34% | 20.28% | 3.92% | -26.85% |
| 5101 | Lã não cardada nem penteada: | 140.60% | -23.56% | -44.97% | 21.39% | -62.04% |
| 5201 | Cotton, not carded or combed. | -19.15% | -9.51% | -12.50% | -70.40% | -79.98% |
| 7209 | Prod. laminados planos.. | 6.12% | -4.10% | 32.11% | -22.84% | -49.36% |
| 8418 | Refrig., freezers e outros ... | -0.48% | 7.75% | 6.74% | -25.53% | 20.01% |
| 8517 | Apar.p/ telefonia ou telegrafia, | -75.29% | 237.74% | -13.74% | -52.79% | 193.14% |
| 8701 | Tratores (.. | 56.48% | 42.79% | 4.18% | -14.43% | -82.16% |
| 8703 | Autos passag.eiros e outros | -48.00% | -32.48% | 35.51% | 4.44% | -56.31% |
| 8704 | Autos p/transp.mercadorias | 60.78% | 21.47% | 20.26% | 21.22% | -58.28% |
| 8708 | --Embraiagens e suas partes: | -18.68% | 25.44% | 43.85% | 59.94% | -41.99% |
| 9403 | Outros móveis e suas partes: | -8.12% | 3.93% | 17.72% | 37.56% | 12.57% |
| Total | | -23.16% | 10.67% | 10.25% | -5.46% | -17.51% |

Fonte: Sistema de Informações de Comércio Exterior DATAINTAL

1.4.2 Os Grupos de Pressão na Argentina

Nos principais parceiros comerciais do bloco, no caso a Argentina e o Brasil, a pressão por parte dos grupos de interesse foi mais intensa. Na Argentina, no início da implantação do acordo a União Industrial Argentina (UIA) já sugeria o protecionismo contra os produtos brasileiros em virtude da diferença de regimes cambiais entre os países²⁰ favoráveis às exportações brasileiras. A sugestão era compartilhada pela Sociedade Rural Argentina (SRA), que representa o setor rural daquele País.

Em 1999, a modificação da Resolução 911, editada pelo governo argentino, instituindo salvaguardas aos produtos argentinos, prejudicados pela mudança no regime cambial brasileiro, fez com que aquela organização qualificasse a medida brasileira como

²⁰ Na ocasião, o Brasil possuía um regime de câmbio flutuante transitando para um regime próximo ao argentino, um regime de taxa de câmbio fixa. Isso, portanto, dava aos produtos brasileiros uma vantagem competitiva artificial nos preços.

imperialismo brasileiro, tal que, no ano de 2001, a organização sugeriu a implantação de quotas aos produtos brasileiros e a suspensão do Mercosul.

A criação de Grupos de Trabalho *ad hoc*, ou comitês da CCM, para a definição do regime de transição dos setores automotriz, açucareiro, bens de capital, informática e telecomunicações, visando a sua adequação ao regime da União Aduaneira, através dos artigos 10º e 11º do ANEXO ao *PROTOCOLO DE OURO PRETO*, se constituiu em importante indicador da capacidade dos grupos de interesse, relacionados àqueles setores, em exercer pressão no andamento do acordo.

Fica evidenciado, portanto, que a preocupação dos governos era a de criar um fórum para a discussão das questões relacionadas ao desempenho dos setores, durante a execução do acordo, tendo como prerrogativa não somente as possibilidades de barganha intrabloco mas, também, as coalizões internas, em cada país, e intrabloco, contra a concorrência externa²¹.

Os grupos argentinos que exerceram importante influência na postura política dos governos locais, conforme as Tabelas 17 e 18, foram os seguintes:

(i) Associação dos Fabricantes Argentinos de Componentes (AFAC): solicitou a prorrogação do regime automotivo em 1999; questionou o governo argentino de, no mesmo ano, ceder às exigências brasileiras para a renovação do acordo em face das mudanças do regime cambial brasileiro que trouxe sérias perdas ao setor industrial argentino, principalmente devido à vantagem artificializada nos preços dos produtos brasileiros motivada pelas novas taxas de câmbio; sugeriu no mesmo ano o fim do PROEX no Brasil, que concedia às empresas brasileiras vantagens na negociação com as montadoras argentinas em virtude do novo regime cambial. Em fins de 2000, foi sugerida a migração maciça de empresas do setor para o Brasil, não sendo, tal afirmação, comprovada;

²¹ Veja, por exemplo, o papel conjunto da ANFAVEA no Brasil, e da ADEFA na Argentina, os quais defenderam conjuntamente, segundo BID-INTAL(1998), a inclusão no regime automotivo de uma cláusula que permitisse o abatimento de 50% nas alíquotas do imposto de importação dos produtos finais e das autopeças quando esses fossem comprados por produtores estabelecidos no bloco.

Tabela 17 Mapeamento dos Grupos de Interesse na Argentina (1994-1997)

| | Discriminação/Ano | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 |
|------|--|----------------------------------|--|---|---|
| I | ANIMAIS VIVOS E PROD. DO REINO ANIMAL cavalos puro-sangue carne de frango carne suína filé de merluza | (SRA: quotas) (SRA: quotas) | BNT (1) | BRA: BNT (3) BRA: + ICMS | |
| II | PRODUTOS DO REINO VEGETAL maçã Cereais arroz milho trigo | | BRA: pgto à vista BRA: pgto à vista BRA: barreiras à entrada | BNT (4) BRA: BNT (3) BRA: BNT (3) + pgto à vista BRA: BNT (5) + pgto à vista | |
| IV | PRODUTOS DAS IND.ALIMENTARES Açúcares e produtos de confeitaria vinho | (SRA: quotas; conflito) | taxação móvel (2) | BRA: + ICMS | BRA: impõe quotas |
| V | PRODUTOS MINERAIS petróleo e derivados | | | BRA: BNT (6) | |
| VI | PROD. DAS IND. QUÍMICAS OU CONEXAS ataduras engessadas Produtos diversos das indústrias químicas | | | | MERCOSUL (8) MERCOSUL (8) |
| VIII | PELES, COUROS; ARTIGOS DIVERSOS Peles, exceto e peleteria, e couros | | | TEC = 8% | |
| X | PASTAS DE MADEIRA, MAT. FIB. CELUL.; CARTÃO; PAPEL E SUAS OBRAS Pastas de madeira; papel ou cartão de recilcar sacos de papel para cimento | taxação prod. bras.; + TEC elev. | | BRA: LA (7) | MERCOSUL (8) BRA: <i>dumping</i> BRA: BNT(9) |
| XI | MATÉRIAS TÊXTEIS E SUAS OBRAS | taxação prod. bras.; + TEC elev. | BRA: pgto à vista | | |
| XV | METAIS COMUNS E SUAS OBRAS cabos para transm. de energia elétrica chapas de aço laminados a frio e a quente porca roscada fios e cabos de cobre | taxação prod. bras.; + TEC elev. | | BRA: LA(7) | MERCOSUL (8) MERCOSUL (8) MERCOSUL (8) MERCOSUL (8) BRA: <i>dumping</i> |

Tabela 17 (Continuação)

| | Discriminação/Ano | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 |
|-------|---|---------------|----------------------|-------------|---|
| XVI | MÁQ. E APARELHOS, MAT. ELÉTR.; Máquinas, aparelhos e materiais elétricos; freezers fusíveis lâmpadas refrigeradores teares transformadores | | quotas quotas | | MERCOSUL (8) MERCOSUL (8) MERCOSUL (8) MERCOSUL (8) BRA: <i>dumping</i> |
| XVII | MATERIAL DE TRANSPORTE implementos agrícolas | | | | MERCOSUL (8) |
| XVIII | INSTRUM. E APAR. DE ÓPTICA, FOTOG. fibras ópticas interruptor ou rele fotoelétrico | | | | BRA: <i>dumping</i> BRA: <i>dumping</i> |
| XX | MERCADORIAS E PRODUTOS DIVERSOS Móveis, mob. médico-cirúrgico; colchões, ... | manter quotas | | | |

(1) – BNT - fiscalização para suspensão de barreiras fitossanitárias

(2) - Taxação móvel: compreende fórmula para a determinação da alíquota de importação baseada na médias dos preços internacionais.

(3) - Barreiras Fitossanitárias brasileiras contestadas pelos produtores argentinos;

(4) - Harmonização das embalagens para exportação.

(5) - Barreira Não-Tarifária brasileira: controle de preços e estoques reguladores no mercado interno.

(6) - Barreira Não-Tarifária brasileira: legislação sobre combustíveis que dificulta exportação argentina.

(7) - Produto incluído na Lista de Abastecimento do país (Lista Dallari)

(8) - Negociação de quotas + acordo preços + sobretaxas + direitos compensatórios

(9) - Queixas contra a imposição de Barreiras Não-Tarifárias por parte do Brasil

Fonte: *Clipping* da Gazeta Mercantil sobre o Mercosul; Gazeta Mercantil diversos números. Informações organizadas pelo autor.

Tabela 18 Mapeamento dos Grupos de Interesse na Argentina (1997-2001)

| | Discriminação/Ano | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 |
|-------|---|----------|---------------------|----------|----------|
| I | ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DO REINO ANIMAL | | | | |
| | carne de frango | | | ARG:(7) | |
| | carne desossada | | ARG: pedido(3) | | |
| | carne suína | | | ARG:(8) | |
| | produtos pesqueiros envasados | | ARG: pedido(3) | | |
| | Leite e lactic.; ovos de aves; mel natural; prod. comest. | | ARG: pedido(3) | BRA:(9) | |
| II | PRODUTOS DO REINO VEGETAL | | | | |
| | alho | | ARG: pedido(3) | | |
| | Frutas; cascas de cítricos e de melões | | ARG: pedido(3) | | |
| | café solúvel | RA(1) | | | |
| | Cereais | | ARG: pedido(3) | BRA:(9) | |
| | Prod. da indústria de moagem; malte; amidos e féculas | | ARG: pedido(3) | | |
| | azeitona | | ARG: pedido(3) | | |
| IV | PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES | | | | |
| | Açúcares e produtos de confeitaria | | ARG: pedido(3) | | |
| | | | ARG: salvaguarda(4) | ARG:(8) | |
| IX | MADEIRA, CARVÃO VEG. E OBRAS DE MADEIRA; | RA(1) | | | |
| X | PASTAS DE MADEIRA, MAT. FIBROSAS CELUL.; | | | ARG:(10) | |
| | CARTÃO; PAPEL E SUAS OBRAS | | | ARG:(10) | ARG:(12) |
| XI | MATÉRIAS TÊXTEIS E SUAS OBRAS | RA(1) | ARG: medida(5) | ARG:(11) | |
| XII | CALÇ., CHAPÉUS E ARTEF. DE USO SEMELHANTE | | | | |
| | Calçados, polainas e art. semelhantes, e suas partes | RA(1) | | ARG:(8) | |
| XV | METAIS COMUNS E SUAS OBRAS | RA(1) | ARG: medida(5) | | |
| | Ferro fundido, ferro e aço (laminados) | ARG: (2) | Preço Mínimo | ARG:(10) | |
| XVI | MÁQ. E APARELHOS, MAT. ELÉTR., E SUAS PARTES; | | ARG:(6) | | |
| XVIII | INSTRUM. E APAR. DE ÓPTICA, FOTOGRAFIA, ... | | | | |
| | Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, ...(fibras ópticas) | ARG: (2) | | | |

(1) - RA: Regime de Adequação - alíquotas zeradas em 01/01/1999; (2) - Produto em processo *anti-dumping*

(3) - Pedido de elevação dos reintegros; (4) - redução da tarifa em 10%; a justiça cassa a preferência tarifária por considerar o setor beneficiado com subsídios no Brasil.

(5) - Empresários pedem compensações e VER além das salvaguardas; (6) - Empresários pedem compensações e VER além de Barreiras Não-Tarifárias

(7) - Investigação de *dumping*; fórmula de comércio protegido do tipo "guarda-chuva"; (8) - Fórmula de comércio protegido do tipo "guarda-chuva"

(9) - O Brasil impõe entraves e barreiras ao comércio do produto; (10) - Medidas *Anti-dumping* + (8);

(11) - Quotas de Importação + (8);(12) - Apóiam a proposta do Ministro Cavallo em transformar o Mercosul em Área de Livre Comércio

Fonte: *Clipping* da Gazeta Mercantil sobre o Mercosul; Gazeta Mercantil diversos números. Informações organizadas pelo autor.

(ii) Associação das Fábricas de Automotores da Argentina (ADEFSA): no ano de 1999, em virtude do desequilíbrio gerado pela mudança no regime cambial brasileiro a associação solicitou ao seu governo um sistema de réintegros e alíquotas preferenciais;

(iii) Câmara das Indústrias de Calçados (CIC): as alíquotas para o setor deveriam ser zeradas a partir de 01/01/1999, entretanto, após a mudança do regime cambial brasileiro, a CIC forçou o governo argentino a sugestão de adoção de uma *Voluntary Export Restraints* (VER) por parte dos produtores brasileiros. Além disso, no ano de 2000 questionaram o não-cumprimento da VER por parte dos brasileiros sugerindo, portanto, uma quota de quatro milhões de pares. Conforme a Tabela 18, o governo argentino adotou um mecanismo de proteção do tipo guarda-chuva²² para o setor. Ainda, segundo o BID-INTAL(2001), o governo argentino adotou no ano de 2001, por meio das Resoluções 2004 e 2208 de maio daquele ano, uma política de preços mínimos de importação, considerados elevados, visando estancar o fluxo de divisas para o exterior.

(iv) SIDERAR: empresa argentina que exerceu enorme influência no setor siderúrgico durante o período analisado. A siderurgia foi de início incluída no regime de adequação por parte do governo argentino, conforme BID-INTAL (1996). Com o objetivo de proteger o setor da concorrência brasileira, o governo daquele País permitiu a cobrança da taxa de estatística sugerindo a criação de uma TEC elevada para o setor. Entretanto, o fato marcante no setor foi a cobrança de taxas sobre a importação de produtos siderúrgicos, bem como o pedido da SIDERAR de direito *anti-dumping* contra as empresas brasileiras CSN, USIMINAS e COSIPA (ver BID-INTAL, 2000).

É, ainda, possível destacar uma participação menor de alguns grupos. Baseando-se nos resultados das Tabelas 17 e 18, destacam-se as seguintes atividades dos grupos:

(a) No ramo de Animais Vivos e Produtos do Reino Animal - item I da NCM: Câmara Argentina de Produtores Avícolas (CAPIA), Câmara de Empresas Processadoras Avícolas (CEPA) e Associação Argentina de Produtores de Porcos

²² A solução encontrada pelas autoridades argentinas para a contenção da vantagem competitiva brasileira, consignada pelo novo regime cambial, foi a adoção de fórmulas de comércio protegido denominadas “guarda-chuvas”. O programa tornaria a abertura do setor automotivo de maneira gradual, obstruindo, com isso, a vantagem competitiva brasileira. Outros setores que utilizaram dispositivos semelhantes foram: têxtil, frango, aço, açúcar, papel, calçados e suínos, todos com vantagem para a indústria brasileira.

(AAPP). No ano de 1994, através da Sociedade Rural Argentina (SRA), foram sugeridas quotas de importação para produtos brasileiros; em 1995, pela necessidade de fiscalização para substituir as barreiras fitossanitárias impostas aos produtos brasileiros, questionou-se o processo produtivo de carne suína no Brasil, sugerindo-se que o mesmo seria subsidiado indiretamente através do milho, e da concessão do PROEX para o setor; no período pós-1999, que marcou a mudança do regime cambial brasileiro, os setores relacionados ao item I do NCM foram protegidos pela fórmula de comércio do tipo “guarda-chuva”.

Os demais produtos do ramo, como o filé de merluza e produtos pesqueiros enlatados, enfrentaram ou a cobrança de ICMS no Brasil ou pediram a elevação dos réintegros após mudanças na política cambial brasileira;

(b) No ramo de Produtos do Reino Vegetal - item II da NCM: Associação Argentina de Produtores de Trigo (AAPT). No ano de 1995, o governo brasileiro impôs barreiras à entrada aos produtos argentinos que recebiam reembolsos de réintegros. A medida provisória 1569 (ver BID-INTAL,1997a), excluiu o trigo argentino da pauta de exportação argentina para o Brasil com preferência tarifária. O problema deveu-se à tentativa de controle de preços, a partir da *lista Dallari*, que fez com que a indústria de moagem brasileira, em virtude do excesso de demanda do produto no mercado interno e a oferta limitada do parceiro comercial, pressionasse o governo local a buscar novos fornecedores, visando a redução dos preços de importação. A pressão no Brasil era para a redução da alíquota extrazona.

Outros produtos como o arroz, milho, maçã e cereais em geral, enfrentaram barreiras fitossanitárias brasileiras. Além disso, o fim do financiamento das exportações para aqueles produtos dificultou em grande parte o desempenho dos setores. Ainda, o alho, as frutas e a azeitona entraram com pedido de elevação dos réintegros;

(c) Produtos das Indústrias Alimentares - item IV da NCM: Centro Açucareiro Argentino (CAC). Os produtores argentinos consideraram o Proálcool como uma forma de subsídio concedido pelas autoridades brasileiras aos produtores do Estado de São Paulo. Portanto, a controvérsia fez com que o produto, além de entrar na lista de adequação argentina, se enquadrasse em uma política com diretivas estabelecidas por um grupo técnico *ad hoc* para a sua negociação no bloco. As concessões, como a

redução das alíquotas em 10% para o produto brasileiro, feitas pelo Presidente Menem fizeram com que o Congresso daquele País adotasse medidas de salvaguarda. Em seguida o Presidente Menem, após vetar a medida do Congresso argentino que, como visto na seção 3, possui a prerrogativa regimental de estabelecer tarifas de importação, viu o seu veto derrubado pelo Congresso.

No que se refere ao vinho, importante produto de exportação argentino, o setor vinícola questionou a inclusão do produto na lista de exceção a TEC, a partir de 1996, bem como o forte rigor das quotas brasileiras no ano de 1997;

(d) Produtos Minerais - item V da NCM: basicamente o petróleo encontrou barreiras não-tarifárias brasileiras. As mesmas se referem à legislação brasileira sobre a composição dos combustíveis;

(e) Produtos das Indústrias Químicas ou Conexas - item VI da NCM: esses produtos estiveram relacionados em negociações de quotas, acordos de preços, sobretaxas e direitos compensatórios;

(f) Peles, Couros e Artigos Diversos - item VIII da NCM: imposição de TEC de 8% para o setor no ano de 1996;

(g) Pastas de Madeira e Material Fibroso e Celulósico - item X da NCM: a indústria de papel argentina experimentou um processo de proteção, iniciado em 1994, com a taxaço de produtos brasileiros e a incidência de TEC elevada. No ano de 1997, foi iniciado um processo de *dumping* contra os produtos brasileiros com a adoção de medidas *anti-dumping* em 2000;

(h) Materiais Têxteis e Suas Obras - item XI da NCM: Federação das Indústrias Têxteis da Argentina (FADIT). O setor sujeitou-se a vários procedimentos no âmbito do Mercosul. De início, houve a proteção ao setor em 1994, com a taxaço dos produtos brasileiros, a imposição de uma TEC elevada para o produto, e a sua inclusão no regime de adequação argentino. No ano seguinte, o Brasil restringiu a comercialização do produto, mediante a fixação do pagamento à vista pelo produto, impondo-lhe barreiras não-tarifárias em 1997. As alíquotas zeradas, previstas para o início de 1999, foram substituídas pelos pedidos de compensações e VER, além de salvaguardas, pelos empresários do setor. No início de 2000, aquele País impôs quotas de importação para o produto;

(i) Máquinas e Aparelhos e Material Eletroeletrônico - item XVI da NCM: o ramo de atividade deparou-se com as negociações de quotas, acordos de preços, sobretaxas, direitos compensatórios e medidas *anti-dumping*, estas direcionadas aos transformadores produzidos no Brasil. Além disso, empresários do setor pleitearam junto às autoridades argentinas compensações e VER, relacionadas ao comércio com o Brasil, a partir de 1999;

(j) Material de Transporte, Instrumentos e Aparelhos de Fibra Óptica e Mercadorias e Produtos Diversos - itens XVII, XVIII e XX da NCM: esses setores abriram processos de investigação de *dumping* aos produtos brasileiros.

Tabela 19 Exportações e Importações Argentinas: 1994-2001

| EXPORTAÇÕES | | | | | | |
|-------------|--------|----------|---------|----------|-----------------------|-----------------|
| ANO | BRASIL | PARAGUAI | URUGUAI | MERCOSUL | EXPORTAÇÕES TOTAIS | MERCOSUL (%) |
| 1994 | 3656 | 498 | 650 | 4804 | 15838 | 30.33% |
| 1995 | 5511 | 632 | 654 | 6797 | 20960 | 32.43% |
| 1996 | 6620 | 581 | 717 | 7918 | 23808 | 33.26% |
| 1997 | 8107 | 621 | 835 | 9564 | 25262 | 37.86% |
| 1998 | 7924 | 622 | 843 | 9390 | 26391 | 35.58% |
| 1999 | 5689 | 563 | 819 | 7071 | 23063 | 30.66% |
| 2000 | 6991 | 592 | 818 | 8402 | -NA- | -NA- |
| 2001 | 6311 | 497 | 769 | 7576 | -NA- | -NA- |

| IMPORTAÇÕES | | | | | | |
|-------------|--------|----------|---------|----------|-----------------------|-----------------|
| ANO | BRASIL | PARAGUAI | URUGUAI | MERCOSUL | IMPORTAÇÕES TOTAIS | MERCOSUL (%) |
| 1994 | 4288 | 72 | 425 | 4784 | 21584 | 22.16% |
| 1995 | 4174 | 140 | 279 | 4594 | 20065 | 22.89% |
| 1996 | 5325 | 181 | 294 | 5800 | 23758 | 24.41% |
| 1997 | 6898 | 320 | 371 | 7588 | 30217 | 25.11% |
| 1998 | 7055 | 348 | 528 | 7930 | 31326 | 25.32% |
| 1999 | 5599 | 304 | 396 | 6299 | 25439 | 24.76% |
| 2000 | 6479 | 295 | 426 | 7199 | -NA- | -NA- |
| 2001 | 5278 | 303 | 328 | 5909 | -NA- | -NA- |

Fonte: INDEC Informa

A Tabela 19 retrata bem a expressividade do acordo para a economia argentina. As exportações para o bloco chegaram a representar em torno de trinta e oito por cento das exportações daquele país. No caso das importações, o impacto foi menos expressivo, alcançando uma proporção de pouco mais que vinte e cinco por cento, em 1997, mantendo aproximadamente o mesmo patamar até o ano de 1999.

Os setores tradicionalmente exportadores da economia argentina, isto é, aqueles que

apresentam superávits consistentes, conforme a Tabela 7, são os representados pelos capítulos I-V e VIII do Sistema Harmonizado. Os setores representados pelos capítulos IX, XIV e XIX apresentaram alternâncias entre períodos de superávit e períodos de déficit. Os demais são setores altamente deficitários. Os fluxos comerciais variaram significativa e positivamente entre os anos de 1994-1997; em seguida, tanto as importações quanto as exportações apresentaram forte contração, principalmente no biênio 1998-1999. Esse quadro atesta, significativamente, a pressão exercida pelos grupos de interesse, identificados acima, seja através dos aspectos conjunturais, devido às alternativas impostas pela conduta da política cambial brasileira, ou através do pleito de 1999.

Além disso, pode-se vislumbrar, que as transações argentinas desagregadas de acordo com a pauta de transações comerciais, bem como baseadas nas seções do Sistema Harmonizado, atestam o resultado do comportamento dos grupos de interesse em proteger o mercado para os seus produtos. A Tabela 20 mostra que:

- (i) as exportações argentinas para o bloco foram majoradas no biênio 1995-1996 com destaque para as seções I, IV, V, VII, IX, X, XI, XII, XIII, XV, XVI, XVII e XX (Tabela 20). No entanto, em 1999, a situação foi revertida em praticamente todas as seções destacando-se, ainda, que a seção XIV apresentou crescimento extraordinário naquele ano;

Tabela 20 - Exportações e Importações Argentinas para o Bloco

| Seções | Exportações | | | | | Importações | | | | |
|--------|-------------|---------|---------|---------|---------|-------------|---------|---------|---------|---------|
| | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
| I | 73.81% | -7.54% | -7.38% | -7.34% | -7.49% | -35.88% | 95.54% | 20.41% | 43.02% | -37.46% |
| II | 25.54% | 7.21% | -1.00% | 25.64% | -26.81% | 38.23% | -1.11% | 79.21% | -10.68% | -17.16% |
| III | -13.73% | -18.62% | 9.40% | 72.95% | -47.91% | 95.92% | 14.75% | 5.55% | 21.07% | -62.18% |
| IV | 86.16% | 11.71% | 7.33% | 13.30% | -22.73% | -2.73% | -23.61% | 27.83% | -1.80% | -1.62% |
| V | 21.54% | 62.70% | -10.37% | -36.25% | 16.18% | 21.04% | 18.75% | 17.78% | 9.24% | -13.64% |
| VI | 27.33% | 11.15% | 12.05% | 20.98% | 2.23% | 43.85% | 0.12% | 19.51% | 0.12% | -9.70% |
| VII | 65.41% | 11.04% | -6.26% | 25.24% | -14.20% | 12.16% | 16.55% | 20.47% | -7.75% | -9.93% |
| VIII | 0.19% | -9.73% | -10.27% | -0.20% | 4.52% | 4.78% | 128.32% | 0.02% | -9.67% | 42.30% |
| IX | 154.93% | 145.07% | 21.96% | -26.18% | -27.36% | -17.99% | 9.94% | 33.67% | 23.18% | -11.60% |
| X | 169.29% | 11.45% | 15.91% | 19.48% | -25.15% | 21.29% | 25.29% | 8.17% | 4.87% | -5.06% |
| XI | 46.18% | 24.08% | 14.57% | -24.82% | -19.50% | 7.82% | 42.99% | 19.47% | 3.43% | -15.90% |
| XII | 158.13% | -26.36% | 64.18% | -30.34% | -66.14% | 1.18% | 80.75% | 32.85% | 30.49% | 23.35% |
| XIII | 51.12% | -14.78% | 15.67% | 0.66% | -33.50% | -0.53% | 28.93% | 18.01% | 2.78% | -5.22% |
| XIV | -16.14% | 52.78% | -78.96% | 68.83% | 111.15% | 35.84% | 93.74% | 28.99% | 57.37% | -27.91% |
| XV | 80.91% | 8.56% | 15.15% | 15.44% | -17.94% | 0.59% | 4.52% | 32.64% | -0.56% | -20.19% |
| XVI | 57.73% | 0.18% | 30.37% | -10.50% | -11.65% | -0.49% | 31.93% | 23.72% | -5.21% | -8.76% |
| XVII | 45.49% | 24.59% | 67.60% | 15.49% | -52.16% | -32.68% | 45.99% | 59.16% | 15.59% | -43.07% |
| XVIII | 10.05% | 48.76% | 68.55% | -20.25% | 20.45% | 27.91% | 18.20% | 18.77% | -0.97% | 9.22% |
| XIX | 62.27% | -14.86% | -12.80% | -21.80% | -31.29% | -49.09% | 67.71% | 33.35% | 8.53% | -24.26% |
| XX | 139.21% | 18.69% | -0.72% | 2.98% | -39.35% | -9.20% | 32.01% | 22.52% | -10.48% | 3.09% |
| XXI | 100.00% | 225.00% | 61.54% | 14.29% | -41.67% | -100.00% | -NA- | 806.67% | -43.24% | 37.56% |
| Total | 40.92% | 17.03% | 14.47% | 3.89% | -24.95% | -1.29% | 22.52% | 31.04% | 4.44% | -20.52% |

Fonte: Sistema de Informações de Comércio Exterior DATAINTAL

Tabela 21 Pauta de Exportações da Argentina

| Principais Produtos | | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|---------------------|---|---------|---------|---------|---------|----------|
| 102 | Animais vivos da espécie bovina: | 96.21% | -66.52% | -48.65% | -91.32% | -8.22% |
| 202 | Carnes bovinas, congeladas: | 77.32% | -40.76% | -29.42% | -29.57% | -36.90% |
| 304 | Peixes: frescos, refrig. ou cong.... | 60.34% | 14.36% | 2.80% | -20.77% | -46.38% |
| 402 | Leite e nata, | 102.19% | -5.06% | -0.12% | 33.99% | 18.62% |
| 703 | Cebolas, chalotas, alho comum, | 45.16% | -1.88% | 59.94% | 9.72% | -46.65% |
| 713 | Legumes | -15.02% | -11.60% | 81.69% | 51.65% | -80.27% |
| 808 | Maçãs, pêras e marmelos,... | 143.94% | 9.03% | -9.06% | -11.60% | -39.64% |
| 1001 | Trigo e mistura com centeio: | 40.45% | 13.06% | -19.39% | 22.21% | 0.73% |
| 1005 | Milho: | -20.95% | -48.18% | 31.76% | 122.84% | -54.77% |
| 1006 | Arroz: | 75.43% | -4.40% | 14.42% | 62.18% | -49.93% |
| 1507 | Óleo de soja e respectivas frações, ... | -35.98% | -51.65% | -1.51% | 176.78% | -69.24% |
| 2005 | Outros hortícolas.... | 59.24% | 7.85% | -20.98% | 27.67% | -24.86% |
| 2709 | Óleos brutos de petróleo... | 30.06% | 57.15% | -21.42% | -42.27% | -11.32% |
| 2710 | Óleos de petróleo não-brutos | -9.23% | 105.03% | 21.65% | -34.54% | 37.88% |
| 2711 | -Liquefied : | 15.06% | 57.50% | 1.02% | -19.19% | 88.01% |
| 3004 | Medicamentos | 24.81% | 67.58% | 32.19% | 19.71% | -4.52% |
| 4011 | --Com banda de rodagem | 41.72% | -6.08% | 13.79% | 12.65% | -46.42% |
| 4104 | Couros e peles, depilados, | -2.43% | -5.46% | -15.88% | 2.90% | 10.60% |
| 5201 | Cotton, not carded or combed. | -25.80% | 179.52% | 29.13% | -51.55% | -21.09% |
| 5402 | --Outros | 66.40% | 0.13% | -7.10% | 11.94% | 5.18% |
| 8407 | Motores de pistão, | 33.27% | 29.40% | 12.07% | -59.38% | 4.19% |
| 8703 | Autom. de passageiros e outros | 32.97% | 234.20% | 85.26% | 8.22% | -65.67% |
| 8704 | Veículos automóveis p/ transporte.... | 108.62% | -39.56% | 140.34% | 30.23% | -46.02% |
| 8706 | Chassis fitted with engines, | 65.34% | 2.62% | -85.21% | -98.72% | 1427.27% |
| 8708 | --Embraiagens e suas partes: | 11.33% | -26.78% | -19.70% | 20.63% | -12.39% |
| | Total | 31.76% | 23.78% | 13.94% | 0.87% | -30.65% |

Fonte: Sistema de Informações de Comércio Exterior DATAINTAL

Tabela 22 Pauta de Importações da Argentina

| Principais Produtos | | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|---------------------|--|---------|---------|---------|---------|---------|
| 2601 | Minérios de ferro e seus concentrados | 24.50% | 18.91% | 3.12% | 5.84% | -35.23% |
| 2710 | Óleos de petróleo não-brutos..... | 18.30% | 7.19% | -38.45% | -19.67% | -4.80% |
| 2933 | Compostos heterocíclicos,... | 0.73% | 14.56% | 22.69% | -17.11% | -35.05% |
| 3004 | Medicamentos..... | 28.07% | 31.79% | 39.91% | 35.73% | 13.19% |
| 3808 | -Insecticidas | 43.14% | 15.03% | 34.08% | -8.25% | -29.71% |
| 3901 | Polímeros de etileno, (formas primárias) | 36.20% | 16.43% | 50.72% | -17.81% | -0.98% |
| 8408 | Motores para propulsão de embarcações | 23.66% | 12.06% | 36.59% | 5.26% | -38.82% |
| 8409 | -De motores para aviação | -12.41% | -10.77% | 21.09% | -0.08% | -26.09% |
| 8413 | Bombas para líquidos, | 4.47% | 23.64% | 11.49% | 8.13% | -19.71% |
| 8414 | Bombas de ar ou de vácuo, | -5.35% | -9.72% | 44.93% | -5.34% | 28.45% |
| 8418 | Refrigeradores, congeladores (freezers) | -3.56% | 10.70% | 25.34% | -4.27% | -15.29% |
| 8422 | Máquinas de lavar louça; máquinas | -8.58% | -4.30% | 4.29% | -13.95% | -29.56% |
| 8429 | Bulldozers, angledozers, | -48.53% | -10.11% | 123.16% | 13.52% | -35.51% |
| 8471 | -Unidades de memória | -6.28% | -9.71% | 40.47% | 9.18% | -9.88% |
| 8473 | Partes e acessórios | 50.10% | -20.43% | 42.10% | 33.09% | -5.98% |
| 8502 | Grupos electrog. e conv. rotativos, elétric. | 64.15% | -57.81% | 3.61% | 221.23% | -82.49% |
| 8517 | Apar. Elétric. para telefonia ou teleg.. | 13.63% | -2.38% | 26.92% | 10.10% | -4.19% |
| 8525 | -Aparelhos emissores (transmissores) | -32.56% | -1.35% | 159.60% | 2.13% | -10.75% |
| 8527 | -Radio-broadcast receivers | -14.66% | -33.83% | 66.62% | 17.99% | -39.62% |
| 8529 | Partes reconhecíveis | -43.83% | -9.49% | 16.91% | -30.16% | 100.01% |
| 8544 | Fios, cabos (+ os cabos coaxiais)..... | -4.06% | -5.79% | 3.47% | -5.51% | -15.19% |
| 8703 | Autom. de passageiros e outros | -38.58% | 56.92% | 35.90% | 1.50% | -44.19% |
| 8704 | Veículos automóveis p/ transporte | -43.74% | 76.46% | 65.41% | 37.72% | -51.19% |
| 8708 | --Embraiagens e suas partes: | -14.91% | 21.75% | 48.38% | 9.94% | -40.25% |
| 8802 | Outros veículos aéreos | -36.02% | 29.20% | 55.39% | 28.77% | 51.31% |
| Total | | -13.01% | 11.99% | 38.80% | 9.12% | -22.40% |

Fonte: Sistema de Informações de Comércio Exterior DATAINTAL

(ii) a pauta de exportações, que representa as exportações intra e extrabloco, por sua vez, apresentou em 1995, crescimento em praticamente todos os itens. O ano de 1996 foi marcado por forte retração para os itens animais vivos da espécie bovina, carnes bovinas congeladas, milho, óleo de soja e veículos automotivos para o transporte de passageiros.

No ano de 1999, foi verificada uma retração na maior parcela da pauta de exportações, sendo que alguns itens apresentaram crescimento das exportações. São eles: óleos de petróleo não-bruto, *liquefied e chassis fitted with engines*, conforme mostra a Tabela 21;

(iii) as importações do bloco, conforme a Tabela 20, revelam que as seções II, III, V, VI, X, XIV, XVIII apresentaram crescimento em 1995. No ano seguinte, o crescimento das importações ocorreu nas seções I, VIII, X, XI, XII, XIII, XIV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX. As demais seções ou apresentaram crescimento pouco expressivo ou retração.

Como em 1999, as importações do bloco foram marcadas por forte retração, com destaque para o crescimento das importações nas seções VIII e XII, as quais representam os setores tradicionalmente exportadores e revelam que a crise no setor deveria sofrer a intervenção do governo local através de medidas compensatórias para os empresários locais;

(iv) na Tabela 22 são mostradas as contrações em alguns itens (*bulldozers*, aparelhos emissores, partes reconhecíveis, veículos automotores para passageiros e para o transporte de carga e outros veículos aéreos) verificadas para o ano de 1995. Já em 1999, a pauta foi marcada pela retração em praticamente todos os itens, exceto bombas de ar ou a vácuo, partes reconhecíveis e outros veículos aéreos.

1.4.3 Os Grupos de Pressão no Brasil

Alguns grupos de pressão brasileiros mostraram participação efêmera nas negociações do acordo diluindo a capacidade organizacional e decisória das autoridades brasileiras, conforme mencionado na seção 3.

No âmbito agrícola, a participação da Sociedade Rural Brasileira (SRB) foi destacada apenas no início do acordo, quando afirmaram que a harmonização das políticas do setor entre os países era fundamental para o avanço do acordo. Ao lado daquela associação esteve o Conselho Nacional de Agricultura (CNA), órgão ligado ao Ministério da Agricultura, que desempenhou papel-chave nas negociações, principalmente no ano de 2001, quando se posicionaram contrários à redução da TEC.

No setor industrial, as participações da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e suas similares regionais como a FIEMG, FIERGS e FIERJ foram enfraquecidas pela diversidade de interesses ao longo do acordo. Em 1994, por exemplo, a preocupação da FIESP era com o adiamento da harmonização da TEC para bens de capital que, segundo a Federação, traria sérios problemas para as indústrias. No ano seguinte, sugeriu a proteção da indústria automotiva nacional, solicitando ao governo brasileiro a adoção de quotas de importação para os autos argentinos. Em 2001, a posição foi alterada em virtude da contrariedade quanto à redução da TEC para alguns setores.

Tabela 23 Mapeamento dos Grupos de Interesse no Brasil (1994-1997)

| | Discriminação/Ano | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 |
|------|--|-------------|--------------------------------------|---|------------------------|
| I | ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DO REINO ANIMAL pintos de 1 dia Carnes e miudezas, comestíveis carne suína manteiga | | BRA: (2) BRA: (3); BRA: (2) | BRA: Inclusão na LE BNT | |
| II | PRODUTOS DO REINO VEGETAL cítricos maçã Café, chá, mate e especiarias soja trigo | | ARG: (4) ARG: (5) BRA: (6) | BRA: (9) BRA: Retirada do RA BRA: (9) Mudanças na Política | |
| IV | PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES açúcar vinho | | | BRA: LE (10) | ARG: Congresso x Pres. |
| VI | PROD. DAS IND. QUÍMICAS OU CONEXAS polímeros | | BRA: (7) | | |
| VII | PLÁSTICOS E SUAS OBRAS; BORRACHA E SUAS OBRAS pneus | URU: (1) | | | |
| VIII | PELES, COUROS, PELETERIA; ARTIGOS DIVERSOS Peles, exceto e peleteria, e couros | | | BRA: imposto de 15% ARG | |
| X | PASTAS DE MADEIRA, MAT. FIBROSAS CELULÓSICAS; PAPEL OU CARTÃO; PAPEL E SUAS OBRAS | | | BRA: Inclusão no RA | |
| XI | MATÉRIAS TÊXTEIS E SUAS OBRAS | | | Fin. Import.: Menor prazo | ARG: BNT |
| XII | CALÇADOS, CHAPÉUS E ART.DE USO SEMELHANTE Calçados, polainas e art. semelhantes, e suas partes | | | LE: maiores aliq. | |
| XVI | MÁQ. E APARELHOS, MAT. ELÉT., E SUAS PARTES; Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes Refrigeradores | URU: (1) | | | |

Tabela 23 (Continuação)

| | Discriminação/Ano | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 |
|------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| XVII | MATERIAL DE TRANSPORTE | | | | |
| | Veículos e material para vias férreas ou semelhantes | | | | |
| | Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros | | ARG: (8) | | |

(1) - Política de Preços Mínimos - PMEX até 02/95;

(2) - Liberação das exportações para a Argentina;

(3) - Revisão das alíquotas;

(4) - Barreiras Não-Tarifárias da Argentina - importação em contêineres;

(5) - Barreira Não-Tarifária: Harmonização Fitossanitária

(6) - Portaria 169 de abr/1994 - escala de sobretaxa + discussão sobre as alíquotas.

(7) - Imposto de Exportação + 15%

(8) - Regime de admissão temporária na Argentina (BNT);

(9) - Diferença na alíquota de ICMS do Brasil

(10) - Inclusão na Lista de Exceção

LE - Lista de Exceção à TEC

RA - Regime de Adequação

ARG: Congresso derruba o veto do Presidente Menem

Fonte: *Clipping* da Gazeta Mercantil sobre o Mercosul; Gazeta Mercantil diversos números. Informações organizadas pelo autor.

Tabela 24- Mapeamento dos Grupos de Interesse no Brasil (1997-2001)

| | Discriminação/Ano | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 |
|-----|--|-------------|-----------------------------|---------------------|--------------------|
| I | ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DO REINO ANIMAL Carnes e miudezas, comestíveis carne frango | | BRA: (3) | RA | |
| | Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural; prod. comest. | | BRA: (3) | BRA: (6) | |
| II | PRODUTOS DO REINO VEGETAL | | | | |
| | alho | | BRA: (3) | | |
| | cebola | | BRA: (3) | | |
| | Cereais | | BRA: (3) | RA | |
| | arroz | | | BRA: protecionismo | |
| | soja | | | CCE: estimula setor | |
| | trigo | | | BRA: BC antec. pgto | |
| | azeitona | | BRA: (3) | | |
| IV | PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES | | | | |
| | açúcar | | Incertezas | | |
| | produtos enlatados | | BRA: protecionismo | | |
| V | PRODUTOS MINERAIS | | | | |
| | barrilha | BRA: (1) | | | |
| | petróleo | | sem trat. preferencial | | |
| X | PASTAS DE MADEIRA, MAT. FIBROSAS CELULÓSICAS; | | | RA | |
| | Papel e cartão; obras de pasta de celul., papel ou cartão | | | | |
| XI | MATÉRIAS TÊXTEIS E SUAS OBRAS | | BRA: (4) | BRA: protecionismo | ARG: protecionismo |
| | Algodão | | | | |
| XII | CALÇADOS, CHAPÉUS E ART.DE USO SEMELHANTE | | | RA: TEC 35% | ARG: protecionismo |
| | calçados | | BRA: (5) | | |
| XV | METAIS COMUNS E SUAS OBRAS | BRA: (2) | | RA | |
| | Ferro fundido, ferro e aço | | | | |
| XVI | MÁQ. E APARELHOS, MAT. ELÉT., E SUAS PARTES; | | Novas restrições argentinas | | |

(1) - Elevação de 3% na TEC;

(2) - Prorrogação do regime de *drawback*;

(3) - O setor considera os reintegros argentinos como subsídios;

(4) - Produtores pedem fim das salvaguardas e alegam terem perdido o tratamento preferencial;

(5) : Os produtores brasileiros rejeitaram as quotas impostas pelos argentinos;

(6) - Investigação de *dumping* na Argentina e no Uruguai.

Fonte: *Clipping* da Gazeta Mercantil sobre o Mercosul; Gazeta Mercantil diversos números. Informações organizadas pelo autor.

Alguns setores vieram a público contestar algumas medidas adotadas pelas autoridades brasileiras ou pelas autoridades dos parceiros comerciais. Destacam-se os seguintes grupos de pressão listados como:

(i) Associação Brasileira de Química (ABIQUM), Associação Brasileira de Química Fina (ABIQUIF), Sindicato das Indústrias de Plástico (SINDIPLAST): os dois primeiros grupos representam indústrias consideradas estratégicas para o País e gozam de proteção. No ano de 1994, a ABIQUIM foi beneficiada por uma TEC inicial de 16%, sujeitando-se a uma redução da TEC em 3%, no ano de 2000. Na ausência de potenciais concorrentes no bloco, o setor viu o mercado consumidor intrabloco expandido sem a necessidade de transformações significativas nas estratégias das empresas que o compõem. A ABIQUIF apenas reiterou, como no início do acordo, que os processos produtivos deveriam ser descritos para facilitar a identificação do regime de origem. No caso da SINDIPLAST, o setor foi beneficiado com a redução das alíquotas de importação de produtos da indústria química e petroquímica intrabloco.

(ii) Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), Sindicato das Indústrias de Autopeças (SINDIPEÇAS) e Associação das Indústrias Brasileiras de Álcool (ALCO): representam setores com tratamentos especiais. Os dois primeiros grupos de pressão os quais, mesmo com a concessão de vantagens para a implantação de indústrias automobilísticas pelos estados, conforme BID-INTAL (1997b), foram beneficiados com o regime automotivo do bloco. O último, por sua vez, tem tido sua política conduzida por um Grupo de Trabalho *ad hoc*.

(iii) Associação Brasileira dos Fabricantes de Calçados (ABICALÇADOS): apesar do considerável peso político do grupo, bem representado no Congresso Nacional pela bancada gaúcha, o setor enfrentou forte resistência por parte dos representantes do setor na Argentina, conforme observado na subseção 4.2.

(iv) Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS): desempenhou papel importante no entrave estabelecido pela indústria de siderurgia argentina SIDERAR (ver BID-INTAL, 1998-1999);

Assim como na Argentina, no Brasil alguns grupos tiveram um papel menos expressivo no período analisado, conforme mostram as Tabelas 23 e 24, a saber:

- (a) Animais Vivos e Produtos do Reino Animal - item I da NCM: a carne suína teve a sua exportação para a Argentina liberada somente em 1995, bem como a exportação de pintos de um dia. No ano de 1995, as carnes tiveram as suas alíquotas revisadas;
- (b) Produtos do Reino Vegetal - item II da NCM: a Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos (ABECITRUS) viu os seus produtos sujeitos às barreiras não-tarifárias argentinas no ano de 1995; a Associação Brasileira da Cadeia Produtiva do Arroz (ABRARROZ) conseguiu a adoção de medidas protecionistas por parte do governo brasileiro em 2000; a Associação Brasileira das Indústrias do Trigo (ABITRIGO) pressionou o governo brasileiro para a adoção de um mistura na composição do trigo importado visando reduzir o seu custo;
- (c) Produtos das Indústrias Alimentícias _ item IV da NCM: União Brasileira de Viticultura (UVIBRA) beneficiou-se da rigidez das quotas de importação impostas pelo governo brasileiro aos produtos similares do bloco.

Nota-se que no Brasil, conforme a Tabela 7, os setores tradicionalmente exportadores são mais diversificados, permitindo, portanto, negociações em bloco, ao contrário do que ocorreria na Argentina. É identificado que os setores representados pelos capítulos I-IV, VIII-X, XII-XV e XIX são predominantemente exportadores, ou seja, as exportações são bem diversificadas. Os setores predominantemente importadores são os representados pelos capítulos V-VII, XI, XVI, XVIII e XX.

Referindo-se às variações intertemporais, observa-se que o ano de 1994 foi marcado pelo crescimento considerável das exportações e importações e, no ano de 1999, houve forte contração, principalmente das importações, em decorrência das dificuldades impostas pelo novo regime cambial.

Em termos relativos, o acordo, no período de 1994-1999, não parece ter apresentado significativos incrementos nas exportações e importações, conforme a Tabela 26. Entretanto, no que concerne aos volumes transacionados, principalmente com a Argentina, foi verificado um forte incremento em valores absolutos, tanto nas exportações, quanto nas importações.

Tabela 26 Exportações e Importações Brasileiras para o Bloco

| Seção | Exportações | | | | | Importações | | | | |
|-------|-------------|---------|-----------|----------|---------|-------------|---------|---------|---------|---------|
| | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
| I | -23.58% | 69.65% | 18.43% | 12.14% | -20.92% | 50.43% | 2.45% | 2.28% | -2.05% | -22.47% |
| II | 33.74% | 5.09% | 10.57% | -9.67% | -18.44% | 23.90% | 16.80% | -4.74% | 10.68% | -25.97% |
| III | 77.95% | -99.87% | 91165.00% | 30.38% | -19.79% | -6.69% | -6.94% | -7.26% | 52.98% | -40.41% |
| IV | 19.00% | 6.71% | 18.32% | 4.38% | -45.80% | 139.47% | 23.86% | 39.72% | -7.74% | -42.34% |
| V | -26.13% | 1.54% | -1.75% | -15.17% | -20.57% | 21.42% | 53.55% | 1.57% | -41.86% | -2.47% |
| VI | 33.25% | 9.71% | 13.03% | -0.61% | -13.28% | 33.66% | 29.34% | 23.59% | 9.14% | 5.07% |
| VII | 8.48% | 14.40% | 14.43% | -13.79% | -17.00% | 75.67% | 13.49% | -6.16% | 17.01% | -14.72% |
| VIII | -19.91% | 39.17% | 23.53% | 17.45% | 8.98% | 0.81% | -14.04% | 5.00% | -13.48% | 6.75% |
| IX | -18.68% | 7.12% | 43.69% | 27.77% | -3.94% | 37.56% | 50.90% | -2.48% | -29.38% | -38.86% |
| X | 25.98% | 9.47% | 9.96% | 10.33% | -8.02% | 489.21% | 27.69% | 25.43% | 12.63% | -31.53% |
| XI | 3.64% | 31.84% | 18.12% | -2.93% | -14.50% | 39.66% | 23.59% | -1.81% | -23.21% | -19.64% |
| XII | 10.23% | 26.16% | 33.79% | 20.19% | 16.32% | 773.86% | 14.73% | 22.92% | -43.16% | -70.40% |
| XIII | 5.02% | 18.63% | 16.05% | -2.13% | -11.32% | 50.36% | -20.32% | 20.62% | -21.94% | -50.75% |
| XIV | -7.25% | 4.16% | 128.23% | -22.64% | -32.56% | -63.22% | 255.89% | 41.99% | -90.22% | 183.08% |
| XV | 5.62% | 3.55% | 24.72% | -4.51% | -22.13% | 88.00% | 16.25% | 33.49% | 11.59% | -15.69% |
| XVI | -0.19% | 28.76% | 19.12% | -7.92% | -10.60% | 84.26% | -0.83% | 57.28% | -19.93% | -18.20% |
| XVII | -9.47% | 34.78% | 49.59% | 2.96% | -43.62% | 50.57% | 32.89% | 66.08% | 14.45% | -49.44% |
| XVIII | -9.97% | -1.55% | 32.32% | 13.55% | -89.34% | 72.69% | 11.77% | 7.74% | 40.88% | 12.78% |
| XIX | 9.37% | -15.69% | -17.91% | -28.77% | -31.68% | 8.21% | 100.00% | -30.76% | -32.05% | -32.54% |
| XX | -16.74% | 22.60% | 25.78% | 1.04% | 0.89% | 182.81% | 11.03% | 6.31% | -10.10% | -65.35% |
| XXI | 704.42% | -95.05% | -93.33% | 1233.33% | -55.00% | -86.91% | -26.32% | 79.76% | -62.25% | 335.09% |
| Total | 3.81% | 18.66% | 24.00% | -1.70% | -24.34% | 40.99% | 21.04% | 16.91% | -2.06% | -28.63% |

Fonte: Sistema de Informações de Comércio Exterior DATAINTAL

Tabela 26 Exportações e Importações Brasileiras: 1994-2001

| EXPORTAÇÕES | | | | | | |
|--------------------|------------------|-----------------|----------------|-----------------|-------------------------------|-------------------------|
| ANO | ARGENTINA | PARAGUAI | URUGUAI | MERCOSUL | EXPORTAÇÕES TOTAIS | MERCOSUL (%) |
| 1994 | 4136 | 1053 | 732 | 5921 | 43098 | 13.74% |
| 1995 | 4041 | 1300 | 812 | 6153 | 45881 | 13.41% |
| 1996 | 5171 | 1325 | 812 | 7308 | 47106 | 15.51% |
| 1997 | 6767 | 1405 | 871 | 9043 | 52177 | 17.33% |
| 1998 | 6746 | 1249 | 881 | 8876 | 50490 | 17.58% |
| 1999 | 5362 | 744 | 671 | 6777 | 47186 | 14.36% |
| 2000 | 6233 | 829 | 670 | 7732 | -NA- | -NA- |
| 2001 | 5002 | 720 | 641 | 6363 | -NA- | -NA- |

| IMPORTAÇÕES | | | | | | |
|--------------------|------------------|-----------------|----------------|-----------------|-------------------------------|-------------------------|
| ANO | ARGENTINA | PARAGUAI | URUGUAI | MERCOSUL | EXPORTAÇÕES TOTAIS | MERCOSUL (%) |
| 1994 | 3660 | 352 | 569 | 4581 | 35532 | 12.89% |
| 1995 | 5581 | 514 | 737 | 6832 | 49372 | 13.84% |
| 1996 | 6784 | 551 | 933 | 8268 | 53079 | 15.58% |
| 1997 | 8033 | 518 | 966 | 9517 | 61350 | 15.51% |
| 1998 | 8035 | 350 | 1043 | 9428 | 57710 | 16.34% |
| 1999 | 5815 | 260 | 645 | 6720 | 51205 | 13.12% |
| 2000 | 6843 | 351 | 601 | 7795 | -NA- | -NA- |
| 2001 | 6207 | 302 | 500 | 7009 | -NA- | -NA- |

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil

Tomando-se os itens de forma desagregada, a análise dos setores e das pautas comerciais brasileiras, com base nas Tabelas 25, 27 e 28, revelam que:

- (i) as exportações para o bloco, agregadas nas seções da Tabela 25, mostram que o ano de 1995 foi marcado por retrações nas seções I, V, VII, IX e XX, enquanto nas demais seções a retração foi pouco expressiva ou foi verificada expansão, por exemplo, nas seções II, III, VI e X. Em 1996, houve expansão na maioria das seções exceto nas seções III, XIX e XX. No ano de 1999, que marcou o acordo pela forte retração nas relações comerciais intrabloco, praticamente todas as seções apresentaram um decréscimo das exportações;

Tabela 27 Pauta de Exportações do Brasil

| Principais Produtos | | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|---------------------|---------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 207 | Aves, refrig.ou cong..... | -48.56% | 38.69% | 40.38% | 23.83% | -23.35% |
| 901 | Café, mesmo torrado... | 34.31% | -12.75% | 16.72% | -16.08% | -31.98% |
| 1701 | Açúcares de cana | 2.93% | -52.45% | 44.73% | -55.91% | -10.99% |
| 2203 | Beer made from malt. | -14.51% | 18.87% | -16.07% | -37.77% | -33.33% |
| 2402 | Charutos, cigarros, .. | 59.05% | 16.44% | 24.88% | 16.46% | -97.04% |
| 2601 | Minérios de ferro ... | 21.26% | 22.57% | -1.86% | 11.47% | -37.98% |
| 2710 | Óleos de petróleo não-brutos | -49.68% | -17.86% | -10.67% | -70.43% | 93.50% |
| 3808 | -Insecticidas | 41.13% | 5.99% | 57.36% | 1.83% | -31.07% |
| 3901 | Polímeros de etileno, | 30.79% | -3.90% | 22.40% | -12.81% | 1.31% |
| 4011 | --Com banda de rodagem..... | -0.99% | 31.70% | 3.54% | -14.62% | -33.88% |
| 6302 | --De fibras sintéticas..... | -15.61% | 34.97% | 36.15% | -1.74% | 3.76% |
| 7207 | Prod.semi. ferro/aço não-lig. | -1.27% | -30.87% | 60.90% | -31.99% | -59.98% |
| 7208 | --De espessura > 10 mm | -90.40% | -6.46% | 44.35% | 27.33% | -40.98% |
| 8408 | -Motores para propulsão ... | 51.47% | -1.27% | 21.49% | -5.84% | -47.95% |
| 8409 | -De motores para aviação | -21.69% | 37.80% | 25.25% | -13.04% | -30.69% |
| 8414 | Bombas de ar ou de vácuo.. | 19.75% | 0.33% | 25.42% | -23.26% | -3.93% |
| 8418 | Refrig., freezers e outros..... | -0.55% | 11.49% | -1.64% | -9.83% | -1.61% |
| 8429 | Bulldozers, angledozers, ... | -19.42% | -6.26% | 93.02% | -11.73% | -32.71% |
| 8433 | Máquinas e aparelhos .. | -26.60% | 111.06% | 4.53% | -3.39% | -60.96% |
| 8701 | Tratores ... | -23.27% | 49.47% | 66.96% | 6.21% | -61.15% |
| 8702 | Veíc. autom. transp. pessoas .. | -53.10% | -17.51% | -48.67% | 158.68% | -27.85% |
| 8703 | Autom. passageiros | -18.93% | 56.98% | 90.96% | -5.34% | -48.44% |
| 8704 | Veíc. autom. transp. merc. | -34.27% | 88.50% | 73.67% | 21.46% | -50.53% |
| 8707 | Carroçarias p/ autos | -29.98% | 35.07% | 28.94% | -13.89% | -21.90% |
| 8708 | --Embraiagens e suas partes: | 10.13% | 24.65% | 6.03% | -1.53% | -35.17% |
| | Total | -20.00% | 21.50% | 33.30% | -1.90% | -42.41% |

Fonte: Sistema de Informações de Comércio Exterior DATAINTAL

Tabela 28 Pauta de Importações do Brasil

| Pauta de Importações | | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|----------------------|------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 102 | Animais vivos da espécie bovina: | 23.61% | -63.68% | 33.91% | -21.92% | -63.34% |
| 201 | Carne bovina, frescas ou refrig. | 41.70% | 44.24% | 20.84% | -17.77% | -54.87% |
| 202 | Carne bovina, congeladas: | 47.94% | -34.15% | -20.03% | -33.85% | -42.45% |
| 304 | Filetes de peixes ... | 55.11% | 16.76% | 1.01% | -11.80% | -49.90% |
| 402 | Leite e nata, ... | 108.06% | 5.38% | -0.44% | 30.20% | 21.67% |
| 406 | Queijos e requeijão: | 8.04% | 38.57% | -21.05% | -18.14% | -26.75% |
| 703 | Cebolas, chalotas, alho comum, ... | 64.41% | -15.05% | 61.17% | 2.76% | -47.60% |
| 713 | Legumes de vagem,... | -19.05% | -15.49% | 84.33% | 47.39% | -79.81% |
| 808 | Maçãs, pêras e marmelos, frescos | 83.50% | 8.00% | -10.14% | -12.25% | -40.20% |
| 1005 | Milho: | -11.27% | -50.98% | 17.12% | 144.04% | -59.10% |
| 1006 | Arroz: | 13.73% | 33.11% | 6.02% | 40.92% | -49.08% |
| 1104 | Grãos de cereais | 28.92% | -53.44% | -97.11% | -99.46% | 8.00% |
| 1107 | Malte, mesmo torrado: | 23.28% | 65.44% | -6.49% | -12.65% | -8.46% |
| 1201 | Soya beans | 126.45% | 19.33% | -0.05% | -62.03% | 25.09% |
| 1507 | Óleo de soja e.... | -16.98% | -29.91% | -15.51% | 74.43% | -44.39% |
| 2709 | Óleos brutos de petróleo | 9.43% | 57.41% | -5.10% | -46.14% | -18.56% |
| 2710 | Óleos de petróleo não-brutos.. | 147.08% | 39.66% | 28.12% | -43.25% | 13.56% |
| 4011 | --Com banda de rodagem ... | 52.74% | 0.04% | 11.00% | -4.79% | -48.71% |
| 4104 | Couros e peles, ... | -4.00% | -13.80% | 2.83% | -9.05% | 15.55% |
| 5201 | Cotton, not carded or combed. | -4.49% | 72.13% | -10.39% | -38.64% | -13.73% |
| 8407 | Motores de pistão, | 43.92% | 29.69% | 25.69% | -65.50% | 3.41% |
| 8703 | Autos passageiros e outros..... | 31.26% | 256.96% | 69.98% | 14.00% | -59.13% |
| 8704 | Autos p/ transporte mercadorias | 158.73% | -36.30% | 141.52% | 32.15% | -47.46% |
| 8706 | Chassis fitted with engines ... | 20.57% | 1.75% | -81.96% | -65.23% | -41.66% |
| 8708 | --Embraiagens e suas partes: | 14.74% | -23.07% | 12.49% | -18.67% | -11.12% |
| | Total | 29.52% | 12.76% | 12.74% | -5.76% | -38.50% |

Fonte: Sistema de Informações de Comércio Exterior DATAINTAL

(ii) no que se refere à pauta brasileira de exportações, conforme a Tabela 27, foi verificado crescimento no biênio 1995-1996, principalmente nos itens café, charutos e cigarros, inseticidas, veículos automotores para o transporte de mercadorias. No biênio 1998-1999, houve forte contração na pauta de exportações, exceto nos itens óleos de petróleo não-brutos;

(iii) as importações do bloco apresentaram crescimento no biênio 1995-1996, exceto nas seções III e XXI. Já no biênio 1998-1999, foi verificada retração nas principais seções, enquanto nas seções XIV e XXI foi verificada expansão; e

(iv) a pauta de importações da economia brasileira foi marcada por forte expansão no biênio 1995-1996, principalmente em virtude da implantação do Plano Real que favoreceu as importações pela valorização da moeda doméstica. Destaca-se, entretanto, que os legumes de vagem, o milho e o óleo de soja apresentaram contração, vide Tabela 28. No ano de 1999, foi verificada retração na maior parte da pauta.

1.5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

As regras definidas pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) apontam para o uso político da proteção comercial por parte de grupos de interesse. Dentre os principais problemas relacionados ao Mercosul destacamos que, no contencioso apresentado, foram verificadas distintas formas de reivindicação de proteção pelas principais federações, confederações e associações que representam os interesses de grupos locais.

Como apresentado na seção 2, o grande motivador da pesquisa na teoria dos grupos de interesse não se encontra em sua identificação, mas na forma de atuação. Entretanto, como trabalho inicial, os resultados são considerados expressivos uma vez que os mesmos apontam para a atuação de grupos de interesse na determinação da política comercial, mesmo no âmbito do acordo comercial do Mercosul. Logo, a evidência proposta pela literatura de que há uma melhora no bem-estar agregado dos parceiros comerciais pela simples abertura comercial é questionada.

Esta proposição considera que os grupos atuam para a obtenção de formas alternativas de proteção, sejam elas barreiras tarifárias ou não-tarifárias, subsídios e concessões financeiras.

Do ponto de vista prático, conforme ilustrado na seção 4, foram destacados os seguintes grupos de interesse que atuaram no âmbito do acordo durante o período analisado (1994-2001):

- (i) na Argentina os principais grupos de interesse atuam nas seções I à IV do Sistema Harmonizado e podem ser descritos como:
 - (a) Câmara Argentina de Produtores Avícolas (CAPIA);
 - (b) Câmara de Empresas Processadoras Avícolas (CEPA);
 - (c) Associação Argentina de Produtores de Porcos (AAPP);
 - (d) Sociedade Rural Argentina (SRA);
 - (e) Associação Argentina de Produtores de Trigo (AAPT);
 - (f) Centro Açucareiro Argentino (CAC);
 - (g) União Industrial Argentina (UIA);
 - (h) Associação dos Fabricantes Argentinos de Componentes (AFAC);
 - (i) Associação das Fábricas de Automotores da Argentina (ADEFSA); e
 - (j) Câmara das Indústrias de Calçados (CIC);
- (ii) no Brasil em função do peso político da FIESP e das federações de indústrias

estaduais era de se esperar um papel mais ativo daquelas organizações. Entretanto, o que foi visto foi uma atuação mais centrada em nível dos ramos industriais pleiteando os seus próprios interesses, independentemente do aval da FIESP. Em linhas gerais, os principais grupos foram os seguintes:

- (a) Sociedade Rural Brasileira (SRB);
- (b) Conselho Nacional de Agricultura (CNA);
- (c) Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP);
- (d) Associação Brasileira de Química (ABIQUM);
- (e) Associação Brasileira de Química Fina (ABIQUIF);
- (f) Sindicato das Indústrias de Plástico (SINDIPLAST);
- (g) Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA);
- (h) Sindicato das Indústrias de Autopeças (SINDIPEÇAS);
- (i) Associação das Indústrias Brasileiras de Álcool(ALCO);
- (j) Associação Brasileira dos Fabricantes de Calçados (ABICALÇADOS);
- (k) Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS);
- (l) Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos (ABECITRUS);
- (m) Associação Brasileira da Cadeia Produtiva do Arroz (ABRARROZ);
- (n) Associação Brasileira das Indústrias do Trigo (ABITRIGO); e
- (o) União Brasileira de Viticultura (UVIBRA).

- (iii) no Paraguai e no Uruguai a atuação foi mais restrita, talvez em função da fonte de informações, ao setores de produtos do reino vegetal e animal.

É importante, também, retificar que a constatação das associações no contencioso foi corroborada pela pauta de importações e exportações dos países, bem como a ilustração da importância das seções do Sistema Harmonizado no volume do comércio local.

Do ponto de vista conjuntural, as dificuldades foram bem caracterizadas logo no início do acordo, em face das diferenças nos regimes cambiais dos países mais representativos. Logo após a aproximação dos regimes cambiais, em 1999, um novo foco de discussões acerca até da própria validade e vitalidade do acordo foi iniciado. Nesse contexto, viu-se um novo arranjo por parte de alguns setores que priorizaram a recorrência aos mecanismos de salvaguarda respaldados, então, pela legislação da Organização Mundial do Comércio, vendo risco à sobrevivência das indústrias locais.

O que pode ser concluído da análise é que o papel dos grupos parece ser fortalecido ou enfraquecido em virtude da conjuntura econômica e política. Por exemplo, a mudança do regime cambial brasileiro, no início de 1999, foi o grande motivador de concessões por parte das autoridades argentinas aos diversos grupos de pressão naquele País. O quadro aparente é que a conjuntura nacional da Argentina fez com que aquele governo fizesse concessões a diversos grupos, reiterando os princípios protecionistas que nortearam o processo de substituição de importações em alguns países da América Latina. A capacidade de barganha dos grupos argentinos, ampliada pela sua falta de organização, parece diluída em cenários econômicos favoráveis, à exceção da indústria sucro-alcooleira argentina.

Tomando-se a perspectiva do acordo e as informações iniciais do trabalho fazem-se necessárias duas direções: a primeira delas está na comparação dos resultados iniciais sugeridos para o acordo no período analisado com as principais formulações propostas sobre a atuação dos grupos de interesse, o que será feito no próximo capítulo, incluindo-se a elaboração de um modelo de barganha bilateral que considera a tradição comercial dos países locais, restritas a Argentina e ao Brasil; a segunda, significativamente mais difícil de se alcançar e não pretendida neste trabalho, está na identificação da forma de atuação. Uma sugestão para pesquisas futuras está na verificação das informações difundidas pela imprensa escrita e falada e os resultados obtidos sob a forma de proteção pelos diversos grupos identificados no presente trabalho. Ainda, verificar a defasagem entre a atuação do grupo e os resultados obtidos pelos grupos em períodos pré-eleitorais e de interstício eleitoral.

ENSAIO 2

A POLÍTICA COMERCIAL ESTRATÉGICA E A ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE INTERESSE

ENSAIO 2 A POLÍTICA COMERCIAL ESTRATÉGICA E A ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE INTERESSE

A estratégia de estudo escolhida para a identificação e análise da política comercial endógena compreende três fases: na primeira, representada no Ensaio 1, foram apresentados os principais grupos de interesse que atuaram no âmbito do Mercosul; na segunda, representada no presente Ensaio, compreende a apresentação dos principais modelos de proteção endógena e a formulação de um jogo teórico entre a Argentina e o Brasil, apresentando como solução a cooperação bilateral; finalmente, no último Ensaio serão apresentados os principais resultados empíricos da literatura recente e a apresentação dos resultados empíricos para o modelo de Grossman e Helpman aplicado ao Brasil, bem como resultados obtidos por um modelo proposto e um *ad hoc*.

Assim, o presente Ensaio procura apresentar a atuação dos grupos de interesse no contexto dos principais modelos teóricos formulados para a verificação da proteção endógena e, ainda, apresentar um jogo entre a Argentina e o Brasil dentro do arcabouço do modelo *Protection for Sale*. Para tal, na seção 1 é apresentada a fundamentação teórica para o tema desagregado nas cinco abordagens, propostas por Rodrik (1995); na seção 2 são apresentadas hipóteses teóricas para a elaboração de uma estrutura similar à de Grossman e Helpman (1994), que inclui uma variável de política de intervenção; finalmente, são feitas considerações sobre a aplicabilidade da teoria da proteção endógena ao caso brasileiro.

A teoria da tarifa endógena é o resultado do esforço intelectual de economistas e cientistas políticos em explicar a determinação dos níveis de proteção doméstica. O que tem fomentado a abordagem de proteção endógena são as seguintes observações:

- (i) verificação de uma disparidade entre as proposições advogadas pelos economistas, acerca do livre-comércio e o que as autoridades econômicas praticam (veja, para tanto, Rodrik, 1995);
- (ii) não se pode estabelecer satisfatoriamente uma relação entre o ótimo econômico e o ótimo político, (Magee, 1997); e
- (iii) existe um mercado político onde o nível de proteção é determinado, conforme a estrutura proposta por Becker (1983, 1985) e Kristov *et al.* (1992).

A avaliação da literatura de teoria da política endógena revela que o objeto de

pesquisa é o sistema político e não a economia. Portanto, a inferência sobre alíquotas ótimas, a relação entre tarifas e quotas, nível ótimo de subsídios, entre outros temas, fogem ao escopo da análise estritamente econômica. Segundo Nelson (1988), o objeto de pesquisa impõe o reconhecimento de que a análise deve ser baseada na estrutura de suposições sobre o sistema político e como ocorre a interação entre os agentes privados, sendo estes representados ou não por *lobbies*, e os governos.

O que tem sido feito na literatura é conferir ao sistema político uma estrutura de análise similar à do sistema econômico, ou seja, considerar estruturas de demanda e oferta de proteção tendo-se a tarifa ou a política comercial como um bem público num mercado onde o ofertante são as autoridades econômicas e os demandantes são os grupos de interesse, no caso as indústrias e/ou sindicatos.

É necessário, entretanto, que os recursos auferidos ou exauridos com a proteção devem onerar outros grupos, consumidores, residentes ou não-residentes. Para o último item verificar a abordagem de Dixit e Norman (1989) para a análise da distorção.

Desta maneira, um grupo de autores tem resenhado a literatura da economia política das tarifas, cita-se: Nelson (1988), Baldwin (1989), Rodrik (1995), Magee (1997), Grossman e Helpman (2001) e Gawande e Krishna (2001).

Em linhas gerais, os autores abordaram os seguintes aspectos: Nelson (1988) fundamentou a análise no arcabouço microeconômico das estruturas de demanda e de oferta da tarifa, caracterizando-a como um bem público; Baldwin (1989) distinguiu entre a motivação do auto-interesse dos participantes e da importância do interesse social amplo; Rodrik (1995) abordou a característica geral de análise baseando-se nos quatro pontos seguintes:

- (i) o modelo econômico é do tipo Heckscher-Ohlin-Samuelson ou Ricardo-Viner no qual a vantagem comparativa ou a abundância do fator estabelecerá a base dos acordos de comércio entre os países, bem como a estrutura de proteção;
- (ii) os modelos devem apresentar uma descrição de como as preferências individuais são agregadas e analisadas. A estrutura de demanda é uma generalização da estrutura de preferências individuais, recorrendo-se ao artifício de se utilizar uma função de utilidade indireta para a determinação da demanda marshalliana¹;

¹ Substituindo-se a despesa na função de utilidade indireta obtém-se a utilidade máxima gerada pela renda com uma despesa ótima tal que $e(p,u) = \bar{U}$, e =função despesa; p =preços, u =utilidade e \bar{U} =nível de utilidade constante. Utilizando-se

(iii) o lado da oferta deve caracterizar a preferência das autoridades econômicas. A estrutura analítica da literatura é predominantemente baseada nesse item; e

(iv) a interação entre as estruturas de oferta e demanda, conseqüentemente, a política comercial, são obtidas a partir da estrutura institucional especificada pelo modelador.

Magee (1997) focou a abordagem de interesse especial afirmando que a proteção endógena é uma consequência do processo de predação política.² O mesmo enfoque foi dado por Grossman e Helpman (2001); entretanto, esses autores, examinaram as atividades dos grupos de interesse organizados na tentativa de fornecer *insights* para a teoria da formação da coalizão, ressaltando que os grupos trabalham com informação privilegiada.

Gawande e Krishna (2001) enfatizam o papel das autoridades econômicas mostrando que os diferentes incentivos e objetivos destes agentes impõem resultados diferentes da maximização eficiente. A preocupação dos autores foi com o tratamento empírico dado à questão; portanto, resenharam uma série de trabalhos empíricos dividindo-os em dois grandes grupos, ou gerações de modelos: o primeiro apresentou os resultados de séries de tempo, ao ponto que o segundo agregou os estudos do tipo *cross-section*.

Recentemente, uma terceira vertente tem combinado as estruturas de *cross-section* com séries de tempo. A abordagem, conhecida como estrutura de painel, tem apresentado resultados importantes para a proteção endógena. Entretanto, o objetivo dos estudos têm sido centrados ou na identificação do prêmio de salários (Gaston e Trefler, 1995, Goldberg e Pavcnik, 2003 e Pavcnik *et al.*, 2003), ou na identificação das variações da produtividade industrial em consequência da abertura comercial (Ferreira, 2001).

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA A FORMALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DE GRUPOS DE INTERESSE NA POLÍTICA COMERCIAL

Os agentes que compõem a estrutura analítica podem, conforme a Figura 2.1, ser agregados em três grandes grupos. São eles:

(i) Governo: composto pelos ramos executivo, legislativo e judiciário, bem como os

a demanda hicksiana, por sua vez, obtém-se o nível de utilidade desejável, a partir da função de utilidade indireta, bastando apenas substituir o nível de despesa na função de utilidade indireta.

² Por predação política entende-se o processo em que o governo transfere riqueza pelo expólio de um grupo de agentes em favor de outro.

partidos políticos. Este grupo pode ser subdividido em três grupos compostos pelo governo, os ramos do executivo, do legislativo e do judiciário e, finalmente, os partidos políticos. A subdivisão permite a análise das formas de governo presidencialista e parlamentarista, bem como a definição da estrutura institucional na qual os grupos de interesse exercem pressão, seja através do legislativo, da contribuição direta com o executivo ou, finalmente, através dos partidos políticos, durante os períodos eleitorais;

(ii) Grupos de Interesse: composto pela agregação de diversos agentes em associações, conselhos, federações e outras formas. O objetivo é a representação do interesse dos agentes junto aos órgãos reguladores da economia; e

(iii) Firmas e Consumidores: estes detêm os fatores de produção, como o trabalho e o capital, e a oferta de bens e serviços finais e o consumo final dos mesmos.

As estruturas de tarifas e a política comercial são determinadas pela interação entre os agentes, e baseada na representatividade de cada um dos grupos, desde a base da pirâmide até o seu topo.

Assim sendo, a determinação da política comercial entre dois países depende, em primeira instância, do poder de barganha na pirâmide em cada país, isto é, de que maneira os poderes econômicos e políticos organizam a representação dos interesses do país no cenário regional e internacional (como exemplo, pode-se citar Grossman e Helpman, 1995a, b). Em segunda instância, da capacidade política de cada país em representar os interesses dos seus residentes, bem como o auto-interesse dos governos na manutenção do poder político local e, ainda, da capacidade dos grupos interpaíses em se organizarem visando o benefício mútuo de maneira a transpor a capacidade de representação dos grupos ao nível local.

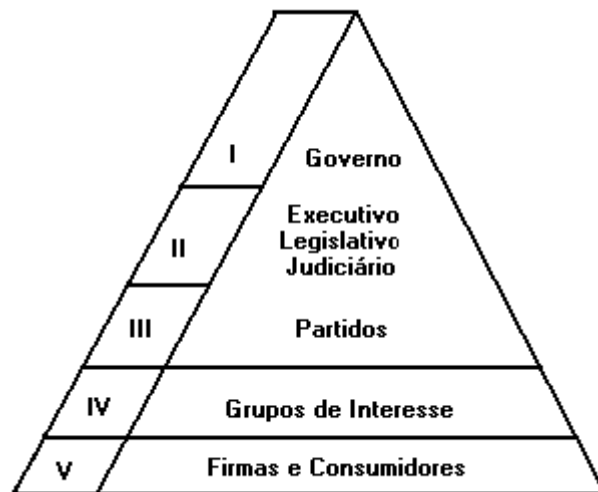


Figura 2.1 - Pirâmide de Interação entre Agentes e Grupos

Um conjunto de problemas está relacionado à determinação local da política comercial, mais especificamente ao estabelecimento da proteção endógena. O conjunto relaciona-se com a forma de interação entre os integrantes da pirâmide de poder no país local. Duas possibilidades podem ser determinadas em alguns níveis: a primeira delas relaciona-se com a forma organizacional em nível, ou seja, mostra como os agentes se organizam para manifestarem os seus interesses no processo de barganha por benefícios; a segunda possibilidade está no processo de interação com os níveis superiores, seja para com o nível imediatamente superior, ou com o nível mais próximo do topo ou, diretamente, com o topo.

É possível o estabelecimento de ao menos quatro formas de interação entre os agentes, conforme o proposto por Magee (1997), são elas: (i) cooperação; (ii) altruísmo; (iii) egoísmo e (iv) retaliação.

A cooperação é o resultado da interação de cada grupo de agentes em seu nível, por exemplo, as firmas de um determinado setor organizadas para se protegerem da concorrência externa; países de uma região dispostos a abrirem suas fronteiras para os bens e serviços produzidos ao nível regional; e a integração de um setor específico entre dois países visando o benefício mútuo, como o caso do *Auto-Pact* entre o Canadá e os Estados Unidos nos anos sessenta.

O altruísmo pode ser ilustrado pelas transferências internacionais unilaterais ou pelo papel exercido por um governo local disposto a maximizar o bem-estar dos residentes.

A riqueza pode ser alocada entre os agentes através da produção ou através do

processo predatório. No contexto estudado a predação pode, na interação local, ser representada pelo *rent-seeking* e, na interação interlocal, é representada pela retaliação; os agentes locais, após a auferição dos benefícios da proteção endógena, sofrem perdas em virtude do comportamento retaliatório de agentes similares no outro local.

Dadas as formas de interação entre os agentes, no nível local e extralocal, cabe identificar um dos principais problemas que têm dificultado a análise da política comercial endógena conhecido como “o problema do *free-rider*”. O tema foi identificado inicialmente por Olson e reavaliado por Pecorino (1998) e Magee (2002).

As contribuições são raras e superficiais nesse tema e a preocupação está em saber o que acontece quando o número de firmas aumenta. A hipótese comumente aceita pelos autores é que o problema de *free-rider* se agrava quando o número de firmas na indústria se eleva, o que dá margem à possibilidade de algumas firmas burlarem o compromisso entre elas na manutenção de pressão sobre o governo. De outro lado, a habilidade dos agentes para manterem o resultado cooperativo, uma vez alcançado, se deteriora com a elevação do número de participantes no grupo. Pecorino (1998) analisou o problema utilizando-se do artifício da estratégia de gatilho que leva em conta o passado recente das firmas e a possibilidade de alguma penalização pela não-colaboração. Dado um período específico, as contribuições recentes são reavaliadas e a falta com o compromisso de alguma firma leva todo o grupo a sair da cooperação, penalizando todas as firmas componentes. O valor crítico para a análise é um parâmetro “ δ ” e o problema está na determinação do sinal da relação $d\delta/dn$, ou seja, como o valor crítico varia em relação ao número de firmas, sendo este sinal indeterminado. A conclusão do autor é que, sob condições de concorrência perfeita, se o valor crítico alcança um determinado patamar $\delta > S^C/t^C$ (S = é o resultado da cooperação; t = resultado com o desvio da cooperação) o resultado cooperativo pode ser mantido.³

Semelhantemente, e com uma função de formação da tarifa microfundamentada⁴, Magee (2002) identificou as condições gerais sob as quais um aumento no número de firmas que compõem a indústria torna a cooperação entre elas mais difícil. O autor apresentou uma estrutura de formação do *lobby* endógena, similar à estabelecida por Mitra (1999), adotando

³ O valor crítico deve ser maior do que a relação entre o nível das contribuições e o nível da tarifa alcançada com as contribuições. $\delta^* = \frac{\pi^D - \pi^C}{\pi^D - \pi^N}$, em que: π^D é o lucro obtido por sonegar; π^C é o lucro obtido com a cooperação e π^N é o

lucro obtido com a ausência de cooperação.

⁴ As contribuições são obtidas residualmente formando uma função de tarifa na qual as tarifas se elevam com o nível das contribuições.

um modelo resolvido por um jogo de dois estágios: no primeiro estágio o governo barganha com o *lobby* da indústria sobre os níveis das contribuições e o patamar das tarifas; no segundo, as firmas barganham entre si para decidirem se contribuem ou não para o esforço do *lobby*.

A conclusão do autor foi a de que o problema de *free-rider* tornar-se-ia mais severo quando a concentração na indústria se reduzisse, sendo o número de firmas suficientemente grande.

O problema do *free-rider* exclui o papel do consumidor na análise da política comercial em função da dificuldade organizacional desses agentes. Ao observarmos a figura 2.1 destaca-se que da base ao topo da pirâmide o problema de *free-rider* é reduzido. Em linhas gerais partindo-se da base da pirâmide, composta por firmas e consumidores, no item V até o limiar do item IV, é possível identificar a concentração industrial, tornando o conjunto de agentes mais próximos ao item IV mais organizados até formarem grupos de interesse. Os grupos ao se organizarem visando o seu interesse podem ou compor ou estabelecer partidos políticos, tendo-se como exemplo os partidos trabalhistas e a União Cívica Radical, composta por ruralistas argentinos (Manzetti, 1993). Na estrutura partidária, dadas a forma de governo e do processo de barganha nas casas, o problema de *free-rider* é quase inexistente.

Finalmente, o que pode ser aventado, é que o *free-rider* é um problema que não deve ser tão relevante em se tratando de um modelo para um país pequeno, em função da incapacidade que um país pequeno tem em influenciar os preços internacionais. Ainda, o processo político composto por voto não-distrital limita a capacidade de pressão sobre os poderes do governo central.

Ao identificar, no Ensaio 1, a forma organizacional do setor privado e a sua atuação junto aos órgãos do governo, revelados por Bouzas e Avogrado (2002) para a Argentina, e por Veiga (2002) para o Brasil, o problema do *free-rider* deixa de ter relevância.

Os agentes, já identificados, devem interagir visando à obtenção de uma política comercial bem fundada que sustente tanto os comércios bilateral, regional e multilateral, quanto uma redistribuição da riqueza politicamente ótima⁵.

O mercado apresenta estruturas de oferta e de demanda bem definidas. Em primeiro lugar, a estrutura de demanda é representada tanto pela necessidade ou não dos consumidores,

⁵ Uma decisão econômica politicamente ótima pode diferir de uma decisão economicamente ótima em virtude de retratar a capacidade política dos agentes envolvidos no processo de barganha coletiva.

no caso detentores dos fatores de produção, em barganhar uma alíquota para a indústria intensiva no fator e que sofre concorrência externa em função daqueles agentes dotarem aquele fator de maneira abundante (Feenstra e Bhagwati, 1983).

Se a demanda for representada pelas firmas de uma indústria, a mesma poderá caracterizar uma função de formação da tarifa, sendo a mesma microfundamentada ou não, dependendo de o *lobby* ser endógeno ou exógeno, conforme o caso.

O que sintetiza a estrutura de demanda é o fato de que a mesma busca a proteção tarifária como instrumento de transferência de riqueza entre residentes e não-residentes do país, ou entre os residentes do país, ou seja, transferência de utilidade doméstica. Em segundo lugar, a estrutura de oferta é representada pela função de utilidade do governo, dividida geralmente em duas parcelas. A primeira delas, representando as contribuições de campanha, que norteiam os principais modelos, e por uma parcela que representa o compromisso do governo com o bem-estar dos residentes, conforme o caso clássico de Grossman e Helpman (1994).

As inclinações das curvas de oferta e demanda de proteção dependem de três fatores básicos: (i) da estrutura do mercado - neste item identifica-se a possibilidade de *free-rider*; (ii) da capacidade do grupo em exercer pressão; e (iii) da natureza da função de utilidade do governo.

Estabelecendo-se que a proteção seja representada por uma alíquota de importação, desconsiderando-se, para fins ilustrativos, as demais possibilidades como os subsídios, as quotas, VER e demais barreiras não-tarifárias, o arcabouço está ilustrado pela Figura 2.2.

A curva de oferta de proteção é positivamente inclinada e pode ser configurada de duas maneiras: na primeira, tem-se o nível da tarifa e o volume das contribuições crescendo em um patamar aproximado. O quadro é representado pelas curvas D (demanda por proteção) e O_1 (oferta de proteção num período pré-eleitoral), onde o equilíbrio ocorre no ponto A, com trajetória convergente. Na segunda, a interseção das curvas D e O_2 (oferta de proteção pós-eleições) ocorre no ponto B⁶. A natureza e unicidade do equilíbrio são condicionais ao tipo de análise. Se a análise for estática, representará um jogo finito com a caracterização de dois equilíbrios em função da incorporação ou não de pleitos no modelo.

⁶ A elasticidade-alíquota das contribuições é caracterizada pela seguinte expressão: $\varepsilon^t = \frac{\Delta S}{\Delta t} \frac{t}{S}$. O período pré-eleitoral faz com que a curva de oferta de proteção seja mais elástica.

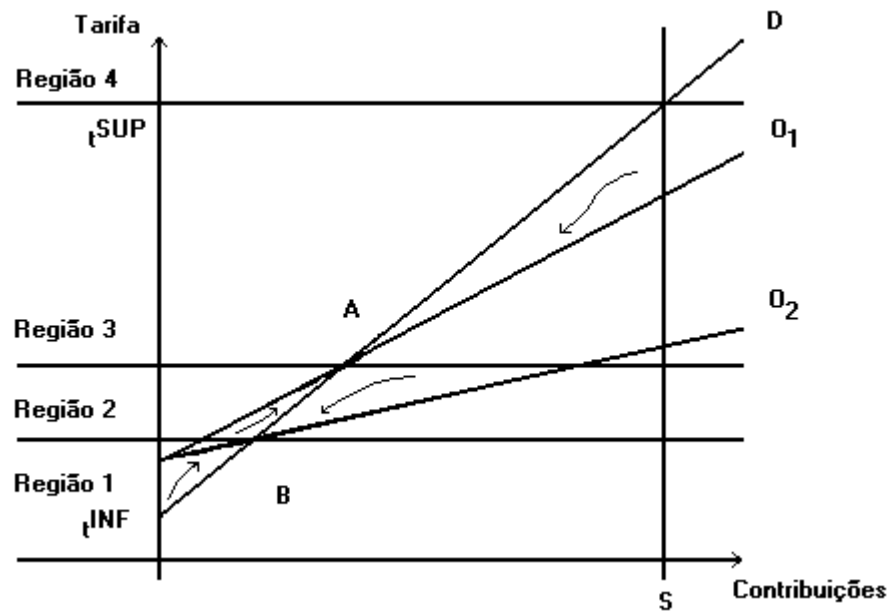


Figura 2.2 – Mercado de Proteção

Por outro lado, se o jogo é dinâmico, podem ser detectados deslocamentos tanto nas curvas de demanda quanto da oferta, estas caracterizadas por argumentos da função de utilidade do governo.

Nota-se que tanto a demanda quanto a oferta de tarifas são positivamente relacionadas com os níveis de contribuições. Ainda, a demanda é menos elástica e a oferta é mais elástica nos períodos pós-eleições do que nos períodos pré-eleições.

Numa União Aduaneira, as tarifas entre os países-membros são eliminadas e há a adoção de uma TEC⁷. No esboço da Figura 2.2 são observadas as seguintes situações para a implementação e aplicabilidade de uma TEC:

- (i) a TEC poderá estar situada na Região 1 onde é observado o patamar mínimo da alíquota condizente com a existência da atividade ao nível local. Ainda, a trajetória dinâmica impõe uma TEC no mínimo no ponto de equilíbrio entre a oferta de proteção pré-eleitoral, ou a ausência de algum deslocamento da oferta de proteção em face das mudanças na função de utilidade do governo como, por exemplo, abastecimento interno, política de preços mínimos, necessidades de superávits comerciais, em se

⁷ A TEC é compreendida como sendo uma linha horizontal que faz com que o nível da alíquota independa do volume de contribuições.

tratando de atividade ímpar para o país que se utiliza da TEC. Os deslocamentos da demanda podem, da mesma forma, alterar a relação da TEC e o equilíbrio no mercado de proteção;

(ii) a Região 2 contempla os dois possíveis equilíbrios estáticos. A relação entre a demanda por proteção e a oferta de pressão, no período pré-eleitoral, impõe pressão adicional para a elevação da TEC para o nível de equilíbrio representado pelo ponto A. No segundo caso, a TEC se ajustaria às condições do mercado de proteção, uma vez que a relação de equilíbrio é dada pelo ponto B;

(iii) na Região 3 qualquer nível da TEC beneficiaria o grupo situando-se acima do equilíbrio do mercado, representado pelo ponto A; e

(iv) uma TEC na região 4 superaria as condições limítrofes do potencial de oferta de contribuições, por parte dos demandantes de proteção, e do nível da alíquota superior que o governo pode oferecer no mercado.

Um outro problema importante é o da equivalência entre os principais instrumentos de proteção como tarifas, quotas, subsídios, VER e outras barreiras não-tarifárias. O problema é de difícil tratamento em ambientes não concorrenciais, pois os mesmos fazem com que tanto as tarifas quanto as quotas influenciem os preços praticados nos mercados intra e inter-regional. Como os grupos de interesse são, em geral, representantes de mercados não concorrenciais, isso desqualificaria a análise⁸.

O problema pode ser analisado a partir de uma perspectiva marshalliana, onde a renda nominal é constante, ou da demanda hicksiana, onde a renda real é constante. É possível transformar uma função de demanda marshalliana num problema de demanda hicksiana utilizando-se da identidade seguinte, (Varian, 1992):

$$x(p, E(p, \bar{U})) \Rightarrow x^c(p, V(p, b)) = x(p, b) \quad (1)$$

em que:

$x^c(p, E) =$ demanda hicksiana;

$E(p, \bar{U}) =$ função despesa;

$V(p, b) =$ função de utilidade indireta; e

$x(p, b) =$ demanda marshalliana.

⁸ Bhagwati(1983) analisa o problema concluindo pela impossibilidade de equivalência em ambientes não-concorrenciais.

O uso da função de utilidade indireta se deve ao fato de que os modeladores consideram a transferência de utilidade no mercado de proteção, isto é, trabalham com uma função de demanda marshalliana.

Os autores classificam os modelos de diversas formas. Pode-se classificá-los em função da relação entre o governo e os grupos, dado o papel exercido pelo governo, se ativo ou passivo. Se tanto o grupo quanto o governo forem ativos, o problema deve ser caracterizado como um problema de *menu auction*. Se o governo for ativo, e o grupo passivo, resulta numa estrutura simples de jogo teórico contra a natureza.

Para uma estrutura de auto-interesse dos participantes, independente do número de estágios do jogo, sempre deve ser modelada como dilema do prisioneiro (Baldwin, 1989). Em estruturas com o governo benevolente, procurando promover a transferência de renda entre os agentes, o problema é de otimização simples, pois o papel dos demais agentes é secundário e não-restritivo.

A classificação mais apropriada foi a idealizada por Rodrik (1995), a qual estabelece uma tipologia dos modelos em cinco blocos, relacionados abaixo:

- (a) Abordagem da Função de Formação da Tarifa: associa uma forma linear entre uma tarifa e as contribuições dos *lobbies* de maneira competitiva;
- (b) Abordagem da Função de Suporte Político: estabelece um limite para a parcialidade do comportamento das autoridades econômicas em função dos efeitos das conseqüentes restrições da proteção comercial;
- (c) Abordagem do Eleitor Mediano: o comportamento de um eleitor mediano em um modelo do tipo Heckscher-Ohlin 2 x 2 apresentando o bem exportável como numerário. No modelo o comportamento do eleitor determinará o nível de proteção;
- (d) Abordagem das Contribuições de Campanha (MBY)¹⁵ e GH-(PROTECTION FOR SALE)¹⁶: o modelo é apresentado como um jogo em estágios, tendo como jogadores dois *lobbies* e dois partidos políticos e estruturados em um modelo 2 x 2 de Heckscher-Ohlin. As interações estratégicas entre os agentes, num estágio os partidos políticos, os *lobbies* em outro, fazem com que os jogadores joguem *Nash* um contra o

¹⁵ MBY(Magee, Brock e Young(1992)).

¹⁶ Grossman e Helpman, Protection for Sale (1994).

outro. No modelo os partidos são líderes no sentido de *Stackelberg*, e os *lobbies* são seguidores; e

(e) Abordagem das Contribuições Políticas (GH-PROTECTION FOR SALE): a abordagem permite a derivação dos princípios das contribuições de campanha dos grupos de interesse em uma estrutura bem próxima de uma estrutura geral. O modelo permite a análise da viabilidade política de acordos de livre comércio entre países.

2.1.1 Abordagem da Função de Formação da Tarifa

A abordagem da função de transferência é a apresentada como a estrutura primitiva da modelagem da política comercial endógena. Os trabalhos que nortearam a abordagem foram as contribuições dos seguintes autores: Findlay e Wellisz(1983), Feenstra e Bhagwati(1983), Rodrik(1986) e Wellisz e Wilson(1986). Uma das principais características dos trabalhos está na diferença entre o uso do modelo Heckshcher-Ohlin-Samuelson(H-O-S) e do modelo Ricardo-Viner-Cairnes na estrutura da abordagem.

Ao se considerar o modelo H-O-S é possível destacar a arquitetura de equilíbrio geral onde o lado da oferta de proteção é vislumbrado. Ainda, no modelo H-O-S é possível conjecturar a divisão da economia em setores intensivos em certos fatores, pois a intensidade no uso dos fatores determinará a barganha entre os setores por proteção e/ou por ausência de proteção na economia.

O tema principal da abordagem é a “função de formação da tarifa”. Em geral, a função é composta por elementos que podem ser determinantes na formalização do jogo, como no caso de Feenstra e Bhagwati (1983) (F-B deste ponto em diante) no qual a tarifa é resultante da barganha entre o governo e os trabalhadores. Ainda, os argumentos da função podem ser os resíduos das funções de produção de setores da economia quando o jogo representa a barganha por proteção entre os setores da economia.

Os autores consideram o modelo H-O-S (2 x 2) no qual o sindicato é o líder e o governo, o seguidor. Assim, o jogo conforma uma situação na qual a solução de *Stackelberg* condiciona o efeito de bem-estar ao comportamento dos jogadores. No modelo, o governo, através da receita da tarifa de importação, subsidia o trabalho, sendo o resultado para o jogo paradoxal. O paradoxo está na política ótima alcançada, pois por um lado o montante de *lobby* é reduzido, em função da compensação resultante da tarifa; há uma elevação na pressão e na tarifa, em função do preço da atividade de *lobbying* ser negativo.

Em Findlay e Wellisz (1983), F-W deste ponto em diante, é evidenciado não haver a possibilidade de uma solução genérica para a política comercial endógena. Ao contrário da contribuição de Feenstra e Bhagwati (1983), F-W dividem a sua análise em duas estruturas conceituais. Na primeira a “função de formação da tarifa” é definida tendo-se o caso do pluralismo democrático. Pode-se, então, determinar o confronto entre o setor que demanda proteção (indústria), e o setor que pleiteia o livre comércio (agricultura). A solução de equilíbrio do modelo é do tipo *Cournot-Nash*.

A estrutura permite a inferência sobre o desenvolvimento econômico da América Latina, a partir dos anos cinqüenta, onde o modelo de substituição de importações pode ser analisado. As possibilidades de coalizão entre o capital estrangeiro e o trabalho doméstico, de um lado, e o capital doméstico e os ruralistas, do outro, podem ser vislumbradas. No contexto do modelo, a coalizão entre setores da economia, da mesma forma, permite a análise do processo redistributivo, bem como inferir sobre o seu fracasso.

Na segunda, tem-se o caso do autoritarismo burocrático cuja propriedade fundamental é o comportamento do governo, maximizador de bem-estar de uma função de utilidade particular. A estrutura, também H-O-S (2 x 2), é a de um modelo de equilíbrio geral de uma pequena economia aberta.

O caso a ser particularizado na abordagem da função de formação da tarifa é o da determinação da política comercial em países em desenvolvimento, em geral pequenas economias abertas. A característica peculiar da abordagem encontra-se na possibilidade de análise dos países em desenvolvimento pelo fato de o modelo apresentar uma estrutura de concorrência perfeita, onde um dos bens é exportável e o outro é importável e, ainda, os preços no cenário internacional são dados, não havendo como o país influenciar os preços internacionais.

A contribuição de Wellisz e Wilson (1986) reforça a tese terceiro-mundista do modelo. Sua abordagem compreende duas indústrias, a saber: a manufatura que é importadora e a agricultura, a exportadora. Os bens produzidos são intensivos em um fator específico e o trabalho é homogêneo e comum a ambas as indústrias. A estrutura é competitiva, produzindo os resultados padrões de equilíbrio geral, o conceito de equilíbrio é o de *equilíbrio de Nash*.

Todavia, um dos problemas com esta abordagem é a análise do bem-estar. Dependendo da estruturação do modelo, principalmente de como a “função de formação da tarifa” é determinada, os resultados de bem-estar podem ser paradoxais. Como os modelos,

em geral, pressupõem a plena utilização dos fatores de produção, quando a função da formação da tarifa utiliza tais fatores pressiona a remuneração daqueles fatores. Ao mesmo tempo, a interrupção do comércio, no caso de elevação da tarifa, ou a sua intensificação, faz com que a remuneração do fator intensivamente utilizado na produção daquele bem seja alterada. Deve-se considerar, também, o fato de que as compensações do governo via transferências, supondo-se igualarem à receita tarifária, influenciam a distribuição de renda. Da mesma maneira, o fato de os modelos não contemplarem o consumo inviabilizam uma análise pormenorizada do bem-estar, em face das compensações possíveis em virtude do comportamento da estrutura de oferta e demanda dos bens na economia. Rodrik (1986) considera essas distorções como endógenas, tornando a ordenação dos resultados do bem-estar de várias políticas reversíveis.

Uma estrutura genérica para a função de formação da tarifa é dada pela equação seguinte:

$$t_e = t(W_1, W_2) \quad (2)$$

onde:

t_e = tarifa de importação *ad valorem*;

W_1, W_2 = variáveis empregadas na atividade de *lobby*¹⁷;

As derivadas parciais¹⁸ do modelo são representadas por:

$$\frac{\partial t(W_1, W_2)}{\partial W_1}, \frac{\partial t(W_1, W_2)}{\partial W_2} \quad (3)$$

A primeira diferencial pode representar a intensidade de uso do fator utilizado pelo setor protecionista, análogo ao modelo F-W, sendo, portanto, positiva. O sinal também é válido para o modelo F-B. A segunda diferencial, entretanto, é positiva no modelo F-B e negativa no modelo F-W. As derivadas parciais de segunda ordem são, em geral, negativas representando os retornos decrescentes no uso dos fatores.

O que caracteriza, então, a distinção entre os modelos F-B e F-W são as estruturas de

¹⁷ As variáveis W_1 e W_2 permitem retratar duas possibilidades de modelagem. Em primeiro lugar, podem se referir ao trabalho alocado de duas indústrias distintas, quando o modelo contempla três fatores de produção, sendo um deles homogêneo e de uso comum entre ambos, ver Findlay e Wellisz(1983). Em segundo lugar, pode se referir ao trabalho e capital alocados para a atividade de *lobby*, Feenstra e Bhagwati(1983).

¹⁸ As condições de segunda ordem postulam que a matriz seja côncava. A partir do hessiano pode-se inferir sobre a concavidade(quase-concavidade) em função da matriz ser negativa definida(semidefinida). Ver Mas-Colell *et.al.*(1995, apêndice M.C.) e Sundaran(1999, capítulo 8).

otimização. No primeiro caso, que é uma estrutura de um jogo entre o governo e o sindicato, no qual o sindicato é o líder, aqueles agentes determinam o nível ótimo da tarifa e, então, o governo estabelece o nível de tarifa e concede benefícios na forma de transferências para os assalariados. No modelo F-W, no entanto, as duas indústrias otimizam suas funções de lucro restringidas pelo nível de tarifa que influenciará o nível e a distribuição da renda.

Algebricamente, a relação pode ser definida como:

$$\max_{t_e(W_1, W_2)} \Pi = \Pi \left(p^* \left(1 + t_e(W_1, W_2) \right) \right) - C(t_e(\bullet), \omega_1, \omega_2) \quad (4)$$

em que:

$\Pi(\cdot)$ = parcela do lucro da firma oriundo dos preços pós-tarifa;

$C(\cdot)$ = estrutura de custos da firma, incluindo a atividade de *lobby*;

ω_i , ($i = 1, 2$) = remuneração dos fatores de produção W_1 e W_2 .

O nível ótimo de *lobby* dependerá da intensidade de emprego dos fatores de produção utilizados na atividade, bem como do poder de barganha entre os setores, isto sendo representado na forma funcional da equação (4).

Partindo-se de uma função de utilidade indireta, que disponibiliza a *identidade de Roy*¹⁹ para a obtenção dos resultados, obtêm-se as demandas ótimas dos respectivos bens. As demandas ótimas, por sua vez, possibilitam a determinação do nível ótimo de bem estar onde os setores são concorrentes. Em termos algébricos, a função de utilidade indireta pode ser representada pela equação (5), onde \vec{X} representa o vetor de bens.

$$V(p, I) = \max \left\{ U(\vec{X}) : p_1 X_1 + p_2 X_2 \leq Y \text{ e } X_1, X_2 \geq 0 \right\} \quad (5)$$

O *equilíbrio Cournot-Nash* dependerá do nível de receita obtida por cada uma das empresas onde os níveis de preço dependerão do patamar da tarifa de importação. Este resultado é válido para a barganha entre os setores protecionista e liberalizante, no modelo de F-W. No contexto do modelo F-B, entretanto, seria necessário resolver o problema a partir da obtenção das funções de utilidade indireta. O procedimento ocorrerá em dois estágios: no

¹⁹ A *identidade de Roy* expressa a demanda como uma relação negativa entre a derivada da função de utilidade em relação aos preços e à derivada da função de utilidade em relação à renda. Na equação (26) a parcela é extraída deste resultado e da propriedade de homotetia.

primeiro o(s) setor(es) maximizam a(s) função(ões) de utilidade indireta; no segundo o governo otimiza a função de bem-estar social, provendo bens públicos e considerando o nível obtido pelos agentes na otimização da(s) função(ões) de utilidade indireta, como função de reação, isto é, como argumentos. Portanto, neste segundo caso, o resultado é o do *equilíbrio de Stackelberg*, no qual o governo é o seguidor.

Algebricamente, o problema de bem-estar social do governo pode ser representado pela equação (6), para j bens e i grupos, abaixo:

$$\underset{t_e^*}{Max} G = G\left(Y^G(\bar{X}, G), \sum_{i=1}^H V_i(p, I)\right)$$

sujeito à: (6)

$$\sum_{i=1}^H T_i + Y^G(\bar{X}, G) = t_e^* \sum_{i=1}^H M_i + \sum_{i=1}^H t_i Y_i$$

em que:

X e G = vetores de bens privados e públicos utilizados na oferta de bens públicos Y^G ;

T_i = transferências do governo para os diversos setores da economia;

$V_i(p, I)$ = função de utilidade indireta do i -ésimo grupo;

t_i = alíquota de impostos do bem i ;

t_e^* = alíquota geral ótima;

Y^G = bem público ofertado;

Y_j = produção do j -ésimo bem; e

G = função de bem-estar do governo.

Resolvendo o problema (6):

$$\underset{t_e^*}{Max} \Omega = G(\bullet) + \lambda \left[t_e^* \sum_{i=1}^H M_i + \sum_{i=1}^H t_i Y_i - \sum_{i=1}^H T_i - Y^G(\bar{X}, G) \right] \quad (6a)$$

As condições de primeira ordem produzem os seguintes resultados:

$$\frac{\partial \Omega}{\partial t_e^*} = \frac{\partial G}{\partial t_e^*} + \lambda \sum_{i=1}^H M_i = 0 \quad (6b)$$

$$\frac{\partial G}{\partial t_e^*} = \frac{\partial G}{\partial V_1} \frac{\partial V_1}{\partial t_e^*} + \dots + \frac{\partial G}{\partial V_H} \frac{\partial V_H}{\partial t_e^*} = \sum_{i=1}^H \frac{\partial G}{\partial V_i} \frac{\partial V_i}{\partial t_e^*}, p_i = (1 + t_e^*) p_i^*, \forall i \in H. \quad (6c)$$

$$\frac{\partial V_i}{\partial t_e^*} = \frac{\partial V_i}{\partial p_i} \frac{\partial p_i}{\partial t_e^*}, \quad - \frac{\partial V_i}{\partial I} x_i(p, I) = \frac{\partial V_i}{\partial p} \quad (\text{identidade de Roy}) \quad (6d)$$

$$\frac{\partial V_i}{\partial t_e^*} = \frac{\partial p_i}{\partial t_e^*} \left[- \frac{\partial V_i}{\partial I} x_i(p, I) \right] = p_i^* \left[- \frac{\partial V_i}{\partial I} x_i(p, I) \right] \quad (6e)$$

Substituindo-se o resultado de (6e) em (6c) e usando o resultado de (6b), obtém-se:

$$(1 + t_e^*) = \frac{\sum_{i=1}^H p_i x_i(p, I)}{\sum_{i=1}^H M_i}, \quad \text{para } \frac{\partial G / \partial I}{\lambda} = 1 \quad (6f)$$

A expressão (6f) mostra que uma alíquota de importação geral é equivalente ao valor da demanda doméstica sobre o volume de importações, para os diversos setores da economia.

O resultado básico do modelo, portanto, é a associação linear entre a tarifa e as contribuições dos *lobbies* de maneira competitiva.

2.1.2 Abordagem da Função de Suporte Político

A dificuldade do tema “função de suporte político” advém da intenção do governo de vislumbrar a proteção doméstica como um instrumento de suporte político. Esta perspectiva impõe a condição de que a necessidade de proteção, demandada pelas indústrias obsoletas ou sucateadas, de um lado, e o suporte político, por parte do governo interventor, do outro, sejam complementares.

Embora a literatura não seja muito vasta, a mesma é bem estratificada em suas contribuições, conforme se observa nos trabalhos de Hillman (1982), Cassing e Hillman (1985), Hillman e Ursprung (1988), Long e Vousden (1991), Brainard e Verdier (1994), Lapham e Ware (2001) e Hillman *et al.* (2001).

Tomando-se como marco para o tema o trabalho de Hillman (1982), ressalta-se que o papel da proteção via tarifa seria o elemento-chave do tema. A partir de Cassing e Hillman (1985), buscou-se analisar outras formas de proteção do mercado doméstico ao se comparar os resultados de proteção tarifária e quotas. Nessa mesma perspectiva, isto é, baseando-se exclusivamente na escolha e potencialidade do instrumento do governo, Hillman e Ursprung (1988) detectaram que o uso da VER resultaria da pressão exercida por grupos internos e externos em uma política redistributiva.

Estendendo-se a análise de Hillman (1982), Long e Vousden (1991) estruturam o

trabalho daquele autor em um modelo de equilíbrio geral com resultados consistentes. Esse mesmo raciocínio é evidenciado em Brainard e Verdier (1994). Entretanto, estes últimos autores sinalizam para a persistência da proteção e da obsolescência da indústria.

Esta possibilidade de incorporação de dinâmica à análise é fundamentada por Lapham e Ware (2001) quando os autores estruturam um jogo markoviano para a análise e detecção da proteção.

A última especificação é, ainda, ampliada pelo trabalho de Hillman *et al.*(2001), o qual reitera a consistência da função de suporte político e discute, de uma forma genérica, a convenção de que o grau de concentração industrial seria uma pré-condição para a proteção doméstica.

No trabalho original de Hillman (1982) a função de suporte político, extraída da teoria da regulação de Stigler-Peltzman, apresenta o papel das firmas, representadas pelos grupos de interesse, e os consumidores, caracterizados como os eleitores, na determinação da proteção. Desta forma, portanto, o conflito de interesses entre consumidores e indústria é evidenciado, pois, o benefício concedido pelo governo, ao disponibilizar proteção à concorrência externa, é contrastado com a perda de bem-estar por parte dos consumidores, que se vêem obrigados a pagar preços maiores por um dado produto.

Em termos algébricos, a questão pode ser postulada pela equação (7) que representa a função de suporte político e pela expressão dos preços domésticos, como uma combinação linear entre a tarifa e os preços internacionais.

$$\tilde{M}(P, P^*) = M[\Pi(P, P^*), V(P, P^*)] \quad (7)$$

onde:

\tilde{M} = função de suporte político;

P = preço doméstico;

P^* = preço internacional;

$\Pi(P, P^*)$ = função de lucro da firma;

$V(P, P^*)$ = função de utilidade do consumidor.

A relação entre os preços domésticos e os preços internacionais é dada pela expressão (8), a seguir:

$$P = P^* + T \quad (8)$$

Portanto, pela relação (8) fica evidenciado que uma queda nos preços internacionais do produto implicaria, em função da intervenção reguladora do governo local, a necessidade de elevação da tarifa de importação T , para compensar os efeitos da redução dos preços domésticos.

As condições de primeira ordem com relação aos preços domésticos P e aos preços internacionais P^* , são dadas por:

$$\tilde{M}_P = M_{\Pi} \Pi_P + M_V V_P = 0 \quad (9)$$

$$\tilde{M}_{P^*} = M_{\Pi} \Pi_{P^*} + M_V V_{P^*} = 0 \quad (10)$$

Igualando-se as equações (9) e (10) e rearranjando os termos, pode-se escrever a seguinte expressão:

$$\frac{M_{\Pi}}{M_V} = \frac{V_{P^*} - V_P}{\Pi_P - \Pi_{P^*}} > 0 \quad (11)$$

Segundo Hillman (1982)¹³, as derivadas $M_{\Pi} > 0$, $M_V > 0$, $\Pi_P > 0$ e $V_P < 0$. Portanto, o lado esquerdo da expressão (11) é positivo, implicando que o lado direito tenha o mesmo sinal. Como as derivadas parciais em relação aos preços internacionais apresentam sinais opostos aos preços domésticos, o lado direito da equação também mostra sinal positivo.

Dado que a igualdade entre as expressões (9) e (10) resultou na relação (11), deve-se observar que a demanda por produtos estrangeiros será afetada pela introdução de uma tarifa de importação. Na situação inicial, isto é, na ausência de intervenção, a demanda por importações é determinada exclusivamente pelos preços internacionais e, pela elasticidade-preço da demanda por importações, bem como o nível de renda doméstica. Assim, a queda nos preços internacionais transferiria renda das firmas estrangeiras para os consumidores domésticos. Todavia, com a intervenção do governo, para a manutenção do mercado doméstico, faz com que haja uma elevação da receita orçamentária do governo local e uma redução no excedente do consumidor doméstico, bem como, uma redução no excedente do produtor estrangeiro²⁰.

Tomando-se as condições de segunda ordem da expressão (7) pode-se verificar a capacidade de barganha entre consumidores e grupos de interesse na manutenção da função de suporte político. Em termos algébricos, a relação pode ser estruturada conforme:

¹³ Ver a nota de rodapé número 14 do artigo original.

²⁰ Ver Helpman e Krugman (1999), capítulo 2.

$$\begin{bmatrix} \tilde{M}_{PP} & \tilde{M}_{PP^*} \\ \tilde{M}_{P^*P} & \tilde{M}_{P^*P^*} \end{bmatrix} \quad (12)$$

A relação (12) representa a matriz hessiano, que, dada a equação (7) pode ser representada pela matriz:

$$\begin{bmatrix} M_{\Pi\Pi} \Pi_{PP} + M_{\Pi\Pi} \Pi_P^2 + 2M_{\Pi V} \Pi_P V_P + & M_{\Pi\Pi} \Pi_{P^*} \Pi_P + M_{\Pi V} \Pi_{P^*} V_P + M_{\Pi\Pi} \Pi_{P^*P} + \\ + M_V V_{PP} + M_{VV} V_P^2 & + M_V V_{P^*P} + M_{V\Pi} V_{P^*} \Pi_P + M_{VV} V_{P^*} V_P \\ M_{\Pi\Pi} \Pi_{P^*} \Pi_P + M_{\Pi V} \Pi_{P^*} V_P + M_{\Pi\Pi} \Pi_{P^*P} + & M_{\Pi\Pi} \Pi_{P^*P^*} + M_{\Pi\Pi} \Pi_{P^*}^2 + 2M_{\Pi V} \Pi_{P^*} V_{P^*} + \\ M_V V_{P^*P} + M_{V\Pi} V_{P^*} \Pi_P + M_{VV} V_{P^*} V_P & + M_V V_{P^*P^*} + M_{VV} V_{P^*}^2 \end{bmatrix} \quad (13)$$

A matriz hessiano (13) considera as seguintes restrições:

$$\Pi_{PP^*} = \Pi_{P^*P} = V_{PP^*} = V_{P^*P} = 0 \quad (14)$$

Reescrevendo-se a matriz hessiano (13) com as restrições (14), tem-se:

$$\begin{bmatrix} M_{\Pi\Pi} \Pi_{PP} + M_{\Pi\Pi} \Pi_P^2 + 2M_{\Pi V} \Pi_P V_P + & M_{\Pi\Pi} \Pi_{P^*} \Pi_P + M_{\Pi V} \Pi_{P^*} V_P + \\ + M_V V_{PP} + M_{VV} V_P^2 & + M_{V\Pi} V_{P^*} \Pi_P + M_{VV} V_{P^*} V_P \\ M_{\Pi\Pi} \Pi_{P^*} \Pi_P + M_{\Pi V} \Pi_{P^*} V_P + & M_{\Pi\Pi} \Pi_{P^*P^*} + M_{\Pi\Pi} \Pi_{P^*}^2 + 2M_{\Pi V} \Pi_{P^*} V_{P^*} + \\ + M_{V\Pi} V_{P^*} \Pi_P + M_{VV} V_{P^*} V_P & + M_V V_{P^*P^*} + M_{VV} V_{P^*}^2 \end{bmatrix} \quad (15)$$

Ainda, contando-se com as restrições adicionais:

$$M_{\Pi} > 0, \Pi_P > 0, M_V > 0, M_{V\Pi} = M_{\Pi V} \geq 0, V_{P^*} > 0 \quad (16)$$

$$M_{\Pi\Pi} < 0, \Pi_{PP} < 0, M_{VV} < 0, V_{PP} < 0, V_P < 0, \Pi_{P^*} < 0 \quad (17)$$

Os sinais propostos para a matriz hessiano (15) são, portanto:

$$H = \begin{bmatrix} H_{11} & H_{12} \\ H_{21} & H_{22} \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} - & + \\ + & - \end{bmatrix} \quad (18)$$

O sistema, ao mostrar que a função de suporte político é quase-côncava, garante a existência do equilíbrio, embora não a sua unicidade. O problema pode, ainda, ser alterado para a situação na qual há divergência na magnitude das contribuições das firmas e dos consumidores na formação da função de suporte político. Há que se examinar, para isso, a capacidade organizacional das firmas em detrimento da dos consumidores.

Essa situação se restringe ao uso de tarifas. É possível considerar a diferença na capacidade contributiva dos blocos de agentes, em função do instrumento de intervenção escolhido. Por exemplo, a adoção de restrições voluntárias às exportações, por parte das firmas estrangeiras, reduz o impacto negativo sobre o excedente dos produtores estrangeiros, em detrimento da redução da receita do imposto de importação.

A escolha do instrumento adequado de intervenção, como apresentado no trabalho de Cassing e Hillman (1985), é uma extensão do modelo original que visa a utilização das tarifas para se compensar as variações nos preços internacionais.

O resultado fundamental está na assimetria entre tarifas e quotas, o que a literatura, exceto para as situações concorrenciais, não prevê, conforme o observado por Bhagwati (1983).

Em termos algébricos, a relação deve ser postulada como:

$$M[\Delta P, \Delta \Pi] = M[P - P^*, \Pi - \Pi^*] \quad (19)$$

Os termos com asterisco significam os preços internacionais e o lucro na ausência de proteção, respectivamente. As variações nos preços, isto é, o primeiro argumento do primeiro membro, representam a variação no suporte político em função da variação no preço. Já o segundo termo, denota a variação no suporte político em função de uma alteração na proteção doméstica.

O antagonismo entre os consumidores e industriários fica evidenciado na representação das primeiras derivadas da equação (19).

$$M_{\Delta P} < 0, M_{\Delta \Pi} > 0 \quad (20)$$

A primeira derivada parcial representa o benefício para os consumidores e, conseqüentemente, prejuízo para os industriários. A segunda derivada parcial apresenta o resultado oposto.

Considerando-se que ocorre a *deadweight loss*, em uma situação de concorrência perfeita, a situação será exacerbada num contexto de oligopólio ou monopólio (Helpman e Krugman, 1999). Assim, portanto, a perda de bem-estar por parte dos consumidores deve ser maior do que os ganhos dos produtores. Em termos da função de suporte político, portanto, a simetria entre ganhos e perdas não deve ser tomada como verdade por dois motivos básicos: o primeiro deles é o fato de os consumidores serem atomizados e a possibilidade de ocorrência do problema de *free-rider* ser evidente; o segundo é o fato de a capacidade do governo em angariar votos num pleito depender do montante de recursos para ele disponibilizados, ou seja, supostas perdas incorridas por parte dos consumidores podem ser contrabalançadas por gastos fiscais do governo.

Em termos do instrumento de política comercial escolhido, deve-se observar que as quotas de importação, uma vez leiloadas competitivamente, fazem com que os preços domésticos se igualem ao preço com a quota, que é igual ao preço sustentado pela tarifa, mesmo resultado obtido por Bhagwati (1983). A assimetria, então, surge da possibilidade da indústria protegida ter poder de monopólio. Portanto, a quota seria um instrumento socialmente preferível em função de incorrer em menor *deadweight loss*.

Tomando-se um outro instrumento de política comercial, no caso a VER, pode-se caracterizar a concorrência entre os candidatos, tido que as plataformas eleitorais são fundadas em termos de restrições às importações. No caso a plataforma da política comercial, conforme Hillman e Ursprung (1988) indicam, convergirá para um equilíbrio de Hotelling, que representa uma plataforma comum para todos os candidatos. Do ponto de vista do bem-estar regional ou global, o conflito entre produtores domésticos e estrangeiros é dirimido, e o equilíbrio político passaria a estar associado com a VER.

O modelo de Hillman e Ursprung (1988) apresenta duas hipóteses fundamentais em sua estrutura, que o diferencia das contribuições anteriores de Hillman (1982) e Cassing e Hillman (1985). São elas:

- (i) não atribui papel para a receita das tarifas de importação como argumento de uma possível função de bem-estar dos candidatos; e
- (ii) não é apresentada referência ao papel do interesse do consumidor.

Em função dessa perspectiva, o que se postula é a abertura do cenário para a determinação da política comercial endógena, atribuindo aos produtores estrangeiros um

papel relevante. Fica evidenciado que o instrumento de proteção é o resultado da pressão redistributiva e os seus concorrentes não se limitam aos residentes de um país.

Tendo-se esses três instrumentos de proteção, tarifa, quota e VER, estabelecidos e analisados na abordagem da função de suporte político, a literatura apresentou, a partir do trabalho de Long e Vousden (1991), uma estrutura de equilíbrio geral para o modelo de Hillman (1982). Naquele modelo, a relação entre os preços domésticos e os preços internacionais, representados na relação (8), determinaria diretamente a relação entre os agentes do sistema, em função do impacto da tarifa na função de suporte político.

No trabalho de Long e Vousden (1991) duas hipóteses são fundamentais:

- (i) a receita tarifária é alocada entre três grupos de fatores; e
- (ii) há diferenças na aversão relativa ao risco nos três grupos.

Quando os autores consideram que o ponto focal da função de suporte/oposição político é o nível tarifário, o modelo mostra que os preços domésticos dos importáveis caem quando os preços mundiais determinam esta tendência; logo, a indústria sucateada continua em uma trajetória de obsolescência.

O problema surgiria da distribuição da receita tarifária. Se a receita é concedida ao fator móvel ou fator específico no setor protegido, tem-se que a queda nos preços mundiais resultaria em queda nos preços domésticos, fazendo com que a obsolescência persistisse. Logo, o problema proposto por Hillman (1982) faz com que a proteção da indústria obsoleta não seja a solução correta.

Se a proteção não se constitui na solução adequada, em uma estrutura de equilíbrio geral, o patamar da proteção deve, também, ser considerado. Brainard e Verdier (1994) consideram que a proteção corrente seja uma função crescente da proteção passada. As indústrias em declínio se contraem mais lentamente quanto maior for o *feedback* das políticas de proteção ao *lobby* industrial.

O modelo dos autores é fundado em um jogo de dois estágios relacionando o nível de bem-estar agregado da economia. No jogo, a interação estratégica prediz que as firmas, primeiramente, deverão escolher uma função de contribuição. Em seguida, os políticos escolherão o nível de preços domésticos, bem como o nível das tarifas. Finalmente, as firmas, novamente, escolhem o nível de ajustamento do emprego.

Como o jogo é resolvido através do algoritmo de Zermelo, (Binmore,1994), algebricamente o procedimento do jogo pode ser disposto a partir da definição de produto e ajustamento seguintes:

$$q_t = \ell_t - \Delta \ell_t \quad (21)$$

sendo:

q_t = produto;

ℓ_t = estoque de emprego ou população economicamente ativa; e

$\Delta \ell_t$ = ajuste de emprego.

Pela relação (21) o produto é igual ao nível de emprego líquido. A firma, portanto, escolhe o nível de ajustamento $\Delta \ell_{t+1}$ para maximizar a função de lucro no período 2, dada por:

$$\underset{\ell_{t+1}}{\text{Max}} \Pi_{t+1}(p_{t+1}, \ell_{t+1}, \Delta \ell_{t+1}) = p_{t+1} q_{t+1} - C(q_t) - \phi(\Delta \ell_t) - F_t(p_t, p_t^*) \quad (22)$$

em que:

$C(q_t)$ = custo de produção;

$\phi(\Delta \ell_t)$ = custo de ajustamento; e

$F_t(p_t, p_t^*)$ = contribuição para o político incumbente;

Os políticos escolhem a tarifa para maximizar a sua função de bem-estar, que é uma ponderação da função de bem-estar social. A função de bem-estar social representa a soma do excedente do consumidor, do lucro das indústrias e da receita tarifária, e a receita da contribuição. Logo, a função de bem-estar do governo é definida como:

$$G_t(p_t, p_t^*, \Delta \ell_t) = \beta W_t(p_t, p_t^*, \Delta \ell_t) + (1 - \beta) F_t(p_t, p_t^*) \quad (23)$$

tal que:

p_t^* = preços internacionais; e

β = parcela representada pela função de bem-estar agregada.

Finalmente, as firmas escolhem o nível de ajuste pela derivação da função de contribuição em relação aos preços domésticos estipulados pelo governo. Algebricamente, isto é definido por:

$$\left(\ell_{t+1} - \Delta \ell_{t+1}^* \right) = \frac{dF_{t+1}(p_{t+1}, p_{t+1}^*, \ell_{t+1})}{dp_{t+1}} \quad (24)$$

A conclusão importante do modelo é que a proteção se constitui em uma função crescente do estoque de emprego do início do período e, portanto, uma função decrescente do

ajuste anterior.

Uma idéia considerada inquestionável na literatura de política endógena é a definição de que a proteção relaciona-se com o grau de concentração das firmas, isto é, quanto maior for o grau de concentração das firmas, em uma dada indústria, maior seria o poder de barganha do mesmo. Logo, maior seria o nível de proteção obtido.

A contribuição de Hillman *et al.* (2001) suscita que as firmas alocam recursos entre a atividade de *lobby* e as atividades de redução interna dos custos. Os autores, ainda, consideram que os fundamentos teóricos são a origem de ambigüidades empíricas.

Procurando analisar a questão apresentada, os autores consideram a relação entre a concentração industrial e a efetividade da política em uma indústria internacionalmente oligopolizada, em vez de adotarem a indústria competitiva dos modelos-padrão.

A consistência com a função de suporte político maximizada pelo governante incumbente, ou a definição das plataformas de campanha de candidatos oponentes, é reiterada no trabalho dos autores. Entretanto, o que distingue este trabalho da seminal contribuição de Grossman e Helpman (1994) – *Protection for Sale* - são as condicionantes da ação coletiva em resposta às ações escolhidas pelos governantes, as quais em Hillman *et al.*(2001) não ocorrem.

O modelo dos autores responde apenas superficialmente à relação entre o grau de concentração e o nível de proteção das indústrias. Um dos aspectos-chave do modelo é o fato de a cooperação ou não-cooperação entre as firmas ser considerado exógeno, caracterizando o problema como um jogo de *lobby* de integração vertical endógena da firma.

Lapham e Ware (2001) distinguem duas abordagens na modelagem da política comercial endógena: modelos de votação e modelos de *lobbying*.

A abordagem dos autores é estruturada em um jogo de *lobby*, desenvolvido como um jogo de *Nash* em estratégias markovianas²¹, em que o conceito de equilíbrio é o de *Markov Perfection*, apresentando, como variável de estado, o regime de política comercial vigente.

Baseado no modelo H-O-S de uma pequena economia aberta com dois fatores de produção, os autores consideram três tipos de consumidores nos quais os dois primeiros apresentam dotações específicas de dois fatores distintos. Em um terceiro grupo, o fluxo de indivíduos em cada jogada incorpora incerteza ao modelo. A incerteza está associada à possibilidade de eleição de dois tipos distintos de governantes, cuja diferença está na polarização da questão proteção *versus* livre mercado.

O resultado do modelo é que a atuação dos grupos na atividade de *lobby* alisaria o

²¹ Ver Fudenberg e Tirole (1995, capítulo 13), e Sundaran (1999, seções 11.4 e 11.5).

consumo intertemporalmente, tornando a política comercial endógena resultante do efeito de *feedback* entre as políticas atual e futura.

Em síntese, a abordagem apresenta um resultado simétrico entre as empresas protegidas e os consumidores limitando, portanto, o comportamento protecionista do governo em função da atividade dos eleitores em relação ao seu bem-estar.

2.1.3 Abordagem do Eleitor Mediano

A abordagem do eleitor mediano avalia a dependência da tarifa em relação à distribuição da dotação dos fatores de produção. No modelo, a dotação dos fatores condiciona os efeitos reais de mudanças tarifárias e, em consequência, a escolha de uma tarifa, dada a dotação, determina a distribuição da renda. Assim, do eleitor às regras de participação em pleitos, bem como alguns aspectos da indústria como a mobilidade dos fatores de produção e a diversificação da economia, que afetam as funções de utilidade dos indivíduos, também influenciam a tarifa.

A intuição para a abordagem é a utilização do paradigma do eleitor mediano como um guia para a escolha de políticas em democracias representativas, no caso a escolha da política tarifária (Cukierman e Spiegel, 2001).

Considerações que dificultam o trabalho dos economistas devem ser feitas com os detalhes institucionais na determinação das escolhas de políticas, as motivações dos governos incumbentes e a competição das forças políticas na determinação das políticas.

Cukierman e Spiegel (2001) atestam que o uso do teorema do eleitor mediano requer um espaço unidimensional e preferências máximas unitárias. Um pré-requisito importante para a aplicabilidade do teorema é a polarização política. A simetria da distribuição das preferências dos eleitores, dada a polarização política, é o ingrediente adequado para a formalização da abordagem.

Segundo Larsen e Marx (1986: 110-111), a definição da mediana de uma distribuição de probabilidade contínua é o valor da variável y para a qual a seguinte relação é verificável:

$$P(Y < y^*) = P(Y > y^*) \quad (24)$$

A condição de *equilíbrio de Black*, segundo Mayer (1984), é satisfeita no modelo de escolha da tarifa quando o proprietário de cada fator de produção tem uma única tarifa ótima,

condição esta imposta por Cukierman e Spiegel (2001). A tarifa ótima do eleitor mediano, então, será a tarifa de equilíbrio.

Para Mayer (1984), dada a distribuição da dotação dos fatores de produção entre os agentes da economia, a tarifa de equilíbrio dependerá das regras eleitorais e dos custos de participação no processo. A estrutura analisada pelo autor baseia-se num modelo comum 2x2 de Heckscher-Ohlin, enfatizando que, quando a dotação dos fatores de produção difere entre os agentes da economia, o bem-estar dos agentes não é afetado uniformemente por mudanças na tarifa.

Algebricamente, a análise é iniciada com a especificação da função de utilidade para o i -ésimo indivíduo, descrita como:

$$U^i = U^i(p, \phi^i Y = y^i), \quad i = 1, \dots, I \quad (25)$$

em que:

p = preço do bem 1; ($p = \pi(I + t)$);

π = preço internacional; e

ϕ^i = parcela do i -ésimo indivíduo na renda oriunda da dotação.

Incluindo-se a relação de p , definida acima, na equação (25) e diferenciando-se em relação à tarifa t :

$$\frac{\partial U^i}{\partial t} = \left(\frac{\partial U^i}{\partial y^i} \right) \left[-\phi^i \pi D_1 + \phi^i \left(\frac{\partial Y}{\partial t} \right) + Y \left(\frac{\partial \phi^i}{\partial t} \right) \right] \quad (26)$$

A primeira parcela do colchete, na equação (26), é o resultado da *identidade de Roy*.

Tomando-se a renda agregada nas óticas da renda e da despesa, tem-se:

$$Y \equiv wL + rK + T = pX_1 + X_2 + t\pi M \quad (27)$$

Na equação (27) é suposto que a arrecadação com a tarifa de importação é transferida para os proprietários dos fatores de produção.

Diferenciando-se a equação (27) em relação à alíquota e substituindo o resultado na equação (26):

$$\frac{\partial U^i}{\partial t} = \left(\frac{\partial U}{\partial y^i} \right) \left[\phi^i t \pi \left(\frac{\partial M}{\partial t} \right) + Y \left(\frac{\partial \phi^i}{\partial t} \right) \right] \quad (28)$$

Dois mecanismos são concorrentes para a alteração do bem-estar do *i*-ésimo indivíduo em função de mudanças na tarifa: o primeiro, referente à primeira parcela do colchete, representa as mudanças na tarifa ponderadas pelo valor das importações; o segundo, mostrado na parcela seguinte, significa as mudanças na parcela da renda do indivíduo.

Igualando-se à zero a expressão (28), posto que isto denota o nível ótimo da utilidade para a alíquota escolhida, e isolando-se a alíquota *t*, a expressão (29), também verificada em Rodrik (1995), é determinada:

$$\tilde{t}^i = - \frac{Y}{\pi \phi^i} \frac{\partial \phi^i / \partial t}{\partial M / \partial t} \quad (29)$$

Obedecendo-se à expressão (24), então, a escolha da alíquota será figurada pela mediana de uma distribuição unimodal, visto que todos os indivíduos apresentarão uma única alíquota ótima.

A abordagem retrata, portanto, a escolha do patamar tarifário por um eleitor mediano.

2.1.4 Abordagem das Contribuições de Campanha

O aspecto que distingue esta seção da próxima está na incumbência do governo. No caso, a seção presente não impõe restrições sobre o mandato e sim sobre a campanha eleitoral. A próxima restringe o mandato em função do estabelecimento de uma função de bem-estar social do governo que atribui uma parcela para as contribuições.

Os resultados apresentados por Magee *et al.* (1992), MBY de agora em diante, simplificaram a análise para um sistema de concorrência em um pleito onde duas categorias de agentes são destacadas: dois partidos políticos, polarizados em função da controvérsia livre comércio *versus* proteção, e dois *lobbies*, onde o primeiro demanda subsídios à exportação e é favorável ao livre comércio, e o segundo, demanda proteção via tarifa contra a importação de produtos substitutos.

O *lobby* do grupo de interesse 1 representa o setor pró-exportador que obtém benefícios do subsídio e contribui com o partido pró-exportador, considerado aqui um partido

de direita, e contribui, também, embora em montante inferior com o partido protecionista, considerado como um partido esquerdista, em função da possibilidade de barganha no pós-pleito. O setor maximiza o seu retorno com base numa expectativa de renda que leva em consideração as probabilidades de eleição de ambos os partidos. Ainda, os gastos com as contribuições, que representam o núcleo da análise dos autores, também, são divididos entre ambos os partidos.

A proposição pode ser sintetizada na seguinte expressão matemática¹⁶:

$$\underset{C_{L1D}, C_{L1E}}{\text{Max}} R_{L1} = pR_{L1D} + qR_{L1E} - C_{L1D} - C_{L1E} \quad (30)$$

em que:

R_{L1} = renda esperada pelo setor pró-exportador;
 R_{L1D} = receita esperada oriunda da administração do partido direitista;
 R_{L1E} = receita esperada oriunda da administração do partido esquerdista;
 C_{L1D} = despesa com as contribuições para o partido de direita;
 C_{L1E} = despesa com as contribuições para o partido de esquerda;
 p = probabilidade de eleição do partido de direita; e
 q = probabilidade de eleição do partido de esquerda.

Analogamente, a receita esperada para o setor protecionista será representada por:

$$\underset{C_{L2D}, C_{L2E}}{\text{Max}} R_{L2} = pR_{L2D} + qR_{L2E} - C_{L2D} - C_{L2E} \quad (31)$$

Para os partidos políticos, contudo, o procedimento de maximização das respectivas probabilidades de eleição dependeria do nível ótimo dos subsídios e do patamar da alíquota negociados. Algebricamente, também, o procedimento será representado por:

$$\underset{s}{\text{Max}} p = p(C_{L1D}, C_{L1E}, C_{L2D}, C_{L2E}, s, t) \quad (32)$$

Para o partido protecionista a expressão seria:

$$\underset{s}{\text{Max}} q = q(C_{L1D}, C_{L1E}, C_{L2D}, C_{L2E}, s, t) \quad (33)$$

¹⁶ O argumento original dos autores não pondera as despesas das contribuições para os partidos concorrentes pelas respectivas probabilidades de eleição. A idéia presente considera tanto a receita quanto a despesa como resultados esperados. Assim, as negociações sobre os níveis de subsídios e alíquotas não seriam excludentes.

A solução para o problema, de acordo com a ótica dos autores, envolve a derivação da equação (30) em relação aos níveis de contribuições para a determinação das contribuições ótimas. No processo são determinados três efeitos: o efeito política, o efeito acesso e o efeito retribuição, (MBY, 1992: 271).

Tomando-se a solução para o problema proposto pelo conjunto de equações (30) a (33) e derivando-se as condições de primeira ordem para a equação (30), tem-se:

$$\frac{\partial R_{L1}}{\partial C_{L1D}} = p \frac{\partial R_{L1D}}{\partial C_{L1D}} + R_{L1D} \frac{\partial p}{\partial C_{L1D}} + q \frac{\partial R_{L1E}}{\partial C_{L1D}} + R_{L1E} \frac{\partial q}{\partial C_{L1D}} - 1 = 0 \quad (30a)$$

Rearranjando os termos da equação (30a), obtém-se:

$$p \left(\frac{\partial R_{L1D}}{\partial C_{L1D}} - 1 \right) + q \left(\frac{\partial R_{L1E}}{\partial C_{L1D}} - 1 \right) + R_{L1D} \frac{\partial p}{\partial C_{L1D}} + \frac{\partial q}{\partial C_{L1D}} R_{L1E} = 0 \quad (30b)$$

Considerando-se as condições para a obtenção do ótimo¹⁷ e multiplicando-se os termos pela razão entre C_{L1D} e p tem-se as expressões subseqüentes para as elasticidades:

$$\varepsilon_{C_{L1D}}^p = \frac{q}{p} \frac{C_{L1D}}{R_{L1D}} \left(1 - \frac{\partial R_{L1E}}{\partial C_{L1D}} \right) - \frac{R_{L1E}}{R_{L1D}} \frac{\partial q}{\partial C_{L1D}} \quad (30c)$$

A equação (30c) representa a elasticidade-probabilidade de eleição do partido de direita da contribuição do *lobby* 1. O sinal da expressão é positivo dado que o impacto das contribuições do *lobby* de direita, para o partido pró-exportador, reduz a receita esperada do governo de esquerda. Logo, o nível de contribuições ótimas será representado por (30d):

$$C_{L1D}^* = \frac{\frac{p}{q} R_{L1D} \left(\varepsilon_{C_{L1D}}^p + \frac{R_{L1E}}{R_{L1D}} \frac{\partial q}{\partial C_{L1D}} \right)}{\left(1 - \frac{\partial R_{L1E}}{\partial C_{L1D}} \right)} \quad (30d)$$

Da mesma maneira, a elasticidade-probabilidade de eleição do partido de direita da contribuição do *lobby* 1 para o partido de esquerda será a seguinte expressão:

17

$\partial R_{L1D} = \partial C_{L1D}$ e $\partial R_{L1E} = \partial C_{L1E}$ para a relação $R_{L1D}(t(C_{L1D}))$.

$$\varepsilon_{C_{L1E}}^p = \frac{C_{L1E}}{R_{L1D}} \left(1 - \frac{\partial R_{L1D}}{\partial C_{L1E}} - \frac{R_{L1E}}{p} \frac{\partial q}{\partial C_{L1E}} \right) \quad (30e)$$

As contribuições ótimas para o partido oposicionista são representadas por:

$$C_{L1E}^* = \frac{\varepsilon_{C_{L1E}}^p R_{L1D}}{\left(1 - \frac{\partial R_{L1D}}{\partial C_{L1E}} - \frac{R_{L1E}}{p} \frac{\partial q}{\partial C_{L1E}} \right)} \quad (30f)$$

As expressões (30c) - (30f) podem ser generalizadas para as contribuições do *lobby 2*, considerando-se a maximização da equação (31). Os resultados são mais genéricos do que os da contribuição de MBY, a qual considera apenas as contribuições para um único partido. A intuição entre a diferença apresentada por aqueles autores e o resultado obtido na presente seção está no fato de que aqueles autores polarizam as posições dos partidos políticos acerca da política comercial e, ainda, a relação entre a concessão de subsídios e a imposição de uma alíquota como excludentes, que não é condizente com a realidade.

Na abordagem, portanto, ocorre uma interação entre dois governos e dois setores, de maneira sistêmica e ambígua, para a determinação do nível de proteção.

2.1.5 Abordagem das Contribuições Políticas

É importante ressaltar que a diferença entre as contribuições de campanha e as contribuições políticas reside no fato de que a primeira não atribui ao governo incumbente o papel de jogador. No segundo caso, isto é estruturado no modelo, sobretudo nas literaturas que se alinham aos trabalhos de Grossman e Helpman (1994, 1995a,b), como Levy (1999), Motta (2002) e Eicher e Osang (2002), e ao trabalho de Gould e Woodbridge (1998), fundado na função de suporte político.

O trabalho original dos autores, Grossman e Helpman (1994) - *Protection for Sale*¹⁸ - visa a compreensão da proteção para o mercado e a identificação dos grupos de interesse que são bem sucedidos na escolha de contribuições para a determinação endógena da proteção por parte do governo incumbente.

Os autores consideram, ainda, uma economia pequena e competitiva que enfrenta preços exógenos, determinados no mercado mundial, sendo o livre comércio o resultado mais

¹⁸ O modelo desenvolvido pelos autores tem sido considerado um marco paradigmático.

eficiente para o tipo de economia abordado. Portanto, as intervenções em mercados, via política comercial, devem ser atribuídas ao processo político.

Deve-se frisar que o objetivo do governo incumbente é a maximização de uma soma ponderada das contribuições dos lobistas e do bem-estar social agregado. Ainda, os lobistas estabelecem uma agenda de contribuições políticas a partir de um processo de barganha com os seus pares.

O equilíbrio deste jogo é derivado da interação entre a coalizão de um grupo de agentes, grupo de interesse, o qual estabelece a agenda de contribuições de cada um dos membros, no caso setores específicos da economia, de um grupo que maximiza a utilidade de seus membros constituintes, e o governo, que estabelece a ponderação entre as contribuições dos membros da coalizão e a função de bem-estar social. O resultado obtido na interação entre os grupos e o governo é o de *equilíbrio de Nash em subjogo perfeito*, pois primeiramente os grupos resolvem os níveis de contribuição compatível com as demandas de tarifas. Esta solução é relativamente simples, ao ser considerado um modelo de fator específico, onde o problema de adequação da uma alíquota efetiva não se faz necessário. Após esta interação, o governo deve decidir o nível de tarifas, levando em conta a ponderação por ele escolhida para a função de bem-estar social.

Os trabalhos que foram delineados a partir do trabalho original dos autores (Grossman e Helpman, 1995a,b) e a extensão do trabalho de Levy (1999), são firmados no seguinte conjunto de hipóteses:

- (i) idênticas estruturas políticas enfrentadas por cada grupo;
- (ii) possibilidades de diferenças nos preços relativos autárquicos e nos valores de outros parâmetros;
- (iii) retornos constantes à escala na produção da maioria dos bens;
- (iv) um determinado bem z é o numerário¹⁹; e
- (v) os lucros domésticos são dados por:

$$\Pi_i = \Pi_i(p_i) \tag{34}$$

¹⁹ O bem tido como numerário não é comercializado e representa a ampliação da análise formal dos modelos tradicionais de interação comercial entre países. Isto é, o modelo 2 x 2, em que um dos dois bens é escolhido como numerário para a apreciação dos ganhos de comércio.

Definida a oferta pelo *lema de Hotelling*²⁰, a utilidade dos agentes deve ser quase-linear em função da dotação inicial do bem utilizado como numerário, o qual é produzido exclusivamente pelo fator trabalho. Considerando-se que os agentes ainda auferem algum ganho governamental, via transferências através de subsídios e tarifas, a função utilidade de um agente representativo deve corresponder à seguinte expressão:

$$U = c_z + \sum_{i=1}^n u_i(c_{x_i}) \quad (35)$$

A diferença entre os preços domésticos e os preços internacionais se refere ao ganho providenciado pelo governo, quer através de uma tarifa sobre as importações, ou através de subsídios à exportação. Logo, as transferências líquidas do governo para cada indivíduo serão dadas por:

$$r(\mathbf{p}) = \sum_i (p_i - p_i^*) \left[d_i(p_i) - \frac{1}{N} y_i(p_i) \right] \quad (36)$$

em que:

$d_i(p_i)$ = a demanda pelo i -ésimo bem;

N = número de eleitores; e

$y_i(p_i)$ = oferta do i -ésimo bem.

Tomando-se a função de utilidade indireta, que representa o máximo de bem-estar que os indivíduos auferem das aquisições dos bens, dadas as demandas ótimas:

$$V(\mathbf{p}, \mathbf{E}) = E + \left[\sum_{i=1}^n u_i(d_i(p_i)) - \sum_{i=1}^n p_i d_i(p_i) \right] \quad (37)$$

No modelo um *lobby*, representando um setor organizado, agenda as contribuições ao governo incumbente em função de um possível vetor de políticas comerciais negociado. Seja, portanto, $C_i(p)$ a contribuição do *lobby*, então, o bem-estar líquido será representado pela expressão(38), a seguir

²⁰ Seja $\Pi(p, \omega_1, \omega_2)$, com p , ω_1 e ω_2 sendo o preço do bem e os preços dos insumos, respectivamente. As derivadas parciais do lagrangeano apresentam sinal positivo, para o primeiro argumento, e sinal negativo, para os argumentos restantes. Isto é, a função de lucro é crescente no preço do produto e decrescente nos preços dos insumos. Estes resultados são conhecidos como *Lemma de Hotelling* (Mas-Colell *et al.*(1995)).

$$V_i = W_i - C_i \quad (38)$$

O bem-estar *ex-ante* às contribuições será dado por:

$$W_i = \ell_i + \Pi_i(p_i) + \alpha_i N[r(\mathbf{p}) + s(\mathbf{p})] \quad (39)$$

em que:

ℓ_i = oferta total de trabalho dos proprietários do insumo específico usado na indústria i ; e
 α_i = parcela dos eleitores que detêm alguma parcela do fator.

O governo se beneficiará de um maior nível de bem-estar agregado e das contribuições de campanha. Para tal, escolherá um critério de ponderação particular tal que:

$$G = \sum_{i \in L} C_i(\mathbf{p}) + aW(\mathbf{p}), \quad a \geq 0 \quad (40)$$

Considerando-se o bem-estar da sociedade como o somatório de (39):

$$W(\mathbf{p}) = \ell + \sum_{i=1}^N \Pi_i(p_i) + N[r(\mathbf{p}) + s(\mathbf{p})] \quad (41)$$

sendo:

$s(p)$ = excedente do consumidor que representa a segunda parcela de (37).

O equilíbrio político considerado é o resultado de um jogo não-cooperativo em dois estágios sendo que, no primeiro estágio, os *lobbies* escolhem simultaneamente suas agendas de contribuições e, no segundo estágio, o governo fixa a política comercial.

Sendo a interação entre vários *lobbies*, em um estágio, e depois da obtenção do resultado, organizadamente o bloco interage com o governo, no segundo estágio, define-se o problema como um problema de agência comum, isto é, uma estrutura de um problema de *menu-auction* (Bernheim e Whinston, 1986a, b).

Tomando-se os somatórios da equação (38) para os vários *lobbies*, que representam o bem-estar líquido dos agentes, e agregando-o com a função de bem-estar do governo tem-se a

função que, uma vez otimizada, condicional ao vetor de preços escolhido pelo governo, determinará a expressão do vetor de tarifas e subsídios ótimos.

A proposição é a mesma que Grossman e Helpman (1994) apontam para a determinação do *equilíbrio de Nash em subjogo-perfeito*, isto é, o resultado que representará a coalizão dos grupos de interesse em torno de uma política comercial ótima.

Algebricamente, o que os autores fazem é reescreverem a equação (39), incluindo a substituição da expressão (36) e a parte que se refere ao excedente do consumidor, segunda parcela de (37), obtendo-se a expressão que, uma vez substituídas as importações líquidas $m_i(p_i)$, representa $[Nd_i(p_i) - y_i(p_i)]$ e resulta na expressão (42):

$$W_i(\mathbf{p}) \equiv \ell_i + \Pi_i(p_i) + \alpha_i(p_i - p_i^*)m_i(p_i) + \alpha_i N [\mu_i(d_i(p_i)) - p_i d_i(p_i)] \quad (42)$$

Diferenciando-se a expressão acima em relação ao i-ésimo e j-ésimo preços, obtém-se:

$$\frac{\partial W_i(\mathbf{p})}{\partial p_i} = (1 - \alpha_i)y_i(p_i) + \alpha_i(p_i - p_i^*)m'_i(p_i) \quad (43)$$

$$\frac{\partial W_i(\mathbf{p})}{\partial p_j} = \alpha_i(p_j - p_j^*)m'_j(p_j) - \alpha_i y_j(p_j) \quad (44)$$

Generalizando-se a expressão, por derivar um indicador, como abaixo:

$$\delta_{ij} = \begin{cases} 0, & i \neq j \\ 1, & i = j \end{cases} \quad (45)$$

$$\frac{\partial W_i(\mathbf{p})}{\partial p_j} = (\delta_{ij} - \alpha_i)y_j(p_j) + \alpha_i(p_j - p_j^*)m'_j(p_j) \quad (46)$$

Aplicando-se somatório à expressão (46) e impondo-se as seguintes restrições:

$$I_j \equiv \sum_{i \in L} \delta_{ij} \begin{cases} 1, & \text{lobby presente} \\ 0, & \text{lobby ausente} \end{cases}$$

$$\alpha_L \equiv \sum_{i \in L} \alpha_i, \text{ fração da população representada por um } lobby$$

obtem-se a expressão equivalente ao gradiente no qual tem-se determinado o vetor de preços ótimo da economia.

Após rearranjos dos termos e a substituição de expressões pela elasticidade-preço das importações, obtém-se a equação final da análise dos autores em *Protection for Sale*, expressa como:

$$\frac{t_i^0}{1+t_i^0} = \frac{I_i - \alpha_L}{a + \alpha_L} \begin{pmatrix} z_i^0 \\ e_i^0 \end{pmatrix}, \quad i = 1, 2, \dots, N \text{ e } z_i^0 = \frac{y_i(p_i^0)}{m_i(p_i^0)}; \quad e_i = -\frac{m_i'(p_i^0)p_i^0}{m_i(p_i^0)} \quad (47)$$

A expressão (47) é, portanto, o resultado da interação entre os setores industriais, na forma de coalizão, e o governo, em um problema de *menu-auction*. Esta modelagem tem norteado os principais trabalhos empíricos e teóricos da teoria da proteção endógena e tem sido considerado um marco paradigmático na literatura de Comércio Internacional.

Se na versão de Grossman e Helpman (1994) - *Protection for Sale* - a preocupação dos autores era centrada na interação entre grupos e, posteriormente, com o governo incumbente, na formulação de Grossman e Helpman (1995a) - *Trade Wars and Trade Talks*²¹ - os autores ampliam o processo de barganha para o cenário internacional, postulando, também, dois estágios para a interação estratégica entre os agentes, descritos como:

- (i) competição política em cada país para a determinação das preferências políticas dos governos locais;
- (ii) “toma-lá-dá-cá” entre os governos para a determinação do equilíbrio internacional.

No caso, a seqüência das ações entre os agentes impõe a condição de que os *lobbies* devem se mover primeiro, estabelecendo a agenda de contribuições, agindo simultaneamente e de forma não-cooperativa. Sequencialmente, isto é, no estágio seguinte, os governos fixam as suas políticas comerciais ao nível local. Os contratos implícitos entre os governos locais e os *lobbies* internos são desconhecidos do país estrangeiro.

A formulação de *TWTT* inclui como argumento, na função de bem-estar dos agentes envolvidos, o vetor de políticas do parceiro comercial, quer seja um único país, ou um bloco

²¹ Deste ponto em diante *TWTT*.

de países. Ainda, a parte do trabalho que se refere a *Trade Wars* compreende a fixação das políticas em um jogo de movimento simultâneo e não-cooperativo. No que tange à parte que se refere a *Trade Talks*, observa-se que a mesma se baseia nas negociações internacionais sobre as alternativas políticas que surgem do processo de barganha derivado do modelo.

As conclusões dos autores são importantes no que concerne às possibilidades de cooperação e não-cooperação no cenário internacional no tema política comercial.

Na contribuição de Grossman e Helpman (1995b) - *The Politics of Free Trade Agreements*²² - os autores impõem uma restrição mais real, que é o fato de as contribuições de campanha serem contingenciais, reforçando, assim, a natureza da contribuição ímpar de MBY(1992).

São identificadas as condições políticas e econômicas, as quais dois países que vislumbram um acordo comercial devem considerar na formulação de um acordo.

Nota-se que o contingenciamento das contribuições de campanha identifica duas possibilidades alternativas para as contribuições, uma em relação à não-efetivação do acordo, isto é, a manutenção do *status quo*, outro em relação à efetivação do acordo de livre comércio.

O fundamento para a efetivação do acordo compreende, então, a possibilidade dos resultados via efetivação do acordo serem superiores ao estado inicial. Logo, o ponto fundamental das contribuições dos autores está na exclusão de setores que seriam prejudicados com o acordo, permitindo-lhes um período de adaptação como tem sido o caso das extensas listas de exceção à TEC, ou situações de ordem conjuntural como a exclusão de setores estratégicos quanto às políticas de abastecimento ou de controle de preços.

A extensão do arcabouço teórico de Grossman-Helpman foi, então, desenvolvido por Levy (1999) que estabeleceu uma teoria de proteção tarifária que compreende um comportamento cooperativo para os grupos de interesse. Em uma estrutura simétrica, ou seja, os países que idealizam o acordo apresentam estruturas produtivas e comerciais similares, a cooperação entre os governos é mantida via um mecanismo punitivo em períodos futuros.

Seguindo as contribuições dos autores, especificamente Motta (2002) estabeleceu um diferencial que permite a compreensão de uma política comercial estratégica para países assimétricos. No trabalho o autor permite que o país de maior tamanho torne-se um líder no sentido de *Stackelberg*.

²² Discriminado a partir deste ponto como *PFTA*.

As modificações do modelo original são veiculadas em duas modificações alternativas sendo que a primeira possibilita a interrupção do acordo, por parte do país menor. A segunda aventa a possibilidade da pequena economia formalizar um bloco com outras pequenas economias para posterior barganha no acordo.

Finalmente, Gould e Woodbridge (1998) examinam o processo de proteção, retaliação e guerra comercial, verificando a consistência com os resultados empíricos corroborados pela literatura econômica. Assim, o modelo dos autores é um modelo de decisões políticas que resultam de uma concorrência entre países.

Este modelo retoma a linha tradicional da função de suporte político sendo que a mesma apresenta um hiato de tempo na qual o governo local espera o país agressor, suposto, impor barreiras comerciais aos produtos domésticos. Reconsideram a situação de guerra comercial. Portanto, o hiato de tempo permite que os *lobbies* se organizem e forcem o governo local à retaliação.

A abordagem, portanto, deriva a estrutura de proteção a partir das contribuições de campanha dos grupos de interesse, organizados e agregados numa relação agente-principal com o governo.

Os modelos estruturados entre as seções 2.1.1 e 2.1.5 representam a base da literatura de política comercial endógena. Entretanto, a compreensão do processo de formação das políticas comerciais deve integrar a identificação do processo político local, bem como o apontamento dos agentes envolvidos.

2.2 FORMULAÇÃO DE UM JOGO TEÓRICO PARA A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA COMERCIAL ENTRE A ARGENTINA E O BRASIL NO ÂMBITO DO MERCOSUL

Um dos fatores marcantes da contribuição de Grossman e Helpman (1994) está na simplicidade e no caráter parcimonioso da expressão final da tarifa endógena, ou seja, os resultados empíricos recentes corroboram as propostas teóricas daqueles autores.

Nesse contexto é válido afirmar que a formulação inicial do problema de Grossman e Helpman (1994), posteriormente ampliado para o problema de acordos bilaterais e multilaterais de comércio, referidos na literatura como Grossman e Helpman (1995a, b), pode caracterizar a conduta efetiva pelos governos locais antes da negociação num foro regional.

Logo, ao se analisar as metas estabelecidas pelos países-membros, analisadas na seção 1.1 do Ensaio 1, e os contenciosos, destacados nas Tabelas 8, 13, 17, 18, 23 e 24, conclui-se que as demandas no período de 1994-2001 representam o poder que os grupos mantêm, a despeito da capacidade organizacional do acordo em seus foros consultivos e as respectivas negociações ao nível doméstico.

A capacidade de barganha dos governos locais é um dos aspectos cruciais na modelagem do problema ao tomar como relevantes a incorporação das limitações que o modelo original traduz em termos das contribuições dos grupos de interesse, na forma de contribuições de campanha.

2.2.1 O Problema da Barganha

A literatura de teoria dos jogos definiu o problema da barganha a partir das contribuições profícuas de Nash (1950, 1953), sendo a mesma observada quando a seguinte situação for verificada: *“nenhuma ação pode ser tomada por algum(ns) indivíduo(s) envolvido(s) sem o consentimento do(s) outro(s) tal que a ação possa afetar o bem-estar de cada um deles”*, (Nash, 1950:155).

Pode-se, portanto, observar que o desenvolvimento da teoria da barganha tem fomentado o desenvolvimento da estrutura dos jogos, ou seja, o mesmo leva em conta algumas propriedades convencionais dos jogos, a saber: espaço estratégico, espaço de ações, regras do jogo, número de jogadores e tipo de jogo, entre outros.

Originalmente, entretanto, o problema apresentado por Nash (1950) postulava algumas características individuais para os jogadores como a racionalidade e o conhecimento comum de maneira a possibilitar a existência de uma função de utilidade no sentido de von Neumann-Morgenstern, sendo esta monótona e linear. Com base nesta estrutura, pôde-se fundamentar o problema de maneira axiomática.

A axiomatização apresentada por Nash (1950), posteriormente adequada em Nash (1953), foi ampliada pela contribuição de Rubinstein (1982), quando aquele autor procurou contornar os problemas relacionados à abordagem axiomática proposta por Nash. Dentre as contribuições de Rubinstein (1982) destaca-se a perfeição do equilíbrio nos subjogos, ponderando os resultados do *pay-off* dos jogadores em cada estágio de um jogo repetido seqüencialmente.

Um outro prisma do problema foi analisado por Sutton (1986), o qual se refere ao problema não-cooperativo da barganha. A propriedade do equilíbrio é extraída da simultaneidade dos movimentos entre os jogadores. Logo, o tema está relacionado com as possibilidades estratégicas dos jogadores os quais podem, dependendo do conjunto de alternativas e da estrutura do jogo, definir o resultado, ou os resultados de equilíbrio.

As possibilidades estratégicas²³ são fundamentais no processo de modelagem do jogo em virtude das mesmas serem baseadas nas regras previamente estabelecidas, bem como nas alternativas que o jogo apresenta quanto aos possíveis resultados de equilíbrio.

Dentre as contribuições que a literatura de barganha apresentou pode-se destacar, baseado no interesse do presente trabalho, os resultados obtidos por Bernheim e Whinston (1986a, b), Bernheim e Whinston (1987) e Bernheim *et al.* (1987). A preocupação daqueles autores está relacionada com a formalização de uma estrutura para muitos jogadores, bem como a possível relação de coalizão que pode ser observada entre os jogadores. Cita-se como exemplo a agregação de um conjunto de jogadores, de um lado, o qual denomina-se, principais, e um ou mais jogadores, do outro, cujas ações dependem de certos incentivos que são estabelecidos previamente pelos demais jogadores, os quais denominam-se agentes.

A utilização da teoria dos jogos como um importante instrumento de análise na literatura de comércio internacional tem dado passos largos, principalmente a partir de meados da década de noventa, quando das contribuições relacionadas ao problema da determinação da tarifa endógena, conforme as ilustrações apresentadas por Fudenberg e Tirole (1995) sobre política comercial. Em princípio, a utilização da teoria dos jogos relacionava-se ao simples problema do dilema do prisioneiro onde a não-cooperação resulta em uma guerra comercial via tarifas, sendo a cooperação o resultado dos acordos multilaterais de comércio.

A riqueza da literatura compreende o escopo dos artigos que nortearam a “Nova Economia Internacional”, isto é, as contribuições de autores como Brander, Grossman, Helpman, Krugman, Spencer, Staiger, entre outros. Dentre as contribuições, que indiretamente se relacionam com o presente trabalho destacam-se: Brander e Spencer (1985), Brander (1995), Gould e Woodbridge (1997), Grossman e Helpman (1994, 1995a, b), Helpman e Krugman (1999), Levy (1999) e Staiger (1995). Esses trabalhos são rigorosos na utilização do instrumental de teoria dos jogos possibilitando, ainda, a microfundamentação

²³ Ver Dixit e Nalebuff (1991) para uma compreensão simples sobre estratégias em jogos.

dos modelos de maneira criteriosa.

Portanto, o contexto do comércio internacional permitiu analisar o problema da barganha para os muitos fatos estilizados que têm sido apresentados, desde os problemas relacionados ao livre comércio, às guerras comerciais, dos acordos bilaterais aos acordos regionais e multilaterais de comércio, das uniões comerciais aos acordos seletivos de comércio, sempre tendo em vista o papel institucional exercido pela Organização Mundial do Comércio.

O problema pode ser estudado à luz da análise da negociação comercial, estabelecida por Krugman (1997) nos seguintes itens:

- a) a situação que considera o livre comércio unilateral não indaga se os agentes envolvidos realmente se importam com o tema;
- b) os países estão dispostos a cumprir com o acordo se, e somente se, os demais países fizerem o mesmo; e
- c) as regras que conduzem ao livre comércio aparentemente indicam que neste procedimento de barganha bilateral a elevação das exportações é uma aparente vitória e a elevação das importações se constitui em evidente derrota.

2.2.2 Características Importantes de um Modelo para a Argentina e o Brasil

A determinação das características do modelo deve ser o resultado de algumas limitações de um modelo original predominante na literatura econômica, no caso o modelo de Grossman e Helpman (1994) – *Protection for Sale*.

Inicialmente, cumpre destacar que o estímulo para a barganha entre países em desenvolvimento deve considerar metas macroeconômicas como o crescimento, a proteção de algumas indústrias estratégicas, estipuladas localmente, o nível de emprego, os saldos comerciais, que é notório em países com a necessidade de influxo de divisas, o avanço tecnológico, dentre outras variáveis selecionáveis.

A competição política, que enriqueceu a literatura corrente em seu processo embrionário, não pode ser considerada um fim em si mesma. Esta asserção deve-se ao fato de que o papel das contribuições políticas, mesmo que sejam reconhecidamente fundamentais no processo, veja, por exemplo, Hillman e Ursprung (1988) e MBY (1992), são evidenciadas em

função das hipóteses do modelo, as quais são observáveis e testáveis empiricamente em modelos *ad hoc*.

A validade de tais modelos limita-se ao período pré-eleitoral, não alcançando o período de interstício eleitoral. Este problema é evidente no caso das barganhas bilateral e multilateral de comércio quando a análise é destinada a países, cujos períodos de pleitos não são coincidentes.

Um aspecto importante do modelo *Protection for Sale* é a adoção da abordagem da função de suporte político. Entretanto, a mesma se restringe ao uso de contribuição que excede o período eleitoral, sem que se evidencie a sua origem ou o seu destino. Portanto, deve-se supor que o governo incumbente objetive fazer escolhas políticas ciente de que nas decisões tomadas afetarão as suas chances de reeleição, seja no nível executivo, seja no nível legislativo para os sistemas bipartidários e suas coalizões.

Quanto aos jogadores, o modelo deve apresentar a mesma concepção do modelo original, isto é, basear-se no problema de *menu auction*, no qual destaca-se o papel multiestágio do jogo em que: no primeiro estágio os principais se agrupam em um processo de barganha, que representa o processo de coalizão daquele grupo de jogadores, em ambos os países isoladamente; no outro estágio, os governos otimizam a função de bem-estar levando em consideração as possibilidades estratégicas dos países.

As ações factíveis levam em conta as formas nas quais as restrições²⁴ podem ser apresentadas. Estas podem representar três conjuntos importantes:

- (i) a exclusão de empresas consideradas estratégicas, são as chamadas listas de exceção à TEC. Neste tema o argumento da indústria infante é crucial;
- (ii) o processo de convergência à TEC; este processo inclui um grupo de empresas no conjunto de restrições com vistas à adequação destas a padrão concorrencial integrado entre as firmas domésticas e as firmas do(s) parceiro(s) comercial(is), (são os chamados regimes de adequação). Ainda, este procedimento limita a dependência tecnológica de fontes extra-regionais; e
- (iii) as listas de exceção podem ser representadas por setores considerados estratégicos, não do ponto de vista da concorrência comercial, mas do ponto de vista do abastecimento doméstico, principalmente quando aquele setor representa

²⁴ Esta forma de considerar os setores foi muito bem retratada nos trabalhos de Grossman e Helpman(1995b) e Motta(2002).

importante parte de um conjunto de políticas adotadas unilateralmente. Para este item cita-se o caso da “Lista Dallari” no período que se seguiu à aplicação do Plano Real. Na verdade, o trabalho de Gawande *et al.* (2002) se preocupa exclusivamente com a análise empírica das listas de exceção à TEC.

Este tipo de problema pode ser restritivo no que concerne aos resultados alternativos dos balanços comerciais dos países, em seus níveis intrabloco e extrabloco. Apresentado este tema de um ponto de vista mais rigoroso, observa-se que o conjunto de setores²⁵ que entram no processo de coalizão pode ser inferior ao total de setores presentes na economia, sem alterar os resultados alcançados no trabalho original de Bernheim e Whinston(1986a).

Já o problema do interstício eleitoral apresenta duas soluções viáveis, são elas:

- (a) a primeira supõe que o quadro eleitoral seja alternado por eleições do executivo em um período e por eleições do legislativo em outro; no executivo alterna-se eleições presidenciais com eleições regionais ou provinciais e as eleições legislativas alternando eleições entre as duas casas, em um sistema bicameral; e
- (b) outra possibilidade está na suposição de que os agentes levam em conta o valor presente da barganha, isto é, eles apresentam um desconto tanto para os respectivos gastos com contribuições quanto na avaliação do benefício auferido da barganha. Este resultado é análogo à proposição de Rubinstein (1982) no qual evidencia-se um fator de desconto à medida que o processo de barganha se prolonga alternando-se as propostas e os diferentes custos para os agentes envolvidos. Este item pode ser resolvido econometricamente com a inclusão de uma variável *dummy*, a qual deve capturar as eleições.

Um outro elemento-chave para a análise da política tarifária endógena, que o modelo *Protection for Sale* captura, é o problema da taxa efetiva de proteção. Embora o modelo seja estruturado na pressuposição de que os bens não-numerários utilizam o fator trabalho e um insumo específico para o setor, conforme Grossman e Helpman (1994, p.837), o problema da taxa de proteção efetiva seria resolvido no processo de coalizão entre os principais. Naquele procedimento de negociação, os jogadores envolvidos no processo levariam em conta os resultados considerando não a taxa de proteção nominal, mas, sim, a taxa de proteção efetiva, *vis-à-vis* forma análoga utilizada nas câmaras setoriais em processos inflacionários.

²⁵ Observa-se no Mercosul os subgrupos de trabalho para os setores de comunicações, mineração, energia, indústria; os grupos *ad-hoc* para o açúcar; o regime automotivo para a região, e assim por diante.

Diante da riqueza teórica do modelo original, o modelo *Protection for Sale*, deve-se ampliar os resultados obtíveis por aquela solução, a partir da observação de alguns de seus aspectos limítrofes. Naquele modelo, por exemplo, a função objetivo do governo é determinada a partir de uma função primitiva que resulta das ponderações entre as contribuições de campanha, por parte dos grupos de pressão, e do bem-estar dos eleitores.

Pressupondo-se um modelo que amplie os horizontes de *Protection for Sale*, o mesmo deve levar em conta alternativas quanto ao escopo do papel do governo, que embora seja restrito pelas contribuições de campanha, por um lado, deve ser ampliado por um conjunto de variáveis, que historicamente tem afetado os países no processo de integração do Mercosul, por exemplo, metas relativas ao influxo de divisas, metas de emprego, e o controle do patamar inflacionário, variáveis comuns aos países signatários.

2.2.3 Importantes Limitações de *Protection for Sale*

As críticas que conduzem a uma nova proposta, no que se refere ao papel atuante de grupos de interesse na determinação da política comercial endógena, tendo-se em vista a função de bem-estar do governo, baseiam-se nas seguintes observações:

- (i) a expressão (47) não evidencia explicitamente a relação direta entre as contribuições de campanha e as tarifas;
- (ii) a relação que as tarifas devem apresentar com os preços internacionais são relações de equilíbrio, sendo estáveis, pois os preços mundiais²⁶ são tomados como exógenos. O modelo, portanto, se restringe a uma economia que não influencia os preços internacionais dada a determinação endógena das alíquotas;
- (iii) da observação (ii) acima, deve-se considerar, também, que o modelo é direcionado para uma pequena economia; a inversão da relação estabelecida pela equação (47) permite alterar a relação de causa e efeito entre as variáveis, conforme a equação (48):

²⁶ A expressão é:

$$\left\{ \frac{t_i^0}{1 + t_i^0} = \frac{P_i^0 - P_i^{0*}}{P_i^{0*}} \right\}$$

$$z_i^0 = \frac{\bar{t}}{1 + \bar{t}} \left(\frac{a + \alpha_L}{I_i - \alpha_L} \right) e_i^0 \quad (48)$$

Tomando-se a expressão relativa às tarifas como dadas, cita-se como exemplo a imposição de uma TEC e, verificando-se as elasticidades como estáveis em relação aos valores de livre mercado, que expressam o comportamento do público, a relação entre o produto e o volume de importações do *i*-ésimo bem passaria a ser determinado endogenamente. Este tema foi pouco explorado na literatura derivada de *Protection for Sale*, isto é, uma análise após a implantação da TEC;

- (iv) a perspectiva aberta por Mitra *et al.* (2002), a qual identifica a magnitude do parâmetro “a” da expressão (47) ou (48), revela que a ponderação proposta pelo governo em um país em desenvolvimento como a Turquia é bem superior àquela estipulada para as contribuições. Este resultado também foi testado por McCalman (2000), sem o devido sucesso. Calfat *et al.* (2000) encontraram que as frações da população representada por um *lobby* eram de 0,67 e 0,86, para o Brasil e para o Uruguai, respectivamente. Na verdade, deve-se indagar se, apesar do peso das contribuições serem relativamente pequenos, não haveria uma ponderação atribuída para objetivos de política econômica do governo?;
- (v) os objetivos do governo, ampliando as asserções do item anterior, ultrapassam os objetivos da equação (47) ao concluir-se que a equação (39), que se refere ao bem-estar do público, pressupõe que a oferta de trabalho do proprietários do fator de produção esteja plenamente empregada. Portanto, o modelo não microfunda o mercado de trabalho adequadamente, pressupondo a situação de pleno emprego, em virtude do preço de *Ramsey*.

2.2.4 O Modelo Formal

Designa-se um único bem para numerário na economia doméstica sendo que as transações internacionais são baseadas em uma paridade fixa entre o numerário doméstico e um padrão internacional. Isso representa satisfatoriamente as medidas adotadas com a dolarização na Argentina, e a posterior reforma monetária brasileira, ao menos entre o período

de julho de 1994 e início de 1999. A partir daí, houve a mudança do regime cambial brasileiro, de flutuação intrabandas cambiais para uma flutuação administrada pela intervenção do Banco Central do Brasil.

Neste contexto, um excesso de oferta do bem numerário representa a desvalorização da moeda doméstica, favorecendo, portanto, as exportações e contraindo as importações. Logo, o resultado de uma redução nos salários é uma melhora nos saldos comerciais, e vice-versa. Assim, a influência dos sindicatos por uma melhora, tanto na quantidade de emprego, quanto nos salários setoriais exercem pressão significativa na determinação das alíquotas de importação.

A recente literatura, identificada no início do presente Ensaio, procura avaliar o impacto da abertura comercial sobre a produtividade da mão-de-obra. O procedimento de identificação consiste na estimação do prêmio-salário para as indústrias e testar a relação que os seus valores mantêm com as alíquotas para os respectivos setores industriais.

Na hipótese teórica de que a abertura comercial causa um impacto positivo nos prêmios de salários dos setores mais capital-intensivo, há a expectativa de um resultado simétrico nos prêmios de salários dos setores mais trabalho-intensivo.

Os resultados empíricos têm gerado dificuldades teóricas importantes, como por exemplo, a ambiguidade de que a abertura comercial piora os salários nos setores trabalho-intensivo e melhora o salário nos setores capital-intensivo, desde que a economia responda positivamente ao processo de abertura comercial e esta cause um impacto positivo nos setores mais capital-intensivo.

Dentre os resultados recentes que a literatura empírica tem apresentado destacam-se os seguintes trabalhos:

- i) Gaston e Trefler (1994): concluíram que a abertura comercial, no processo de formação do North American Free Trade Area (NAFTA), apontou uma relação negativa entre as tarifas e os salários nos Estados Unidos e Canadá. Um ponto importante a ser analisado é a proposição de que a teoria do comércio estratégico, e a hipótese de endogeneidade das tarifas dão pouco suporte para a explicação do sinal negativo no coeficiente das tarifas. Conclui-se que a proposição da relação entre os salários e as tarifas, sendo os salários explicados pelas tarifas, não é evidente;
- ii) Goldberg e Pavcnik (2003): os resultados dos autores, para a abertura comercial na Colômbia, indicam que os salários em setores protegidos tiveram um

ganho inferior aos setores não-protégidos. Sumariza-se que os resultados se alinham com os modelos de curto e médio-prazos de comércio onde o fator trabalho é imóvel entre os setores;

iii) Pavcnik *et al.* (2003): os autores propõem que, para o Brasil, não há uma associação estatística entre as mudanças nos prêmios de salários e as mudanças na política comercial no período pós-abertura comercial.

Para Hillman *et al.* (2001) os fundamentos teóricos são a origem das ambiguidades empíricas. Logo, a proposta do modelo sugerido é a consideração de que o emprego, que afeta o nível de salários, deva ser incluído como variável para a explicação da proteção endógena. Assim, três perspectivas teóricas são vislumbradas: a primeira relacionada ao poder de barganha que os sindicatos podem manter com os empresários; a segunda relaciona o trabalho como uma variável de pressão da indústria para que o governo local sinalize a proteção endógena.

Uma terceira vertente apresentada como *hipótese fundamental* para a formulação do modelo proposto, pressupõe que o governo central utiliza metas de emprego setorial no *menu auction* da indústria, durante o processo de barganha por alíquotas.

Considera-se, portanto, que cada indústria utilize como insumo um fator específico e uma certa dotação de trabalho. O salário é determinado pelas condições de oferta e demanda por trabalho, sendo o trabalho heterogêneo e específico para cada setor.

A oferta dos bens não-comercializáveis impõe uma suposição crucial para o modelo, ou seja, deve-se levar em conta que a oferta desses bens é plenamente absorvida pelo mercado e a quantidade de trabalho utilizada na produção daqueles bens é fixa, bem como os insumos intermediários, também, são bens não-comercializáveis.

Intuitivamente, pode-se dividir a economia em dois grandes blocos, o primeiro bloco relativo aos bens não-comercializáveis, encontrando-se em situação de pleno emprego; o segundo trata de bens comercializáveis, estando esta parcela da economia sujeita às medidas impostas pelo governo e aos aspectos conjunturais do mercado. Faz-se necessário, neste contexto, lembrar que a solução obtida pelo modelo original é baseada numa relação de equilíbrio geral de mercado, isto é, o equilíbrio no mercado de fatores, o equilíbrio na oferta dos respectivos bens comercializáveis, e o equilíbrio imposto pelo comércio bilateral²⁷

²⁷ Equação (9) in: Grossman e Helpman(1995a: 683) $M_i(\tau_i, \pi_i) + M_i^*(\tau_i^*, \pi_i) = 0 \quad i = 1, 2, \dots, n$, sendo que: τ = representa a unidade mais a tarifa; π = representa os preços internacionais. A equação (9) representa os saldos

O caráter genérico do equilíbrio tenta aproximar o modelo de Grossman e Helpman(1994) às importantes contribuições de Becker (1983, 1985).

2.2.4.1 Os Estágios do Jogo

As identidades relativas ao excedente dos consumidores e à distribuição da receita tarifária permanecem inalteradas. A mudança está associada à seguinte função de contribuição dos *lobbies*:

$$C_i = C_i(p, \ell(p)), \quad \nabla_p C(\bullet) \geq 0; \quad \nabla_p^2 C(\bullet) < 0; \quad (49)$$

As contribuições são funções de duas variáveis importantes: a primeira delas representa o vetor de preços, isto é, leva em conta as alíquotas estabelecidas pelo governo em um problema de *menu auction*. Os diversos setores industriais estabelecem valores monetários para as contribuições em contrapartida aos níveis de alíquotas²⁸ que o governo incumbente sinaliza, e, portanto, a segunda variável representa uma quota de trabalho adicional que o governo incumbente estipula, com vistas ao cumprimento de uma meta de emprego. O incremento no nível de emprego entra como um custo adicional para as firmas onerando de maneira distorciva os setores da economia.

Algebricamente a expressão para a meta de emprego estipulada setorialmente pelo governo obedece à seguinte condição:

$$\Delta \ell_i(p) = \bar{\ell}_i(p) - \ell_i(p); \quad \ell_i(p) = \bar{\ell}_i(p) - \Delta \ell_i(p), \quad (50)$$

em que:

- $\ell_i(p)$ = nível de emprego setorial meta do governo;
- $\Delta \ell_i(p)$ = incremento ou meta de contração do governo; e
- $\bar{\ell}_i(p)$ = nível de pleno emprego setorial.

A variável do lado esquerdo representa a meta de incremento setorial estipulada pelo governo. Quanto maior o valor, maior é o nível de emprego que o governo demanda, e vice-versa. A primeira parcela do segundo membro representa o potencial de pleno emprego do

comerciais nos i-ésimos mercados.

²⁸ A expressão para o preço da i-ésima indústria é: $p_i = (1 + t_i) p_i^*$

fator trabalho que a indústria apresenta; a segunda parcela representa o resultado obtenível em condições de ausência de metas.

Pode-se dividir as contribuições em duas parcelas distintas:

$$C_i(p, \ell(p)) = C_i(p, \ell^i(p)) + C_i(p, \Delta\ell(p)) \quad (51)$$

em que:

$C_i(p, \ell(p))$ = contribuição total do grupo de interesse;

$C_i(p, \ell^i(p))$ = contribuição ao nível de ausência de intervenção do governo; e

$C_i(p, \Delta\ell(p))$ = incremento na contribuição em função do aumento no nível de emprego.

Tomando-se a quota adicional que o setor emprega como um imposto verifica-se que, em condições de ausência de intervenção, o mercado apresentaria desemprego setorial. Os níveis salariais são inerentes a cada indústria em função de imobilidade e heterogeneidade do fator trabalho.

Deve-se considerar, ainda, que quanto maior for o progresso tecnológico do setor, maior o ônus das metas de emprego. Esta proposta difere da proposta de Maggi e Rodríguez-Clare (1998) ao considerar uma forma de taxação distorciva, a qual retrata o impacto que a proteção causa na estrutura de bem-estar dos agentes econômicos.

A proposta, então, afeta a função de bem-estar social, ponderada pelo parâmetro “a” do modelo original, tendo os consumidores se beneficiado pela situação de pleno emprego e com uma maior oferta dos produtos, evidenciando dois resultados que a literatura tem apresentado:

- (a) a magnitude do parâmetro “a” analisada nos trabalhos de McCalman (2000) e Mitra *et al.* (2002); e
- (b) o papel que os *lobbies* têm apresentado, principalmente no processo de integração do Mercosul, é alternado com a possível influência dos sindicatos e, também, por possíveis metas de emprego que o governo possa estabelecer.

Tomando-se o salário setorial ω_i dado, a agregação representará um volume de impostos que o governo arrecadaria e transferiria da indústria para os indivíduos:

$$\omega_i \Delta\ell_i(p) = \omega_i (\bar{\ell}_i(p) - \ell_i(p)) \quad (52)$$

Logo, o bem-estar líquido deve levar em conta os níveis de contribuições, bem como uma função de bem-estar dos consumidores. Quando os *lobbies* são penalizados com maiores contribuições, via meta de emprego do governo, demandam maiores tarifas de importação para os produtos substitutos importados. Em termos líquidos para cada um dos *lobbies*:

$$V_i(p, \ell(p)) = W_i(p, \ell(p)) - C_i(p, \ell(p)) \quad (53)$$

O benefício líquido para o setor privado doméstico leva em conta que a parcela relativa ao bem-estar bruto é representada por:

$$W_i(p, \ell(p)) = \omega_i \ell_i(p) + \pi_i(p_i, \ell_i(p)) + \alpha_i N[r(p, \ell(p)) + s(p)] \quad (54)$$

A primeira parcela da expressão (54)²⁹ destina-se à remuneração do fator trabalho após a intervenção do governo no mercado de trabalho; a segunda parcela destina-se à remuneração do fator trabalho para o incremento de trabalho estabelecido pelo governo incumbente; a segunda parcela representa os lucros auferidos com a atividade do *i*-ésimo setor e, neste caso, a distribuição é destinada aos detentores daqueles recursos; a quarta parcela representa a fração da população que tem direitos de propriedade sobre algum fator, para a absorção de parcela das transferências do governo - via distribuição da receita tarifária - e do excedente do consumidor.

A função objetivo do governo incumbente também é modificada e reestruturada da seguinte forma:

$$G = \sum_{i \in L} C_i(p, \ell_i(p)) + \sum_{i \in L} C_i(p, \Delta \ell_i(p)) + aW(p, \ell(p)) \quad (55)$$

As parcelas da função objetivo do governo são discriminadas como:

- (i) a primeira parte refere-se às contribuições que o governo recebe em função da

determinação das alíquotas de importação;

(ii) refere-se às contribuições(impostos) que o governo auferes devido às metas de emprego por ele estabelecidas, as quais são automaticamente transferidas; e

(iii) ponderação que o governo destina ao bem-estar do público³⁰.

Na equação (55) deve-se levar em conta que a terceira parcela, ponderada pelo parâmetro “a”, representa o somatório da equação (54), para N setores da economia, isto é:

$$W(p, \ell(p)) \equiv \sum_{i=1}^N W_i(p, \ell(p)) \equiv \sum_{i=1}^N \hat{\omega}_i \ell_i(p) + \sum_{i=1}^N \pi_i(p_i, \ell_i(p)) + N[r(p, \ell(p)) + s(p)] \quad (56)$$

Deve-se notar que a parcela devida às metas do governo pode ser expressa pela equação (57)³¹:

$$\sum_{i \in L} C_i(p, \Delta \ell(p)) \equiv \Theta_{\Delta \ell} = \Theta(p, \Delta \ell(p)) \quad (57)$$

Tomando-se isoladamente as expressões das equações para as transferências do governo incumbente, oriundas da arrecadação tarifária, e do excedente do consumidor, e substituindo o resultado na expressão (54), tem-se a equação (58):

$$W_i(p, \ell(p)) \equiv \hat{\omega}_i \ell_i(p) + \pi_i(p_i, \ell_i(p)) + \alpha_i N \left\{ \sum_{i=1}^N (p_i - p_i^*) \left[d_i(p_i) - \frac{1}{N} y_i(p_i, \ell_i(p)) + s(p) \right] \right\} \quad (58)$$

Diferenciando-se a expressão (58) em relação ao i-ésimo preço, resulta:

$$\begin{aligned} \frac{\partial W_i(p, \ell(p))}{\partial p_i} &= \hat{\omega}_i \frac{\partial \ell_i(p)}{\partial p_i} + \frac{\partial \pi_i(p_i, \ell_i(p))}{\partial p_i} + \alpha_i (p_i - p_i^*) m_i'(p_i) + \alpha_i m_i(p_i) + \\ &+ \alpha_i N [p_i d_i'(p_i) - p_i d_i'(p_i) - d_i(p_i)] = 0 \end{aligned} \quad (59)$$

$$^{29} r(p, \ell(p)) = \sum_i (p_i - p_i^*) \left[d_i(p_i) - \frac{1}{N} y_i(p_i, \ell_i(p)) \right]$$

³⁰ Neste item é necessário considerar que o efeito da alteração no nível de emprego apresenta um papel alocativo para a economia, isto é, dado que os detentores do fator trabalho e dos insumos específicos são os mesmos, a imposição de uma meta no nível de emprego transfere renda dos lucros para os salários.

³¹ Θ representa o vetor de metas.

Este resultado impõe o uso das identidades seguintes para a obtenção da expressão (59), a saber:

$$\begin{aligned} i) \quad m_i(p_i) &= Nd_i(p_i) - y_i(p_i, \ell_i(p_i)) \\ ii) \quad u_i'(d_i(p_i)) &= p_i \end{aligned} \quad (59.a)$$

Resolvendo-se a expressão (59), com a utilização do *lemma de Hotelling*³², obtém-se o seguinte resultado:

$$\frac{\partial W_i(p, \ell(p))}{\partial p_i} = \hat{\omega}_i \frac{\partial \ell_i(p)}{\partial p_i} + (1 - \alpha_i) y_i(p_i, \ell_i(p_i)) + \alpha_i (p_i - p_i^*) m_i'(p_i) = 0 \quad (60)$$

O *lemma de Hotelling* leva ao seguinte:

$$\frac{\partial \pi_i(p_i, \ell_i(p))}{\partial p_i} = y_i(p_i, \ell_i(p)) \quad (60.a)$$

Fazendo a diferença da expressão (58) para o j-ésimo preço, isto é, para $i \neq j$:

$$\frac{\partial W_i(p, \ell(p))}{\partial p_j} = \alpha_i y_j(p_j, \ell_j(p)) + \alpha_i (p_j - p_j^*) m_j'(p_j) = 0 \quad (61)$$

Com a agregação, isto é, generalização das expressões (60) e (61), obtém-se:

$$\begin{aligned} \frac{\partial W_i(p, \ell(p))}{\partial p_j} &= \delta_{ij} \hat{\omega}_i \frac{\partial \ell_i(p)}{\partial p_i} + (\delta_{ij} - \alpha_i) y_j(p_j, \ell_j(p)) + \alpha_i (p_j - p_j^*) m_j'(p_j) = 0 \\ \delta_{ij} &= \begin{cases} 0, & i \neq j \\ 1, & i = j \end{cases} \end{aligned} \quad (62)$$

Aplicando-se o somatório à expressão (62), obtém-se (63):

³² Esta expressão resulta dos problemas de Teoria do Envelope. Ver, para tanto, Klein(1998: 325).

$$\sum_{i \in L} \frac{\partial W_i(p, \ell(p))}{\partial p_j} = I \hat{\omega}_i \frac{\partial \ell_i(p)}{\partial p_i} + (I - \alpha_L) y_j(p_j, \ell_j(p)) + \alpha_L (p_j - p_j^*) m_j'(p_j) = 0$$

$$\text{para } I \equiv \sum_{i \in L} \delta_{ij} \begin{cases} 1 & , \text{ ind. representada} \\ 0 & , \text{ ind. n-representada} \end{cases}$$

$$\alpha_L = \sum_{i \in L} \alpha_i = \text{parcela da pop. representada}$$

por grupo de interesse.

O resultado expresso em (63) é parte da solução do modelo. Ainda, deve-se obter as condições de primeira ordem para (54) e utilizar o resultado, agregando-o a (63) dentro da estrutura de proteção.

Deve-se ressaltar que Grossman-Helpmann(1994) consideram somente as soluções interiores do conjunto de barganha. Como o conjunto é convexo e limitado, as soluções de canto não são consideradas. É, portanto, razoável supor que, durante o processo de coalizão entre os grupos, para a formação do problema de agência(*menu-cost*), possam haver setores que são excluídos do processo, ou que recebam algum tratamento privilegiado.

A estrutura de proteção original foi modificada visando à incorporação da variável emprego no modelo. Tomando-se a estrutura coalizacional, tem-se as seguintes restrições:

$$\left(\left\{ C_i^0(\hat{p}^0, \hat{\ell}^0(p)) \right\}_{i \in L}, (\hat{p}^0, \hat{\ell}^0(p)) \right) \text{ e um Subgame Perfect Nash Equilibrium SPNE} \Leftrightarrow$$

$$a) C_i^0 \text{ eh factível, } \forall i \in L;$$

$$b) (\hat{p}^0, \hat{\ell}^0(p)) \text{ max } G \text{ em } \Omega;$$

$$c) W_j(p, \ell(p)) - C_j^0(p, \ell(p)) + \sum_{i \in L} C_i(p, \ell^s(p)) + \sum_{i \in L} C_i(p, \Delta \ell(p)) + aW(p, \ell(p))$$

$$d) \forall j \in L, \exists (p^j, \ell^j(p)) \in \Omega \text{ tal que:}$$

$$\max \sum_{i \in L} C_i(p, \ell^s(p)) + \sum_{i \in L} C_i(p, \Delta \ell(p)) + aW(p, \ell(p)) \text{ em } \Omega$$

$$\text{sujeito a: } C_j^0(p, \ell^s(p)) + C_j^0(p, \Delta \ell(p)) = 0$$

Para a validação da estrutura de proteção é necessário o uso do teorema da função implícita, pois a relação entre a oferta de trabalho e o nível de tarifas apresenta dois aspectos concorrentes: o primeiro do lado do setor, através do qual o emprego afeta a produtividade e, conseqüentemente o nível de produção, e nos preços finais dos bens; a outra, do lado do governo, o qual condiciona o nível das alíquotas às metas de emprego setorial.

A relação entre as variáveis deve ser considerada biunívoca. Ainda, tem-se que as características do modelo, especificamente as de fator específico e a de heterogeneidade e imobilidade do trabalho, garantem algumas condições cruciais para a interpretação dos resultados do modelo.

Tomando-se as condições de primeira ordem, no item (c) da estrutura de proteção, que agrega a função de bem-estar líquida do setor privado e a função de bem-estar do governo, e utilizando-se o teorema da função implícita, tem-se:

$$\begin{aligned} \nabla_p W_j^0(p, \ell(p)) - \nabla_p C_j^0(p, \ell(p)) + \sum_{i \in L} \nabla_p C_i(p, \ell^s(p)) + \sum_{i \in L} \nabla_p C_i(p, \Delta \ell(p)) + \\ + a \nabla_p W(p, \ell(p)) = 0, \quad \forall j \in L. \end{aligned} \quad (64)$$

A otimização consiste em que sejam encontradas as condições de primeira ordem da equação (55). A mesma, representa a otimização da função de bem-estar do governo. Logo:

$$\sum_{i \in L} \nabla_p C_i(p, \ell^s(p)) + \sum_{i \in L} \nabla_p C_i(p, \Delta \ell(p)) + a \nabla_p W(p, \ell(p)) = 0 \quad (65)$$

Substituindo (65) em (64), resulta:

$$\nabla_p W_j^0(p, \ell(p)) = \nabla_p C_j^0(p, \ell(p)) \quad (66)$$

Aplicando-se o somatório em (66):

$$\sum_{i \in L} \nabla_p W_j^0(p, \ell(p)) = \sum_{i \in L} \nabla_p C_j^0(p, \ell(p)) \equiv \sum_{i \in L} \nabla_p C_j(p, \ell^s(p)) + \sum_{i \in L} \nabla_p C_i(p, \Delta \ell(p)) \quad (67)$$

Observando-se o primeiro membro de (67), equivale às duas primeiras parcelas de (65). Efetuando-se a substituição, tem-se:

$$\sum_{i \in L} \nabla_p W_i(p, \ell(p)) + a \nabla_p W(p, \ell(p)) = 0 \quad (68)$$

O resultado obtido em (68) representa a estrutura de proteção que deve combinar os resultados obtidos com os procedimentos de otimização das funções dos agentes envolvidos no jogo.

Aplicando-se o teorema e resolvendo o procedimento para a equação (54), como em

(58) - (63), tem-se:

$$W_i(p, \ell(p)) \equiv \hat{\omega}_i \ell_i(p) + \pi_i(p_i, \ell_i(p)) + \alpha_i N(p_i - p_i^*) m_i(p_i) + \alpha_i N \left[\sum_{i=1}^N \mu_i(d_i(p_i)) - \sum_{i=1}^N p_i d_i(p_i) \right] \quad (69)$$

Solucionando-se expressão acima, para o i-ésimo setor, e com a utilização do *lemma de Hotelling*:

$$\frac{\partial W_i(p, \ell(p))}{\partial p_i} = \hat{\omega}_i \frac{\partial \ell_i}{\partial p_i} + y_i(p_i, \ell_i(p_i)) - \alpha_i y_i(p_i, \ell_i(p_i)) + \alpha_i (p_i - p_i^*) m_i'(p_i) \quad (70)$$

Procurando-se a mesma solução para o j-ésimo setor resulta a expressão (71):

$$\frac{\partial W_i(p, \ell(p))}{\partial p_j} = -\alpha_i y_j(p_j, \ell_j(p_j)) + \alpha_i (p_j - p_j^*) m_j'(p_j) \quad (71)$$

A expressão acima resulta de dois fatos importantes: o primeiro deles está relacionado à heterogeneidade do fator trabalho; o segundo, pelo modelo ser fator-específico, anula a parcela similar à expressão que resulta o *lemma de Hotelling*.

Generalizando-se a expressão para a combinação dos resultados de (70) e (71), tem-se:

$$\frac{\partial W_i(p, \ell(p))}{\partial p_j} = \delta_{ij} \hat{\omega}_i \frac{\partial \ell_i}{\partial p_i} + (\delta_{ij} - \alpha_i) y_i(p_j, \ell_j(p_j)) + \alpha_i (p_j - p_j^*) m_j'(p_j) \quad (72)$$

Aplicando o somatório à expressão (72), produz-se um resultado que a compatibilizará com a primeira parcela da expressão (68), seguinte:

$$\sum_{i \in L} \frac{\partial W_i(p, \ell(p))}{\partial p_i} = I \hat{\omega}_i \frac{\partial \ell_i(p_i)}{\partial p_i} + (I - \alpha_L) y_i(p_i, \ell_i(p_i)) + \alpha_i (p_i - p_i^*) m_i'(p_i) = 0 \quad (73)$$

Diferenciando-se a expressão que corresponde à segunda parcela da expressão (68), tem-se:

$$\frac{\partial W(p, \ell(p))}{\partial p_j} = (p_j - p_j^*) m_j'(p_j) = 0 \quad (74)$$

Incluindo-se as expressões (74) e (75) na estrutura de proteção, representada aqui pela expressão (68), chega-se a:

$$I\hat{\omega}_i \frac{\partial \ell_i(p_i)}{\partial p_i} + (I - \alpha_L)y_i(p_i, \ell_i(p_i)) + \alpha_L(p_i - p_i^*)m_i'(p_i) + a(p_i - p_i^*)m_i'(p_i) = 0 \quad (75)$$

Resolvendo-se algebricamente a expressão (75), obtém-se o seguinte resultado:

$$(p_i - p_i^*) = - \frac{I\hat{\omega}_i \frac{\partial \ell_i(p_i)}{\partial p_i}}{(\alpha_L + a)} \frac{1}{m_i'(p_i)} - \frac{(I - \alpha_L)y_i(p_i, \ell_i(p_i))}{(\alpha_L + a)} \frac{1}{m_i'(p_i)} \quad (76)$$

Dividindo-se ambos os lados de (76) por p_i^* , obtém-se a expressão (77), a qual representa a alíquota de importação, a saber:

$$t_i = \frac{(p_i - p_i^*)}{p_i^*} = - \frac{I\hat{\omega}_i \frac{\partial \ell_i(p_i)}{\partial p_i}}{(\alpha_L + a)} \frac{1}{m_i'(p_i)} \frac{1}{p_i^*} - \frac{(I - \alpha_L)y_i(p_i, \ell_i(p_i))}{(\alpha_L + a)} \frac{1}{m_i'(p_i)} \frac{1}{p_i^*} \quad (77)$$

Modificando-se a relação acima, isto é, dividindo-a por $(I + t_i)$, para compatibilizá-la com a equação de Grossman e Helpman(1994), tem-se:

$$\frac{t_i}{I + t_i} = - \frac{(I - \alpha_L) z_i}{(\alpha_L + a) e_i} - \frac{I\hat{\omega}_i \frac{\partial \ell_i(p_i)}{\partial p_i}}{(\alpha_L + a)} \frac{1}{e_i \cdot m_i(p_i)} \quad (78)$$

em que:

t_i = tarifa *ad valorem*;

z_i = relação entre o produto do setor e o volume de importações;

e_i = elasticidade-preço da demanda por importações;

m_i = importações;

ω_i = salário setorial;

p_i = preços domésticos;

a, α_L = parâmetros estruturais do modelo;

I_i = indicador das indústrias representadas por grupos de interesse; e

$\frac{\partial \ell_i(p_i)}{\partial p_i}$ = relação que o nível de emprego mantém com as tarifas, dados os salários.

A solução para a estrutura acima³³ em nada altera o procedimento desenvolvido por Grossman e Helpman (1994), que foi extraído das contribuições de Bernheim e Whinston(1986a,b, 1987) e Bernheim *et al.* (1987).

Comparando-se o resultado da equação (78) e a equação (47), verifica-se que a diferença está no comportamento do nível de emprego, ou seja, como a variável se relaciona com a determinação do nível de proteção.

Este resultado apresenta duas modificações importantes em relação ao modelo original. A primeira delas está na consideração da relação que uma variável política, representada pela relação que o emprego mantém com os preços, na determinação da tarifa. A outra está na observação dos salários setoriais, cuja variável não aparece no modelo original. Tal fato, porém, é de importância ímpar uma vez que setores com sindicatos bem estruturados têm alcançado elevados níveis de proteção, a despeito do baixo valor adicionado relativo que apresentam.

O resultado satisfaz a condição de que a expressão de Grossman e Helpman (1994) é menor que o resultado obtido, tomando-se a elasticidade-preço da demanda como negativa, quando o nível de emprego é considerado no modelo. Logo, outras variáveis como o nível de emprego, o salário setorial, as importações, entre outras, são relevantes na determinação da proteção endógena.

Este resultado abre um conjunto de possibilidades importantes na análise da proteção endógena. São elas:

- i) postula que alguns setores, embora não tenham uma estrutura organizacional influente, podem obter proteção via atuação de sindicatos;
- ii) se no modelo original o nível das contribuições não entra na expressão fundamental do modelo, no resultado expresso pela equação (58) tem-se que os salários são variáveis relevantes na determinação da alíquota ótima, além das variáveis elencadas pelo modelo original; e
- iii) o jogo proposto abre espaço para a ação interventora do governo, quando este estabelece uma meta de emprego setorial. Esta ilustração tem sido fundamental para se vislumbrar o comportamento dos governos na proteção de setores que empregam grandes quantidades de mão-de-obra como a indústria têxtil e a

³³ Ver apêndice matemático para a demonstração dos resultados.

indústria calçadista.

Deve-se então propor a solução para o terceiro estágio. Duas possibilidades são recorrentes, apesar das restrições observadas localmente: a primeira é a guerra comercial entre países. Nesta situação, há a possibilidade de um país abrir uma guerra comercial com o seu vizinho, pois dadas as condições inerentes em cada setor, principalmente no que tange às características e à similaridade de suas estruturas produtivas, a coalizão regional seria impossibilitada em função dos interesses locais serem superiores aos regionais. Este resultado se assemelha à solução do tipo *Cournot-Nash*; a segunda possibilidade está na cooperação, que é a solução *Pareto* ótima. Tem-se, neste caso, a situação quando os países agregam suas estruturas produtivas e acabam determinando uma estrutura de proteção ótima, a qual será comparada com a TEC. Os possíveis desvios da TEC, no sentido da proteção ótima ser superior a ela, resultariam ou na criação de mecanismos de correção, através de incentivos financeiros, ou na criação de listas de exceção à TEC.

Há uma possibilidade, a qual foi contemplada por Motta (2002), que é a solução de Stackelberg para o modelo. O sentido da proposta consta da determinação de uma solução ótima para um país, que será denominado líder local, e a posterior otimização do país seguidor. Este resultado é aqui descartado em função do processo de integração observar um conjunto de regras quanto aos regimes de exceção, regras de origem e salvaguardas, possibilitados nas regras da Organização Mundial do Comércio(OMC) para a criação de Acordos Regionais de Comércio.

2.2.4.2 O Caso da Cooperação Bilateral

Considerando-se metas locais de emprego, o problema da barganha bilateral envolve um conjunto de restrições que deverão ser observadas, cita-se:

- (i) se o *i*-ésimo setor for um exportador tradicional, a solução cooperativa deve, ainda, apresentar condições para que sejam observadas duas possíveis situações:
 - (i.a) o superávit naquele setor deve ser mantido, tanto ao nível regional quanto intraregional; e
 - (i.b) o volume exportado tem que ser elevado e não reduzido.
- (ii) se os setores não forem exportadores tradicionais não pode haver restrições quanto ao processo de integração, principalmente no que se refere ao desvio de

comércio; e

- (iii) distorções nos preços modificam a expressão da alíquota endógena de equilíbrio, na parcela relativa ao salário real.

Dado que os países individualmente estipulam alíquotas endógenas, como na expressão (78), tem-se que a criação de uma TEC implicará a especificação de uma expressão que imporá restrições ao desvio da TEC.

Tendo-se, portanto, a Argentina e o Brasil, discriminados como países A e B, e tomando-se a expressão (78), a qual foi solucionada pelos agentes ao nível local, para $H = A, B$, torna:

$$\frac{t_i^H}{1+t_i^H} = - \frac{(I^H - \alpha_L^H) z_i^H}{(\alpha_L^H + a^H) e_i^H} - \frac{I^H \sum_{i \in L} \left(\hat{\omega}_i^H \frac{\partial \ell_i^H(p_i^H)}{\partial p_i^H} \right)}{(\alpha_L^H + a^H) e_i^H m_i^H(p_i^H)} \quad (79)$$

Como a expressão (79) representa a solução local, deve-se considerar a restrição conjunta, isto é, a cooperação entre a Argentina e o Brasil. Logo, a solução do problema consiste na agregação das funções de bem-estar dos governos para a sua respectiva otimização. Este resultado, correspondente ao terceiro estágio, produz a solução de equilíbrio, a qual será compatibilizada com a TEC ao serem observadas algumas restrições.

Do conjunto de restrições a serem observadas, deve-se levar em conta que a solução cooperativa pressupõe uma divisão *à posteriori* do nível de produção, bem como da receita tarifária entre os países. Havendo, ainda, desigualdade na produtividade marginal do trabalho, o impacto da TEC será diferenciado entre os países.

Assim, devem ser observadas as seguintes identidades:

$$z_i = \frac{z_i^A + z_i^B}{2} = \frac{y_i^A}{m_i^A} + \frac{y_i^B}{m_i^B} \quad (80)$$

$$\sum_{i \in L} \left(\hat{\omega}_i^A \frac{\partial \ell_i^A(p_i^A)}{\partial p_i^A} \right) \geq \sum_{i \in L} \left(\hat{\omega}_i^B \frac{\partial \ell_i^B(p_i^B)}{\partial p_i^B} \right) \text{ ou } \sum_{i \in L} \left(\hat{\omega}_i^A \frac{\partial \ell_i^A(p_i^A)}{\partial p_i^A} \right) < \sum_{i \in L} \left(\hat{\omega}_i^B \frac{\partial \ell_i^B(p_i^B)}{\partial p_i^B} \right) \quad (81)$$

$$e_i^A \geq e_i^B \text{ ou } e_i^A < e_i^B \quad (82)$$

As variáveis relacionadas em (80) - (82) influenciam setorialmente as economias locais dependendo das magnitudes das variáveis contempladas. O resultado, isto é, o impacto da determinação da TEC, dependerá da relação que as variáveis locais têm com as variáveis agregadas. De início pode-se afirmar que setores cujas alíquotas, determinadas endogenamente, forem superiores à TEC serão prejudicados pelo acordo. Semelhantemente, o processo de adequação à TEC deve levar em conta setores que dependem fortemente de insumos importados. Esta análise foi contemplada na variante do modelo criada por McCalman (2000). Portanto, tais setores, em geral, são beneficiados por regimes do tipo *drawback* e demais incentivos fiscais.

Após a exclusão de setores importantes no processo de integração, analisado empiricamente por Gawande *et al.*(2002), a relação de superávit na balança comercial tem que ser mantida, tanto intra quanto extrabloco, principalmente em função do papel político dos setores tradicionais da economia. Então, a relação se restringe à integração via balança comercial e é a seguinte:

$$\sum_{i=1}^{\bar{N}} (\hat{x}_i^H - \hat{m}_i^H) + \sum_{i=1}^{\bar{N}} (\hat{x}_i^{H*} - \hat{m}_i^{H*})^* \geq \sum_{i=1}^{\bar{N}} (x_i^H - m_i^H) + \sum_{i=1}^{\bar{N}} (x_i^{H*} - m_i^{H*})^* \quad (83)$$

As variáveis com chapéu se referem às exportações, discriminadas como x , e às importações, discriminadas como m , no período pós-acordo. Ainda, os sobrescritos com asteriscos se referem ao comércio extrabloco.

Tomando-se os setores excluídos como um conjunto Γ e, denominado os setores pelo indicador j , tal que o setor excluído pode ser separado na equação (83), tem-se:

$$\begin{aligned} & \sum_{\substack{i \neq j \\ i \notin \Gamma}}^{\bar{N}} (\hat{x}_i^H - \hat{m}_i^H) + \sum_{j \in \Gamma} (\hat{x}_j^H - \hat{m}_j^H) + \sum_{\substack{i \neq j \\ i \notin \Gamma}}^{\bar{N}} (\hat{x}_i^{H*} - \hat{m}_i^{H*})^* + \sum_{j \in \Gamma} (\hat{x}_j^{H*} - \hat{m}_j^{H*})^* \geq \\ & \geq \sum_{\substack{i \neq j \\ i \notin \Gamma}}^{\bar{N}} (x_i^H - m_i^H) + \sum_{j \in \Gamma} (x_j^H - m_j^H) + \sum_{\substack{i \neq j \\ i \notin \Gamma}}^{\bar{N}} (x_i^{H*} - m_i^{H*})^* + \sum_{j \in \Gamma} (x_j^{H*} - m_j^{H*})^* \end{aligned} \quad (84)$$

Outra variável importante e que tem sido pouco explorada no modelo original, e em suas variantes, é o resultado da balança comercial. Em geral, pode-se afirmar, com base na equação (84) que a condição tem que ser observada na análise. Logo, os testes empíricos devem contemplar a tradição dos setores das economias locais, mesmo nos resultados cooperativos.

2.3 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A literatura econômica da teoria da proteção, baseada na instrumentalidade das tarifas, das quotas e das barreiras comerciais, apresenta o mecanismo de mercado, a partir da identificação dos níveis de preços, como o indicador determinante da proteção.

Como evidenciado na seção 2, principalmente nas subseções 2.1.1 a 2.1.5, os modelos apresentam como alternativa ao mecanismo de mercado, a especificação de estruturas baseadas na escolha de tarifa através da votação. Esta característica tem sido profícua na literatura econômica, pois uma vez que os economistas advoguem o livre mercado como o resultado que gera o máximo de bem-estar, os políticos, por outro lado, tomando o mecanismo de votação, apresentam soluções protecionistas.

No conjunto de modelos resenhados, portanto, observa-se o estabelecimento de uma relação linear entre as tarifas e as contribuições dos grupos de interesse de maneira competitiva. Aquelas abordagens, também, procuram relacionar os agentes econômicos de maneira sistêmica e ambígua. Ainda, tem-se que, na abordagem do eleitor mediano a escolha das tarifas é baseada na tarifa mediana proposta pelo conjunto de agentes.

Finalmente, o modelo mais profícuo, desenvolvido por Grossman e Helpman (1994), propõe a derivação dos princípios das contribuições de campanha em uma estrutura bem próxima de uma estrutura geral.

Sendo assim, a utilização do instrumental de teoria dos jogos tem sido o referencial para a modelagem do problema. No caso aqui analisado, dois parceiros comerciais, no caso a Argentina e o Brasil, devem respeitar características estruturais inerentes aos seus mercados domésticos em um procedimento de barganha bilateral. Logo, tomando-se a estrutura desenvolvida e ampliada por Grossman e Helpman (1994, 1995a, b) ao processo de barganha, realizado em dois estágios, parece ser o instrumento adequado uma vez que no primeiro tem-se a votação, ou o seu substituto representado pelas contribuições de campanha, no segundo a especificação de uma relação entre os governos na qual são tomadas informações relacionadas à economia local. Conclui-se que o conhecimento da tradição setorial dos países, bem como os saldos comerciais setoriais e agregados, representam a condição sine qua non para a implementação de um acordo bilateral.

A alternativa apresentada, portanto, leva em conta, na especificação do modelo estruturado, a variável emprego setorial, a qual apresenta o efeito das tarifas no emprego e uma relação linear entre os salários e as tarifas. Nota-se na literatura que a comprovação

empírica da relação entre os salários e as tarifas, para o caso brasileiro, é uma questão em aberto.

Diante da estrutura proposta, é possível a inferência sobre a relação entre salários e tarifas, apresentada por Feenstra e Bhagwati (1983) na forma de um jogo dinâmico entre o governo e os sindicatos. Ainda, a inclusão na análise de setores mais trabalho-intensivo sem a referência a critérios técnicos relacionados à produtividade pode ser contemplada.

O que possibilita e valida a proposição é o conteúdo apresentado no Ensaio 1, relativo ao contencioso do Mercosul. Naquele contencioso foram observadas as demandas de setores, principalmente setores trabalho-intensivo. Ainda, a adoção de regimes cambiais paritários, ou próximos, implicaram numa elevação das importações, mesmo de produtos trabalho-intensivo gerando demandas por proteção, sejam elas via barreiras tarifárias, subsídios, medidas de salvaguarda ou anti-dumping, dependendo do setor e da situação.

Deve-se, ainda, aventar a possibilidade de análise do impacto do controle de preços no modelo, principalmente no que concerne tanto à taxa de câmbio, quanto à equação fundamental é extraída de um jogo entre os governos locais. A análise dos superávits comerciais também é de importância ímpar.

ENSAIO 3

***RESULTADOS EMPÍRICOS PARA A TEORIA DA
POLÍTICA COMERCIAL ENDÓGENA: EVIDÊNCIAS PARA O
BRASIL***

ENSAIO 3 RESULTADOS EMPÍRICOS PARA A TEORIA DA POLÍTICA COMERCIAL ENDÓGENA: EVIDÊNCIAS PARA O BRASIL

A combinação de modelos teóricos com testes empíricos tem feito com que se questione ou se corrobore hipóteses e teoremas importantes na literatura econômica de comércio internacional.

Como avaliado no Ensaio anterior, tem-se observado a ampla produção científica com o intuito de se comprovar a endogeneidade da política comercial. Segundo Bunge (1974), quando uma teoria atravessa a fase dos testes empíricos rigorosos, é verificada a sua relevância para a literatura.

A hipótese de proteção endógena tem sido sugerida para a economia brasileira a partir dos trabalhos de Calfat *et al.* (2000) e Ferreira (2001). Entretanto, a proposta dos primeiros autores se circunscreve à identificação parcial dos parâmetros estruturais do modelo de Grossman e Helpman (1994). Aqueles autores, baseando-se nas informações relativas aos países do Mercosul, tomaram como base as barreiras não-tarifárias e uma estrutura do tipo *cross-section*.

O segundo autor, por sua vez, atribui papel importante à identificação dos sinais da abertura comercial sobre a produtividade alegando, para tal, que os setores protegidos não respondem satisfatoriamente ao progresso tecnológico, caracterizando com isso a proteção endógena vigente na economia brasileira. A abordagem daquele autor foi baseada na metodologia de dados de painel. Entretanto, não foi estruturada na abordagem sugerida por Grossman e Helpman (1994).

Verifica-se, contudo, a necessidade de se combinar o arcabouço de Grossman e Helpman com a metodologia de dados de painel.

Dentre os objetivos do presente Ensaio destacam-se a identificação da proteção endógena para a especificação do modelo *Protection for Sale*, o teste de uma especificação alternativa, elaborada no Ensaio 2, e o teste de um modelo *ad hoc*. Logo, além da combinação arcabouço do modelo *Protection for Sale* e dados de painel, o presente Ensaio procura evidenciar a importância da estrutura do modelo de Grossman e Helpman, bem como a possibilidade de se considerar outras variáveis relevantes como o nível de emprego setorial,

os salários setoriais e o volume de importações, consideradas em modelos *ad hoc*, e que podem ser derivadas no arcabouço desenvolvido por Grossman e Helpman.

Ao se buscar uma especificação alternativa para o modelo de Grossman e Helpman (1994) objetiva-se contemplar o papel do governo na determinação de metas importantes como o nível de emprego setorial, o volume de arrecadação do imposto de importação e, ainda, a possível interferência de sindicatos patronais na determinação da estrutura de proteção, análogo ao proposto no modelo da Função de Formação das Tarifas, elaborado por Feenstra e Bhagwati (1983).

Desta forma, pretende-se contribuir para a verificação da “hipótese de endogeneidade da política comercial brasileira” a partir do teste empírico de três modelos, a saber: o modelo original, o modelo modificado e o modelo *ad hoc*. A análise compreende o período de 1991-1998 que cobre o processo de abertura comercial e a inclusão do País no Mercosul. Logo, na seção 1 são apresentadas considerações gerais sobre os testes empíricos da teoria da proteção endógena, com ênfase nas estruturas metodológicas dos trabalhos; na seção 2 são apresentadas as dificuldades teóricas econométricas do trabalho de Grossman e Helpman (1994); na seção 3 é apresentada a metodologia do trabalho empírico; na penúltima seção, foram sintetizados os resultados e discussão sobre hipótese de proteção endógena para a economia brasileira, bem como as alternativas de especificação; finalmente, são apresentadas considerações conclusivas sobre o tema.

3.1 RESULTADOS EMPÍRICOS COM MODELOS DE POLÍTICA COMERCIAL ENDÓGENA¹

Os principais resultados empíricos que dão suporte aos modelos de proteção endógena, ou seja, que corroboram ou sustentam, ao menos em parte, as hipóteses e proposições teóricas formalizadas ou previstas em algumas especificações econométricas são divididos em dois grupos. O primeiro deles formam os modelos *ad hoc*² não-alinhados com a estrutura proposta por Grossman e Helpman (1994) – modelo *Protection for Sale*(PS), a saber:

¹ Gawande e Krishna(2001) resenharam alguns trabalhos empíricos sobre o tema proteção endógena.

² Os modelos *ad hoc* são os modelos que não são derivados de estruturas analíticas. Aqueles modelos resultam da arbitrariedade dos autores, ou da observação de um conjunto de suposições teóricas sobre a relação entre a variável dependente e as variáveis independentes, sendo portanto modelos da forma reduzida. Os modelos que não são especificados daquela forma são denominados modelos estruturais ou microfundamentados. Estes são derivados de alguma estrutura analítica consistente que justifica a relação entre as variáveis. Como exemplo cita-se o modelo de Grossman e Helpman (1994).

Pincus (1975), Caves (1976), Trefler (1993), Olarreaga e Soloaga (1998), Bohara *et al.*(2001) e Ferreira(2001); o segundo, por sua vez, baseia-se na estrutura de PROTECTION FOR SALE, são eles: Goldberg e Maggi (1999), Gawande e Bandyopadhyay(2000), McCalman(2000), Calfat *et al.*(2000), Gawande *et al.*(2002), Krishna *et al.*(2002) e Mitra *et al.*(2002), Eicher e Osang(2002)³.

3.1.1 Os Modelos *Ad Hoc*

Pincus (1975) construiu um modelo *ad hoc* para estudar o *Tariff Act de 1824* para os Estados Unidos. No trabalho⁴, o autor desenvolveu uma teoria econômica da efetividade da pressão dos grupos de interesse em determinar a estrutura das tarifas e efetuou testes através de análise de regressão.

Um dos aspectos importantes do trabalho é que ele incorporou a representação geográfica do sistema eleitoral norte-americano, visando a identificação do poder de barganha dos grupos de interesse. Na verdade, como a variável pressão não pode ser mensurada, o autor utilizou *proxies* que, ao menos hipoteticamente, poderiam explicá-la. O problema é que a proposta conduz a certos problemas de interpretação. As variáveis do modelo foram divididas em quatro grandes grupos, a saber:

- (i) tamanho do produto industrial e oposição parlamentar;
- (ii) número de insumos e suas tarifas;
- (iii) variáveis dos grupos de pressão; e
- (iv) congressistas e senadores.

Os resultados apontaram para o fato de que o *Tariff Act* foi o resultado de interesses econômicos diversos e não dos princípios gerais divulgados pelo pensamento libertário norte-americano.

A proposta de Caves (1976) diverge do autor anterior por considerar a avaliação de três modelos políticos distintos, que deveriam explicar o padrão da proteção tarifária da indústria manufatureira canadense. Para isto, a sua estrutura foi baseada no comportamento político para a determinação da estrutura tarifária através dos seguintes modelos:

³ Ver a Tabela 1, para um síntese dos modelos estruturados na abordagem proposta por Grossman e Helpman (1994).

⁴ As variáveis utilizadas pelo autor foram listadas no Apêndice B da página 777 do artigo original.

- (a) Modelo I : Concentra-se no comportamento do governo incumbente que visa a maximização da possibilidade de reeleição;
- (b) Modelo II: enfatiza o papel dos grupos de interesse; e
- (c) Modelo III: concentra-se no papel da tarifa em mudar a alocação dos recursos no Canadá.

Os testes estatísticos⁵ produziram resultados com pouca significância estatística ficando, portanto, sujeitos a interpretações paradoxais quanto à endogeneidade da política comercial. Na análise observou-se que os modelos com o agente governo, que evidenciam o papel por ele exercido na determinação da estrutura de proteção, e das tarifas, que alteram a alocação de recursos na economia, não foram significativos. Entretanto, o trabalho corrobora o modelo de grupos de interesse que apresentou maior poder explicativo para o ano de 1963.

Com base em uma estrutura *ad hoc*, similar à dos autores anteriores, Trefler (1993), objetivando identificar os condicionantes da endogeneidade da proteção tarifária, estabeleceu a proposição de que a penetração das importações é um importante determinante do nível de proteção.

A motivação, e a lógica do modelo de Trefler⁶, está na observação de que com a ausência da penetração das importações como variável relevante, o impacto da liberalização comercial é viesado para baixo. Logo, haveria a necessidade de se especificar um sistema de equações simultâneas entre as importações e as barreiras não-tarifárias(BNT's). O objetivo da estrutura, portanto, está em capturar o impacto negativo das BNT's nas importações e, inversamente, o impacto positivo das importações nas BNT's.

O autor conclui que, em resposta a um aumento da competitividade das importações, o interesse doméstico intensificaria a sua atividade de *lobby* para a proteção.

A contribuição de Olarreaga e Soloaga (1998), também apresentou resultados consistentes com a teoria de proteção endógena. Sua contribuição foi direcionada para os períodos de 1987-1993 e 1995-1996 para o Mercosul. O modelo por eles especificado é

⁵ As variáveis foram listadas na página 286 do artigo. São elas: valor adicionado por trabalhador; percentual de indústrias transportadoras; eficiência de escala mínima; custo de transporte de caminhões; percentual de empregados residentes fora de Quebec; concentração dos compradores; crescimento da indústria; um menos a especialização da indústria; percentual de trabalhadores não-produtivos; valor adicionado por trabalhados nos EUA; valor adicionado na indústria(valor do transporte); e taxa efetiva de proteção.

⁶ Os regressores do modelo compreendem, ainda, variáveis como a concentração e o número de vendedores e compradores, escala, estoque de capital, concentração geográfica, entre outras.

constituído por três conjuntos de regressões para os países-membro do Acordo. A primeira equação versa sobre a tarifa externa comum (TEC), sendo esta explicada por variáveis políticas estimadas; a segunda relaciona a tarifa extra-bloco e a TEC, cuja relação é explicada pela distribuição da variável política entre os setores e entre os países signatários; finalmente, a última explicita a tarifa intra-bloco em função da variável política e da criação de comércio.

Utilizando-se o método de mínimos quadrados generalizados, os autores constataram que as barreiras ao livre comércio tendem a ser maior nos setores que criam comércio.

Outro trabalho destinado à análise do Mercosul foi idealizado pelos autores Bohara *et al.* (2001). Estes analisaram a hipótese de Richardson (1993), segundo a qual a adoção de uma TEC para um Mercado Comum apresenta uma série de condicionantes pelos quais os efeitos do desvio de comércio são verificados. Testaram empiricamente, via mínimos quadrados generalizados, os dados do Mercosul para os anos de 1991, 1993 e 1996, concluindo que:

- a) há a possibilidade de simultaneidade entre as mudanças na tarifa externa e importações internas por algum bem;
- b) o principal efeito de mudanças é encontrado nos setores excluídos; e
- c) o principal efeito é, ainda, o resultado da transição das tarifas externas de alguns bens para o regime da TEC.

Finalmente, o trabalho idealizado por Ferreira (2001) apresenta evidências para a teoria da proteção endógena na economia brasileira. O autor, utilizando-se de técnicas de painel para efeitos fixos ponderados, analisados no período de 1985-1997, encontra evidências para a hipótese de proteção endógena ao observar os sinais especificados na Tabela 8 daquele trabalho (Ferreira, 2001:24). Ainda, o autor reitera que as indústrias que experimentaram um grau de abertura no início da década de 1990, apresentaram um crescimento na produtividade maior do que aquelas que permaneceram protegidas.

No que tange à inclusão da penetração das importações, as contribuições empíricas resenhadas revelam que:

- i) como os modelos são estáticos, infere-se que o baixo grau de penetração das importações resulta em elevadas tarifas. Esta é uma especificação que não leva em conta o processo de determinação da alíquota e como o grau de penetração a influenciou ao longo do tempo. Ao menos, parece ter sido esta a preocupação de Trefler (1993) ao evidenciar o caráter causal entre as alíquotas e as

importações em um sistema de equações simultâneas;

- ii) a evidência de causa e efeito, que não é considerada na teoria da política endógena, deve ser capturada nos testes empíricos. A viabilização do teste é feita através do uso de variáveis instrumentais;
- iii) a literatura contrasta o uso de tarifas e outras barreiras não-tarifárias com o grau de penetração das importações abrindo a possibilidade para interpretações errôneas uma vez que o modelo original estabelece a relação para alíquotas *ad valorem* e não restrições não-tarifárias ao comércio.

Ainda, o item (iii) foi analisado por Maggi e Rodríguez-Clare (1998). O modelo dos autores prediz que o nível de proteção se eleva com a penetração da importação, ambos em setores que são protegidos com tarifas e em setores que são protegidos com restrições quantitativas. Esse aspecto qualifica o uso da variável para explicar a proteção endógena.

Concluindo-se que a penetração das importações é uma variável importante na explicação da endogeneidade da estrutura tarifária, as contribuições baseadas na formulação de um jogo relativo à barganha por proteção passaram a predominar na literatura de política comercial, conforme mostram Gawande e Krishna(2001). Aqueles trabalhos recentes têm caracterizado a contribuição de Grossman e Helpman (1994) como um marco paradigmático em virtude da parcimônia na explicação da endogeneidade da política comercial.

3.1.2 O Marco Paradigmático de *Protection for Sale*

Os resultados teóricos, indicados por Grossman e Helpman (1994), apresentaram uma nova linha teórica de proposições acerca da endogeneidade da política tarifária. Embora a literatura procure generalizar a teoria da política endógena, somente a partir da abordagem daqueles autores é que foram possibilitados testes empíricos rigorosos, direcionados para a teoria do comércio internacional.

Tabela 1 Resultados Empíricos para o Modelo *Protection for Sale*

| | | | | | |
|-------------|---|--|---|--|--|
| Autor: | Goldberg e Maggi (1999) | Gawande e Bandyopadhyay(2000) | McCalman(2000) | Calfat <i>et al.</i> (2000) | Gawande <i>et al.</i> (2002) |
| País(es): | Estados Unidos | Estados Unidos | Austrália | Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai | Argentina e Brasil |
| Dados: | Barreiras Não-Tarifárias(BNT) SIC-3 dígitos (1983) | Barreiras Não-Tarifárias(BNT) SIC-4 dígitos (1983) | Tarifas SIC-3 dígitos (1968-1968 e 1991-1992) | Tarifas SIC-3 dígitos (1996) | Tarifas e BNT's – Sistema Harmonizado 6 dígitos (1992:1 – 1994:4) |
| Método: | Modelo Tobit com duplo censosamento (BNT e Indicador de Organização) | Mínimos Quadrados em Dois Estágios(MQ2E) | Mínimos Quadrados em Dois Estágios(MQ2E) | Mínimos Quadrados em Três Estágios(MQ3E) | Modelo Probit |
| Conclusões: | As predições do Modelo Protection for Sale(PROTECTION FOR SALE) são consistentes com os dados, incluindo-se a identificação dos parâmetros estruturais do modelo.. | A estrutura do modelo PROTECTION FOR SALE é respondida satisfatoriamente pelo teste empírico podendo substituir as implicações propostas pelos principais modelos <i>ad hoc</i> da literatura tradicional. | O modelo PROTECTION FOR SALE permitiu a identificação dos parâmetros estruturais em ambos os períodos de análise. Concluiu-se que a abertura comercial fez com que o percentual da população organizada em um grupo de interesse se elevasse. | Os resultados foram significativos para o Brasil e para o Uruguai. | Conclui-se que o modelo PROTECTION FOR SALE é fraco para o teste de exclusão comercial, isto é, o modelo não consegue explicar porque alguns setores foram excluídos da TEC. |
| Autor: | Mitra <i>et al.</i> (2002) | Krishna <i>et al.</i> (2002) | Eicher e Osang(2002) | | |
| País(es): | Turquia | Estados Unidos | Estados Unidos | | |
| Dados: | Tarifas e BNT (1983-1990) – 4 períodos | Tarifas SIC-4 dígitos (1978-1979 e 1981-1982) | BNT-3 dígitos (1983) | | |
| Método: | Mínimos Quadrados Não-Lineares em Dois Estágios(MQNL2E) e Método dos Momentos Generalizados (MMG) | Mínimos Quadrados Generalizados – Variáveis Instrumentais (MQG-VI) | Estimação Tobit com o uso de variáveis instrumentais e o test-J para a comparação entre os modelos | | |
| Conclusões: | Os resultados são análogos aos dos trabalhos anteriores, no que se refere à performance do modelo PROTECTION FOR SALE. Ainda, concluiu-se que a ponderação da função de bem-estar durante a democracia é maior. | Conclui-se que o modelo PROTECTION FOR SALE, modificado para a inclusão da influência dos <i>lobbies</i> externos, é robusto e estatisticamente significativo. | Encontra-se evidência para a superioridade do modelo PROTECTION FOR SALE, comparado com a abordagem da Função de Formação da Tarifa. | | |

Standard Industrial Classification (SIC)

Fonte: Informações organizadas pelo autor.

Na seção 2.1.5, do Ensaio 2, resenhou-se algumas contribuições derivadas do trabalho de Grossman e Helpman (1994), as quais consideram as seguintes modificações: a ampliação dos agentes envolvidos na barganha, a formulação de acordos de livre comércio com simetria, a formulação de acordos de livre comércio com assimetria e a participação de *lobbies* estrangeiros no cenário doméstico⁷. Além daquelas contribuições, pode-se incluir a contribuição de Mitra (1999), a qual reformula o modelo original expressando a endogeneidade dos *lobbies*.

É possível dividir as modificações e testes empíricos relacionados à contribuição de Grossman e Helpman em duas categorias, a saber: a primeira delas, ilustrada na Tabela 1, deste Ensaio, mostra os principais trabalhos empíricos derivados do modelo; a segunda, entretanto, apresenta algumas derivações analíticas do modelo para posterior teste empírico. Este último aspecto reitera a importância da proposta do presente trabalho ao possibilitar a inclusão de uma variável de intervenção do governo e de outros possíveis agentes.

Conforme a Tabela 1, verifica-se que o pioneirismo do tratamento empírico deveu-se ao trabalho original de Goldberg e Maggi (1999). Os autores verificaram que as predições do modelo *Protection for Sale* eram consistentes com os dados da economia norte-americana no ano de 1983. Os autores identificaram, também, os parâmetros do modelo estrutural em sua formulação original.

Os autores ainda testaram se a inclusão de outras variáveis, as quais eram importantes em modelos *ad hoc*, elevariam ou não o poder explicativo do modelo. Tais variáveis se relacionam com as equações de barreiras tarifárias e não-tarifárias (taxa de emprego, taxa de desemprego setorial, sindicalização, mudanças na penetração das importações e concentração de compradores e vendedores, entre outras).

Algebricamente, o modelo econométrico testado por Goldberg e Maggi (1999) baseou-se na equação (1), que representa a estrutura do modelo original, a saber:

$$y_{it}^* = \frac{t_{it}^*}{1 + t_{it}^*} = - \frac{I_i - \alpha_L}{\frac{\beta}{1 - \beta} + \alpha_L} \frac{z_{it}}{e_{it}} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

⁷ Ver Gawande e Bandyopadhyay(2000).

em que:

$$y_i^* = \frac{t_i^*}{1+t_i^*} \text{ relação para a alíquota de importação } ad \text{ valorem};$$

$$\delta = \frac{I_i}{\frac{\beta}{1-\beta} + \alpha_L}; \gamma = -\frac{\alpha_L}{\left(\frac{\beta}{1-\beta}\right) + \alpha_L}; \text{ parâmetros da equação};$$

z_{ii} e e_{ii} = o inverso da penetração das importações e a elasticidade-preço da demanda por importações, respectivamente; e

$$I_i, \alpha_L \text{ e } \frac{\beta}{1-\beta} = a : \text{parâmetros estruturais do modelo (indicador de organização$$

setorial, percentual da população eleitoral representada por um grupo de interesse e ponderação que o governo atribui ao bem-estar social.

Os autores encontraram um conjunto considerável de problemas relacionados à estimação da equação (1). A primeira delas baseava-se na escolha entre barreiras tarifárias e não-tarifárias em função da disponibilidade de informações estatísticas adequadas. Com a escolha de barreiras não-tarifárias foi necessária a definição do nível de cobertura. Logo, a equação (2) expressa os três possíveis níveis de cobertura estabelecidos pelos autores, a saber:

$$t_i = \begin{cases} \frac{1}{\mu} t_i^*, & 0 < t_i^* < \mu \\ 0 & t_i^* \leq 0 \\ 1 & t_i^* \geq \mu \end{cases} \quad (2)$$

O parâmetro μ é representado por três possíveis valores: $\mu=1$, $\mu=2$ e $\mu=3$, respectivamente.

A segunda dificuldade estava na especificação da variável indicador, conforme a expressão (3):

$$I_i = \begin{cases} 1 & I_i^* > 0 \\ 0 & I_i^* \leq 0 \end{cases} \quad (3)$$

A variável foi estimada com base na especificação (4):

$$I_i^* = \zeta_2' Z_{1i} + \mu_{1i} \quad (4)$$

em que:

Z_{1i} = vetor de variáveis utilizadas para a identificação da variável latente I_i .

Aquele procedimento foi o mesmo empregado para o inverso da penetração das importações, a seguir:

$$z_i = \zeta_2' \mathbf{Z}_{2i} + \mu_{2i} \quad (5)$$

em que:

\mathbf{Z}_{2i} = vetor de variáveis utilizadas para a identificação da variável

z_i . Observa-se que $\mathbf{Z}_{1i} = \mathbf{Z}_{2i}$ e os erros são normalmente distribuídos.

A equação de proteção foi especificada como um modelo Tobit⁸ com duplo censoramento⁹ (baseado na variável dependente e no parâmetro relacionado à variável I_i). Os autores observaram três benefícios da abordagem. São eles:

- i) a estrutura do modelo *Protection for Sale* está sujeita a testes empíricos rigorosos;
- ii) a estimativa de parâmetros estruturais é possibilitada como alternativa às tentativas de determinação dos parâmetros em modelos de equilíbrio geral computável; e
- iii) a estrutura é parcimoniosa e gera os resultados esperados pela literatura.

Conforme a equação (1), as estimativas, relacionadas aos sinais dos coeficientes estimados, e aos valores dos parâmetros estruturais do modelo, viabilizaram a inserção do modelo de Grossman e Helpman como importante marco paradigmático na literatura de comércio internacional.

A especificação foi, ainda, testada para a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, por Calfat *et al.*(2000). Aqueles autores concluíram, utilizando-se do método de Mínimos Quadrados em Três Estágios (MQ3E), que o modelo, conforme a Tabela 1, também se aplica ao caso do Mercosul pois os resultados parciais permitiram a identificação dos sinais adequados para o Brasil e para o Uruguai. Ainda, foram identificados, para o ano de 1996, a proporção da população votante que é representada por um grupo de interesse no Brasil e no Uruguai, com os valores de α_L iguais a 0,67 e 0,86, respectivamente.

Da mesma maneira, o teste de Eicher e Osang(2002), também aplicado à economia norte-americana, para o ano de 1983, atestou que o modelo *Protection for Sale* é superior ao

⁸ Greene (1997: capítulo 20)

⁹ Ver capítulo 19 de Greene (1997).

modelo de Função de Formação da Tarifa, apresentado no Ensaio 2. Os autores estimaram um modelo Tobit e realizam o teste não-aninhado de Davidson e MacKinnon (teste-J) para a comprovação.

Finalmente, o conservadorismo do uso da equação original, também produziu resultados favoráveis para a Turquia. Mitra *et al.* (2002) aplicaram o modelo original, conforme a Tabela 1, para os períodos de 1983-1990 e verificaram que, com o uso de Mínimos Quadrados Não-Lineares em Dois Estágios (MQNL2E) e o Método dos Momentos Generalizados (MMG), o período em que o governo turco era democrático houve uma ponderação maior da função de bem estar-social, em detrimento de um valor inferior para o período relacionado ao regime de exceção.

As mudanças na especificação do modelo original permitiram a inclusão de uma série de variantes do modelo relacionadas à inclusão de variáveis teoricamente consideradas relevantes. Destaca-se, inicialmente, os trabalhos de Gawande e Bandyopadhyay (2000) e McCalman (2000) por sua similaridade. A especificação proposta por Gawande e Bandyopadhyay (2000), e utilizada por McCalman (2000), é a seguinte:

$$\frac{t_i}{1+t_i} = \frac{I_i - \alpha_L - \alpha_X}{a + \alpha_L + \alpha_X} \frac{z_i}{e_i} + \frac{p_X^*}{e_i m_i} \frac{\partial m_X}{\partial p_i} t_X \quad (6)$$

em que:

I_i = variável indicador relacionada à organização ou não do setor (0, setor não-organizado e 1 = setor organizado);

α_L = fração da população votante, que atua no setor de bens finais, organizada em grupo de interesse;

α_X = fração da população votante, que atua no setor de bens intermediários, organizada em um grupo de interesse;

z_i = inverso da penetração das importações;

e_i = elasticidade-preço da demanda por importações;

p_X^* = preços internacionais dos bens intermediários;

m_i = importações;

$\partial m_X / \partial p_i$ = variação na importação do insumo intermediário dada uma variação nos preços do bem de consumo final; e

t_X = alíquota de importação do bem intermediário.

Os resultados, considerados em função da significância dos parâmetros, estimados

pelo método de Mínimos Quadrados em Dois Estágios (MQ2E), mostram que, para a economia norte-americana, à exemplo dos resultados encontrados originalmente por Goldberg e Maggi (1999), para o ano de 1983, o modelo PROTECTION FOR SALE apresenta resultados compatíveis com a teoria da proteção endógena.

Já o trabalho de McCalman (2000), aplicado à Austrália, pelo mesmo método, evidenciou, com dados referentes aos períodos de 1968-69 e 1991-92, que a parcela da população eleitoral organizada em um grupo de interesse aumentou em função da liberalização comercial experimentada no segundo período, em detrimento de uma estrutura protegida no período inicial. No que concerne à ponderação a função de bem-estar social, por parte do governo local daquele País, não foi verificada diferença estatística entre os parâmetros estimados nos dois períodos.

Gawande *et al.*(2002) procuraram identificar empiricamente os setores argentinos e brasileiros presentes na lista de exceção à TEC. Para tal, aqueles autores adotaram uma extensão do modelo original de Grossman e Helpman elaborado pelos mesmos autores (Grossman e Helpman, 1995a, b). Com base em uma nova estrutura que possibilita a estimação dos setores estrategicamente excluídos da TEC, Gawande *et al.*(2002) estimaram a seguinte regressão:

$$y_i = \frac{t_i}{1+t_i} = \beta_o + \beta_1 \left(\mathbf{I} \frac{z_M}{e_M} \right)_{M_i}^A + \beta_2 \left(\mathbf{I} \frac{z_X}{e_X} \right)_{X_i}^A + \beta_3 \left(\mathbf{I} \frac{z_M}{e_M} \right)_{M_i}^B + \beta_4 \left(\mathbf{I} \frac{z_X}{e_X} \right)_{X_i}^B + \varepsilon_i \quad (7)$$

em que:

t_i = alíquota de importação *ad valorem*;

z_M = relação produto-importações;

z_X = relação produto-exportações;

e_M = elasticidade-preço da demanda por importações;

e_X = elasticidade-preço da oferta de exportações;

\mathbf{I} = variável que indica a organização do setor;

M_i = importações;

X_i = exportações;

A = Argentina; e

B = Brasil.

Tomando-se as informações referentes às tarifas e às barreiras não-tarifárias, para o período de 1992:1 e 1994:4, os autores, com base na estimativa de um modelo Probit¹⁰, concluíram que o modelo não consegue explicar porque alguns setores seriam excluídos da TEC.

Finalmente, a modificação apresentada por Krishna *et al.*(2002) aplicada para os dados da economia norte-americana, para os períodos de 1978-1979 e 1981-1982, foi especificada para incluir na expressão os *lobbies* estrangeiros na equação de proteção do modelo *Protection for Sale*. O objetivo daqueles autores era verificar a influência de grupos de interesse estrangeiros na determinação da estrutura de proteção norte-americana.

A especificação derivada foi reduzida na equação (8):

$$\frac{t_i}{1+t_i} = \beta_1 \left[z_i \frac{1}{|e_i|} \right] + \beta_2 \left[I_i^h z_i \frac{1}{|e_i|} \right] + \beta_3 \left[I_i^f z_i \frac{1}{|e_i|} \right] + \varepsilon_i \quad (8)$$

em que:

t_i = alíquota de importação *ad valorem*;

I^h assume o valor 1 se o setor doméstico é organizado; assume valor 0, em caso contrário;

I^f assume o valor 1 se o setor estrangeiro é organizado; assume valor 0, em caso contrário;

z_i = inverso da penetração das importações; e

e_i = elasticidade-preço da demanda por importações (em módulo).

Os resultados, conforme a Tabela 1, revelaram, a partir da estimação de Mínimos Quadrados Generalizados(MQG) – com o uso de Variáveis Instrumentais(VI), que o modelo *Protection for Sale*, modificado para a inclusão de *lobbies* externos, é robusto e estatisticamente significativo, isto é, os sinais dos parâmetros estimados não se alteram com a inclusão de outras variáveis.

¹⁰ Greene (1997: capítulo 19)

3.2 DIFICULDADES TEÓRICAS DA ANÁLISE DO MODELO *PROTECTION FOR SALE*

Dentre as dificuldades teóricas e empíricas do modelo *Protection for Sale*, identificadas nos principais trabalhos empíricos resenhados no presente Ensaio, destacam-se as seguintes:

- i) a escolha entre barreiras tarifárias e não-tarifárias. O modelo original aponta para a determinação das alíquotas de importação setoriais. Entretanto, alguns trabalhos empíricos, a partir de Goldberg e Maggi (1999), têm disponibilizado resultados favoráveis à proteção endógena baseando-se no conceito de barreiras não-tarifárias;
- ii) a dificuldade na disponibilização de informações relacionadas às elasticidades-preço da demanda por importações. Alguns autores têm sugerido o uso de informações secundárias, (McCalman, 2000), enquanto outros têm utilizado informações referentes a outros países (Calfat *et al*(2000)); 3
- iii) alguns fatores exógenos como a atuação do GATT e as rodadas de negociação da OMC para a determinação das alíquotas, são consideradas no modelo; em geral, os trabalhos empíricos de proteção endógena não têm sugerido especificações econométricas que capturem a influência de tais organismos;
- iv) as aplicações ao caso norte-americano podem suscitar dúvidas quanto à adequação do modelo, uma vez que o modelo é considerado para um país pequeno no cenário internacional;
- v) os testes aplicados à economia norte-americana foram aplicados para o intervalo 1978-1983, não havendo, entretanto, nenhuma referência a outro período de análise;
- vi) Gawande (1997) já apontava algumas dificuldades com os regressores da especificação do modelo *Protection for Sale*, sugerindo a utilização de variáveis erros de medida;
- vii) a parcimônia do modelo é questionada ao se estabelecer um vínculo de endogeneidade entre a variável dependente e os regressores. A solução demanda um conjunto amplo de variáveis para a eliminação do problema de viés de endogeneidade; e

- viii) a relação entre o governo e o setores industriais, que são as contribuições de campanha, fica ocultada na especificação do modelo.

Dentre as propostas do presente trabalho, é sugerido o teste de uma nova especificação do modelo *Protection for Sale* que aponta para a inclusão de outras variáveis, que podem caracterizar o poder intervencionista do governo através do emprego setorial e da própria arrecadação fiscal, através do imposto de importação. Ainda, tem-se na manutenção, ou modificação dos salários setoriais, um possível veículo para a influência de grupos sindicais na estrutura de proteção. Tal especificação pode dirimir as dificuldades encontradas no estudo da proteção endógena para países que não dispõem de legislação regulatória para as contribuições de campanha, como o Brasil.

Acredita-se, ainda, que o modelo original pode suscitar um conjunto de modificações que expressem estruturas que consideram outras variáveis de intervenção importantes como, por exemplo, os saldos comerciais, níveis de reservas internacionais, captação de impostos de importação, visto que a última variável se constitui em importante fonte de recursos fiscais para países em desenvolvimento.

3.3 METODOLOGIA

A metodologia para a verificação da proteção endógena compreende a especificação das equações, as informações estatísticas, o modelo econométrico e os modelos empíricos testáveis. Inicialmente, é necessário reiterar que a análise da proteção endógena tem sido realizada a partir de modelos *ad hoc* e de especificações derivadas da contribuição seminal de Grossman e Helpman (1994).

No presente Ensaio são testadas três especificações: a primeira delas, compreende a especificação, também testada por Goldberg e Maggi (1999); a segunda, compreende a expressão derivada a partir da abordagem desenvolvida por Grossman e Helpman, a qual pode ser representada pela equação (9); a terceira é uma especificação *ad hoc* das variáveis do segundo modelo.

$$y_i = \frac{t_i}{1+t_i} e_i = \frac{I_i - \alpha_L}{a + \alpha_L} z_i + \frac{I_i}{a + \alpha_L} \frac{\omega_i \left[\frac{\partial \ell_i(p)}{\partial p_i} \right]}{m_i} + \varepsilon_i \quad (9)$$

em que:

t_i = alíquota de importação *ad valorem*;

e_i = elasticidade-preço da demanda por importações;

z_i = inverso da penetração das importações;

I_i = variável que indica a organização do setor;

a e α_L são parâmetros estruturais do modelo original;

m_i = importações setoriais;

ω_i = salários setoriais;

$\frac{\partial \ell_i(p_i)}{\partial p_i}$ = variável de intervenção do governo; e

ε_i = termo de erro.

A equação (9) compreende a criação de uma variável explicativa endógena composta pelos salários setoriais, as importações e a variação do emprego em função das tarifas setoriais.

3.3.1 Informações Estatísticas

Uma das principais dificuldades para os testes econométricos do tema está na disponibilidade de informações estatísticas, agregadas de maneira a possibilitar inferências sobre o tema. Buscou-se, portanto, dispor o máximo conjunto possível de informações, para que houvesse a possibilidade de se estabelecer alguma base crível para o teste da proteção endógena aplicado à economia brasileira.

Tabela 2 Setores da Indústria Brasileira

| n° | Código | Discriminação | n° | Código | Discriminação |
|----|--------|----------------------------|----|--------|---------------------------|
| 1 | 501 | Prod. Metálicos Básicos | 10 | 1501 | Papel, Celulose e Papelão |
| 2 | 601 | Prod. Met. Não-Ferrosos | 11 | 1601 | Produtos de Borracha |
| 3 | 701 | Outros Prod. Metálicos | 12 | 1701 | Elem. Quím. Não-Petroq. |
| 4 | 802 | Tratores e Máq. Agrícola | 13 | 1903 | Outros Prod. Químicos |
| 5 | 1001 | Equipamentos Elétricos | 14 | 2001 | Prod. Farm. e Perfumaria |
| 6 | 1101 | Equipamentos Eletrônicos | 15 | 2101 | Plástico |
| 7 | 1201 | Autom., Caminhões e Ônibus | 16 | 2202 | Têxteis Naturais |
| 8 | 1301 | Veículos e Outras Partes | 17 | 2301 | Vestuário |
| 9 | 1401 | Madeira e Móveis | 18 | 2603 | Outros Prod. Alimentícios |

Fonte: Muendler(2001a, b).

Conforme evidenciado na Tabela 2, as informações representam um conjunto de variáveis desagregadas setorialmente, ao nível-80 da estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística(IBGE), compatível com o SIC-3 dígitos . Parte das informações

foram extraídas de bases secundárias, ou ainda, elaboradas pelo autor, havendo a necessidade de compatibilização com a especificação do nível-80.

A base completa dos dados, em função da disponibilidade de informações agregadas, representam alguns dos cinquenta setores citados na Tabela 2 referindo-se aos anos de 1991-1998. Logo, as estatísticas disponibilizadas foram as seguintes:

i) *Tarifa na Produção*($Y_i = t_i / (1+t_i)$): compreende o nível de proteção doméstica para os setores especificados na Tabela 2. Esta variável foi transformada adequando-a à relação estabelecida como variável dependente nas expressões testáveis, a saber: $t / (1 + t)$. Essas informações foram, originalmente, construídas por Kume *et al.*(2000) e foram disponibilizadas por Muendler(2001a);

ii) *Inverso da Penetração das Importações*(Z_i): existem duas possíveis expressões que representam a penetração das importações: a primeira delas relaciona as importações com a produção doméstica; a outra relaciona as importações com a absorção doméstica. A utilização da primeira variável deveu-se à similaridade obtida com a expressão do modelo original de Grossman e Helpman (1994). As estatísticas foram elaboradas por Ramos (1999) e Ramos e Zonenschein(2000) e disponibilizadas, também, por Muendler(2001b);

iii) *Importações*(M_i): expressa o valor das importações em US\$ milhares. Esta variável foi disponibilizada pelo site www.ipeadata.gov.br, havendo, entretanto, a necessidade de compatibilização com o sistema CNAE nível-80;

iv) *Emprego Setorial*(L_i): as estatísticas dessa variável foram extraídas do Anuário Estatístico do site www.midc.gov.br. Com base naquelas informações a indisponibilidade de dados referentes ao ano de 1991 foi contornada mediante a estimação com base na variação do nível de emprego na indústria, no ano de 1992. Ainda, o universo de setores e a sua compatibilização com a Tabela 2 reduziu a amostra para apenas vinte setores¹¹ pois o universo de setores compreende apenas os vinte setores da classificação segundo os ramos da indústria de transformação;

v) *Salário Real por Trabalhador* (W_i) – Folha de Pagamento Real por Trabalhador por Tipo de Índice e de Gêneros da Indústria de Transformação – Base Fixa 1985=100. Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal – Dados Agregados;

¹¹ A diferença na agregação da variável emprego limitou a abrangência dos setores, visto que há diferenças na agregação das contas nacionais, no sistema SIC(Standard Industrial Classification) e na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

vi) *Elasticidade-Preço da Demanda por Importações* (E_{i1} e E_{i2}): esta variável é especificada, tanto no modelo original, quanto no modelo modificado. Foram feitas algumas estimativas visando a obtenção das variáveis em nível setorial, conforme estrutura proposta por Bahmani-Oskooee e Niroomand (1998). Aqueles autores consideram a estacionariedade crucial para a especificação correta da elasticidade-preço da demanda por importações, (Maddala e Kim, 1999), Cribari Neto, 2000). Tal dificuldade foi, também, encontrada por outros autores como, por exemplo, Goldberg e Maggi (1999), McCalman (2000) e Calfat *et al* (2000). Aqueles autores utilizaram bases secundárias, ou seja, fizeram as suas estimativas considerando informações de outros autores. Diante das dificuldades econométricas duas soluções foram propostas: a primeira delas consistiu em considerar os resultados propostos por Zini, Jr. (1988: 145); a outra, foi baseada na seguinte especificação, a saber:

Tabela 3 Elasticidade-Preço da Demanda por Importações

| Especificação | Elasticidade-Proposta(E_1) | Elasticidade(Zini)(E_2) |
|---|--|---|
| bens intermediários processados | -1,00 | -1,85 |
| bens de capital | -3,00 | -1,85 |
| bens de consumo duráveis | -3,00 | -1,85 |
| Veíc. para uso comercial (bem de capital) | -3,00 | -1,85 |
| bens intermediários não-processados | -1,00 | -1,85 |
| bens de consumo não-duráveis | -0,75 | -0,43 |

Fonte: Elasticidades propostas pelo autor e propostas por Zini (1988).

vii) *Elasticidade de Armington* (E_{i3}) – são consideradas como *proxies* das verdadeiras elasticidades. Por definição, a elasticidade de Armington reflete o grau de substituição entre bens domésticos e importados. Assim, tais elasticidades levam em conta as mudanças nos preços relativos devido à mudanças nas tarifas. Os dados foram obtidos do trabalho de Tourinho *et al.* (2002);

viii) *Prêmio de Salário* (WP_i): o prêmio de salário é uma variável atribuída à afiliação industrial do trabalhador, isto é, ela depende do setor em que o indivíduo trabalha. A afiliação industrial é importante na avaliação do impacto da abertura comercial, ou da formação de blocos, no salário dos trabalhadores em modelos de curto e médio prazo e de concorrência imperfeita. Esta variável foi compatibilizada para apenas dezoito dos cinquenta setores apresentados na Tabela 2, o que diminui a amostra para a análise¹². Logo, os setores que permaneceram na amostra foram os referentes aos códigos 501, 601, 701, 802, 1001, 1101, 1201, 1301, 1401, 1501, 1601,

¹² Os dados foram extraídos da Tabela 4 de Pavcnik *et al.* (2003), sendo que os valores não-significativos foram tomados como zero.

1701, 1903, 2001, 2101, 2202, 2301 e 2603;

ix) *Crescimento das Vendas (CV_i)*: Índice com base fixa 1990=100. Os dados foram encontrados na Revista Exame – Maiores e Melhores, diversos números;

x) *Liquidez Geral (LG_i)*: Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Sobre o Exigível Total. A partir do ano de 1995 o conceito disponibilizado pela Revista Exame foi o de Liquidez Corrente que resulta da relação entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. Houve a necessidade de compatibilização das variáveis em função das diferenças nas agregações. Portanto para as variáveis relacionadas nos itens (vii), (viii), (ix) e (x) foram adotadas as seguintes compatibilizações: Setor 501(n-80) - Mineração; setor 601(n-80)–Siderurgia e Metalurgia; setor 701(n-80) - Mecânica; setores 1101(n-80) e 1001(n-80) - Eletrônica; setores 1201(n-80), 802(n-80) e 1301(n-80) – Automóveis e Peças; setor 1401(n-80) – Material de Construção; setores 1701(n-80) e 1903(n-80) – Química e Petroquímica; setores 2101(n-80) e 1601(n-80) – Plástico e Borracha; setor 2301(n-80) – Confecções;

xi) *Índice de Concentração Industrial (ICI_i)*: Faturamento das Quatro Principais Indústrias Sobre o Faturamento das Vinte, ou Quinze Principais Indústrias, (Fonte: Revista Exame Maiores e Melhores - diversos números); Os dados estavam disponibilizados para os anos de 1990, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997 e 1998. Logo, os dados referentes ao ano de 1991 referem-se ao ano de 1990. Compatibilização: Setor 501(n-80) - Mineração; setor 601(n-80) – Minerais Não-Metálicos; setor 701(n-80) - Siderurgia; setores 1101(n-80) e 1001(n-80) - Eletrônica; setores 1201(n-80), 802(n-80) e setor 1301(n-80) – Automóveis e Peças; setor 1903(n-80) - Farmacêutico; setores 2101(n-80) e 1601(n-80) – Plásticos e Borracha;

xii) *Número de Empresas (NE500_i)*: Número de Empresas do Setor Dentre as 500 Principais Empresas. O critério é baseado nas principais variáveis e indicadores selecionados pela Fundação Getúlio Vargas(FGV) -Fonte: Revista Conjuntura Econômica - As 500 Maiores Empresas do Brasil. Houve, também a necessidade de compatibilização das informações estatísticas. O resultado foi o seguinte: Setor 501(n-80) – Transformação de Minerais – Não-Metálicos; setor 601(n-80) - Metalurgia; setor 701(n-80) - Mecânica; setores 1101(n-80) e 1001(n-80) – Material Elétrico e de Comunicações; setores 1201(n-80), 802(n-80) e 1301(n-80) – Material de Transporte; setores 1701(n-80) e 1903(n-80) – Química;

xiii) *Coeficientes Anuais de Exportação(CAE_i)*: Compreende a Divisão do Valor Exportado pelo Valor da Produção Doméstica(Ribeiro e Pourchet, 2002:12) - Nota

Técnica FUNCEX;

xiv) *Coefficientes Anuais de Participação de Insumos Importados(CAPII_i)*: Divisão do Valor dos Insumos Importados Utilizados na Produção pelo Valor da Produção Doméstica(Ribeiro e Pourchet, 2002:12) - Nota Técnica FUNCEX;

xv) *Coefficientes Anuais de Abertura Líquida(CAAL_i)*: Diferença entre o coeficiente de Exportação e o Coeficiente de Insumos Importados (Ribeiro e Pourchet, 2002:12) - Nota Técnica FUNCEX;

xvi) *Índice de Produção Física Industrial(IPFI_i)*: Índice de Produção Física Mensal por Tipo de Índice e Gênero da Indústria de Transformação Base fixa mensal com ajuste sazonal – média de 1991=100. (Fonte: IBGE – Produção Industrial Mensal – Produção Física);

xvii) *Taxa de Rotatividade do Emprego(TRE_i)*: Taxa de Rotatividade do Emprego Mensal. Utilização dos dados referentes ao mês de dezembro de cada ano. (Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – Dados Gerais). Compatibilização das variáveis (xvi) e (xvii): setor 501(n-80) – Transformação de Minerais Não-Metálicos; setor 601(n-80) – Metalurgia; setor 701(n-80) - Mecânica; ; setores 1001(n-80) e 1101(n-80) – Material Elétrico e de Comunicações; setores 802(n-80),1201(n-80) e 1301(n-80) – Material de Transporte; setores 1701(n-80) e 1903(n-80) – Química.

3.3.2 Modelo Econométrico: O Método de Dados de Painel

A estrutura de dados de painel apresenta um conjunto de vantagens sobre os sistemas de equações, conforme autores como Balestra (1992), Baltagi (1996) e Hsiao (1999). São elas:

- (i) permite a identificação da heterogeneidade individual, isto é, a representação individual mesmo dentro de uma amostra desagregada, o que a estimação agregada não o faz;
- (ii) os dados de painel são uma estrutura mais informativa. Eles apresentam maior variabilidade, menor colinearidade entre as variáveis, maior grau de liberdade e maior eficiência;
- (iii) são mais apropriados para o estudo da dinâmica do ajustamento ao permitir a interação entre as unidades no tempo e em *cross section*;
- (iv) os dados de painel são melhores para identificar e mensurar efeitos que não são

detectados em estruturas puramente *cross-section* ou de séries de tempo. Permite vislumbrar as informações em duas dimensões, simultaneamente;

(v) permitem a construção de modelos mais sofisticados que outras estruturas; e

(vi) são agregações de micro unidades como indivíduos, firmas, setores industriais, entre outras.

O modelo econométrico proposto adequa-se à metodologia de dados de painel apresentada por Balestra (1992). Duas abordagens daquela metodologia conformam com os objetivos do presente Ensaio, ver as equações (10) e (11). São elas: o modelo de covariância, também conhecido como modelo de variáveis *dummies*, e o modelo de componentes de erros.

Para cada uma das abordagens são necessários alguns testes estatísticos sobre hipóteses referentes a estrutura de apresentação dos modelos.

Em primeiro lugar, o modelo de variáveis *dummies* infere sobre algumas características individuais dos setores. Faz-se necessário, para a verificação das possíveis características individuais dos setores, a efetuação de um teste F que compare o modelo expresso na forma de variáveis *dummies*, denominado modelo irrestrito, com o modelo especificado com um intercepto comum a todos os setores, designado modelo restrito.

$$y_{it} = \beta_{1i} + \sum_{k=2}^K \beta_k x_{kit} + e_{it} \quad (10)$$

em que:

y_{it} = variável dependente;

β_{1i} = *dummy* relacionada ao i ésimo setor;

β_k = parâmetro relacionado à k ésima variável;

x_{kit} = k ésima variável explicativa;

e_{it} = resíduo relacionado ao i ésimo setor na t ésima unidade de tempo.

t = unidades de tempo, $t = 1, 2, \dots, T$; e

i = unidades de *cross-section*, $i = 1, 2, \dots, N$

$$y_{it} = \beta_1 + \sum_{k=2}^K \beta_k x_{kit} + e_{it} \quad (11)$$

em que:

β_1 = intercepto comum entre os setores;

As hipóteses teóricas sobre a representação adequada da série são as seguintes:

$$\begin{cases} H_0 : \beta_{11} = \beta_{12} = \dots = \beta_{1N} \\ H_A : \beta_{ij} \neq \beta_{ji}, \forall i \neq j \end{cases} \quad (12)$$

Rejeitando-se a hipótese nula conclui-se que o modelo adequado para representar as observações é o modelo de variáveis *dummy*. Para tal, o teste-F é baseado na expressão (13):

$$F_{calc(N-1, NT-N-K)} = \frac{(SQRR - SQRI) / (N-1)}{SQRI / (NT - N - K)} \quad (13)$$

em que:

SQRR = Soma dos Quadrados dos Resíduos da Equação Restrita(intercepto comum);

SQRI = Soma dos Quadrados dos Resíduos da Equação Irrestrita(*dummies*);

N = número de setores;

T = número de unidades de tempo; e

K = número de parâmetros estimados do modelo restrito.

Em segundo lugar, o modelo de componentes de erro, o qual estabelece que os efeitos fixos podem ser o resultado de um conjunto de fatores não-observáveis na especificação da regressão. Conforme Judge *et al.* (1988) a abordagem consiste na reespecificação da equação (10) para averiguar se as *dummies* setoriais são ou não o resultado de efeitos aleatórios, isto é, se as mesmas são o resultado de erros de medida nas variáveis.

$$y_{it} = \beta_1 + \sum_{k=2}^K \beta_k x_{kit} + \mu_i + e_{it} \quad (14)$$

em que:

$$\beta_{1i} = \bar{\beta}_1 + u_i, \quad E[\mu_i] = 0, \quad E[\mu_i^2] = \sigma_\mu^2, \quad E[\mu_i, \mu_j] = 0, \quad \forall i \neq j$$

O teste para a comprovação do caráter aleatório dos parâmetros setoriais é o teste o multiplicador de Lagrange(Greene, 1997:629). O teste apresenta distribuição qui-quadrado com um grau de liberdade e é especificado na expressão (15):

$$LM = \frac{NT}{2(T-1)} \left[\frac{\sum_{i=1}^N (T\bar{e}_i)^2}{\sum_{i=1}^N \sum_{t=1}^T e_{it}^2} - 1 \right]^2 \quad (15)$$

em que:

\bar{e}_i = resíduo do i ésimo setor;

A seguinte formulação representa as hipóteses para o modelo de efeitos aleatórios, a saber:

$$\begin{cases} H_0 : \sigma_u^2 = 0 \\ H_A : \sigma_u^2 \neq 0 \end{cases} \quad (16)$$

em que:

σ_u^2 = variância do resíduo;

Na rejeição da hipótese nula é compreendido que os componentes individuais devem estar presentes na amostra considerada.

No contexto apresentado pelas duas abordagens alternativas é notória a necessidade da correta representação do modelo. Logo, a escolha entre as duas abordagens permite a verificação do método correto de estimação pois, no modelo de variáveis *dummy* o melhor estimador linear não-viesado é o Método de Mínimos Quadrados Ordinários(MQO). Já no modelo de componentes do erro o melhor estimador linear não-viesado é o Método de Mínimos Quadrados Generalizados(MQG). A escolha entre os dois modelos é realizada através do *teste de Hausman*.

Algebricamente, o *teste de Hausman* especifica as seguintes estruturas:

$$\begin{aligned} H_0: E[X_i v_i] &= 0 \\ H_1: E[X_i v_i] &\neq 0 \end{aligned} \quad (17)$$

Em que:

X_i = variável(eis) explicativa(s); e

v_i = resíduos.

A hipótese nula afirma que não há correlação entre as variáveis explicativas e os resíduos. Logo, as estimativas, tanto para o modelo de efeitos fixos quanto para o modelo de efeitos aleatórios, não devem diferir sistematicamente. Deve-se observar, ainda, que sob a hipótese nula, tanto o método MQO quanto o método MQG são consistentes, todavia o MQO é ineficiente. Na hipótese alternativa, a qual identifica a existência de correlação entre os resíduos e as variáveis explicativas, apenas o MQO é consistente.

3.3.3 Os Modelos Empíricos Testáveis

Três modelos empíricos são testados no presente Ensaio. O primeiro deles, denominado modelo original, representa o modelo desenvolvido por Grossman e Helpman (1994) e testado empiricamente pelos autores referenciados na Tabela 1. Aquele modelo explica a estrutura de proteção exclusivamente pela elasticidade-preço da demanda por importações e pelo inverso da penetração das importações e, ainda, os parâmetros do modelo permitem identificar a proporção dos eleitores que é representada por um grupo de interesse e a ponderação que o governo atribui à função de bem-estar social, conforme a equação (1).

O segundo, derivado a partir do arcabouço do modelo original, no Ensaio 2, é designado como modelo modificado, ou alternativo, e compreende as seguintes hipóteses:

- i) além da elasticidade-preço da demanda por importações e do inverso da penetração das importações, os salários setoriais, as importações e as mudanças no nível de emprego são importantes variáveis na explicação da estrutura de proteção endógena;
- ii) a inclusão das variáveis citadas no item (i) permite a retificação do papel do governo na determinação da estrutura de proteção em função de metas no nível de emprego. Em outras palavras, o nível de emprego setorial, além das contribuições de campanha, é um importante fator no processo de barganha entre o governo e os setores; e
- iii) é possível, também, inferir sobre o papel dos sindicatos na determinação da proteção, pois a especificação permite inferências baseadas na abordagem da Função de Formação da Tarifa, elaborada por Feenstra e Bhagwati (1983). Naquela abordagem, os sindicatos pleiteiam a proteção visando à manutenção dos níveis dos salários.

Finalmente, um terceiro modelo, especificado de forma *ad hoc*, é testado a partir das

variáveis identificadas no segundo modelo.

As inferências sobre os resultados dos modelos são feitas com base nas modificações das equações (1) e (9). A equação (1) pode ser reescrita com a elasticidade-preço da demanda por importações representada no primeiro membro, a saber:

$$y_{it}e_i = \frac{t_{it}}{1+t_{it}}e_i = \gamma z_t + \delta z_{it} + \varepsilon_{it} \quad (18)$$

em que:

$$\begin{aligned} \gamma &= -\frac{\alpha_L}{a + \alpha_L}; \\ \delta &= \frac{I_i}{a + \alpha_L}; \\ \alpha_L &= -\frac{\gamma}{\delta}; \text{ e} \\ a &= \frac{1 + \gamma}{\delta}. \end{aligned}$$

Analogamente, a expressão para o modelo modificado pode ser representada pela equação (19), a saber:

$$y_{it}e_i = \beta z_{it} + \rho POL_{it} + \varepsilon_i \quad (19)$$

em que:

$$\begin{aligned} \beta &= \frac{I_i - \alpha_L}{\alpha_L + a}; \\ \rho &= \frac{I_i}{a + \alpha_L}; \\ POL_{it} &= \frac{\omega_{it} \frac{\partial \ell_{it}(p_{it})}{\partial p_{it}}}{m_{it}}; \\ \alpha_L &= 1 - \frac{\beta}{\rho}; \text{ e} \\ a &= \frac{1 - \rho + \beta}{\rho}. \end{aligned}$$

Para a verificação da endogeneidade da política comercial brasileira, deparou-se com algumas dificuldades econométricas. A primeira delas está relacionada com o viés de endogeneidade apresentado pelos modelos, pois as variáveis explicativas podem ser

endogenamente determinadas em um sistema de equações, a partir das variáveis explicadas.

Os trabalhos empíricos resenhados apresentaram como solução o uso do método MQ2E, combinado com um conjunto de instrumentos adequados. Deve ser observado, entretanto, que a estrutura apresentada por aqueles autores era do tipo *cross-section*, nenhuma delas baseada no método de dados de painel, conforme ilustrado na Tabela 1.

A identificação dos instrumentos foi estabelecida em dois procedimentos simples de análise de regressão, consistindo em:

- (i) estimação das equações e captura dos resíduos;
- (ii) estimação de uma regressão entre os resíduos e os diversos instrumentos potenciais, incluindo-se uma constante, uma variável tendência, as variáveis dependentes defasadas (inclusive as variáveis explicativas endógenas defasadas); aqueles coeficientes não-significativos são considerados instrumentos potenciais; e
- (iii) estimação de cada uma das variáveis explicativas em função do conjunto de instrumentos; aqueles coeficientes significativos são, conseqüentemente, tomados como instrumentos.

Para a validação dos instrumentos deve-se:

- a) estimar as variáveis explicativas endógenas e exógenas em função dos instrumentos, observando-se a condição de ordem;
- b) estimar a equação inicial em função dos instrumentos e de suas estimativas; a efetuação de um teste-F para o bloco de variáveis exógenas (instrumentos) verificando-se a significância dos parâmetros dos instrumentos; e
- c) antes da estimação do segundo estágio, deve-se observar se a regressão inicial em função das variáveis explicativas endógenas, das explicativas exógenas, e das explicativas endógenas estimadas (em função dos instrumentos) apresenta os parâmetros das últimas significativos.

Finalmente, para verificar a consistência, devem ser tomados os resíduos da equação no segundo estágio e estimá-los em função dos parâmetros e dos instrumentos utilizados. A não significância dos mesmos atesta a viabilidade dos instrumentos.

Tabela 4 Resultados da Variável Indicadora de Organização em Grupo de Interesse

| ANO | SETORES | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|------|---------|------|------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | _501 | _601 | _701 | _802 | _1001 | _1101 | _1201 | _1301 | _1401 | _1501 | _1601 | _1701 | _1903 | _2001 | _2101 | _2202 | _2301 | _2603 |
| 1991 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 1992 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 1993 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 1994 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 1995 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 1996 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 1997 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 1998 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 |

Fonte: Resultados obtidos pelo autor com a especificação proposta na Tabela 4. O indicador 1 revela que o setor é organizado em um grupo de interesse, o indicador 0, o contrário.

| | | | | | | | |
|------|-------------------------|------|---------------------------|------|----------------------------|------|--------------------------|
| 501 | Prod. Metálicos Básicos | 601 | Prod. Met. Não-Ferrosos | 701 | Outros Prod. Metálicos | 802 | Tratores e Máq. Agrícola |
| 1001 | Equipamentos Elétricos | 1101 | Equipamentos Eletrônicos | 1201 | Autom., Caminhões e Ônibus | 1301 | Veículos e Outras Partes |
| 1401 | Madeira e Móveis | 1501 | Papel, Celulose e Papelão | 1601 | Produtos de Borracha | 1701 | Elem. Quím. Não-Petroq. |
| 1903 | Outros Prod. Químicos | 2001 | Prod. Farm. e Perfumaria | 2101 | Plástico | 2202 | Têxteis Naturais |
| 2301 | Vestuário | 2603 | Outros Prod. Alimentícios | | | | |

Deve-se, contudo, observar que a não obtenção de instrumentos adequados possibilita o uso do MQO, com restrições na interpretação dos resultados.

Uma outra dificuldade foi a especificação da variável *dummy* relacionada à organização dos setores industriais. A solução encontrada baseou-se no tratamento dado por Goldberg e Maggi (1999) e McCalman (2000). Os primeiros autores a estimaram, a partir de um conjunto de dados, inferindo que os setores seriam organizados com base no volume relativo das contribuições políticas, Political Action Committee (PAC).

Na aplicação proposta no presente trabalho foram considerados setores organizados àqueles que apresentaram um índice de concentração superior aos 50%, baseada na análise proposta pela Revista Exame – Maiores e Melhores, conforme a Tabela 4.

3.3.4 Variáveis Utilizadas nas Estimativas

Diante dos problemas de viés de endogeneidade e da identificação da variável indicador, fez-se necessário a utilização do conjunto de variáveis proposto na seção 3.3.1, do presente Ensaio. O conjunto foi organizado na Tabela 5.

Tabela 5 Variáveis dos Dados em Painel

| n° | variável | Discriminação |
|----|-------------|--|
| 1 | $Y=t/(1+t)$ | Tarifa na Produção |
| 2 | E_1 | Elasticidade-Preço da Demanda por Importações Proposta |
| 3 | E_2 | Elasticidade-Preço da Demanda por Importações (Zini, 1988) |
| 4 | E_3 | Elasticidade de Armington |
| 5 | Z | Inverso da Penetração das Importações |
| 6 | L | Emprego Setorial |
| 7 | M | Importações |
| 8 | W | Salário Real por Trabalhador |
| 9 | WP | Prêmio de Salário |
| 10 | CV | Crescimento das Vendas |
| 11 | LG | Liquidez Geral |
| 12 | ICI | Índice de Concentração Setorial |
| 13 | NE500 | Número de Empresas do Setor que Pertence às 500 Maiores |
| 14 | CAE | Coeficiente Anual de Exportação |
| 15 | CAPII | Coeficiente Anual de Participação de Insumos Importados |
| 16 | CAAL | Coeficiente Anual de Abertura Líquida |
| 17 | IPFI | Índice de Produção Física Industrial |
| 18 | TRE | Taxa de Rotatividade do Emprego |
| 19 | I | Setores Representados por Grupo de Interesse |
| 20 | D1991 | <i>Dummy</i> relacionada ao ano de 1991 |
| 21 | D1992 | <i>Dummy</i> relacionada ao ano de 1992 |
| 22 | D1993 | <i>Dummy</i> relacionada ao ano de 1993 |

(Continuação)

| n° | variável | Discriminação |
|----|-----------------|---|
| 23 | D1994 | <i>Dummy</i> relacionada ao ano de 1994 |
| 24 | D1995 | <i>Dummy</i> relacionada ao ano de 1995 |
| 25 | D1996 | <i>Dummy</i> relacionada ao ano de 1996 |
| 26 | D1997 | <i>Dummy</i> relacionada ao ano de 1997 |
| 28 | D1998 | <i>Dummy</i> relacionada ao ano de 1998 |
| 29 | S ₁ | <i>Dummy</i> relacionada ao setor _501 |
| 30 | S ₂ | <i>Dummy</i> relacionada ao setor _601 |
| 31 | S ₃ | <i>Dummy</i> relacionada ao setor _701 |
| 32 | S ₄ | <i>Dummy</i> relacionada ao setor _802 |
| 33 | S ₅ | <i>Dummy</i> relacionada ao setor _1001 |
| 34 | S ₆ | <i>Dummy</i> relacionada ao setor _1101 |
| 35 | S ₇ | <i>Dummy</i> relacionada ao setor _1201 |
| 36 | S ₈ | <i>Dummy</i> relacionada ao setor _1301 |
| 37 | S ₉ | <i>Dummy</i> relacionada ao setor _1401 |
| 38 | S ₁₀ | <i>Dummy</i> relacionada ao setor _1501 |
| 39 | S ₁₁ | <i>Dummy</i> relacionada ao setor _1601 |
| 40 | S ₁₂ | <i>Dummy</i> relacionada ao setor _1701 |
| 41 | S ₁₃ | <i>Dummy</i> relacionada ao setor _1903 |
| 42 | S ₁₄ | <i>Dummy</i> relacionada ao setor _2001 |
| 43 | S ₁₅ | <i>Dummy</i> relacionada ao setor _2101 |
| 44 | S ₁₆ | <i>Dummy</i> relacionada ao setor _2202 |
| 45 | S ₁₇ | <i>Dummy</i> relacionada ao setor _2301 |
| 46 | S ₁₈ | <i>Dummy</i> relacionada ao setor _2603 |

Fonte: Informações agregadas pelo autor.

3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os sinais esperados pela teoria auxiliam na determinação dos parâmetros estruturais dos modelos, bem como na verificação das relações entre as variáveis explicativas e explicadas dos modelos analisados. Para os três modelos considerados, têm-se os seguintes sinais esperados, conforme a Tabela 6.

Tabela 6 Sinais Esperados pela Teoria

| Parâmetros | Modelo Original | Modelo Modificado | Modelo <i>ad hoc</i> |
|---|-----------------|-------------------|----------------------|
| Z | - | + | - |
| $\Pi * Z$ | + | NA | NA |
| $\frac{W}{M} \frac{\partial L}{\partial P}$ | NA | + | NA |
| W | NA | NA | + |
| L | NA | NA | +/- ¹ |
| M | NA | NA | + |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor; ¹ Para setores trabalho-intensivo o sinal esperado é positivo.

Os resultados do modelo original para as elasticidades proposta (E_1) e a de Zini (E_2) foram sintetizados na Tabela 7. Observa-se que os sinais esperados pela teoria, conforme a Tabela 6, foram detectados apenas para a elasticidade proposta por Zini (1988). Entretanto, apenas a elasticidade proposta apresentou parâmetros significativos, embora o sinal não seja compatível com a proposição de Grossman e Helpman.

Tabela 7 Resultados Básicos para as Elasticidades Propostas de Zini

| Método | MQ2EP | | MQ2EP | |
|--------------------|----------------|----------|--------------------------|------------------------|
| Amostra | 1991-1998 | | 1991-1998 | |
| Var.Dep.: | Y?*E1? | | Y?*E2? | |
| Instrum. | CV? LG? e TRE? | | Z?(-1), CV? , LG? e TER? | |
| Var. Ind.: | Coef. | E-Pad | Coef. | E-Pad |
| Z? | 0.000523 | 0.000199 | -1.49E-05 | 0.000121 ^{NS} |
| I1?*Z? | 0.001828 | 0.000379 | 0.000554 | 0.000377 ^{NS} |
| AR(1) ¹ | 0.90073 | 0.014424 | 0.900368 | 0.012209 |

Fonte: Resultados obtidos pelo autor com o uso do Programa E-Views; 1 Correção de autocorrelação residual.

O principal problema encontrado em ambas as estruturas foi a inexistência de instrumentos adequados para a eliminação do viés de endogeneidade. Portanto, apenas para a elasticidade de Armington (E_3) foram encontrados resultados estatisticamente significativos e compatíveis com a teoria da proteção endógena, conforme a Tabela 8.

Tabela 8 Resultados do Modelo Original para a Elasticidade de Armington

| Método | MQ2EP | | MQ2EP | | MQ2EP | |
|--------------------|---------------|-----------|-----------------------------|------------|---------------|------------------------|
| Amostra | 1991-1998 | | 1991-1998 | | 1991-1998 | |
| Var.Dep.: | Y?*E3? | | Y?*E3? | | Y?*E3? | |
| Instrum. | | | C, ANO?, Z?(-1), CV? e TRE? | | | |
| Modelo | Sem Constante | | Com Constante | | Efeitos Fixos | |
| | Coef. | E-Pad. | Coef. | E-Pad. | Coef. | E-Pad. |
| Const. | | | 0.02029 | 0.006046 | | |
| Z? | -0.0005 | 0.0003** | -0.00049 | 0.000291** | -0.00028 | 0.000211 ^{NS} |
| I1?*Z? | 0.000776 | 0.000318* | 0.00059 | 0.00032** | 0.000109 | 0.000219 |
| AR(1) ¹ | 0.897521 | 0.011386 | 0.860153 | 0.018021 | 0.514308 | 0.032299 |
| Setor 501 | | | | | 0.041271 | 0.016362* |
| Setor 601 | | | | | 0.114009 | 0.011967 |
| Setor 701 | | | | | 0.16353 | 0.009353 |
| Setor 802 | | | | | 0.254214 | 0.014858 |
| Setor 1001 | | | | | 0.026445 | 0.001809 |
| Setor 1101 | | | | | 0.035419 | 0.00161 |
| Setor 1201 | | | | | 1.343996 | 0.187242 |
| Setor 1301 | | | | | 0.039069 | 0.00196 |
| Setor 1401 | | | | | 0.263031 | 0.032277 |
| Setor 1501 | | | | | 0.056126 | 0.006839 |

| <i>(Continuação)</i> | | | | |
|----------------------|----------|----------|----------|----------|
| Setor 1601 | | | 0.138326 | 0.011486 |
| Setor 1701 | | | 0.085832 | 0.014174 |
| Setor 1903 | | | 0.058704 | 0.007248 |
| Setor 2001 | | | 0.044497 | 0.008401 |
| Setor 2101 | | | 0.154912 | 0.008452 |
| Setor 2202 | | | 0.270362 | 0.028615 |
| Setor 2301 | | | 0.300456 | 0.02551 |
| Setor 2603 | | | 0.107727 | 0.013359 |
| R² | | | | |
| 501 | -0.01241 | 0.145953 | 0.272373 | |
| 601 | -0.75106 | -0.8072 | 0.131067 | |
| 701 | 0.023727 | -0.04884 | 0.732973 | |
| 802 | 0.617243 | 0.586939 | 0.825872 | |
| 1001 | 0.32124 | 0.272025 | 0.70117 | |
| 1101 | 0.637817 | 0.674377 | 0.873986 | |
| 1201 | -0.46744 | -0.61727 | 0.100896 | |
| 1301 | -0.00767 | 0.249191 | 0.813726 | |
| 1401 | -1.61469 | -1.83266 | -0.1919 | |
| 1501 | -0.70261 | -0.5518 | 0.170514 | |
| 1601 | 0.547922 | 0.625434 | 0.868798 | |
| 1701 | 0.182935 | 0.225394 | 0.468185 | |
| 1903 | 0.411005 | 0.445575 | 0.619541 | |
| 2001 | 0.243679 | 0.277688 | 0.491488 | |
| 2101 | 0.127149 | 0.141747 | 0.809179 | |
| 2202 | -0.64932 | -0.5434 | 0.486176 | |
| 2301 | 0.362207 | 0.415999 | 0.743782 | |
| 2603 | 0.074326 | 0.189073 | 0.682398 | |

Fonte: Resultados obtidos pelo autor com o uso do programa E-Views.

* (5%), ** (10%) *** (15%); NS (Não-Significativo), ¹ correção da autocorrelação.

Após a verificação da significância dos parâmetros gama e delta da equação (18), que correspondem aos parâmetros relacionados às variáveis inverso da penetração das importações e inverso da penetração das importações pela organização em grupo de interesse, foram obtidos os parâmetros estruturais do modelo de Grossman e Helpman (1994) para o caso sem constante e para o caso da inclusão da constante, conforme sintetizado na Tabela 9. Ainda, após a consideração de efeitos fixos na amostra as estimativas dos parâmetros sustentaram os sinais, entretanto, não foram verificados níveis de significância dos mesmos.

Tabela 9 Parâmetros estruturais do modelo de Grossman e Helpman

| | Sem Constante | Com Constante |
|------------|---------------|---------------|
| α_L | 0.64 | 0.83 |
| a | 1288.015 | 1694.085 |

Fonte: Resultados trabalhados a partir da Tabela 8.

Assim, para os casos discriminados como significativos e expressivos do ponto de vista teórico têm-se, ainda, que o sistema estimado apresenta coeficientes de correlação expressivos para os setores (802-Tratores e Máq. Agrícola), (1001-Equipamentos Elétricos), (1101-Equipamentos Eletrônicos), (1601-Produtos de Borracha), (1701-Elem. Quím. Não-Petroq.), (1903-Outros Prod. Químicos), (2001-Prod. Farm. e Perfumaria) e (2301-Vestuário), na versão sem constante e (802-Tratores e Máq. Agrícola), (1001-Equipamentos Elétricos), (1101-Equipamentos Eletrônicos), (1301-Veículos e Outras Partes), (1601-Produtos de Borracha), (1701-Elem. Quím. Não-Petroq.), (1903-Outros Prod. Químicos), (2001-Prod. Farm. e Perfumaria) e (2301-Vestuário), para o caso com constante.

A segunda especificação testada, denominada modelo modificado, não apresentou resultados estatísticos significativos nem para a eliminação do viés de endogeneidade, tampouco para a tentativa de estimação via MQO. O que dificultou a identificação de uma tal estrutura consistiu na criação de uma variável *proxy* que representasse a variável POL_{it} da equação (19).

Com base na inexistência de uma *proxy* adequada, foram consideradas as variáveis do modelo modificado em uma estrutura do tipo *ad hoc* para uma representação alternativa da proteção endógena, nos moldes dos trabalhos pioneiros de Pincus (1975) e Caves (1976).

O resultado básico para a estimação do modelo *ad hoc* compreendeu três especificações que correspondem às três elasticidades. Em virtude da não identificação de instrumentos significativos, foram consideradas as especificações em suas formas lineares sem a utilização do método de MQ2E. Logo, conforme a Tabela 10, os resultados básicos para o modelo foram os seguintes:

Tabela 10 – Resultados Básicos do Modelo *ad hoc*

| Efeito | Elasticidade Proposta | Elasticidade do Zini | Elasticidade de Armington |
|---|-----------------------|----------------------|---------------------------|
| Efeitos Fixos [Teste-F (17, 124)] | 10.37 | 3.684 | 2.75 |
| Efeitos Aleatórios [Teste-Lâmbda] | 1.27 | 0.048 | 5.04 |
| Teste- <i>Hausman</i> | N-S | 92.384 | 0.000453 |

Fonte: Resultados obtidos pelo autor com o uso do Programa E-Views e da Planilha Microsoft Excel.

Com base na Tabela 10, para um F-tabelado de aproximadamente 1.68, constata-se a identificação de *dummies* setoriais em todas as elasticidades, conforme o teste proposto nas expressões (12) e (13).

Tomando-se a especificação para efeitos aleatórios, e o respectivo teste do multiplicador de Lagrange, ou teste λ , conforme as expressões (15) e (16), a identificação de *dummies* é verificada apenas para a elasticidade de Armington, para um qui-quadrado tabelado igual a 3.84.

Finalmente, o teste de Hausman, que permite a identificação do método adequado de estimação, identifica que, para um qui-quadrado tabelado de 11.07, o modelo com a elasticidade de Armington apresenta consistência com a estimação tanto por MQO quanto por MQG, sendo que MQO é ineficiente.

Logo, a estimação para o modelo de efeitos fixos da especificação da elasticidade de Armington para o modelo *ad hoc* foi sintetizada na Tabela 11, a saber:

Tabela 11 Representação do Modelo *ad hoc* para a Elasticidade de Armington

| | | |
|---------------------|-----------|------------------------|
| Var. Dep.: | Y?*E3? | |
| Método: | PLS | |
| Amostra: | 1991-1998 | |
| Obs.: | 8 | |
| Total Obs.: | 126 | |
| Var. | Coef. | E-Pad. |
| Z? | 0.000158 | 0.000446 ^{NS} |
| W? | 0.000173 | 0.000532 ^{NS} |
| L? | -3.25E-07 | 2.18E-07*** |
| M? | -1.72E-05 | 1.04E-05*** |
| Setor 501 | 0.029141 | 0.107795 ^{NS} |
| Setor 601 | 0.113774 | 0.098713 ^{NS} |
| Setor 701 | 0.339645 | 0.167029 |
| Setor 802 | 0.460683 | 0.139293 |
| Setor 1001 | 0.067432 | 0.111126 ^{NS} |
| Setor 1101 | 0.117578 | 0.106243 ^{NS} |
| Setor 1201 | 1.403305 | 0.095382 |
| Setor 1301 | 0.141076 | 0.099735 ^{NS} |
| Setor 1401 | 0.48803 | 0.202881 |
| Setor 1501 | 0.170984 | 0.125272 ^{NS} |
| Setor 1601 | 0.142863 | 0.105228 ^{NS} |
| Setor 1701 | 0.125935 | 0.094503 ^{NS} |
| Setor 1903 | 0.109968 | 0.101546 ^{NS} |
| Setor 2001 | 0.080897 | 0.088854 ^{NS} |
| Setor 2101 | 0.184265 | 0.1115 |
| Setor 2202 | 0.345284 | 0.123773 |
| Setor 2301 | 0.754378 | 0.345815 |
| Setor 2603 | 0.302713 | 0.169891 |
| AR (1) ¹ | 0.3706 | 0.077292 |
| R-2 | 0.966865 | |
| F-estatística | 136.6151 | |
| SQR | 0.400309 | |
| D-W | 1.795038 | |

Fonte: Resultados obtidos pelo autor com o uso do programa E-Views.

*** (15%); NS (Não-Significativo), ¹ correção da autocorrelação.

Observa-se que apenas as variáveis emprego setorial e importações foram marginalmente significativas. Ainda, que os setores (701-Outros Prod. Metálicos), (802-Tratores e Máq. Agrícola), (1201-Autom., Caminhões e Ônibus), (1401-Madeira e Móveis), (2101-Plástico), (2202-Têxteis Naturais), (2301-Vestuário) e (2603-Outros Prod. Alimentícios) apresentaram *dummies* setoriais significativas.

3.5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A literatura econométrica tem atestado a validade da hipótese de proteção endógena. Com base nesta asserção, verifica-se que as hipóteses relacionadas ao mecanismo de escolha através do voto, em substituição, ou como complemento ao mecanismo de mercado, parece ser o elemento crucial para explicar o comportamento das autoridades econômicas na determinação de medidas protecionistaistas.

Nos Ensaio apresentados foram realizadas iniciativas com o intuito de se evidenciar a aplicabilidade da teoria para a formulação e execução da política comercial brasileira, seja a partir da análise do contencioso do Mercosul, no primeiro, ou da formulação de um jogo para a análise do comércio bilateral entre a Argentina e o Brasil.

Neste Ensaio, buscou-se evidenciar a importância do tema a partir de uma resenha que combina a apresentação de modelos *ad hoc*, que na ausência de uma especificação podem ilustrar o comportamento de governos, indústrias e demais agentes na construção de um mecanismo protecionista de mercado. Ainda, o trabalho original de Grossman e Helpman (1994) parece ser a abordagem adequada que corrobora tanto proposições teóricas e, recentemente, incluindo-se o Brasil, permite a verificação de hipótese de endogeneidade da política comercial.

Logo, no caso brasileiro, com base nos resultados obtidos para o modelo original, o modelo modificado e o modelo *ad hoc*, pelos métodos MQE2 e MQO, infere-se que o modelo desenvolvido por Grossman e Helpman (1994) é um importante vetor de soluções para a análise da proteção endógena. É também possível, com base naquele arcabouço teórico, a inclusão de outras variáveis relevantes que influenciam a proteção endógena, além das variáveis fundamentais do modelo original, a saber: a elasticidade-preço da demanda por importações e o inverso da penetração das importações.

No que concerne aos resultados, observou-se que as estatísticas foram significativas para a estimação, principalmente do modelo original, tendo-se a sua compatibilização com os

sinais esperados pela teoria e a identificação dos parâmetros estruturais, o que foi parcialmente alcançado por Calfat *et al.* (2000).

Ainda, a proximidade entre o valor do parâmetro $\alpha_L = 0,64$ e o valor identificado por aqueles autores, $\alpha_L = 2/3$ atesta a importância dos resultados obtidos no presente Ensaio.

O uso das elasticidades de Armington se mostrou uma importante *proxy*, pois a mesma é invariante às modificações nas alíquotas de importação, o que as elasticidades disponibilizadas não o asseguram

No contexto das perspectivas de análise podem ser sugeridas a elaboração e teste empíricos de outros modelos derivados do arcabouço do modelo de Grossman e Helpman, salientando-se os aspectos da atuação dos grupos de interesse. É importante, ainda, considerar a possibilidade de se identificar as relações intra-industriais, bem como as produtividades e estruturas de oferta inerentes aos ramos industriais contemplados.

Do ponto de vista econométrico pode-se sugerir uma abordagem mais rigorosa, contemplando um período de análise mais amplo. Ao mesmo tempo, sugere-se a recorrência à outras variáveis instrumentais que possam servir de base para o teste dos modelos alternativos ao modelo original.

CONCLUSÕES

O tema política comercial endógena tem sido um dos mais profícuos temas na combinação da modelagem e tratamento empírico. Em síntese, o que a literatura tem apresentado é um compêndio de modelos estruturados e analisados com o instrumental de teoria dos jogos.

A origem da aplicabilidade do instrumental transcende o escopo da abordagem neoclássica, baseada no funcionamento do mecanismo de mercado. Os resultados propostos pela abordagem citada apontam para o livre comércio entre os países, esta é a inferência baseada nos clássicos da literatura econômica, em especial David Ricardo.

No transcorrer do último século o que se observou foi a adoção de medidas protecionistas por parte dos governantes de importantes países industrializados, como a Alemanha, os Estados Unidos, a França, a Inglaterra e o Japão. Esta observação, portanto, contraria as prescrições liberalizantes, mesmo aquelas contidas nas propostas de integração econômica. Logo, constata-se que existem outros mecanismos para a determinação das tarifas, que estão além do mecanismo de mercado.

Por parte dos economistas acadêmicos e políticos seria, portanto, inteligente o conhecimento dos demais mecanismos que afetam o nível de proteção doméstica. A literatura econômica, ao descobrir na Ciência Política a abordagem de grupos de interesse parece ter dado o passo adequado para a formulação de modelos teóricos que explicitassem o comportamento protecionista dos governos.

Todos os modelos apontam para mecanismos de votação, direta e indiretamente, a partir da identificação de contribuições de campanha, que um mecanismo indireto de escolha, e do próprio voto, mesmo aquele baseado na escolha do eleitor mediano.

Um grande salto paradigmático foi proposto na literatura econômica a partir do trabalho original de Grossman e Helpman, no ano de 1994. Aqueles autores mostraram um arcabouço rigoroso e passível de testes empíricos, deixando assim um legado para economistas políticos e econometristas.

De um ponto de vista empírico, por conseguinte, uma série de contribuições foram apresentadas para a análise do comportamento de governos locais no que concerne à determinação de estruturas de proteção, mesmo em se tratando de acordo comerciais bilaterais e multilaterais.

O presente trabalho procurou trilhar um caminho que abordasse o tema considerando-se três perspectivas do mesmo: a primeira delas, vinculado ao acordo do Mercosul, mostrou a importância e a influência que os setores industriais têm na determinação dos rumos de acordos comerciais. Uma atuação mais efetiva é esperada na ausência de acordos comerciais, principalmente quando as escolhas e compromissos governamentais se resumem às escolhas dos grupos representados; a segunda delas, vinculada ao comércio bilateral entre a Argentina e o Brasil, permitiu a elaboração de um modelo com restrições estabelecidas para o funcionamento da cooperação bilateral; finalmente, a terceira, a abordagem empírica, mostrou a eficiência da abordagem, ao revelar a consistência e aplicabilidade do modelo de Grossman e Helpman à economia brasileira no período de 1991-1998.

No primeiro Ensaio, portanto, foram destacadas as principais associações e confederações que atuaram durante o período de 1994-2001 na relação comercial entre os países-membros do Mercosul. O resultado indicou a estreita relação que os objetivos individuais têm na determinação da estrutura de proteção, mesmo dentro de um bloco econômico. Logo, pode-se sugerir que a atuação é mais intensa e sujeita a resultados mais favoráveis para os grupos de interesse na ausência de acordos comerciais firmados pelas autoridades econômicas. Ainda, o contencioso, referenciado no Ensaio, indicou algumas formas de proteção demandas, bem como alguns resultados oriundos da intervenção governamental em favor daqueles setores.

A resenha das principais estruturas analíticas de proteção endógena permitiu a identificação da importância do tema para a literatura de Comércio Internacional, abordada no Ensaio 2. A proposta daquele Ensaio, também foi a derivação de um modelo de proteção endógena, baseado no arcabouço proposto por Grossman e Helpman (1994), que evidenciasse o papel intervencionista dos governos locais da Argentina e do Brasil, através da utilização da variável emprego como variável de intervenção. Os resultados analíticos mostraram a viabilidade teórica e analítica da inclusão de outras variáveis, além daquelas contempladas na abordagem original.

No último Ensaio, foi observado que os trabalhos empíricos, de meados dos anos setenta, até a contribuição seminal de Trefler (1993), buscavam a identificação das variáveis que determinariam a proteção endógena. Contudo a verificação empírica de que o inverso da penetração das importações seria uma variável crucial para a indicação da proteção endógena, além de uma proposta teórica, era corroborada empiricamente.

Os resultados econométricos obtidos indicaram que a hipótese de endogeneidade da política comercial se aplica ao caso brasileiro. A discussão é direcionada para o modelo de Grossman e Helpman, uma vez identificados os parâmetros estruturais daquele modelo.

Sugere-se como importante campo de pesquisa o estudo de novas especificações do arcabouço teórico desenvolvido por Grossman e Helpman no sentido de inclusão das relações comerciais intra-setoriais e a especificação das formas das funções de produção para a identificação da produtividade marginal do trabalho e do capital, respectivamente. Os resultados das especificações poderão, ainda, se constituir em importante elemento para análise política da atuação dos grupos de interesse e, até mesmo, permitir a mensuração do impacto sobre o bem-estar da estrutura de proteção dos países.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Patrícia. Barreiras Não-Tarifárias às Exportações Brasileira no MERCOSUL: O Caso de Calçados, IPEA - Instituto de Pesquisa e Planejamento Econômico, maio 2001. (Texto para Discussão, n.791).

BAHMANI-OSKOOEE, Mohsen; NIROOMAND, Farhang; Long-Run Price Elasticities and the Marshall-Lerner Condition Revisited, Economic Letters, v.61, p.101-109, 1998.

BALDWIN, Robert. The Political Economy of Trade, Journal of Economic Perspectives, v.3, n.4, p.119-135, 1989.

_____. Are Economists' Traditional Trade Policy Views Still Valid?, Journal of Economic Literature, v.30, p.804-829, June 1992.

BALESTRA, Pietro. Introduction to Linear Models for Panel Data. In: MATYAS, Laszlo; Patrick SILVESTRE (eds.), The Econometric of Panel Data: Handbook of Theory and Applications, Dordrecht: Kluwer Acad. Publishers, 1992.

BECKER, Gary S. A Theory of Competition among Pressure Groups for Political Influence, Quarterly Journal of Economics, v.98, p.371-400, August 1983.

_____. Public Policies, Pressure Groups, and Deadweight Costs, Journal of Public Economics, v.28, pp.329-347, 1985.

BERNHEIM, B. Douglas; WHINSTON, Michael D.; Menu Auctions, Resource Allocation, and Economic Influence, Quarterly Journal of Economics, v.101, n.1, p.1-31, February 1986a.

_____. Common Agency, Econometrica, v.54, n.4, pp.923-942, 1986b.

_____. Coalition-Proof Nash Equilibria II: Applications, Journal of Economic Theory, v.42, p.13-29, 1987.

BERNHEIM, B. Douglas; PELEG, Bezalel; WHINSTON, Michael D.. Coalition-Proof Nash Equilibria I: Concepts, Journal of Economic Theory, v.42, p.1-12, 1987.

BHAGWATI, Jagdish N., On the Equivalence of Tariffs and Quotas, *In*: BHAGWATI, Jagdish N., Essays in International Economic Theory, Cambridge: The MIT Press, p.196-214, 1983.

_____; PANAGARIYA, Arvind. The Theory of Preferential Trade Agreements: Historical Evolution and Current Trends, American Economic Review, v.86, n.2, p.82-87, May 1996.

BID - INTAL, Informe MERCOSUL, ano 1, n.1, jul/dez: 1996, 80p.

_____, Informe MERCOSUL, ano 2, n.2, jan/jun: 1997a, 56p.

_____, Informe MERCOSUL, ano 2, n.3, jul/dez: 1997b, 92p.

_____, Informe MERCOSUL, ano 3, n.4, jan/jun: 1998, 104p.

_____, Informe MERCOSUL, ano 4, n.5, 1998-1999, 92p.

_____, Informe MERCOSUL, ano 5, n.6, 2000, 144p.

_____, Informe MERCOSUL, ano 6, n.7, 2001, 92p.

BINMORE, Ken; Teoría de Juegos, Madrid: McGraw-Hill, Traducción de Antoni M. Tomas, 624p., 1994.

BOHARA, Alok K; GAWANDE, Kishore; SANGUINETTI, Pablo. TRADE Diversion and Declining Tariffs: Evidence from MERCOSUR, Working Paper, 31p, Jan. 2001.

BOUZAS, Roberto; AVOGRADO, Enrique. Trade Policy-Making and Private Sector: A Memorandum on Argentina, *In: THE TRADE Policy-Making Process Level One of the Two Level Game: Country Studies in the Western Hemisphere*, INTAL-ITD-STA Occasional Paper 13, p.1-11, Mar. 2002.

BOWEN, Harry P; HOLLANDER, Abraham; VIAENE, Jean-Marie. Applied International Trade Analysis, Ann Arbor: The University of Michigan Press, 654p, 1998.

BRAINARD, S. Lael; VERDIER, Thierry. Lobbying and Adjustment in Declining Industries, European Economic Review, v.38, p.685-595, 1994.

BRANDER, James A; Strategic Trade Policy, *In: GROSSMAN, Gene; ROGOFF, Kenneth* (eds). Handbook of International Economics, v.3, p.1395-1455, 1995.

_____; SPENCER, Barbara J.; Export Subsidies and International Market Share Rivalry, Journal of International Economics, v.18, p.83-100, 1985.

BRASIL: CONSTITUIÇÃO FEDERAL, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 4.ed., 1999, 261p.

BUCHANAN, James M; TOLLISON, Robert D.; TULLOCK, Gordon. Toward a Theory of the Rent-Seeking Society, College Station, Texas: A&M University Press, 367p.1980.

BUNGE, Mario. Teoria e Realidade, São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1974, 243p.

BURTLESS, Gary. International Trade and the Rise in Earnings Inequality, Journal of Economic Literature, v.33, p.800-816, June 1995.

CALFAT, Gérman; Renato G. FLÔRES, JR.; Maria C. GANAME; Endogenous Protection in Mercosul: An Empirical Analysis, Rio de Janeiro: Ensaio Econômicos da EPGE, n. 407, 25p., June 2000.

CASSING, James H.; HILLMAN, Arye L.; LONG, Ngo van. Political-Influence and Choice Between Tariffs and Quotas, Journal of International Economics, v.19, p.279-290, Nov.,1985.

CAVES, Richard E., Economic Models of Political Choice: Canada's Tariff Structure. Canadian Journal of Economics, v.9, p.278-300, 1976.

_____; JONES, Ronald W., World Trade and Payments: An Introduction, 2nd. ed., Boston Little: Brown and Company, 1977, 470p.

COUGHLIN, Peter J.; MUELLER, Dennis C.; MURREL, Peter. A Model of Electoral Competition With Interest Groups, Economic Letters, v.32, p.307-311, 1990.

CRIBARI-NETO, Francisco, Mini-Curso: Raízes Unitárias em Séries Temporais, Departamento de Estatística-Universidade Federal de Pernambuco, 2000 (mimeo).

CUKIERMAN, Alex; SPIEGEL, Yossi, When is the Median Voter Paradigm a Reasonable Guide for Policy Choices in a Representative Democracy?, Tilburg University.24p., Mar 2001. (Discussion Paper, 98115)

DEARDORFF, Alan V.; HALL, Richard. Explaining the Role of Interest Groups in United States Trade Policy, University of Michigan - Ann Arbor, Research Seminar in International Economics. nov. 1997, 25p. (Discussion Paper, 415)

DIXIT, Avinash K.; NORMAN, V. Theory of International Trade: A Dual, General Equilibrium Approach, Cambridge: Cambridge University Press, Reprint, 339p. 1989.

DIXIT, Avinash; LONDREGAN, John. The Determinants of Success of Special Interests in Redistributive Politics. Journal of Politics, v.58, n.4, p.1132-1155, nov. 1996.

DIXIT, Avinash K; NALEBUFF, Barry J., Thinking Strategically: The Competitive Edge in Business, Politics, and Everyday Life. New York: W.W. Norton & Company, 393p. 1991.

DRAZEN, Allan M., Political Economy in Macroeconomics, Princeton: Princeton University Press, 775p. 2000.

EICHER, Theo; THOMAS OSANG. Protection for Sale: An Empirical Investigation: Comment. American Economic Review, v. 92, n.5, p.1702-1710, Dec. 2002.

FEENSTRA, Robert C.; BHAGWATI, Jagdish N.. Tariff Seeking and the Efficient Tariff, *In: BHAGWATI, Jagdish N.. Essays in International Economic Theory*. Cambridge: The MIT Press, p.381-395, 1983.

FERREIRA, Pedro C. Grupos de Interesse, Determinantes da Política Comercial, e Produtividade Industrial. Artigo preparado para o Instituto Futuro Brasil, 2001 (mimeo), 32p.

FINDLAY, Ronald J.; WELLISZ, Stanislaw. Some Aspects of the Political Economy of Trade Restrictions, Kyklos, v.36, Fasc.3, p.469-481, 1983.

FUDENBERG, Drew; TIROLE, Jean. Game Theory, 4th Printing, Cambridge: The MIT Press, 579p., 1995.

GASTON, Noel; DANIEL TREFLER; Union Wage Sensitivity to Trade and Protection: Theory and Evidence, Journal of International Economics, v.39, p.1-25, 1995.

GAZETA MERCANTIL, São Paulo, Diversos Números.

GAWANDE, Kishore. Generated Regressors in Linear and Nonlinear Models, Economics Letters, v.54, p.116-126, 1997.

_____; BANDYOPADHYAY, Usree. Is Protection for Sale? A Test of the Grossman-Helpman Theory of Endogenous Protection, Review of Economics and Statistics, v.82, n.1, p.139-152, Feb.2000.

_____ ; KRISHNA, Pravin. The Political Economy of Trade Policy: Empirical Approaches, Brown University - Economics Department, Working Paper n.2001-38, 47p., 2001.

_____ ; SANGUINETTI, Pablo; BOHARA, Alok. Exclusions for Sale: Evidence on Grossman-Helpman Model of Free-Trade Agreements, Seminario de Economía, Universidad Nacional de la Plata, 47p., May 2002.

GOLDBERG, Pinelopi K.; MAGGI, Giovanni. Protection for Sale: An Empirical Investigation, American Economic Review, v.89, n.5, p.1135-1155, Dec. 1999.

_____ ; Nina PAVCNIK. Trade, Wages, and the Political Economy of Trade Protection: Evidence from the Colombian Trade Reforms. January 2003 (mimeo), 50p

GOULD, David M.; WOODBRIDGE, Graeme L.. Building Trade Barriers and Knocking Them Down, Review of International Economics, v.5, n.2, p.256-271, 1997.

GREENE, William H., Econometric Analysis. 3rd Edition, Upper Saddle River: Prentice Hall, Inc., 1997. 1075p.

GROSSMAN, Gene M.; HELPMAN, Elhanan. Protection for Sale. American Economic Review, v. 84, n.4, p. 833-850, Sept.1994.

_____. Trade Wars and Trade Talks. Journal of Political Economy. v.103, n.4, p. 675-708, Aug.1995a.

_____. The Politics of Free Trade Agreements. American Economic Review. Sept. 1995b.

_____. Special Interest Politics. Cambridge: The MIT Press, 355p., 2001.

HELPMAN, Elhanan; KRUGMAN, Paul R.. Trade Policy and Market Structure. 5th Printing, Cambridge: The MIT Press. 1999. 191p.

HILLMAN, Arye L., Declining Industries and Political-Support Protectionist Motives, American Economic Review, v.72, n.5, p.729-745, Dec. 1982.

_____ ; URSPRUNG, Heinrich W.. Domestic Politics, Foreign Interests, and International Trade Policy, American Economic Review, v.78, n.4, p.729-745, Sept. 1988

_____ ; LONG, Ngo van; SOUBEYRAN, Antoine. Protection, Lobbying and Market Structure, Journal of International Economics, v.54, p.383-409, 2001.

HOYT, William H.; TOMA, Eugenia F.. States Mandates and Interest Group Lobbying. Journal of Public Economics, v.38, p.199-213, 1989.

_____. Lobbying Expenditures and Government Output: The NEA and Public Education, Southern Economic Journal, v.60, p.405-417, 1993.

HSIAO, Cheng. Analysis of Panel Data. Econometric Society Monographs. Cambridge: Cambridge University Press. Reprint. 1999. 241p.

JUDGE, George G; R. Carter HILL; William E. GRIFFITHS; Helmut LÜTKEPOHL; Tsung-Chao LEE; Introduction to the Theory and Practice of Econometrics, 2nd Edition, Toronto: John Wiley & Sons, 1988, 1024p.

KAU, James B; RUBIN, Paul H.. Public Interest Lobbies: Membership and Influence, Public Choice, v.34, p.45-54, 1979.

KLEIN, Michael W.. Mathematical Methods for Economics. Reading: Addison-Wesley Educational Publishers. 1998. 562p.

KOLLMAN, Ken. Outside Lobbying: Public Opinion & Interest Group Strategies. Princeton: Princeton University Press. 1998. 215p.

KRISHNA, Pravin; GAWANDE, Kishore; ROBBINS, Michael. Foreign Lobbies and US Trade Policy. Department of Economics - Brown University. 2002. 36p. (mimeo).

KRISTOV, Lorenzo; LINDERT, Peter; McCLELLAND, Robert. Pressure Groups and Redistribution, Journal of Public Economics, v.48, p.135-163, 1992.

KRUEGER, Anne O., Trade Policies in Developing Countries, *In*: JONES, Ronald W.; KENEN, Peter B.. Handbook of International Economics. v.1. 1990. p.519-569.

KRUGMAN, Paul R., What Should Trade Negotiators Negotiate About?, Journal of Economic Literature, v.35, p.113-120, Mar. 1997.

_____; OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional: Teoria e Política. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1999.

KUME, Honório; Guida PIANI e Carlos F. BRÁZ DE SOUZA. A Política Brasileira de Importação no Período 1987-1998: Descrição e Avaliação. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2000. (mimeo)

KUME, Honorio; ANDERSON, Patrícia; OLIVEIRA JR., Mário de. Identificação das Barreiras ao Comércio no MERCOSUL: A Percepção das Empresas Exportadoras Brasileiras. Rio de Janeiro, IPEA - Instituto de Pesquisa e Planejamento Econômico, 43p., maio 2001. (Texto para Discussão, n. 789)

LAPHAM, Beverly; WARE, Roger. A Dynamic Model of Endogenous Trade Policy, Canadian Journal of Economics, v.34, n.1, p.225-239, Feb. 2001.

LARSEN, Richard J.; MARX, Morris L.. An Introduction to Mathematical Statistics and Its Applications, 2nd Edition, New Jersey: Prentice-Hall, Englewood Cliffs, 630p.,1986.

LEVY, Philip I. Lobbying and International Cooperation in Tariff Setting, Journal of International Economics, v.47, p. 345-370, 1999.

_____; SRINIVASAN, T.N.. Regionalism and the (Dis)advantage of Dispute-Settlement Access, American Economic Review - Papers and Proceedings, v.86, n.2, p.93-98, May 1996.

LONG, Ngo van; VOUSDEN, Neil. Protectionist Responses and Declining Industries, Journal of International Economics, v.30, n.1/2, p.87-103, Feb. 1991.

LOPES, Mauro de R. Agricultura Política: História dos Grupos de Interesse na Agricultura, Brasília: EMBRAPA-SPI, 457p., 1996.

MADDALA, G.S., Introduction to Econometrics, 2nd ed.. Englewood Cliffs: Prentice Hall, Inc., 1992. 631p.

_____ ; KIM, In-Moo. Unit Roots, Cointegration and Structural Change, Cambridge: Cambridge University Press. 1999. 505p.

MAGEE, Christopher, Endogenous Trade Policy and Lobby Formation: An Application to the Free-Rider Problem, Journal of International Economics, v.57, p.449-471, 2002.

MAGEE, Stephen, Endogenous Protection: The Empirical Evidence, *In*: MUELLER, Dennis C. (ed.), Perspectives on Public Choice: A Handbook. New York: Cambridge University Press.1997. p.425-561

_____ ; BROCK, William A.; YOUNG, Leslie. Black Hole Tariffs and Endogenous Policy Theory: Political Economy in General Equilibrium, Cambridge: Cambridge University Press, reprint, 438p. 1992.

MAGGI, Giovanni; RODRÍGUEZ-CLARE, Andrés. The Value of Trade Agreements in the Presence of Political Pressures. Journal of Political Economy. v.106, n.3, p.574-601, 1998a.

_____ ; Import Penetration and the Politics of Trade Protection. NBER Working Paper No. 6711, 21p., August 1998b.

MANZETTI, Luigi. Institutions, Parties, and Coalition in Argentine Politics. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 382p., 1993.

MAS-COLELL, Andreu; WHINSTON, Michael D.; GREEN, Jerry R.. Microeconomic Theory. New York: Oxford University Press, 981p., 1995.

MAYER, Wolfgang, Endogenous Tariff Formation, American Economic Review, v. 74, n.5, p.970-85, Dec. 1984.

McCALMAN, Phillip. Protection for Sale and Trade Liberalization: An Empirical Investigation. Santa Cruz: Department of Economics, University of California. 24p., Nov. 2000.

MITCHELL, W.C.; MUNGER, M.C.. Economic Models of Interest Groups: An Introductory Survey, American Journal of Political Science, v.35, p.512-546, May 1991.

MITRA, Devashish; Endogenous Lobby Formation and Endogenous Protection: A Long Run Model of Trade Policy Determination, American Economic Review, v.89, n.5, p.1116-1134, 1999.

_____ ; THOMAKOS, Dimitrios D.; ULUBASOGLU, Mehmet A.. “Protection for Sale” in Developing Country: Democracy vs. Dictatorship, Review of Economics and Statistics, v.83, n.3, p.497-508, Aug. 2002.

MOTTA, Daniel A., Political Economy of Free Trade Area of Americas, First Brazilian Workshop of Game Theory Society, July 28 to August 03, São Paulo - Brazil, 24p., 2002.

MUENDLER, Marc-Andreas. Import Tariff Series for Brazil, 1986-1999. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica. Fev. 2001. 17p. (mimeo)

_____. Series of Market Penetration by Foreign Products: Brazil 1986-1998. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica. May 2001. 9p. (mimeo)

NASH, JR., John F.. The Bargaining Problem. Econometrica. v.18. p.152-162. 1950.

_____. Two-Person Cooperative Games. Econometrica. v. 21. p.128-140, 1953.

NELSON, Douglas. Endogenous Tariff Theory: A Critical Survey. American Journal of Political Science. v.32. n.3. p.796-837. 1988.

NOWNES, Anthony J. and Patrícia FREEMAN, Interest Group Activity in the States, Journal of Politics, v.60, n.1, p.86-112, Feb.1998.

OLARREAGA, Marcelo; SOLOAGA, Isidro. Endogenous Tariff Formation: the Case of MERCOSUR. World Bank Economic Review. v.12, p.297-320, 1998.

_____. Regionalismo y Artículo XXIV, Seminário de la Universidad Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario y el Instituto del Banco Mundial, Junio de 1999, 30p., (mimeo).

OLSON, Mancur. The Logic of Collective Action: Public Goods and The Theory of Groups, Cambridge: Harvard University Press. Sixteenth Printing, 186p., 1995.

PAVCNIK, Nina; Andrés BLOM; Pinelopi GOLDBERG; Norbert SHADY. Trade Liberalization and Industry Wage Structure: Evidence from Brazil, Hanover: Dartmouth College, Dept. of Economics. August 2003 (mimeo), 38p..

PECORINO, Paul. Is There a Free-Rider Problem in Lobbying? Endogenous Tariffs, Trigger Strategies, and the Number of Firms. American Economic Review, v.88, n.3, p.652-660, June 1998.

PINCUS, J.J.. Pressure Groups and the Patterns of Tariffs. Journal of Political Economy. v.83, p.757-78, 1975.

POTTERS, Jan; SLOOF, Randolph. Interest Groups: A Survey of Empirical Models that Try to Assess Their Influence. European Journal of Political Economy. v.12, p.403-442, 1996.

RAMOS, Roberto L.R.. O Comportamento das Importações e Exportações Brasileiras Com Base no Sistema de Contas Nacionais: 1980-1997, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1999. (Texto para Discussão n° 95)

RAMOS, Roberto L.R.; Claudia N. ZONENSCHAIN. The Performance of the Brazilian Imports and Exports Based on System of National Accounts: 1980-1998, XIII International Conference on Input Output Techniques. Macerata - Itália, 21-25 de agosto, 2000.

RASMUSEN, Eric. Games and Information: An Introduction to Game Theory. Reprint, Cambridge: Blackwell Publishers, 352p. 1993.

RIBEIRO, Fernando J.; Henry POURCHET. Coeficientes de Orientação Externa da Indústria Brasileira: Novas Estimativas. Nota Técnica Funcex, ano I, n.2, 17p., nov. 2002.

RICHARDSON, Martin. Endogenous Protection and Trade Diversion, Journal of International Economics, v.34, p.309-324, 1993.

RODRIG, Dani. Tariffs, Subsidies, and Welfare with Endogenous Policy. Journal of International Economics. v.21, n.3/4. p.285-296, November 1986.

_____. Political Economy of Trade Policy, *In*: Grossman, Gene; ROGOFF, Kenneth (ed.'s), Handbook of International Economics, v.3, Amsterdam: North-Holland, p.1457-1494, 1995.

RUBINSTEIN, Ariel.. Perfect Equilibrium in a Bargaining Model. Econometrica. v.50, n.1, p.97-109, Jan.1982.

SAMPSON, Gary P.. Compatibility of Regional and Multilateral Trading Agreements: Reforming the WTO Process. American Economic Review. v.86, n.2, p.88-92, May 1996.

STAIGER, Robert W.. International Rules and Institutions for Trade Policy, *In*: Grossman, Gene; ROGOFF, Kenneth (ed.'s), Handbook of International Economics, v.3, p.1497-1551, 1995.

SUNDARAN, Rangarajan K.. A First Course in Optimization Theory, Reprint, Cambridge: Cambridge University Press, 357p., 1999.

SUTTON, John. Non-Cooperative Bargaining Theory: An Introduction, Review of Economic Studies, v.53, p.709-724, 1986.

TOURINHO, Octávio A.F.; Honório KUME; Ana C. de S. PEDROSO; Elasticidades de Armington para o Brasil: 1986-2001, IPEA - Instituto de Pesquisa e Planejamento Econômico, agosto 2001. (Texto para Discussão, n.901).

TREFLER, Daniel. Trade Liberalization and the Theory of Endogenous Protection: An Econometric Study of U.S. Import Policy, Journal of Political Economy, v.101, n.1, p.138-160, 1993.

TULLOCK, Gordon. Rent Seeking. Aldershot: Edward Elgar Publishing Limited, 98p.,1993.

VARIAN, Hal R., Análisis Microeconómico, 3.ed., Barcelona: Editor Antoni Bosch. 1992. 637p.

VEIGA, Pedro da Motta. Trade Policy-Making in Brazil: Transition Paths, *In*: THE TRADE Policy-Making Process Level One of the Two Level Game: Country Studies in the Western Hemisphere, INTAL-ITD-STA Occasional Paper 13, p.13-21, Mar. 2002.

WELLISZ, Stanislaw; WILSON, John D.. Lobbying and Tariff Formation: A Deadweight Loss Consideration. Journal of International Economics, v.20, n.3/4, p.367-375, 1986.

WORLD TRADE ORGANIZATION, General Agreement on Tariffs and Trade, The WTO Agreements Series n.2, Lausanne: World Trade Organization, Centre William Rappard 1999. 140p.

ZINI, JR. Álvaro A. Funções de exportação e de importação para o Brasil, Pesquisa e Planejamento Econômico, v.18, n.3, p.615-662, dez. 1988.

